HUGO EDUARDO MEZA PINTO

A ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA AMÉRICA LATINA:
O CASO DA COMUNIDADE ANDINA

Tese apresentada ao Programa de Integração da
América Latina da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de doutor em
Integração da América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Bobik Braga

São Paulo
2006

HUGO EDUARDO MEZA PINTO

**AS DIFERENCIADAS MOTIVAÇÕES DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA
AMÉRICA LATINA: O CASO DA COMUNIDADE ANDINA**

Tese apresentada ao Programa de Integração da
América Latina da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de doutor em
Integração da América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Bobik Braga

**São Paulo
2006**

FOLHA DE APROVAÇÃO**Hugo Eduardo Meza Pinto**

Tese apresentada ao Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor em Integração da América Latina.

Aprovado em:**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Marcio Bobik Braga

Instituição: Prolam - USP

Assinatura:

Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa

Instituição: Prolam - USP

Assinatura:

Prof. Dr. Julio Manuel Pires

Instituição: FEARP - USP

Assinatura:

Prof. Dr. Fausto Saretta

Instituição: UNESP

Assinatura:

Prof. Dr. Adayr da Silva Ilha

Instituição: UFSM

Assinatura:

**Dedico esse trabalho a minha família
que foi crescendo junto com a tese.**

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que aqui faço, não têm ordem de importância, todos os citados foram fundamentais para a concretização dessa tese. Ao longo desses anos de estudos e pesquisa consegui entender que não existem logros individuais, todos fazem parte de agregações de forças, com impulsos multivariados que vão desde o conhecimento formal até o simples afeto ou sorriso de uma criança. Portanto, agradeço:

Ao professor Dr. Márcio Bobik Braga, primeiramente, pela paciência e pela aposta na minha pessoa. Segundo, pelos grandes conhecimentos compartilhados tanto como professor como orientador;

Ao Prolam, coordenado pela professora Maria Cristina Cacciamali, que me acolheu durante esses quatro anos de pesquisa e estudo.

À Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – Cepal, especialmente aos doutores: Fernando Masi, Raúl Maldonado e Mikio Kuwayama, que permitiram, através de convite, debater a tese e pesquisar na sua fonte de dados específicos para a América Latina.

Ao Dr. Dirceu Yoshikazu Teruya, pela paciência, dedicação e força dada nesse projeto da minha vida.

Às Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba, especialmente aos professores José Antônio Soares e Mirian Moreira da Silva que ajudaram, sobremaneira, nesse projeto de doutorado,

Ao Centro Universitário Positivo – Unicenp, especialmente aos senhores Antônio Fernando Zanatta, Arno Bender e Marcelo Franco pelo apoio e incentivo à pesquisa;

Aos colegas Paulo Vagner, Luciane Miyagi e Jefferson Gross que contribuíram muito com a pesquisa de dados sobre a integração latino-americana;

A todos os professores e colegas coordenadores que viveram comigo esses momentos de pesquisa e trabalho profissional,

Finalmente, à minha família, Lucinha (querida amada), Vitor Hugo e Eduardo Matheus (filhos que iluminam minha vida), Vanessa e Pámela (irmãs e anjos da guarda), Angelita e Hugo (pais queridos) e Maria Lucia (sogra solidária); sem a paciência e força deles não estaria escrevendo estas linhas e muito menos teria a possibilidade de ser doutor.

*“La unión no nos vendrá por
prodigios divinos, sino por
efectos sensibles y esfuerzos
bien dirigidos”
(Simón Bolívar – Carta de
Jamaica - 1815)*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: A INTEGRAÇÃO REGIONAL: CONCEITOS, MOTIVAÇÕES LIMITANTES E CONFLITOS	9
INTRODUÇÃO	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEORIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	11
1.2 MOTIVAÇÕES DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	16
1.3 TIPOLOGIA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL	17
1.3.1 Multilateralismo, Regionalismo e Regionalização	18
1.3.2 Os dois Regionalismos e o Regionalismo Aberto Latino-Americano	21
1.4 LIMITANTES E CONFLITOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL	28
CONCLUSÃO	31
CAPÍTULO 2: ORIGENS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA	32
INTRODUÇÃO	32
2.1 ANTECEDENTES DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	35
2.2 O INÍCIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: A ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DO LIVRE COMÉRCIO (ALALC)	43
2.3 A NECESSIDADE DE REVER O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: O SURGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI)	57
CONCLUSÃO	65
CAPÍTULO 3: O SURGIMENTO DA COMUNIDADE ANDINA COMO FRATURA DO PROCESSO INTEGRADOR	66
INTRODUÇÃO	66
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS PAÍSES ANDINOS	68
3.2 SURGIMENTO DA COMUNIDADE ANDINA DENTRO DA ALALC	72
3.3 CRITÉRIOS DE INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE ANDINA	82
3.4 ETAPAS DA COMUNIDADE ANDINA	85
3.5 PANORAMA ECONÔMICO DA COMUNIDADE ANDINA NA DÉCADA DE 1990 ..	99
3.6 MARCO ATUAL DA COMUNIDADE ANDINA	106
3.7 FATORES QUE CARACTERIZAM E DIFERENCIAM A COMUNIDADE ANDINA	107
3.7.1 Política Industrial Sub-regional e Eliminação de Barreiras Tarifárias	108
3.7.2 Compromissos em Matéria de Política Comercial	110
3.7.3 Especial Proteção à Produção Doméstica	110
3.7.4 Construção do Programa de Liberação	111
3.7.5 Tratamentos Especiais aos Países de Desenvolvimento Relativo	113
3.7.6 Supranacionalidade e Institucionalidade	115
CAPÍTULO 4: BALANÇO ECONÔMICO, PERSPECTIVAS E DIRECIONAMENTOS DA COMUNIDADE ANDINA	118
INTRODUÇÃO	118
4.1 FORMAÇÃO E PUJANÇA: O INÍCIO DA CA (1969 A 1976)	120

4.2 QUESTIONAMENTO E PERDA DE DINAMISMO (1976 A 1982)	124
4.3 CRISE FINANCEIRA E REGRESSÃO DO PROCESSO INTEGRADOR (1982-1988)	126
4.4 AVANÇOS DA COMUNIDADE ANDINA NO REGIONALISMO ABERTO	129
4.5 RESULTADOS COMERCIAIS DO PROCESSO INTEGRADOR.....	140
4.6 RESULTADOS SOCIAIS DO PROCESSO INTEGRADOR.....	145
CONCLUSÃO.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
ANEXOS	171
ANEXO I - TRATADO DE MONTEVIDEO - 1960.....	172
ANEXO II - TRATADO DE MONTEVIDÉU - 1980	182
ANEXO III – ACORDO DE CARTAGENA	195
ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI.....	221
ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).	243

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1	Elementos do Sistema de Integração Andina.....	80
Figura 3.2	Etapas Cronológicas da Comunidade Andina.....	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1	Acordos Regionais Reportados a ONC, 1960-2004 e Projeção para 2005-2007.....	59
Gráfico 3.1	Dívida Externa dos Países da CA - Milhões de Dólares Correntes (1970 - 2003).....	91
Gráfico 3.2	Evolução da Inflação Anual na CA e nos seus Países 1992-2002 (%).....	100
Gráfico 3.3	Evolução Do Desemprego Urbano Anual na CAN e nos Seus Países 1990-2002 (%).....	101
Gráfico 3.4	Evolução da Balança Comercial da CAN e de seus Países 1992-2005 (Milhões De US\$).....	102
Gráfico 3.5	Absorção do Investimento Direto Estrangeiro na América Latina e o Caribe 1990-2001 (%)	103
Gráfico 3.6	CA: Destino das Exportações Em 2001.....	106
Gráfico 3.7	Comunidade Andina: Tarifa Média Simples.....	114
Gráfico 4.1	Participação no PIB da CA dos Países Membros - 1970 a 2004 - US\$ de 1990.....	120
Gráfico 4.2	Exportação dos Países Membros da Comunidade Andina - Milhões de Dólares Correntes (1969-2002).....	122
Gráfico 4.3	Origem das Importações dos Países Membros da CA – Milhões de Dólares Correntes (1969-2002).....	123
Gráfico 4.4	Produto Interno Bruto per Capita da CA – Dólares Correntes (1969-1982).....	124
Gráfico 4.5	CA: Produto Interno Bruto - Milhares de Dólares - US\$ 1990.....	125
Gráfico 4.6	Variação do PIB Real dos Países da CA (1970/79 e 1980/89)	126
Gráfico 4.7	Produto Interno Bruto Per Capita da CA – Dólares Correntes (1980-1990).....	128
Gráfico 4.8	Dívida Externa Dos Países da CA (1970 – 1990) Em Milhões de Dólares Correntes.....	129
Gráfico 4.9	Importações CIF e Exportações FOB Extra-CA (Milhões De Dólares Correntes).....	129

Gráfico 4.10	Índice de Intensidade de Comércio – CA.....	132
Gráfico 4.11	Índice de Complementaridade de Comércio – CA.....	133
Gráfico 4.12	Intensidade e Complementaridade No Comércio da CA.....	134
Gráfico 4.13	Fluxo de Investimento Estrangeiro Direto na CA por País de Origem (1993 – 2002) Milhões de Dólares Correntes.....	136
Gráfico 4.14	Variação do Investimento Direto Externo nos Países da CA (1990 = 100: US\$ 1995).....	138
Gráfico 4.15	Participação do IED Destinado a CA do Total Mundial.....	139
Gráfico 4.16	Grau de Abertura Comercial da CA - US\$ 1990.....	140
Gráfico 4.17	Exportação Intra-CA dos Países Membros da CA - Milhares de Dólares Correntes (1969-2002).....	142
Gráfico 4.18	Participação das Exportações Intra-CA do Total Exportado – Milhares de Dólares Correntes (1969-2002).....	143
Gráfico 4.19	Participação das Importações e Exportações da CA no Total Mundial (1980-2005).....	144
Gráfico 4.20	Produto Interno Bruto Per-Capita da CA (1969-2002) Dólares Correntes.....	147
Gráfico 4.21	Variação do Índice de Desenvolvimento Humano na CA.....	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1	Países da Alalc – Dados Básicos (1960)	48
Tabela 2.2	América Latina e o Caribe: Exportações Intra-regionais e Extra-regionais	51
Tabela 2.3	Esquema de Integração de América Latina e o Caribe: Exportações Dentro de Cada Esquema e Totais para a Região.....	52
Tabela 2.4	América Latina e Alalc: Exportações Totais e de Manufaturas. Anos 1970, 1975 e 1978 (Milhões de Dólares - FOB)	53
Tabela 3.1	Resumo Estatístico dos Países da Comunidade Andina – 1970.....	82
Tabela 4.1	Crescimento Anual Médio das Exportações e Importações Dos Países Andinos (%).....	127
Tabela 4.2	Crescimento Anual Médio das Exportações e Importações dos Países Andinos (%).....	131
Tabela 4.3	Participação Média de Manufaturas de Alto Valor Agregado nas Exportações (%).....	131
Tabela 4.4	Investimento Externo Direto Acumulado por Origem e Destino (1993 – 2002) – Milhões De Dólares Correntes.....	135
Tabela 4.5	Fluxo de Investimento Estrangeiro Direto por Ramo de Atividade Econômica nos Países da CA – 1994 A 2002.....	137
Tabela 4.6	Grau de Abertura Comercial (Us\$ 1990)	141
Tabela 4.7	Posição no Ranking do IDH (1975 e 2003)	148
Tabela 4.8	Indicadores Sociais da CA: Expectativa de Vida e Analfabetismo (1998)	149
Tabela 4.9	Indicadores Sociais da CA: Distribuição de Renda e Desnutrição Infantil (1998)	150
Tabela 4.10	Indicadores Sociais da CA: Acesso a Saneamento e Água Tratada (1998)	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1	Tentativas de Integração Regional na América Latina até o Pós-Guerra.....	35
Quadro 3.1	Acordos de Comércio nas Américas na Década dos Noventa...	95
Quadro 3.2	Evolução da Tarifa Externa Comum na Comunidade Andina, 1996-2005.....	98
Quadro 3.3	Comunidade Andina: relações Externas (Até Dezembro de 2005).....	105

SIGLAS

Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Alalc	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
Alca	Área de Livre Comércio das Américas
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CA	Comunidade Andina
CAN	Comunidade Andina das Nações
Cepal	Comissão para América Latina e o Caribe
Gatt	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GRAN	Grupo Andino
Mercosul	Mercado Comum do Sul
NMF	Nação Mais Favorecida
OMC	Organização Mundial do Livre Comércio
SAI	Sistema Andino de Integração
TEC	Tarifa Externa Comum
ZLC	Zona de Livre Comércio

RESUMO

PINTO, H.E.M. **A Estratégia de Integração Econômica Regional na América Latina: O Caso da Comunidade Andina**. 2006. 308f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – Prolam – Universidade de São Paulo. 2006

A presente tese tem por objetivo analisar a estratégia de integração econômica regional na América Latina, tendo como estudo de caso a Comunidade Andina (CA). Nesse sentido, analisam-se os processos de integração regional que deram origem à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), em 1960, à Comunidade Andina (CA), em 1969, e à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em 1980. Entende-se que o surgimento da Comunidade Andina representou uma ruptura no processo de integração da América Latina iniciado pela Alalc. Essa ruptura deveu-se a insatisfação de alguns pequenos e médios países componentes da Alalc pelos poucos resultados alcançados no âmbito econômico e institucional.

A tese também constata a variação de motivos para estabelecer processos de integração regional na América Latina os quais foram se adequando às mudanças históricas e sócio-econômicas mundiais e que foram identificadas pela teoria como regionalismos. Identifica-se também o papel importante que a Comissão para a América Latina e o Caribe (Cepal) exerceu influenciando e motivando os processos de integração na região, tanto no período, identificado como primeiro regionalismo (1960-1980), cujo marco indutor foi a industrialização por substituição de importações, como no segundo processo, porém com menos força, identificado como Regionalismo Aberto, a partir do final da década de 1990. Finalmente, a partir da análise da Comunidade Andina, percebem-se as dificuldades estruturais para exercer processos de integração regional. Essas dificuldades decorreram do descumprimento de metas fixadas nos Acordos iniciais, da falta de infra-estrutura sócio-econômica dos países-membros, da pouca representatividade comercial do bloco em âmbito internacional e, principalmente, das diversas formas de comprometimento dos países-membros para se inserir dentro do processo de integração, questões que caracterizam gargalos estruturais e dificultam a integração regional.

Palavras-chave: Integração Regional Latino-americana, Regionalismos, Regionalismo Aberto, Comunidade Andina.

ABSTRACT

PINTO, H.E.M The Strategy of Regional Economic Integration in Latin America: The Case of the Andean Community. 2006. 313f. Thesis (PHD) - Latin America Integration Graduate - Prolam - University of São Paulo. 2006

The present dissertation aims at the analysis of the different motivations of regional integration in Latin America, and has as its case-study the Andean Community. This way, the regional integration processes that outset the Associação Latino-Americana de Livre Comércio - Alalc (Latin American Association of Free Commerce) in 1960, the Andean Community (CA) in 1969, and the Associação Latino-Americana de Integração - Aladi (Latin-American Integration Association) in 1980 are analyzed. It is understood that the advent of the Andean Community represented a breakage in the Latin-American integrating process started by Alalc. Such breakage derives from the dissatisfaction of small and medium-sized countries, members of the Alalc, for the few results reached in the economical and institutional compass. The present dissertation also demonstrates the variation of reasons for establishing regional integration processes in Latin America. Such reasons have also been adjusted to the historical and socio-economical mutations, which were identified by the theory as regionalisms. It was also identified the important role that the The Economic Commission for Latin America and Caribbea (ECLAC) performed, which influenced and motivated the integration processes in the region, both in the period identified as the first regionalism (1960-1980) - whose starting point was the industrialization by substitution of importation, and the second process, even though less strong, identified as Open Regionalism (since the end of the 1990's) and that has as its background the process of trade opening and the capital internationalization. Finally, from the analysis of the Andean Community, the structural difficulties to exert the regional integration processes are observed. Such difficulties come from the lack of fulfillment of the objectives set in the initial agreement, the lack of socio-economical infra-structure of the member countries, the little commercial performance of the block in the international compass, and, mainly, the several ways of engagement of the member countries to be inserted in the integration process. Such issues typify structural faults and they balk the regional integration.

Key-words - Latin-American Regional Integration, Regionalisms, Open Regionalism, Andean Community.

RESUMEN

PINTO, H.E.M La Estratégia de Integración Econômica Regional en América Latina: El Caso de la Comunidad Andina. 2006. 313f. Tesis (Doctorado) - Programa de Pós-Graduação en Integración de América Latina – Prolam – Universidad de São Paulo. 2006.

La presente tesis tiene por objeto analizar las diferentes motivaciones de integración regional en América Latina, teniendo como estudio de caso la Comunidad Andina. Para eso se analizan los procesos de integración regional que dieron origen a la Asociación Latinoamericana de Libre Comércio (Alalc) en 1960, la Comunidad Andina (CA) en 1969 y la Associação Latinoamericana de Integración (Aladi) en 1980. Se entiende que el surgimiento de la Comunidad Andina representó una fractura en el proceso integrador latinoamericano iniciado por la Alalc. Esa fractura fué derivada de la insatisfacción de algunos países medianos y pequeños componentes de la Alalc por los pocos resultados alcanzados en el ámbito económico e institucional. La tesis también constata la variación de motivos para establecer procesos de integración regional en América Latina los cuales fueron adecuándose a las mutaciones históricas y socioeconómicas mundiales y que fueron identificadas por la teoría como regionalismos. Se identifica también el papel importante que la Comisión para América Latina y el Caribe – Cepal ejerció influenciando y motivando los procesos de integración en la región. Tanto en el período, identificado como primer regionalismo (1960-1980), cuyo marco iductor fué el proceso de substitución de importaciones, como en el segundo proceso, pero con menos fuerza, identificado como Regionalismo Abierto (a partir del final de la década de 1990). Finalmente, a partir del análisis de la Comunidad Andina, se perciben las dificultades estructurales para ejercer procesos de integración regional. Esas dificultades derivan del incumplimiento de metas fijadas en los Acuerdos iniciales, en la falta de infraestructura socioeconômica de los países miembros, en la poca representatividad comercial del bloque en ámbito internacional y, principalmente, en las diversas formas de comprometimiento de los países para inserirse dentro del proceso de integración regional, cuestiones que caracterizan barreras estructurales y traban la integración.

Palabras-clave: Integración Regional Latinoamericana, Regionalismos, Regionalismo Abierto, Comunidad Andina.

INTRODUÇÃO

A integração regional constitui uma estratégia de desenvolvimento econômico importante para os países. Dada a impossibilidade de exercer plenamente o livre comércio em escala mundial, partindo da perspectiva da teoria econômica clássica, o agrupamento de economias com propostas de integração em vários níveis e etapas, torna-se uma alternativa relevante (*second best*) se comparada à opção simplista de exercer comércio por meio de mercados autárquicos e individualizados.

A teoria da integração regional identifica vários níveis e estágios desse processo e propõe a possibilidade de estabelecer políticas de desenvolvimento econômico. Seguindo essa perspectiva, especificamente a partir da segunda metade do século XX, estabelecem-se, no mundo, várias tentativas formais de integração regional, motivadas principalmente, pela possibilidade de superar crises e pela necessidade de estabelecer processos de desenvolvimento econômico de forma mancomunada.

Na Europa a experiência mais bem sucedida de integração regional é a atual União Europeia (UE). Caracterizado pela sua solidez jurídica e institucional, pelo grau avançado de equiparação e integração de políticas macroeconômicas e, principalmente, pela relevância econômica mundial dos seus países-membros, esse bloco inspirou e motivou outros que viram nessa integração a possibilidade de melhorar significativamente seus estágios de desenvolvimento.

Na América Latina, o desejo integrador nasce na independência da colonização europeia (principalmente da espanhola), no século XIX, e na formação das novas repúblicas. Os próceres dessa independência foram os que pregaram este ensejo e usaram este argumento para motivar uma unificação latino-americana que mais tarde adotaria uma série de características

diferenciadas. O maior representante desse movimento foi Simon Bolívar quem na sua famosa Carta de Jamaica, escrita em 1815, conclama as Repúblicas para uma unificação que estaria fundamentada na identidade e na história desses povos. “Eu desejo, mais do que qualquer outro, ver formar-se na América, a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza, do que pela liberdade e glória” disse. Era notório que o discurso de Bolívar estaria submerso mais na motivação política para a libertação dessas Repúblicas do que no anseio de ver a agregação econômica desses países. Talvez, por isso o processo de integração na América Latina tenha sido caracterizado por ações intermitentes, que variaram de objetivos ao longo do processo histórico, político e econômico da região. Essa afirmação pode ser constatada no decorrer da formação econômica e social dos países Latino-americanos, caracterizados pelo pouco dinamismo econômico das suas economias monocultoras, pelas grandes carências de infra-estrutura econômica e social e, principalmente, pela significativa dependência com os grandes centros produtores mundiais. A essa problemática somam-se os constantes estranhamentos internos na região, motivados por disputas territoriais e riquezas.

Mesmo com esse panorama, o desejo de integração seria resgatado, com maior ênfase, na segunda metade do século XX. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal, fundada em 1948, se encarregaria de incentivar o processo por meio de um arcabouço teórico destinado a entender as diferenças entre economias centrais e periféricas, e, principalmente, a identificar as deficiências resultantes da interação econômica entre esses dois tipos de economias (deterioração de termos de troca), a Cepal sugeriria a Industrialização por Substituição de Importações (ISI) como estratégia de desenvolvimento das economias latino-americanas. Esse processo teria, preponderantemente, a participação ativa do Estado e seria direcionado às economias internas que, por sua vez, poderiam estabelecer uma integração regional para a consolidação de um mercado interno mais amplo e diversificado.

A idéia de integração estaria, portanto, sempre ligada à vontade libertadora panamericana de Bolívar. Essa seria, a partir de então, a principal argumentação para estabelecer processos integradores na região. Embora esta justificativa tenha sido usada mais como arenga do que sentimento enraizado nos países da América Latina.

Tal justificativa somada ao arcabouço teórico da Cepal e às políticas de planejamento dirigido dos Estados latino-americanos fez surgir, em 1960, a Associação Latino-americana do Livre Comércio (Alalc) tido como primeiro processo formal de integração regional na América Latina.

O palco histórico para essa integração seria o chamado primeiro regionalismo, que na Europa faria surgir o Tratado de Roma e a Associação Européia para o Livre Comércio (AELC), os quais mais tarde consolidariam a União Européia e na América Central surgiria o Mercado Comum Centro americano (MCCA).

A Alalc representou a junção de onze países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), que apesar de pertencerem às mesmas raízes históricas, apresentavam uma evidente disparidade na estruturação das suas economias e nos seus graus de desenvolvimento.

Apesar do relativo sucesso inicial referente aos cinco primeiros anos da Alalc, período quando o nível de exportações intra e extra-bloco aumentou significativamente (onze vezes), os ganhos desse incremento comercial não foram distribuídos de maneira uniforme para todos os membros o que provocou insatisfação por parte dos países médios (Chile, Colômbia, Peru e Venezuela) e pequenos (Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai) iniciando assim certa desconfiança sobre os verdadeiros benefícios e beneficiários da integração regional. Nesse mesmo contexto, os ganhos dos países grandes (Brasil, Argentina e México) foram significativos, derivados do incremento do volume de exportação de seus produtos manufaturados.

A partir desse descontentamento surgiriam diversas posturas por parte dos governos dos países-membros, principalmente, de contestação e de descumprimento de Acordos inicialmente adotados.

Posteriormente, as normas e tratados foram flexibilizados assim como a vontade de integração perdeu força na região. Esse panorama faria surgir um bloco sub-regional, em 1969, a partir da assinatura do Tratado de Cartagena, que teria o nome de Comunidade Andina (CA).

Caracterizada pela junção de economias similares, derivadas de um mesmo legado histórico e com características de subdesenvolvimento homogêneas, a CA seria vista como um processo de integração sub-regional dentro de uma integração maior (Alalc), porém, com comprometimento maior para aprofundar a integração regional de *facto*. A CA proporia o adensamento da integração a partir da estruturação de um tecido institucional e jurídico com características supranacionais e, principalmente, com o objetivo velado de desenvolver economicamente os seus países-membros.

Posteriormente, dada a impossibilidade de manter os mesmos objetivos iniciais de integração da Alalc, seria criada, em 1980, a Associação Latino-americana de Integração (Aladi). Com propostas mais flexíveis de integração, assim como o afrouxamento de compromissos de desenvolvimento, a Aladi já não teria o vigor integrador inicial da Alalc e se constituiria unicamente em uma representatividade burocrática.

Além dos poucos benefícios obtidos nos processos de integração na América Latina, é importante ressaltar o impacto das crises econômicas sofrido pelos países-membros. Nessa perspectiva, o projeto de integração cedeu lugar à priorização de políticas de ajuste interno e de diminuição das crises decorrentes do endividamento externo e do processo inflacionário dos países na década de 80. Mais tarde, no final desta década, o fundo histórico caracterizado pelo processo de internacionalização do capital e de abertura de mercados seria identificado como segundo regionalismo, sendo visto como um novo condicionante motivador para o processo de

integração regional. Nesse período se acirrariam os níveis de concorrência mundial e se incrementaria significativamente o bilateralismo.

Na América Latina, a Cepal inseriria no seu discurso o conceito de Regionalismo Aberto o qual consistiria em aproveitar o processo de abertura comercial e de internacionalização do capital, a partir de estratégias previamente acordadas, de integração regional dos países latino-americanos.

Considerando essa problemática como pano de fundo, **o objetivo central desta tese é analisar as motivações presentes no processo de integração da América Latina, tendo como estudo de caso o surgimento da Comunidade Andina.**

Entende-se que o surgimento desse bloco sub-regional constituiu uma ruptura no processo integrador e, ao mesmo tempo, representou a formalização de uma estrutura mais avançada de integração no que se refere a objetivos e à consolidação de uma base jurídico-institucional carente na Alalc e Aladi. No entanto, percebe-se também que toda essa aparelhagem integradora não evitou as diversas mutações e comportamentos variados dos governos dos países-membros em relação ao cumprimento de Acordos e Decisões estipulados no Tratado de origem. Essa alternância de comprometimento com a integração regional somada com a pouca relevância econômica do bloco resultaria em uma desconfiguração dos objetivos traçados inicialmente assim como o estabelecimento de uma nova agenda integradora com compromissos mais flexíveis e variáveis.

Parte-se da hipótese principal de que o **surgimento da Comunidade Andina representou uma ruptura no processo de integração da região**, a qual foi motivada pelo elevado grau de insatisfação das economias médias e pequenas pertencentes à Alalc e que não estariam sendo retribuídas com a alocação de benefícios produzidos pela integração regional.

Este trabalho de pesquisa foi dividido em quatro capítulos, além dessa introdução e das considerações finais, a saber:

O primeiro capítulo analisa a conceitualização da integração regional a partir da visão clássica da teoria. Contextualiza-se o conceito, as motivações e a tipologia da integração regional além de discutirem-se os principais limitantes e conflitos derivados do processo. O principal objetivo desse capítulo é entender os fatores que influenciam a integração regional e que fazem dessa união uma política de crescimento ou de desenvolvimento econômico. Essa análise servirá como base para tipificar e discutir, posteriormente, o processo integrador na América Latina.

O segundo capítulo relata as origens da integração regional na América Latina, fazendo uma rápida revisão do surgimento das motivações integradoras o qual se remonta aos tempos da independência das repúblicas latino-americanas e permanece latente nas tentativas de integração. Esse capítulo aborda também a formalização da integração na América Latina com a formação da Alalc, em 1960, e da sua substituta Aladi, em 1980. Mostra-se basicamente que os anseios e motivações integradores foram mudando à medida que o comprometimento dos governos dos países-membros variou e os ganhos derivados dessa integração foram sendo perceptíveis. Além disso, percebe-se a influência que a conjuntura econômica mundial (crises do petróleo) e interna (endividamento e períodos inflacionários) dos países-membros exerceu sobre a integração. Nesse capítulo também são apresentados os limitados estímulos e os poucos resultados desse processo como fatores motivacionais, por outro lado, pelo incremento do bilateralismo, que por sua vez passaria a ser um limitador do processo de integração regional.

O terceiro capítulo analisa o surgimento da Comunidade Andina no contexto do processo de integração regional Latino-americano. A análise desse bloco se faz tendo como referência quatro momentos históricos bem definidos: o primeiro, em 1969, corresponde à formação até o fim da pujança econômica inicial, 1976. O segundo se caracteriza por um

período entre 1976-82, de crescente questionamento e perda de dinamismo econômico e institucional. O terceiro momento, entre 1983-88, é caracterizado pela profunda crise financeira e regressão do processo integrador. E, finalmente, o último momento é o de reativação entendido como o da "integração e a abertura externa", compreendido a partir do ano de 1989 até a atualidade.

No quarto e último capítulo, faz-se um balanço econômico dos principais indicadores de integração regional da Comunidade Andina, bem como se analisam perspectivas e direcionamentos do bloco.

A metodologia para realização deste trabalho baseou-se na elaboração de um *survey* histórico em profundidade de acompanhamento do processo de integração da CA. O uso dessa metodologia tem como finalidade verificar as vulnerabilidades e as motivações desse processo de integração regional nos países-membros da CA. Utilizou-se na literatura um embasamento teórico da integração regional e do regionalismo. A lógica da integração regional deriva do incentivo à competição e concorrência internacional, características da internacionalização do capital. A partir desse embasamento teórico, mostra-se como na América Latina se deu esse processo integrador, que foi influenciado pelas propostas Cepalinas de desenvolvimento e Industrialização via Substituição de Importações (ISI). Os documentos referentes à criação da Aladi e Alalc foram utilizados para entender, mais profundamente, as motivações da integração latino-americana.

Toda essa análise é importante para entender como os processos de integração, estabelecidos na América Latina, tiveram diversas motivações e graus de entendimento e compromisso. Embora o principal agente motivador tenha sido o legado histórico do pan-americanismo bolivariano, percebe-se que variáveis de cunho econômico (como incremento de comércio e de investimentos externos diretos) pesam mais na decisão de aprofundar a integração do que perspectivas de longo prazo de desenvolvimento econômico. A

Comunidade Andina é uma amostra clara dessa percepção a qual caracteriza seu estado atual: um sistema avançado de integração com elementos jurídicos e institucionais de características supranacionais (inexistentes em outros blocos), porém, sem mecanismos de agregação econômica suficientes para dinamizar a economia dos seus países-membros.

Para desenvolver essa tese foram utilizados diferentes meios de pesquisa. Primeiramente, foi realizada uma coleta de dados na biblioteca da Cepal (Chile). A convite dos doutores Fernando Masi, Raúl Maldonado e Mikio Kuwayama, com quem o autor teve a oportunidade de realizar entrevistas e trocar informações sobre os processos de integração regional na América Latina e o Caribe. Assim como também foi discutido o papel desse órgão como irradiador de elementos teóricos importantes que sinalizaram e guiaram os processos integradores na região. Posteriormente, contou-se com a sempre disponível ajuda da Associação Latino-americana de Integração (Aladi) na pessoa do senhor Didier Opertti Badán, quem, a todo tempo, demonstrou-se aberto a discutir o tema de integração e, principalmente, o papel desenvolvido pela Aladi no contexto integrador.

Para discutir a composição da Comunidade Andina, o principal banco de dados utilizado foi desse próprio órgão. A série histórica dessa instituição foi importante para analisar os indicadores econômicos e de integração regional do bloco e avaliar finalmente o resultado obtido até hoje desse processo.

Finalmente, foram revisados, em sua maioria, os Tratados, as Decisões e os Acordos, dentro de uma linha cronológica (ver Anexos), que formalizaram o processo de integração regional na América Latina. Alguns dos principais documentos fazem parte dos anexos desta tese.

Espera-se que este trabalho contribua para a discussão sobre integração regional, dada a sua importância no desenvolvimento econômico dos países latino-americanos.

CAPÍTULO 1: A INTEGRAÇÃO REGIONAL: CONCEITOS, MOTIVAÇÕES LIMITANTES E CONFLITOS

INTRODUÇÃO

A teoria de integração regional surge como desdobramento da teoria clássica de comércio internacional. O principal motivo para o surgimento desse conceito é a percepção de que a teoria clássica possui elementos muito estáticos de análise para entender processos de agregação econômica caracterizados pela prática de proteção e liberalização tarifária do comércio.

Segundo URQUIDI (1966), existem, dentre outros, três aspectos importantes que precisariam ser incrementados à análise da teoria clássica do comércio internacional: o primeiro, diz respeito à inserção da mudança tecnológica e suas possíveis alterações nas relações econômicas dos países e na criação das vantagens comparativas destes. Nesse sentido, a mudança tecnológica pode impactar nos níveis de produtividade das empresas, na otimização do uso dos fatores de produção e, também, pode beneficiar o processo de substituição de importações. O segundo aspecto refere-se à modificação da quantidade dos fatores de produção a serem utilizados na produção de bens e serviços (elasticidade preço da oferta). Em um contexto de comércio internacional, dependendo da combinação desses fatores, os resultados podem afetar a capacidade de exportar ou a capacidade de substituir as importações de um país. O terceiro aspecto refere-se à existência de custos decrescentes das empresas. Com a capacidade de mudança tecnológica, as empresas produzem em grande escala, diluindo, ao longo do processo, os custos unitários dos seus produtos; esta ação afeta diretamente o

comércio internacional e, principalmente, os preceitos da teoria clássica forçando, desta maneira, a inserção de políticas protecionistas na prática do livre comércio.

Isto posto, segundo KRUGMAN e OBSTFELD (2001), os conceitos de economias de escala e de inserção tecnológica possuem implicações importantes para a política de liberalização comercial, considerando que os acordos de integração regional podem, sob certas condições, ser mais adequados do que uma liberalização geral do comércio realizada de maneira unilateral.

A partir dessa constatação, surge a procura por uma análise mais dinâmica e adaptada a um aspecto geográfico menos abrangente e menos rígido que, ao mesmo tempo, possa também permitir, perante a integração de economias, o crescimento e desenvolvimento econômico dos países. Porém, mesmo admitindo essa variação de conceito, a teoria clássica tradicional do comércio internacional, considerada como melhor opção de crescimento e desenvolvimento econômico (*first best*), não perde sua validade estrutural, admitindo-se assim que a prática de proteção e liberalização tarifária do comércio constitui uma opção “sub-ótima” do livre comércio (*second best*).

Este capítulo será dividido da seguinte forma: primeiramente, far-se-á um mapeamento teórico da integração regional, destacando a importância do processo de integração para a promoção do crescimento econômico dos países, por meio de aumento de comércio; na sequência, trabalhar-se-á com as motivações do processo de integração regional pelos países-membros, em decorrência da restrição de uma abertura comercial ampla e irrestrita com todos os países; na terceira parte deste capítulo, discutir-se-á a tipologia de estratégias de integração regional com destaque para o multilateralismo e o regionalismo adotado por um país ou por um conjunto de países para promoção do desenvolvimento econômico regional; na última parte deste capítulo, apresentar-se-ão os limitantes e conflitos de um processo de

integração regional, que podem acontecer em decorrência de assimetrias em vários aspectos sociais, políticos e econômicos. Por fim, uma breve conclusão sobre os itens discutidos anteriormente.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEORIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

A integração regional é a criação e a manutenção de intensos e variados padrões de interação entre unidades previamente autônomas, caracterizados por exercer um processo de cooperação intenso e prolongado entre atores de uma mesma região sobre qualquer âmbito material, especialmente nas relações econômicas e, em menor frequência, nas políticas e sociais.

Sobre a formalização e o procedimento desse processo, Balassa (1964) identifica vários estágios em função do regime que regula essas ações integradoras, a saber: áreas ou zonas de livre comércio e acordos de liberalização comercial; uniões aduaneiras; mercados comuns; uniões econômicas e monetárias e, por último, integração econômica total.

A **zona de livre comércio** é o primeiro estágio do processo de integração econômica entre países. Segundo Balassa (1964), numa zona de comércio livre, as barreiras ao comércio de produtos entre os países participantes são abolidas, portanto, cada país mantém as suas pautas próprias em relação aos países não-membros permitindo a possibilidade de multilateralismo.

A constituição da zona de livre-comércio é formalizada por um tratado entre os países interessados, no qual as partes negociam a criação de uma zona de livre-circulação de bens, sem a existência de qualquer tipo de barreira. Nesta forma, para impedir que países externos se beneficiem do acordo preferencial, é criado um importante instrumento de comércio chamado

regras de origem, as quais determinam a procedência dos bens que poderão se beneficiar das preferências negociadas.

A **União Aduaneira** é a segunda fase da integração econômica entre países. O estabelecimento de uma união aduaneira implica a equalização dos direitos em relação ao comércio com países não-membros, além da supressão das discriminações no que se refere aos movimentos de mercadorias no interior da união.

Neste modelo de integração, além da livre-negociação dos bens e serviços, as partes negociam uma tarifa externa comum (TEC) para delimitar a fronteira externa da união frente a terceiros países. Tal acordo exige a criação de um órgão de coordenação da política aduaneira e da política de comércio externo, com atribuições normativas.

O **Mercado Comum** é a formação de um mercado único entre os países-membros; é um processo mais avançado que a União Aduaneira, no qual o processo evolui para além da livre-circulação de bens e serviços e abrange o estabelecimento da livre-circulação de pessoas, serviços e capitais. Nesse estágio, são abolidas não só as restrições comerciais, mas também as restrições aos movimentos de fatores produtivos.

Segundo Thorstensen et al. (1994), essa forma de integração regional exige a criação de instituições supranacionais que determinem a legislação do mercado comum, além de políticas comuns acima das políticas nacionais; implica, também, a coordenação e harmonização da legislação fiscal, trabalhista e de sociedades. Por último, exige a criação de um orçamento comunitário que sirva como instrumento de implantação das políticas comuns.

A **União Econômica** pressupõe a implantação do mercado comum entre seus membros. Conforme Balassa (1964), uma união econômica diferencia-se de um mercado comum por associar a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e fatores a certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais, de forma a abolir as discriminações resultantes das disparidades existentes entre essas políticas.

Thorstensen et al. (1994) afirma que esse estágio exige uma coordenação muito estreita das políticas econômicas, principalmente, níveis compatíveis de taxas de juros, índices baixos de inflação e políticas monetárias de acordo com índices estabelecidos de déficits públicos. Nela, há a necessidade de um processo de ajustamento e convergências das taxas e câmbio para faixas compatíveis de flutuação; além disso, implica a criação de um sistema de bancos centrais independentes e de um banco central único.

A **Integração econômica total** é a forma final do processo de integração regional. Esse estágio pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, exigindo o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são obrigatórias para os países-membros (Balassa, 1964).

Esse estágio pressupõe a existência de um mercado comum e de uma união monetária. A união política exige a criação de uma política comum de relações externas, de defesa e de segurança.

Do ponto de vista teórico, esse estágio representaria uma alternativa prévia (*second-best*) à liberalização total e plena do comércio internacional.

Contudo, apesar de representarem estágios do processo de integração regional, estes não podem ser vistos como etapas para a integração. Ou seja, a tipologia apresentada por Balassa não necessariamente implicaria o cumprimento linear de cada uma.

A obtenção de qualquer determinado nível de integração dependia basicamente dos interesses expostos pelos países-membros. Ou seja, à medida que aumenta a intensidade das relações socioeconômicas, poderia ocorrer a evolução no processo integrador. Para isto, faz-se necessário dos países-membros a concessão de competências produtivas, tecnológicas e políticas; o estabelecimento avançado de comércio internacional e a atribuição de poderes de decisão por parte das instituições regionais as quais cederiam de forma exclusiva certas parcelas de soberania anteriormente próprias dos países-membros.

A literatura clássica sobre integração elaborada por VINER (1950), MEADE (1969) e LIPSEY (1960) relaciona a integração regional com a melhora do bem-estar da sociedade desses países, porque esta integração incentiva a especialização produtiva de cada país-membro e aumenta a possibilidade de cooperação econômica e social e das relações comerciais entre estes.

Segundo VINER (1950) o objetivo de uma integração regional seria a criação de comércio¹ já que a partir desse processo integratório haveria um aumento nos fluxos de comércio entre os países-membros, dada a diminuição tarifária e a eliminação de barreiras não-tarifárias, com a produção doméstica sendo substituída por importações mais competitivas dos países-membros.

O processo de integração regional, considerado como *second best*, seria preferível à situação de mercados autárquicos e constituir-se-ia no passo prévio para a liberalização mais ampla do comércio global (*first best*).

LIPSEY (1960) é mais enfático em relação à integração regional ao afirmar que, mesmo existindo desvio de comércio, haveria a geração de benefícios na estrutura produtiva e de consumo dos países envolvidos devido à diminuição dos preços relativos derivados da mudança e o dinamismo de comércio os quais afetariam também o bem-estar da população. O autor, ao contrário de VINER vê, mesmo no desvio de comércio, a oportunidade de aumento das importações beneficiando, assim, a capacidade de consumo e de produção dos países-membros.

Nesse contexto, a proteção tarifária seria muito importante para garantir a produção e o consumo. Na teoria elaborada por LINDER (1965), chamada de desvio eficiente de comércio,

¹ Criação de comércio se refere à geração de um incremento dos fluxos de comércio entre os países-sócios membros de um acordo de integração devido à desagravação tarifária e à eliminação de barreiras não-tarifárias, com a produção local menos eficiente sendo substituída pelas importações mais competitivas dos países-sócios. O conceito de criação de comércio se opõe ao de desvio de comércio que corresponde à diminuição de importações de terceiros países não membros do mesmo bloco em benefício do aumento das importações de outro país-sócio no bloco, como reflexo da existência de uma margem de preferência.

pressupõe-se que um país precisa importar dois tipos de produtos. O primeiro tipo serviria para a manutenção da atividade econômica (matérias primas, produtos semifaturados, produtos manufaturados e serviços) e o outro tipo se referiria à expansão da capacidade produtiva do país (bens de capital). Em um contexto de comércio internacional e, assumindo os problemas da elasticidade-preço entre países com diversos graus de desenvolvimento, se um país se deparar com a impossibilidade de produzir bens de capital para expandir sua atividade produtiva este não terá outra alternativa que importar esses bens. Em contrapartida, esse mesmo país se verá na obrigatoriedade de produzir os bens de manutenção da sua atividade econômica (caso este não apresente condições de pagamento desses bens com suas exportações). Daí a importância da integração.

A proteção tarifária se daria no âmbito da integração regional, descrito por BALASSA (1964) como a junção de economias com a intenção comum de provocar uma interdependência industrial capaz de remover os obstáculos que impedem atingir um crescimento equilibrado, especialmente, nos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, a ampliação de mercado, além de aumentar a oferta e a diversidade de bens (aumentando o bem-estar dos consumidores) e dos fatores de produção, pode promover também a ampliação da produção a custos e preços menores, a partir dos ganhos com economias de escala e de especialização. Em contrapartida, a maior competição em um mercado ampliado também aumentaria a eficiência dos produtores.

Segundo BALASSA (1964) e BHAGWATI (1965), o processo integrador provocaria consequências, a partir das economias externas as quais seriam produzidas pela inter-relação das indústrias (comércio intra-industrial), em um contexto de comércio internacional. Estas economias seriam capazes de diminuir custos e aumentar a renda dos países e as redes globais de comércio.

Dentro da integração regional esta inter-relação é fundamental, principalmente, se este processo for constituído por países com mercados de dimensão limitada. As economias de escala, a otimização da produção, a oportunidade de especialização em outras áreas industriais, a possibilidade de complementação produtiva e as economias externas (produto da inovação tecnológica) seriam fundamentais para o crescimento integrado dos países integrados.

1.2 MOTIVAÇÕES DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

A principal motivação para estabelecer um processo de integração é a melhora do bem-estar econômico e social dos países-membros. Por sua parte, os benefícios do processo de integração regional estão atrelados ao cumprimento e à execução dos acordos estipulados no início da integração.

Segundo SARTI (2001), os benefícios que o processo de integração pode propiciar são os seguintes:

- a) Maior diversidade de produtos, insumos e bens de capital (incluindo tecnologia);
- b) ganhos de eficiência técnica pela maior competição e melhor alocação de recursos, que promove redução de custos e elevação da produtividade;
- c) ganhos de escala e redução de custos unitários; e
- d) menor intervenção do governo e menores incentivos às atividades improdutivas (*rent-seeking*), como *lobbies*, contrabando, tráfico de influência e entre outros problemas sociais.

Nesse mesmo sentido, FERNÁNDEZ (1997) afirma que esse processo cria e diversifica o comércio, inserindo e proporcionando maiores fluxos de investimento, retornos crescentes de escala. O efeito positivo da integração regional possibilita o aumento do poder de barganha do bloco e incrementa a concorrência produtiva. Além disso, cria dispositivos de coordenação importantes para o desenvolvimento econômico e social desses países.

Para DORNBUSCH (1986), os benefícios de um processo integratório se refletem também no aumento das vantagens comparativas via intercâmbio industrial (aumenta o comércio intra-firmas) que, por sua parte, propicia diversificação e concorrência econômica. O autor discute as alternativas ao regime autárquico e conclui que é necessário analisar as especificidades de cada país ou de cada processo de liberalização. Também, é fundamental considerar o ponto de partida deste processo, ou seja, o grau de abertura comercial inicial do país com relação ao mundo.

1.3 TIPOLOGIA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Em um sentido mais amplo, o conceito de integração regional adquire, ao longo do tempo, variações conceituais derivadas das diversas maneiras de estabelecer o processo integrador. O processo histórico pauta a adaptação tipológica dessas definições as quais se iniciam pelo multilateralismo, incentivado pelos Estados Unidos, no período do pós-guerra, com o objetivo de estabelecer a aderência do seu comércio internacional com o maior número de países; passa pelo regionalismo, identificado como o projeto cujo objetivo é o de fundir política e economicamente países com percepções de desenvolvimento comum e chegando à regionalização, identificado como o processo em si da integração regional.

1.3.1 Multilateralismo, Regionalismo e Regionalização

Após a Segunda Guerra Mundial, observou-se o aparecimento de duas tendências aparentemente conflitantes no comércio internacional: o multilateralismo e o regionalismo. O primeiro, identificado com o Gatt², baseia-se no princípio da não-discriminação, ao passo que o segundo, identificado pela União Européia e outros blocos se assenta no princípio de preferências. (VIEIRA e CARVALHO, 1997).

Nesse contexto, entende-se por **multilateralismo** o processo iniciado, principalmente, pela economia americana no mundo com a finalidade de agregar o maior número possível de economias ao seu comércio internacional. Para DE MELO e PANAGARIYA (1995), o multilateralismo é a tentativa individual de um determinado país por estabelecer acordos regionais com o resto do mundo, principalmente, via acordos bilaterais. Esta tentativa carece de objetivos mais amplos de desenvolvimento econômico e, teoricamente, beneficia somente em curto prazo os pares envolvidos.

Em termos econômicos, o multilateralismo envolve conferências internacionais entre países com o objetivo de reduzir tarifas e outras barreiras ao comércio internacional, como é o

² Após a 2ª Guerra Mundial, vários países decidiram regular as relações econômicas internacionais, não só com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos, mas também por entenderem que os problemas econômicos influíam seriamente nas relações entre os Governos. Para regular aspectos financeiros e monetários, foram criados o Bird (Banco Mundial) e o FMI, e no âmbito comercial, foi discutida a criação da Organização Internacional do Comércio - OIC, que funcionaria como uma agência especializada das Nações Unidas.

Em 1946, visando a impulsionar a liberalização comercial, combater práticas protecionistas adotadas desde a década de 30, 23 países, posteriormente denominados fundadores, iniciaram negociações tarifárias. Essa primeira rodada de negociações resultou em 45.000 concessões e o conjunto de normas e concessões tarifárias estabelecido passou a ser denominado Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - Gatt.

Os membros fundadores, juntamente com outros países, formaram um grupo que elaborou o projeto de criação da OIC, sendo os Estados Unidos um dos países mais atuantes no convencimento da idéia do liberalismo comercial regulamentado em bases multilaterais. O foro de discussões, que se estendeu de novembro de 1947 a março de 1948, ocorreu em Havana, Cuba, e culminou com a assinatura da Carta de Havana, na qual constava a criação da OIC. O projeto de criação da OIC era ambicioso pois, além de estabelecer disciplinas para o comércio de bens, continha normas sobre emprego, práticas comerciais restritivas, investimentos estrangeiros e serviços.

Apesar do papel preponderante desempenhado pelos Estados Unidos nestas negociações, questões políticas internas levaram o país a anunciar, em 1950, o não encaminhamento do projeto ao Congresso para sua ratificação. Sem a participação dos Estados Unidos, a criação da Organização Internacional do Comércio fracassou. Assim, o

caso do Gatt e, atualmente, da Organização Mundial do Livre Comércio (OMC). O princípio que embasa o acordo multilateral é o da não-discriminação, ou seja, cada país deve manter tarifas e outros regulamentos idênticos em relação aos outros países.

O princípio de não-discriminação é fundamental para que o sistema multilateral de comércio se desenvolva eficientemente. Este princípio está notadamente expresso, nos acordos do Gatt/OMC, através da cláusula de Nação Mais favorecida (NMF³).

De acordo com esta cláusula, os membros estão obrigados a conceder aos produtos dos demais membros um tratamento não menos favorável do que aquele que dispensam aos produtos de qualquer outro país-membro do sistema. Isto significa que se um país-membro outorga alguma vantagem tarifária a outro, deve imediatamente, estender o mesmo benefício a outros países-membros da OMC. Esta obrigação não se restringe somente às importações como, também, abrange as exportações.

Por sua vez, o **regionalismo** baseia-se no princípio das preferências, ou seja, através da determinação de tarifas preferenciais para os países participantes. A integração de um conjunto de países objetiva liberalizar o comércio entre os países-membros e regulamentar barreiras em relação aos outros países. (WAQUIL, 1997)

Em contrapartida, seguindo as definições formalizadas pelo grupo de Economia Política Internacional da Universidade de Sheffield⁴ e dos membros do Instituto de Pesquisa Sumitomo Life⁵, entende-se o regionalismo como projeto e a regionalização como processo.

Gatt, um acordo criado para regular provisoriamente as relações comerciais internacionais, foi o instrumento que, de fato, regulamentou por mais de quatro décadas as relações comerciais entre os países.

³ Se a qualquer momento um país reduzir suas tarifas aduaneiras de nação mais favorecida, para uma ou mais mercadorias incluídas neste Acordo, a tarifa aduaneira aplicada ao comércio recíproco deverá ser ajustada. Nos casos em que um país reduzir sua tarifa para um nível igual ou inferior à tarifa residual vigente, a tarifa aplicada ao parceiro comercial será determinada de acordo com o seguinte cálculo:

$$Res_{imod} = NMF_i - \frac{(B_o - Res_i)}{B_o} * NMF_i$$

Sendo que: NMF_i = tarifa nmf aplicada nesse momento; B_o = tarifa de base estabelecida no Programa de Eliminação Tarifária; Res_i = tarifa residual correspondente ao período de eliminação atual; Res_{imod} = tarifa residual aplicada ao parceiro preferencial modificado.

Em um sentido mais amplo, regionalismo abrange as iniciativas políticas de representantes governamentais para estreitar a cooperação política e econômica entre estados e atores que conformam parte de uma mesma região. O conjunto de projetos políticos que surgem da interação entre atores governamentais estatais e atores não-governamentais e transnacionais são parte da corrente regionalista (fundamentalmente, empresas nacionais, grupos de pressão e empresas multinacionais).

O regionalismo também pode ser definido como uma ferramenta de proteção pelos países-membros, na tentativa de delimitar o grau de concorrência internacional.

Segundo BHAGWATI (1995), o regionalismo constitui uma ameaça para o regime multilateral se as iniciativas regionais não são compatíveis com os objetivos do multilateralismo. Por isso, segundo o autor, as iniciativas regionais não deveriam ser empreendidas como ações isoladas, senão como parte de uma estratégia mais genérica que facilite a transição em direção ao multilateralismo sem tentar substituí-la. Esse tipo de regionalismo é definido por BHAGWATI como regionalismo programático.

Em contrapartida, a **regionalização** é o conjunto de processos de integração que se dá de forma efetiva no interior de um ou de vários âmbitos geográficos regionais; esse fenômeno comporta a intensificação das relações entre atores estatais e não estatais que formam parte de uma mesma região; porém, à diferença do regionalismo, o caráter político ou o referente ao institucional desses processos não está sempre presente, nem é necessário. É a intensidade das interações sociais e, especialmente, a das interações econômicas, que permitem visualizar a existência dos processos de regionalização nos quais convivem tanto interesses econômicos como elementos ideológicos, culturais.

⁴ GAMBLE e PAYNE (1996)

⁵ YOSHIDA, AKIMUNE, NOHARA e SATO (1994)

O conceito de regionalização remete a uma intensificação das interações econômicas entre determinados grupos de países que guardam entre si certa contigüidade, vizinhança ou proximidade geográfica. Em alguns casos esses países se articulam em uma configuração periférica em relação a um centro, o qual desempenha um papel dominante e orientador (ALPERSTEIN, 2002). Em outros casos pode tratar-se de uma relação interpares. Essas dinâmicas regionais respondem a muitos fatores, tais como a dimensão territorial, demográfica e econômica de cada país; a proximidade geográfica entre eles, sua história, as posições relativas ao poder político, econômico, militar e sua afinidade cultural ou idiomática.

Para OMÁN (1996), a regionalização é um processo que complementa a internacionalização do capital (globalização) a qual é vista como uma força com características microeconômicas de entrelaçamentos de fluxos de capital. Nesse caso, a regionalização torna-se uma resposta política à globalização já que estimula a concorrência interna, a estabilidade e a credibilidade.

1.3.2 Os dois Regionalismos e o Regionalismo Aberto Latino-americano

De alguma maneira, os benefícios gerados pela integração econômica, comercial e social incentivam a formação de acordos de cooperação entre os países. O primeiro regionalismo compreende o período 1960-1980 e o segundo regionalismo é datado a partir da década de 1980.

O **primeiro regionalismo** surgiu nas décadas de 1960 a 1970 (DE MELO e PANAGARIYA, 1995). Nos países desenvolvidos, esse processo se iniciou com a assinatura

do Tratado de Roma⁶ e a Associação Européia para o Livre Comércio (AELC)⁷. Na América Latina, com auspícios do pensamento econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e sob a estratégia de desenvolvimento econômico via industrialização por substituição de importações (ISI)⁸, o primeiro regionalismo se inicia com a formação da Associação Latino-americana do Livre Comércio (Alalc⁹) em 1960, o Mercado Comum Centro americano (MCCA¹⁰) em 1960 e o Pacto Andino¹¹ em 1969.

A Alalc não chegou a tornar-se um mercado comum de fato e, posteriormente, uma nova versão desse tratado foi assinada em 1980, criando a Aladi¹² (Associação Latino-americana de Integração).

Este primeiro regionalismo, na América Latina, foi fortemente influenciado pela teoria de deterioração dos termos de troca da Cepal. Segundo esta teoria, a diferença da elasticidade-demanda entre os países desenvolvidos e não desenvolvidos provoca uma troca desigual de possíveis ganhos derivados do comércio internacional. O fato é que os países em desenvolvimento exportam produtos básicos e sem muito valor agregado ao mesmo tempo em que importam produtos manufaturados provenientes dos centros desenvolvidos; nessa troca haveria uma perda significativa de ganhos do comércio, tendo em vista que somente os possíveis ganhos tecnológicos das atividades primárias seriam transferidos (para os países desenvolvidos). Por outro lado, não aconteceria o mesmo com os ganhos tecnológicos da atividade manufatureira em direção aos países em desenvolvimento. A saída, segundo a Cepal,

⁶ A qual formaria a Comunidade Européia, esta integração incluía inicialmente a França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. O objetivo inicial deste tratado era a formação de uma União Aduaneira.

⁷ Os países que assinaram inicialmente este acordo foram: Reino Unido, Áustria, Suíça, Noruega, Dinamarca e Portugal. Contrariamente à Comunidade Européia, a AELC tinha como objetivo a redução de barreiras internas ao comércio exterior mas não pretendia alcançar uma tarifa externa comum.

⁸ A industrialização por substituição de importações visava a atenuar a deterioração dos termos de trocas nos países da América Latina. Essa estratégia vai ser amplamente discutida nos próximos capítulos.

⁹ Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e Bolívia. Depois instituiu mais 4 países: Colômbia, Equador, México e Venezuela.

¹⁰ Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

¹¹ Cabe destacar que o Pacto Andino se forma, dado ao tratamento insuficientemente equitativo, dado pelos países considerados grandes dentro da Alalc. Assim sendo, Bolívia, Chile, Equador, Peru e Venezuela, sem apartar –se definitivamente da Alalc formam o Pacto Andino.

seria iniciar um processo de industrialização por substituição de importações na tentativa de conseguir equalizar os ganhos do comércio internacional entre estes dois tipos de países. Embora não se tenha apontado explicitamente, a integração regional entre países subdesenvolvidos na procura de equilibrar esta deterioração dos termos de troca, seria uma alternativa plausível. Nesse contexto, a proteção comercial extra-região seria uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento econômico dos países. Nesse ponto, esta teoria contrapõe-se à teoria clássica da especialização e das vantagens comparativas e a possibilidade de estabelecer condições para viabilizar o livre comércio em patamar mundial. Portanto, o processo de substituição de importações deveria ser dado em escala de consenso e coordenado entre países com semelhanças de tamanho e de problemática econômica e social (PREBISCH, 1965).

O **segundo regionalismo**, chamado também de regionalismo aberto ou novo regionalismo, surgiu a partir da década de 1980 (BHAGWATI, 1995), impulsionado pela abertura comercial mundial, diminuição das barreiras ao comércio inter-regional, pelo acirramento do comércio internacional e pela procura de tarifas externas comuns. Nessa época, os Estados Unidos adotaram a estratégia regional para negociar seus interesses comerciais, dada a insatisfação em relação às políticas estabelecidas pelo Gatt e a incerteza do desfecho da Rodada Uruguia. Esta mudança de comportamento é denominada por BHAGWATI (1965) de conversão estadunidense do multilateralismo ao regionalismo.

Nos outros países desenvolvidos, especificamente na Europa, esse processo se deu com a assinatura do tratado de Maastricht em 1991 o qual propiciaria a formação da União Monetária em 1999. Na América do Norte, firmaram-se vários acordos bilaterais dentre eles destacam-se os assinados entre os Estados Unidos e Israel¹³ e entre Estados Unidos e Canadá¹⁴

¹² Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

¹³ Este tratado, assinado em 1985, tinha como finalidade a eliminação de todas as taxas de intercâmbio bilateral durante dez anos.

no qual depois se inseriria o México e o Chile¹⁵ formando o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

Essa nova forma de encarar a integração econômica regional passa a ser percebida favoravelmente por políticos e setores empresariais os quais veriam nela:

- a) uma estratégia para melhorar a inserção econômica e internacional e a adaptação às condições de concorrência impostas pelos processos constitutivos da globalização produtiva, tecnológica e econômica;
- b) uma estratégia de desenvolvimento econômico capaz de outorgar preferência ao comércio regional, porém, sem afetar a liberalização multilateral;
- c) um mecanismo de defesa perante as ameaças externas (potências econômicas, situações de crises etc.) já que formar parte do projeto regional pode incrementar o poder de negociação e com ele a dos países participantes;
- d) um mecanismo de garantia da estabilidade e credibilidade econômica de vez que a participação em projetos regionais exige dos responsáveis governamentais a manutenção dos compromissos para com as políticas econômicas rigorosas.

Esse novo regionalismo caracteriza-se, também, pela tentativa de realizar acordos hemisféricos. Talvez o mais importante na América seja a tentativa de formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca¹⁶), cujas negociações se iniciaram em 1998. Esta tentativa de integração regional envolve países com heterogeneidades produtivas substanciais e marcadas diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico.

¹⁴ Este acordo se firmou em 1987 e contemplava a eliminação das taxas por um prazo de dez anos iniciando em 1989.

¹⁵ O Chile tornou-se membro do NAFTA recentemente, diante da estratégia chilena voltada para o Norte, o que demonstra pouco interesse na América do Sul.

¹⁶ Bloco que pretende ser o maior do planeta, reunindo os 34 países do continente americano – que somam um Produto Interno Bruto de quase US\$ 11 trilhões e mais de 808 milhões de habitantes (Cepal, 2003).

Na América Latina, o novo regionalismo¹⁷ é chamado de **regionalismo aberto**, pela Cepal e pode ser entendido como uma estratégia de procura da eficiência econômica a partir da integração regional, tendo como objetivo melhorar a posição da região no novo contexto internacional (BRAGA, 2002). A busca pela integração econômica regional se justificaria por dois motivos básicos:

- a) Conseguir uma economia internacional sem protecionismos, e
- b) Servir para o bloco latino-americano como mecanismo de defesa capaz de compensar, em parte, os custos de um possível isolamento.

Segundo a Cepal (2000), o regionalismo aberto é o processo que surge ao serem conciliados os dois fenômenos: a interdependência nascida de acordos especiais de caráter preferencial e a que é basicamente impulsionada pelos sinais do mercado, resultantes da liberalização comercial, em geral. O que se persegue com esse processo é que as políticas explícitas de integração sejam compatíveis com as políticas necessárias para elevar a competitividade internacional e que estas se complementem.

Segundo SARTI (2001), desta maneira não se trata mais de promover unicamente a industrialização pela substituição de importações, mas de promover as exportações e conquistar acesso amplo em mercados altamente dinâmicos e competitivos. Por isso, os acordos de integração regional devem não só ser compatíveis com o objetivo do persistente incremento da competitividade internacional, mas, inclusive, um instrumento para atingir esse objetivo. A

¹⁷ O conjunto de iniciativas políticas que proliferaram desde o fim da década de 1980 com a intenção de criar ou reativar os mecanismos de integração econômica regional em diversas regiões do mundo é denominado de novo regionalismo. Na América Latina adotaram-se importantes iniciativas para revitalizar projetos já existentes, a saber: o Plano de Ação Econômica para América Central (MCCA) em 1990; o Protocolo de Tegucigalpa que estabelecia o Sistema de Integração Centro americana (SICA) em 1991; o impulso da integração andina no Pacto Andino desde 1991; o Protocolo de Trujillo (1996) e do Protocolo de Sucre (1997) que converteram o Pacto Andino em Comunidade Andina a partir de agosto de 1997; e a assinatura de numerosos “acordos de complementação econômica” dentro do marco da Associação Latino-americana de Integração (Aladi). Por outro lado, na década de 1990, surgiram novos projetos de integração, a saber: O Grupo dos Três, compostos por Colômbia, México e Venezuela em 1990; Mercosul, envolvendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 1991; o Tratado de Livre Comércio da América do Norte em 1992, com a participação do México; a criação da Associação dos Estados do Caribe (AEC) promovida pelo Mercado Comum do Caribe (CARICOM) em 1994; e a proposta americana em 1994 para criar a Área do Livre Comércio das Américas (Alca).

¹⁷ Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

integração regional não constitui mais um objetivo próprio, e sim apenas um meio para se construir uma futura economia internacional livre de protecionismo e de barreiras para a troca de bens e serviços. Para tanto, a integração regional deve ser compatível com uma ordem econômica internacional mais aberta e transparente; com isso não discriminar o comércio com terceiros países constitui uma preocupação constante e central dos formuladores do regionalismo aberto.

Esse novo processo de integração regional também se caracteriza por ser compatível com o multilateralismo. A própria Cepal afirmava que seria possível compatibilizar o processo de regionalismo aberto com o da multilateralização. Ou seja, seria possível fomentar tanto a liberalização comercial intra-regional, como também, a abertura comercial seletiva com o exterior.

Nesse contexto, agora, a integração regional apareceria como um processo que deve ser compatível e subordinado ao processo mais amplo de abertura multilateral, defendido e estimulado pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (SARTI 2001).

Dessa maneira, o novo regionalismo latino-americano dos anos 1990 se caracteriza pela sua diversidade, impulso governamental, pelo protagonismo empresarial e por manter compatibilidade com o multilateralismo. Outro ponto importante a anotar é o caráter defensivo que o novo regionalismo impõe e que pauta a estruturação dos novos blocos como o Mercosul¹⁸.

Tendo em vista o processo histórico de integração, especificamente na América Latina, pode-se observar uma franca mudança na estratégia de integração regional, a qual passa da tentativa de desenvolvimento de seus países utilizando o processo de substituição de

¹⁸ Nesse marco surge o Mercado Comum do Sul (Mercosul) reunindo, inicialmente, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai com Bolívia, Chile e Peru como membros associados.

importações (ISI), no primeiro regionalismo, para uma procura da consolidação, regional de uma inserção econômica mundial mais adequada com as prerrogativas do processo de internacionalização do capital (NESADURAI, 2002).

Segundo BRAGA (2002), outra característica importante, apontada pela Cepal sobre o regionalismo aberto na América Latina é a importância que o investimento privado, tanto das empresas do bloco como nas empresas transnacionais, possui no processo de integração. O empresariado privado teria uma participação fundamental na condução do processo juntamente com a condução do Estado como agente coordenador. Nesse sentido, o Estado deixaria de ser o único promotor de desenvolvimento regional. Para isso o processo de flexibilização dos mercados seria fundamental. Sendo assim, a estrutura do regionalismo aberto estaria de acordo com o processo de internacionalização do capital, via de regra, constituindo um processo complementar.

Dentro de uma análise histórica, pode-se afirmar que o regionalismo aberto, tal qual foi proposto pela Cepal no início da década de 1990, representa uma estratégia de desenvolvimento mancomunada para os países da América Latina. Esta proposta é adaptada à realidade econômica internacional caracterizada pelo processo de abertura e de internacionalização do capital.

Embora, para alguns autores como CORAZZA e HERRERA¹⁹ (2004) o regionalismo aberto signifique uma ruptura do pensamento histórico Cepalino sobre o desenvolvimento da região, observa-se que a vontade desenvolvimentista, agora ampliada para um bloco de países, persiste, de uma maneira atualizada e ampliada à realidade mundial.

Portanto, o regionalismo aberto passa a ser uma estratégia de desenvolvimento plausível e coerente para a região, porém, sempre e quando se dêem as condições para seu

¹⁹ Para esses autores, a Cepal rompe com sua ótica desenvolvimentista ao propor que a liberalização do comércio e a abertura econômica, sustentada pela teoria neoclássica, substitua a sua tradicional visão de desenvolvimento interno. Segundo os autores, essa nova maneira de propor o desenvolvimento se opõe frontalmente às teorias de deteriorização dos termos de troca e à teoria da dependência defendidas pelo órgão no período 1950-1980.

desenvolvimento. Nesse sentido, o sucesso desse processo passa a depender dos interesses acordados e harmônicos dos países-membros visando ao desenvolvimento conjunto.

1.4 LIMITANTES E CONFLITOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Os benefícios da integração regional, anteriormente citados, tendem a estabelecer processos de bem-estar para os países-membros dos acordos. Porém, até chegar a sua consolidação é necessária a superação de uma série de limites que surgem *ex-ante* ou *ex-post* à integração regional.

A constatação é de que, apesar dos esforços de regionalismo, existem empecilhos limitadores da integração. Dentre esses limitantes, podem ser citados de maneira resumida os seguintes:

A persistência de barreiras não tarifárias derivadas de políticas protecionistas de países que, embora tendo aderido a acordos de integração, utilizam esses mecanismos para proteger determinados setores não competitivos. Exemplos desse tipo são as barreiras sanitárias assim como também a excessiva normatização burocrática (elevados custos de transação) para efetuar comércio regional.

Inadequações e incompleta implementação das normas comerciais, como a alteração nas Tarifas Externas Comuns (TEC) e a prática inesperada de salvaguardas protecionistas em setores não competitivos.

Morosidade e alongamento para o estabelecimento de acordos comerciais mais complexos de liberação econômica. Perante a constatação, em curto prazo, de perdas de mercados, países retardam a obtenção de metas mais complexas dos acordos regionais. Este

fator age de maneira negativa e coloca em evidência a seriedade do processo de integração, relegando-o à constituição única de acordos primários (acordos de primeira geração²⁰) de comércio internacional, caracterizados pela sua pouca abrangência e impacto no desenvolvimento econômico.

Heterogeneidade produtiva e de Infra-estrutura dada a existência de assimetrias nas estruturas dos países-membros. A possibilidade de deficiências no setor exportador dos países propicia uma deterioração dos termos de troca intrabloco, inviabilizando ou dificultando a possibilidade de uma integração regional. Da mesma maneira, a falta de infra-estrutura mínima diminui a competitividade dos países e marginaliza, de certa forma, setores potencialmente significativos para atingir o objetivo integrador.

Fraqueza institucional regional. A ausência de órgãos supranacionais normativos e controladores dos acordos na região gera incerteza sobre a obtenção dos objetivos iniciais ao acordo. Há ônus, também, pela necessidade de cumprir com os procedimentos impostos pelo acordo considerando a carência de mecanismos de controle e de punição perante a possibilidade de mudanças nas políticas comerciais dos países-membros.

Pouca ou limitada coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e sistemas tributários incompatíveis com mercados integrados e pouco atrativos para o fomento do comércio e de investimentos externos. Nesse mesmo sentido, outro fator que também limita o processo de integração é a vulnerabilidade macroeconômica. A possibilidade de existir vulnerabilidade macroeconômica, produzida pela inserção de políticas de estabilização e de abertura econômica ao capital financeiro internacional e os regimes cambiais divergentes onera o processo de integração regional, acirrando disputas comerciais intra-regionais e colocando em evidência acordos contratuais. A volatilidade dos fluxos financeiros contribui

²⁰ Acordos caracterizados pela simplicidade dos esquemas de desgravação tarifária de bens, muitos de caráter automático, com poucas listas de produtos e normas comerciais gerais para a defesa da concorrência.

para a instabilidade das economias. O comércio intra-regional é especialmente vulnerável a restrições sistêmicas no financiamento internacional de curto prazo. Ao mesmo tempo, a região pode carecer de sistemas e mecanismos próprios de pagamentos que sejam eficientes e minimizem os riscos inerentes às transações internacionais.

A ausência de mecanismos promotores de desenvolvimento econômico e social para compensar assimetrias nas diferentes zonas e regiões de integração. Por um lado, a falta de políticas industriais comuns constitui outro fator limitante. Isso evidencia a defasagem competitiva dos países-membros e aumenta as assimetrias produtivas na região. Por outro lado, a impossibilidade de compartilhar ou estender os benefícios sociais a novos membros por parte dos países líderes do bloco evidencia o limite da integração regional. Os efeitos da integração regional estão altamente condicionados por fatores de mercado local. Para tanto, são necessárias políticas nacionais eficazes e instituições democráticas a fim de garantir o acesso equitativo do público aos benefícios da integração regional.

O elevado grau de dependência comercial é outro limite à integração regional. Os países-membros que possuem forte dependência comercial com os mercados hegemônicos e, em alguns casos, possuem vantagens específicas (concessões tarifárias) com esses países dominantes, podem desestabilizar os acordos regionais. A partir da dependência com o país dominante, há possibilidades do estabelecimento de outros acordos bilaterais entre os países-membros e grandes mercados, podendo existir desvio de comércio. Em alguns casos, essa ambigüidade de interesses pode fragilizar a integração.

Os conflitos da integração regional derivam, precisamente, da dicotomia entre o discurso da vontade política (regionalismo) manifestada nos acordos iniciais e a real condução das políticas integradoras perante a problemática econômica e social dos países envolvidos.

Os empecilhos *ex-ante* e *ex-post* à integração regional colocam em evidência a real possibilidade de integração regional. Muitas vezes, a problemática sócio-econômica exige

atitudes de curto prazo que oneram e/ou fragilizam os processos de integração. Nesse caso, há constatação de que os acordos servem unicamente como diretrizes políticas a serem seguidas após superação das limitações internas dos países-membros.

CONCLUSÃO

Este capítulo procurou apresentar a concepção teórica do processo de integração regional. Primeiramente, tipificou-se o conceito e suas variantes adaptadas ao processo histórico mundial. Posteriormente, destacou-se que o processo de integração regional apresenta benefícios para os países-membros dos blocos econômicos. Esse processo pode aumentar o comércio intra-industrial e promover a especialização industrial, proporcionando economias de escala e aumento de comércio internacional.

Em contrapartida aos benefícios da integração regional, existem os limitantes deste processo, pois as estruturas políticas e econômicas diferenciadas podem levar a conflitos entre os países-membros, o que de certa forma pode fazer com que o processo de integração regional somente fique no plano político e não avance no plano econômico e comercial entre os países. Por isso, estes processos de integração regional apresentam limites, quer seja na sua concepção, quer seja na trajetória de implementação da integração regional.

Nos seguintes capítulos serão discutidos, sob esta análise teórica, os processos de integração regional acontecidos na América Latina assim como também, as diversas motivações políticas que levaram a transitar a integração latino-americana pelos dois tipos de regionalismo anteriormente identificados.

CAPÍTULO 2: ORIGENS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

INTRODUÇÃO

A idéia da integração latino-americana está enraizada na história dos seus países componentes. O desmembramento da América Espanhola em várias repúblicas foi um processo que iria contra as expectativas e desejos dos próceres e pensadores da época independentista, em especial do libertador maior, Simon Bolívar²¹. Porém, os individualismos e ambições pessoais dos caudilhos, os interesses opostos das sub-regiões, as características diferenciadas dos seus habitantes, as grandes distâncias, falta de infra-estrutura e os climas diversos, dividiram o subcontinente em Estados separados e, muitas vezes, hostis entre si.

A fragmentação permitiu e integrou uma operação histórica mais vasta a toda a região latino-americana em função da divisão internacional do trabalho entre grandes centros industriais, por uma parte, e zonas periféricas e subdesenvolvidas, por outra. Segundo KAPLAN (1968):

[...] Los países latinoamericanos fueron convertidos en productores de un numero reducido de materias primas agropecuarias y minerales a bajo precio, que se exportan en bruto o semielaboradas hacia pocas naciones de Europa y Estados Unidos; en mercado para artículos de consumo y producción,

²¹ Na Argentina, o prócer republicano Mariano Moreno já se referia a um Estado Americano no Plano de Operações de 1810. No Chile, na mesma época, foi proposta a realização de um congresso provisional para estabelecer a ordem e um regime exterior entre as províncias americanas. Para o libertador argentino San Martin, América deveria ser uma pátria grande. Nesse sentido, existia também certa obsessão por parte do libertador maior Simon Bolívar no quesito integração. Sua proposta era fazer do continente um país, independente e único. “Uma só deve ser a pátria dos americanos”, escreveu em uma carta escrita em 1818 a Pueyrredón, supremo Diretor das Províncias Unidas do Rio De La Plata. Posteriormente, essa mesma idéia seria aprofundada na sua famosa carta da Jamaica escrita e publicada em 1815. Nela Bolívar manifestava seu sonho de ver a América unida em uma só nação que poderia ser chamada de mãe das repúblicas e teria um só governo que confederasse os diferentes estados da região.

provenientes de un puñado de países avanzados; y en zonas de inversión para capitales del mismo régimen” (KAPLAN, 1968, p. 95).

Essa divisão fez com que a América Latina resultasse em uma economia subordinada, reestruturada e vulnerável a fatores externos com fortes tendências de estancamento econômico. Segundo KAPLAN (1968), cada um dos países foi organizado com um sentido “centrífugo” e divergente. Questões econômicas e comerciais, políticas e diplomáticas até aspectos culturais foram orientados separadamente em direção aos grandes centros culturais mundiais e integrados de diversas maneiras com as potências. O quadro 2.1 mostra as diversas tentativas de integração na América Latina até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto, a integração regional latino-americana deve ser analisada dentro de um marco complexo e difuso. Como afirma MARGARIÑOS (2005), a sua história não poderia ser entendida fora desse contexto.

[...] las dificultades de la integración latinoamericana han provenido en parte de esta situación de dependencia y han sido causadas también por las carencias de una solidaridad solemne proclamada pero no ejercida con suficiente firmeza y devoción” (MARGARIÑOS 2005, p. 7).

Dessa maneira, o processo desordenado e individualista de formar países acentuou e consolidou a fragmentação inicial da região, frustrando assim os diversos planos integradores esboçados desde o início da emancipação.

Quadro 2.1 - Tentativas de Integração Regional na América Latina até o Pós-Guerra.

Proposta	Ano	Proposta	Resultado
1. Tratado de Aliança entre Peru, Colômbia, e todos os países Hispano-americanos.	1821	Prevía a constituição de uma Assembléia Geral dos Estados Americanos.	Não se efetivou
2. Ensaio de uma Federação Geral entre os Estados Hispano-americanos e planejamento de sua organização.	1824	Prevía acordos de independência e paz.	Sem resultados plausíveis.
3. Congresso Anfictiónico de Panamá.	1826	Prevía uma integração de paz entre os países.	Sem efeitos devido à pouca concorrência de países.
4. Tratado de União Liga e Confederação Perpétua.	1826	Prevía uma integração geográfica comercial e de paz.	Teve pouca projeção geográfica limitada e poucos resultados políticos.
5. Proposta mexicana de integração.	1830	Estreitar laços de amizade e comércio entre as repúblicas americanas.	Sem efeitos concretos.
6. Proposta uruguaia de integração com Bolívia e Venezuela.	1846	Estreitar laços de comércio e de paz com esses países.	Sem efetivação.
7. Confederação entre Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru.	1848	Estreitar laços de amizade e de comércio.	Sem efetivação.
8. Tratado Continental entre Chile, Equador e Peru.	1856	Estreitar laços de amizade e de comércio.	Sem efetivação.
9. Convenção de União e Aliança Defensiva	1864	Negociação de um tratado de paz e de cooperação.	Não chegou a ser subscrito.
10. Proposta de união política do partido político peruano Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra).	1926	Proposta de unificação política da América Latina.	Proposta sem repercussão palpável.
11. Conferência Interamericana sobre consolidação da paz celebrada em Buenos Aires.	1936	Proposta de unificação e de paz entre os países interamericanos.	Apresentaram-se projetos de ligas e associações americanas.
12. O político argentino Alejandro Bunge propôs a formação de uma União Aduaneira do sul.	1938	Proposta de União Aduaneira entre os países do sul da América Latina.	Iniciou a discussão sobre a viabilização de uma integração econômica regional.
13. Conferência dos Países de La Plata.	1942	Proposta de constituir uma União Aduaneira dos países do sul da América Latina.	Apesar de ser aprovada, esta constituição não se efetivou.

Fonte: Margariños 2005

Elaboração Própria.

Perante essas tentativas frustradas de integração regional, percebe-se que a conotação de sonho de integração do continente latino-americano não passava de uma vontade eminentemente política que contrastava com a realidade da problemática regional. Nesse contexto, este capítulo tem por objetivo mostrar a gênese estrutural da integração regional da América Latina, entendendo-se como início desse processo, os esforços de integração alavancados juntamente com a formação da Associação Latino-americana do Livre Comércio (Alalc) em 1960 e que, posteriormente, daria lugar à Associação Latino-americana de Integração (Aladi) criada em 1980. Essa análise da gênese da integração econômica na América Latina constitui base fundamental para poder entender-se a formação da Comunidade Andina dentro desse processo.

2.1 ANTECEDENTES DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Após a Segunda Guerra Mundial, com o deslocamento da hegemonia internacional da economia capitalista da Europa para os Estados Unidos, existiu uma deterioração das relações econômicas entre a América Latina e a Europa criando, assim, um aumento da dependência da região para com os Estados Unidos. Isso também foi intensificado com a questão da Guerra Fria e a bipolarização do mundo sob influência de duas idéias: socialista e a capitalista.

Foi nesse contexto que surge a Operação Pan-Americana (OPA), proposta, inicialmente, pelo governo brasileiro de Juscelino Kubitschek, em maio de 1958. A OPA tinha o objetivo aprofundar os vínculos comerciais e políticos entre o Brasil e os Estados Unidos. Essa Operação também pretendia que o Brasil assumisse sua “identidade latino-americana”

desempenhando assim uma liderança regional²². Paralelamente, na época, o Governo argentino de Frondizi manifestava na sua política internacional uma vontade parecida à brasileira de demandar dos Estados Unidos uma ajuda internacional para o seu desenvolvimento em nome dos interesses estratégicos norte-americanos na região. Essa base argumentativa seria fortalecida pelo irrompimento da Revolução cubana e pela percepção de que o atraso da América Latina constituiria um ponto de vulnerabilidade relevante para a política externa dos Estados Unidos na Guerra Fria.

Essa convergência de pensamentos entre os governos do Brasil e da Argentina fez surgir um caráter cooperativo de esforços em prol do desenvolvimento destes países, os quais seriam os precedentes da constituição da Alalc. Neste marco, ambos apoiaram a política norte-americana substitutiva da OPA, denominada Aliança para o Progresso²³.

Paralelamente, nesse mesmo período, observa-se a importância da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) como centro irradiador de idéias fundamentais para dar o passo decisivo em direção à integração da América Latina. Criada em 1948, a Cepal se configuraria no marco divisor entre as propostas intermitentes e desordenadas de integração, caracterizadas por uma forte dosagem de cunho político e retórico, e o incentivo a um processo integrador balizado pela construção de um arcabouço teórico adequado para interpretar a realidade da América Latina.

²² Esse foi o principal objetivo destacado pelo Governo Kubitschek, prolongado pelos governos posteriores de Jânio Quadros e João Goulart (Rodríguez, 2000).

²³ A Aliança para o Progresso (Alianza para el Progreso) foi um programa de ajuda econômica e social dos Estados Unidos da América para a América Latina que vigorou entre 1961 e 1970. A sua origem remonta a uma proposta oficial do Presidente John F. Kennedy, no seu discurso de 13 de março de 1960 durante uma recepção, na Casa Branca, aos embaixadores latino-americanos. A Aliança duraria 10 anos, projetando-se um investimento de 20 bilhões de dólares, principalmente da responsabilidade dos Estados Unidos, mas também de diversas organizações internacionais, países europeus e empresas privadas. A proposta foi depois pormenorizada na reunião ocorrida em Punta del Este, Uruguai, de 5 a 17 de agosto, no Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da OEA. A Declaração e Carta de Punta del Este foram ambas aprovadas por todos os países presentes, com a exceção de Cuba. A rejeição de Cuba não é de estranhar, já que a Aliança era claramente uma forma de resposta à Revolução Cubana. A Aliança foi extinta em 1969 por Richard Nixon.

O pensamento Cepalino diagnosticava que a superação da condição de subdesenvolvimento passava pelo avanço do processo de industrialização para atenuar o processo da deterioração dos termos de trocas. Este processo, por sua vez, defrontava-se com restrições internas (reduzido desenvolvimento das instituições e mecanismos financeiros, poupança interna, deficiências produtivas e na alocação de recursos, ausência de uma base tecnológica endógena, desigualdade na distribuição de renda e de riqueza, fragilidade financeira do setor público, entre outros) e externas (insuficiente capacidade importadora de bens essenciais, diferentes graus de desenvolvimento produtivo e tecnológico entre países periféricos e centrais, com aqueles apresentando escassez de capital e de tecnologia, o que implicava dependência externa para aquisição de tecnologia e de recursos, entre outros). É dentro deste contexto que se inserem as propostas iniciais de integração econômica regional na América Latina e a defesa de sua contribuição para a remoção ou redução dos obstáculos ao processo de industrialização.

Em 1954, no informe da Cepal intitulado: *“La cooperación internacional en la política de desarrollo latinoamericano”* surge pela primeira vez, na região, a expressão “mercado regional”. Nesse estudo, a integração regional era defendida como uma estratégia que viabilizaria o incremento dos níveis de produtividade e de crescimento econômico industrial.

O aumento de produtividade seria resultado da transformação de vários mercados nacionais restritos e autárquicos em um único mercado regional ampliado de bens e de fatores de produção, estimulando os ganhos de economias de escala e de processos de especialização e complementaridade das bases produtivas. Estes processos alavancariam, por sua vez, as exportações intra e extra-regionais.

Segundo o informe, o mercado regional é definido como o território comum onde poderiam estabelecer-se Acordos estipulados entre mais de dois países para as produções determinadas das partes contratantes, sem suprimir a possibilidade da adesão imediata ou

ulterior dos outros países da zona e deixando, em consequência, tais Acordos abertos para sua decisão de inserção.

O crescimento das exportações nestas duas direções teria uma dupla função. Como no âmbito do intercâmbio intra-regional haveria estímulo a um crescente fluxo comercial intra-industrial, o avanço do processo de industrialização (incluindo a constituição de novos setores) dar-se-ia simultaneamente à redução das disparidades ou heterogeneidades regionais. A segunda função estaria associada à geração de maiores recursos externos, a partir do aumento e diversificação das exportações extra-regionais, que reduziriam as restrições externas ao crescimento econômico e ao próprio avanço do processo de industrialização, ou seja, à constituição de novos setores industriais.

A proposta Cepalina de integração regional e de incentivo ao comércio intra-industrial diferenciava-se frontalmente da visão convencional de VINER (1950) sobre a contribuição de um processo de integração econômica no âmbito das relações do comércio internacional. Primeiramente, nesta visão, um processo de integração regional (*second best*), independentemente do grau de profundidade, sempre seria uma alternativa pior se comparada com uma estrutura de livre-comércio global (*first best*). Segundo, a especialização comercial, ocorrida a partir da dotação dos fatores de produção e com base nos conceitos de vantagens comparativas estáticas, seria sempre por definição inter-setorial (VINER, 1950 e BALASSA, 1962). Por fim, o próprio conceito de um comércio equilibrado, em termos gerais e setoriais, com a concessão de margens de preferência aos países menos desenvolvidos também estaria em desacordo com a visão convencional.

Para a Cepal, o insuficiente dinamismo econômico dos países latino-americanos estava associado, em grande medida, às restrições externas. Estas restrições eram dadas pela insuficiente capacidade de importação dessas economias. Os recursos externos provinham

basicamente das exportações, cuja pauta, concentrada em produtos primários, caracterizava-se por um baixo dinamismo e pequeno grau de diversificação em termos de produtos.

É importante observar que a falta de dinamismo da pauta exportadora era atribuída à ausência de diversificação (e de maior sofisticação) e não à ausência de especialização com base na dotação relativa de fatores, como na visão convencional.

As exportações de produtos primários apresentavam elevada elasticidade-renda, com fortes oscilações de demanda e de preço no mercado internacional e com uma tendência negativa de longo prazo de deterioração dos termos de troca *vis-à-vis* com os produtos industriais no comércio mundial, comprometendo assim a capacidade de importação dos países periféricos. Portanto, somente o avanço do processo de industrialização permitiria a internalização de alguns setores industriais e, conseqüentemente, a melhoria da pauta de exportação. Assim, criar-se-ia um círculo virtuoso, no qual as exportações industriais viabilizariam a continuidade do processo de industrialização e este, por sua vez, promoveria uma melhoria na pauta de exportação. É importante destacar que embora a integração regional visasse a maior diversificação e dinamismo da pauta de comércio exterior, o objetivo final era o avanço do processo de industrialização. A industrialização e não o comércio exterior era o vetor de dinamismo econômico e de superação do subdesenvolvimento estrutural.

A continuidade do processo de industrialização nos moldes de um processo de substituição de importações impunha a necessidade de obtenção de recursos externos adicionais, seja na forma de financiamentos aos novos projetos, seja na forma de investimentos estrangeiros diretos, para ampliar e diversificar a base produtiva instalada. Isto devido ao avanço da industrialização e do processo de urbanização e, conseqüentemente, da diversificação e sofisticação da produção e da demanda domésticas, foram criadas novas e crescentes necessidades de importação de insumos, bens de consumo duráveis e não-duráveis e bens de capital. Esta demanda por produtos importados agravava ainda mais a insuficiência da

capacidade de importação, num processo dinâmico de superação e criação de novas restrições externas ao crescimento.

A Cepal também considerava as restrições internas ao avanço do processo de industrialização, com destaque para a ausência de um núcleo de geração e difusão de inovações com baixa articulação dos atores dos Sistemas Nacionais de Inovação (SNI) dos países latino-americanos, o baixo grau de desenvolvimento do setor financeiro, o atraso econômico e social do setor agrário, a desigualdade da distribuição do estoque de riqueza e do fluxo da renda e a reduzida capacidade de gasto do setor público. Neste caso, entretanto, ainda que um processo de integração regional exercesse influência sobre estes fatores internos restritivos, sua capacidade de contribuição para as “reformas estruturais” seria bem mais limitada (TAVARES e GOMES, 1998).

Em contrapartida, estas restrições internas muitas vezes também se constituíam em obstáculos à integração regional, nos casos da dependência tecnológica e do reduzido apoio político das burguesias nacionais e da própria população.

Em 1955, a Cepal constituiu o Comitê de Comércio o qual dá origem a duas comissões: o Grupo de Trabalho dos Bancos Centrais (GTBC), cujo objetivo era estabelecer um acordo regional de pagamentos e o Grupo de Trabalho do Mercado Comum Latino-americano (GTMC), destinado a madurecer a idéia de integração.

Os princípios do GTMC eram: i) a participação aberta de todos os países latino-americanos, ii) a abertura gradual do comércio para a maior parte de bens, iii) tratamento preferencial para os países menos desenvolvidos, iv) definição de uma tarifa externa comum, v) promoção da especialização industrial, vi) criação de um Acordo regional de pagamentos, vii) fornecimento de créditos e assistência técnica para o desenvolvimento industrial.

O primeiro passo para a integração na região se daria através de uma liberação tarifária por categorias de produtos. Considerava-se que todos os produtos primários, com algumas poucas exceções, deveriam ser liberados entre os países latino-americanos.

Em contrapartida, estabelecia-se que os produtos de bens de capital e bens duráveis deveriam ser induzidos a uma liberação paulatina e moderada tendo em vista o aumento da demanda produzido pelo aumento da renda. O restante de produtos teria suas tarifas liberadas em um espaço maior de tempo para dar oportunidade aos ajustes necessários de equacionamento. Neste rol de produtos estariam os produzidos por indústrias multinacionais já estabelecidas na região e por indústrias que tiveram dificuldades para melhorar a sua produtividade para poder organizar-se de forma moderna e eficiente.

Essa proposta de integração também previa a necessidade de se fazer uma distinção por classe de países: países com maior capacidade industrial e para suportar concorrência; países em estágio intermediário e outros de estágio mínimo de desenvolvimento, os quais teriam pouco a oferecer e precisariam de uma atenção especial para que pudessem ser inseridos com sucesso na integração.

Também se previu que poderiam existir diferenciados tipos de concessões ou arranjos especiais entre os países limítrofes ou que tivessem interesses econômicos particulares (nesse caso colocava-se, como exemplo, o mercado centro-americano, que já tinha iniciado seu processo de integração, porém, poderia estender esse processo a outros mercados). Contudo, essa proposta não extrapolou a condicionante maior da integração regional de crescimento e somente se restringiu à problemática do nivelamento da Tarifa Externa Comum (TEC) latino-americana.

Uma outra forma de viabilizar a integração regional surgiria dos problemas específicos da balança de pagamentos e do comércio de quatro países do sul da região: Argentina, Brasil,

Chile e Uruguai. Para a superação desse entrave, seria necessária a criação de uma zona de livre comércio a ser negociada gradualmente amparada pelo artigo XXIV do Acordo Geral Tarifário e de Comércio (Gatt)²⁴.

A partir desse momento, somaram-se a essa proposta de integração México e Peru, apoiados pela Conferência da Cepal em 1959, realizada em Panamá; esses países foram seguidos pela Bolívia e Paraguai de tal forma que ao ser aprovado o Tratado de Montevideu em 1960 e entrar em vigor em 1961, esta forma de integração já não seria uma simples tentativa de regulamentação do comércio recíproco existente em um número reduzido de países e um instrumento auxiliar à integração regional, e sim uma proposta sólida de integração *strictu sensu*. Posteriormente, ingressaram nesse acordo Colômbia e Equador.

Dessa forma, surgiria a primeira tentativa formal de integração regional na América Latina: a Associação Latino-americana do Livre Comércio (Alalc). A integração regional emergiria então como alternativa para o ensejo mancomunado de desenvolvimento, dando início ao chamado primeiro regionalismo na América Latina, tratado no capítulo anterior.

A Alalc, de certo modo, reviveria a influência pan-americana do Bolívar, porém, maiormente, estaria restrita ao plano econômico e seria marcada pela restrição explícita que a heterogeneidade produtiva e socioeconômica impunha ao processo integrador. Como disse Urquidí:

[...] “Se llegó gradualmente, por un proceso de convencimiento, a la conclusión de que la integración económica en América Latina es parte esencial del proceso de desarrollo y de que habría la necesidad, en cierto momento, de crear instrumentos adecuados para lograr esa integración o para facilitarla cuando menos” (URQUIDI, 1966, p. 28).

²⁴ Estabelece as situações de exceção da aplicação do princípio consagrado no Artigo I do Acordo sobre o Tratamento da Nação mais Favorecida, levando em conta a conveniência de aumentar a liberdade do comércio, desenvolvendo, mediante acordos livremente concertados, uma integração maior das economias dos países que participam desses acordos.

A experiência européia, através do Tratado de Roma²⁵, também fomentou o espírito integrador da região. Não somente como exemplo bem sucedido de integração regional, mas também pelo temor de desvio de comércio dessa comunidade em favor das antigas colônias africanas, as quais seriam beneficiadas pelas preferências tarifárias e outros benefícios que seriam concedidos pelo bloco. Como manifesta CEVALLOS (1971):

[...] Este movimiento hacia el mercado regional se vió fomentado en gran medida, por la evolución anticipada del mismo orden de ideas en Europa, en donde la tendencia hacia la formación de un grupo económico que englobara vários países se hizo sentir desde la segunda Guerra Mundial y habria recibido su aprobación teórica en la carta de La Habana y después en el Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio.” (CEVALLOS, 1971, p. 31).

Dada esta multiplicidade de fatores, todas as condicionantes necessárias para iniciar o processo estavam dadas, restava somente, iniciar o procedimento integrador.

2.2 O INÍCIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: A ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DO LIVRE COMÉRCIO (ALALC)

O primeiro processo estrutural de integração regional se deu, especificamente, na América Central em 1951, com a formação do Mercado Comum Centro-americano. Dentre as principais características dos países que conformavam esse bloco destacavam-se a baixa produtividade do seu setor externo, desajustes estruturais nas contas públicas (situação parecida à das economias latino-americanas), êxodo rural, falta de infra-estrutura social nas áreas urbanas e rurais.

²⁵ O Tratado de Roma foi assinado em 25 de março de 1957, que instituiu a Comunidade Econômica Européia (CEE) e a Comunidade Européia da Energia Atômica (Euratom), prevendo também a criação do Mercado Comum Europeu a partir do dia 1º de janeiro de 1958.

A partir dessa percepção, havia a necessidade de criar-se um processo de integração econômica que não se limitasse unicamente à condição de União Aduaneira e sim, a um estágio que superasse a simples soma de cinco mercados nacionais; buscava-se, portanto, um processo de crescimento integrador capaz de promover a industrialização em escala regional assim como a superação de barreiras de comunicação e infra-estrutura de transporte, de energia, dentre outras.

As dificuldades de conformar um Mercado Comum na América Central surgiram, inicialmente, da diversidade tarifária dos países-membros, do escasso nível de intercâmbio comercial entre esses países, da falta de infra-estrutura e comunicação, da falta de harmonização de programas de desenvolvimento, do protecionismo exagerado dos seus produtos e da limitação dos seus setores produtivos no que tange a possibilidades de expansão supranacional.

Os problemas inerentes ao processo de integração estavam ligados ao exacerbado peso que os países-membros davam à idéia simples de liberação de comércio e, ao mesmo tempo, à pouca importância que se dava à harmonização de programas de desenvolvimento entre os países participantes.

Nesse contexto, a integração regional se constituía em um plano de desenvolvimento econômico de longo prazo, no qual os países-membros, teoricamente, estariam dispostos a abrir mão dos seus projetos de desenvolvimento independentes. Sendo assim, todos estavam cientes de que o processo de integração demoraria um pouco para cristalizar-se em desenvolvimento.

Esse fator se configuraria em um problema estrutural e, posteriormente, deixaria de ser exclusivo do processo de integração regional passando a ser mais um problema de geração de planejamento nacional dos países-membros.

Em 1956, criou-se um Comitê de Comércio que deveria exercer influência no estabelecimento de uma zona de livre comércio. Em um dos documentos preparados pela Cepal e avaliados pelo Comitê aparece, pela primeira vez, a tese de que o mercado regional contribui para o desenvolvimento da indústria e tecnologia.

Esse documento definia o mercado regional como “o território comum onde se poderiam criar os acordos entre dois ou mais países para a produção determinada pelas partes contratantes, sem suprimir a possibilidade da adesão imediata ou ulterior dos outros países da zona e deixando, em consequência, ditos acordos regionais abertos à sua decisão”. O documento se referia ao mercado regional que poderia haver se estabelecido entre a Argentina, Brasil, Chile e o Uruguai e que poderia ter se estendido em toda a região (Cepal: 1956).

Em 1957, o Comitê de Comércio aprofundou ainda mais o debate da integração, convocou os principais representantes dos Bancos Centrais dos países e em uma reunião nesse ano se adotou a decisão de estabelecer gradual e progressivamente, em forma multilateral e competitiva, um mercado comum latino-americano²⁶.

Em uma segunda reunião, celebrada em 1959, o grupo de trabalho reformulou recomendações acerca da estrutura que deveria ter o mercado regional. Pela proposta, este deveria ser um mercado comum que seria antecedido num período de transição pelo estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio (Cepal, 1959).

Posteriormente, todas as reuniões seguiram a lógica integradora. Em 1959, os delegados de Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai reuniram-se em Lima e redigiram um projeto de zona de livre comércio, apresentando-o juntamente com as recomendações do grupo de trabalho da Cepal na oitava sessão da Cepal, realizada no Panamá em maio de 1959.

²⁶ VII Sesión de la Conferencia Económica de la OEA. Acta Final. División de Conferencias y organismos, Departamento de Asuntos Jurídicos. Washington, 1957.

Depois de haver estabelecido as normas gerais do mercado regional sobre a base do projeto preparado pelos cinco países em questão, o Comitê de Comércio da Cepal pediu para que se reunissem os representantes para redigir definitivamente o projeto. Em setembro de 1959, Bolívia, Peru e Paraguai aceitaram o projeto dos quatro países do sul. Com a adesão do México, em 18 de fevereiro de 1960 se estabeleceu a Associação Latino-americana de Livre Comércio (Alalc) mediante a assinatura do Tratado de Montevidéu²⁷. O Tratado entrou em vigor em junho de 1961 e a primeira negociação tarifária teve lugar no final desse mesmo ano.

Cabe apontar que essa primeira formalização integradora na América Latina seria vista com certo receio pelo Governo americano o qual veria nessa tentativa o surgimento de um processo nacionalista que poderia dificultar, a posteriori, as estratégias desse país para com a região. Nesse sentido, MAGARIÑOS (2005) afirma:

[...] La pretensión de los países latinoamericanos de integrarse autónomamente, sin depender del paternalismo americano, fue observado por los Estados Unidos con implícitas y explícitas reticencias o motivó su oposición encubierta” (MARGARIÑOS 2005, p. 9).

O apoio dos Estados Unidos a essa proposta integradora estaria atrelada ao cumprimento dos Acordos consagrados pelo Gatt. Em nota oficial apresentada na Conferência Inter-governamental de Montevidéu em 1959, o Governo americano fez reparos aos pontos do Tratado. Nesse mesmo contexto, a Cepal passaria a ser vista por esse país com uma entidade difusora de tendências nacionalistas perigosas e competidoras da Organização dos Estados Americanos (OEA) (WIONCZENK, 1964).

²⁷ Ver o Tratado na sua versão original no Anexo I.

Tabela 2.1 - Países da Alalc – Dados Básicos (1960)

	Alalc	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	México	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
Extensão Territorial (milhares de Km ²)	19 294	2 777	1 099	8 512	757	1 138	271	1 967	407	1 280	187	899
População (Milhares de habitantes)	277 950	25 710	5 793	111 318	10 435	24 199	6 952	62 255	2 732	16 104	3 090	12 362
Densidade (Habitantes/Km ²)	14,4	9,3	5,3	13,1	13,8	21,3	25,7	31,5	6,7	12,6	16,5	13,8
PIB (Milhões de dólares)	178 620,6	29 047,6	29 047,6	57 835,3	7 395,8	10 078,3	2 665,5	44 039,5	808,1	7 982,7	2 555,7	14 892,1
PIB per capita (Milhões de dólares)	656,4	1 144,5	234,5	539,8	721 5	428,1	396,1	732,2	304,9	511,1	835,2	1 242,0
Taxa de crescimento do PIB (1960 – 1980 em %)	5,9	3,6	5,4	9,3	-1,1	6,2	9,4	5,6	6,2	5,1	0,9	4,9

Fonte: Alalc, Grupo Andino, MCCA, CARICOM e FMI in Cepal 2000.

Com a formalização do Acordo de Montevideu e a constatação do desejo inevitável de integração, os Estados Unidos passariam a ter uma postura de aceitação ao processo a qual seria reforçada pelo Plano americano denominado de Aliança para o Progresso, o qual seria visto como um processo de *paternalismo construtivo* que reconhecia a validade da integração latino-americana. A Declaração de chefes de Estados Americanos, realizada em Punta del Este no Uruguai em 1967, ratificaria essa nova política americana (MAGARIÑOS 2005).

Os mecanismos impostos pelo Acordo de Montevideu que deram início à Alalc podem ser vistos de maneira resumida pelos seguintes tópicos:

a) Estabeleceu-se uma zona de livre comércio de acordo com o estipulado pelo Gatt. Definia-se que não era necessário igualar a Tarifa Externa Comum (TEC), embora pudessem existir harmonizações dos níveis assim como liberações graduais do comércio entre os países participantes de acordo com as negociações anuais, produto a produto. O objetivo era reduzir o nível tarifário médio dentro da Zona em 8% a cada ano, com a finalidade de chegar aos doze anos com uma liberalização substancial do comércio entre os países participantes e considerar os passos subseqüentes para instituir um mercado comum espelhado na Comunidade Européia (naquela época Mercado Comum Europeu).

b) Acreditava-se que a liberação produto-a-produto daria lugar a listas nacionais de concessões e a cada três anos se adotaria uma lista comum na qual estariam inclusos artigos negociados e, ao final do período de doze anos, deveriam ficar totalmente livres de tarifas ou restrições.

c) O Tratado de Montevideu continha uma série de salvaguardas relativas à possibilidade de acordos setoriais, chamados de complementação, com o objetivo de estabelecer tratamentos tarifários distintos, mais rápidos, às liberações graduais estipuladas em negociações anuais. O Tratado abrangia também uma série de disposições relativas aos

produtos agrícolas, cuja característica principal era a forte tendência protecionista dos países-membros.

d) Finalmente, o Tratado propunha a aplicação da cláusula de Nação Mais Favorecida²⁸ (NMF) válida para todos os integrantes da Alalc.

Depois de cinco anos de funcionamento da Alalc, os resultados do processo foram relativamente positivos. Segundo a Cepal (1965), nos três primeiros anos de funcionamento haviam sido negociadas 8.600 reduções de tarifas, das quais 20% significaram liberação total de impostos.

Quase todos os produtos tradicionais do comércio intra-sazonal figuravam nas listas nacionais; cinco países haviam liberado 30% dos produtos incluídos nas suas listas nacionais e conseguiu-se negociar concessões de um grande número de produtos que anteriormente careciam de qualquer tipo de transação. Em 1963, o comércio havia aumentado 44% e representava mais de 8% do comércio total da zona. Porém, o desafio desta integração residia no complexo e detalhado processo de negociação produto-a-produto.

Além desse tipo de negociação, na Alalc, estabeleceram-se condições especiais a favor de países menos desenvolvidos como Equador e Paraguai.

Ainda, negociou-se a primeira lista comum trienal, foi negociada inicialmente com 175 produtos, grande parte dos quais eram novos para o comércio intrabloco. Adotou-se, também, uma nomenclatura tarifária uniforme para facilitar a estatística e propiciar estudos de nivelamento tarifário dos países-membros, e, no contexto integrador, iniciaram-se discussões referentes à instauração de infra-estrutura, especialmente no que tange a transporte marítimo.

²⁸ A Cláusula da NMF prevê que qualquer concessão sobre um produto dada por um país, deva estender-se automaticamente e sem restrições nem discriminações a todos os demais países-membros do Bloco.

O comércio intra-regional na América Latina e o Caribe, medido pelas exportações, cresceu 11 vezes entre os anos 1960 e 1978 (de 800 a 8 400 milhões de dólares). Já as exportações para o resto do mundo aumentaram no mesmo período quase seis vezes (de 7 800 a 44 600 milhões de dólares). Isto permitiu aos países-membros, incrementar a participação do comércio intra-regional no comércio total de 8,7 a 15,8% no período de dezoito anos. O período de mais dinamismo para as exportações dentro da região foi o de 1970 a 1975, as quais atingiram o 16,8% do comércio total, como mostra a tabela N 2.2.

Tabela 2.2 - América Latina e o Caribe: Exportações intra-regionais e extra-regionais*

	Exportações intra-regionais*	Exportações extra-regionais	Totais
Milhões de dólares			
1960	752,6	7 865,1	8 617,7
1965	1 259,3	10 074,3	11 333,6
1970	1 963,1	13 521,8	15 484,9
1975	6 132,2	30 451,9	36 584,1
1978	8 403,8	44 634,1	53 037,9
% de crescimento acumulativo anual			
1960-1965	10,8	5,1	5,6
1965-1970	9,3	6,1	6,4
1970-1975	25,6	16,6	18,8
1975-1978	11,1	13,6	13,2
1960-1978	14,4	10,1	10,6

Fonte: Alalc, Grupo Andino, MCCA, CARICOM e FMI in Cepal 2000.

* Compreende as exportações totais entre 11 países da Alalc, 5 do MCCA, Barbados, Guiana, Haiti, Jamaica, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trindade e Tobago.

Todas as transações intra-regionais se efetuaram em 90% dentro de cada esquema de integração. No que se refere aos países-membros da Alalc, estes concentravam quase 70% do total das exportações intra-regionais e 87% do intercâmbio da região com o resto do mundo, como consta na Tabela 2.3.

Tabela 2.3 - Esquema de Integração de América Latina e o Caribe: Exportações dentro de cada esquema e totais para a região

	1960	1965	1970	1975	1976	1977	1978
Alalc							
Intra-regionais	566,6	841,9	1 278,3	4 040,6	4 641,6	5 748,7	5 776,5
Totais	7 344,8	9 388,7	12 608,2	32 207,9	34 479,1	40 239,6	44 573,8
%	7,7	9,0	10,1	12,5	13,5	14,3	13,0
Grupo Andino*							
Intra-regionais	-	-	11,4	472,8	613,3	824,7	758,0
Totais	-	-	5 380,0	13 260,0	14 302,0	15 785,0	17 204,0
%	-	-	2,1	3,6	4,3	5,2	4,4
MCCA							
Intra-regionais	30,9	132,8	286,2	541,3	653,1	789,2	860,7
Totais	444,2	762,5	1 098,0	2 213,3	2 999,0	4 091,5	3 756,7
%	6,7	17,4	26,1	24,5	21,8	19,3	22,9
CARICON							
Intra-regionais	-	-	82,0	324,0	323,0	318,0	314,0
Totais	-	-	1 057,0	3 161,0	3 345,0	3 406,0	3 402,6
%	-	-	7,8	10,3	9,7	9,3	9,2
América Latina							
Intra-regionais	752,6	1 259,3	1 963,1	6 132,2	6 895,6	8 252,5	8 403,8
Totais	8 617,7	11 333,6	15 484,9	36,584,1	42 043,4	49 473,5	53 037,9
%	8,7	11,1	12,7	16,8	16,4	16,7	15,8

* Não inclui o Chile

Fonte: Alalc, Grupo Andino, MCCA, CARICOM e FMI in Cepal 2000.

Nesse contexto, observa-se também que as exportações extra-regionais totais tiveram um maior dinamismo que o comércio com o resto do mundo no período 1960-1978. Dentre os principais fatores desse maior dinamismo podem-se elencar: i) as preferências tarifárias outorgadas entre si pelos países-membros em cada esquema de integração; ii) diversos mecanismos de facilitação de comércio (financiamento, simplificação de tramites burocráticos etc.); iii) melhoramento das políticas de incentivo e promoção às exportações; e iv) o maior conhecimento e as vinculações comerciais surgidas a partir do próprio processo de integração.

Outro ponto importante a destacar é o incremento da participação de produtos manufaturados nas exportações totais, como se mostra na tabela 4.

Tabela 2.4 - América Latina e Alalc: Exportações Totais e de Manufaturas. Anos 1970, 1975 e 1978 (milhões de dólares - FOB)

	1970	1975	1978
AMÉRICA LATINA			
<u>MANUFATURAS</u>			
Dentro de cada Esquema	809,2	2 518,3	4 159,4
Para o Resto do Mundo	1 462,6	4 236,3	9 358,2
Total para o Mundo	2 271,8	6 754,6	13 517,6
<u>TOTAIS</u>			
Dentro de cada Esquema	1 616,5	4 797,9	6 844,7
Para o Resto do Mundo	13 088,7	32 651,3	44 689,8
Total para o Mundo	14 705,2	37 449,2	51 534,5
<u>OUTROS BENS</u>			
Dentro de cada Esquema	807,3	2 279,6	2 685,3
Para o Resto do Mundo	12 433,4	30 694,6	38 016,9
Total para o Mundo	11 628,1	28 415,0	35 331,6
Alalc			
<u>MANUFATURAS</u>			
À Alalc	542,3	1 960,9	3 247,2
Para o Resto do Mundo	1 137,4	3 582,3	8 629,7
Total para o Mundo	1 729,7	5 543,2	11 876,9
<u>TOTAIS</u>			
À Alalc	1 278,3	4 040,4	5 776,5
Para o Resto do Mundo	11 329,9	28 167,5	38 797,3
Total para o Mundo	12 608,2	32 207,9	44 573,8

Fonte: Cepal, 2000.

Houve um incremento significativo das exportações manufaturadas intra e extra bloco de 1970 a 1978. Esta constatação evidencia que países com capacidade exportadora mais desenvolvida tenham se beneficiado em maior grau.

As preferências tarifárias no comércio dentro da Alalc constituíram um fator significativo na geração do intercâmbio comercial. Segundo o BID/INTAL (1980), em uma amostra representativa de 80% do comércio de produtos negociados na Alalc, no período 1960-1978, foi determinado que 61% de transações foram incentivadas pelos benefícios das preferências tarifárias. Nesse sentido, pode-se dizer que durante o início desse processo

integrador, a participação do comércio com manufaturas no âmbito intra-regional total cresceu fortemente devido à diminuição das tarifas. Assim sendo, os acordos de complementação econômica²⁹ desempenharam um papel importante.

Em contrapartida, surgiram críticas a esse processo integrador. Muitos autores sugeriram que a análise produto-a-produto deveria ter sido realizada de maneira mais lenta e complexa, estipulando realmente quais seriam os setores a serem liberados de maneira estrutural. Afirmava-se, também, que cada país estaria escolhendo o produto de acordo com seus interesses nacionais e não com os de bloco. No que respeita à tarifa externa, Urquidí (1966) aponta a falta de harmonia que a tarifa externa significava no processo de integração, constituindo-se assim, em um obstáculo para as negociações regionais.

Além disso, como na maioria de casos das zonas de livre comércio, existia dificuldade de identificar a origem dos produtos e da sua possível introdução na zona por parte dos países de menor desenvolvimento. Outra crítica feita na época à Alalc residia na extrema dificuldade de negociação dos acordos de complementação industrial e na rigidez que estes impunham em todo o sistema, estabelecendo tratamentos discriminatórios para os países-membros.

Em uma tentativa de recuperar o dinamismo inicial proposto no Acordo de Montevideu de 1960, o então presidente chileno Eduardo Frei propõe em 1965 a formação de uma comissão de alto nível que se encarregaria de rever os pontos falhos e de imbricação da Alalc. Nessa tentativa, a comissão composta por membros da Cepal, OEA, CIAP e o Banco Interamericano³⁰ proporia:

²⁹ Acordos que têm por objetivo, entre outros, promover o máximo aproveitamento dos fatores de produção e estimular a complementação econômica.

³⁰ Essa comissão era representada pelos seguintes comissionados: José Antonio Mayobre, Felipe Herrera, Carlos Sanz de Santamaría e Raúl Prebisch (CÁRDENAS, 1998).

1. Estabelecer uma diminuição tarifária automática por grupos de produtos cuja meta seria chegar a uma proteção não superior a 20% sobre qualquer produto latino-americano na região.
2. Negociar, em cinco anos, uma Tarifa Externa Comum (TEC) que poderia ser instaurada gradualmente, primeiramente, nas matérias primas e produtos intermediários e, posteriormente, aos demais produtos.

Estas propostas acabariam por desconfigurar o Acordo inicialmente proposto no surgimento da Alalc, porém, seriam imprescindíveis para, pelo menos, resgatar a idéia integradora. Sendo assim, haveria a necessidade de rever as propostas iniciais e de dotar flexibilidade ao processo integrador; para isso seria necessária a formalização de um novo Acordo com propostas mais realistas e adaptadas às vontades econômicas e políticas dos países envolvidos³¹. Contudo, pode-se dizer que a Alalc foi marcada por dificuldades crescentes para alcançar os objetivos que ela mesma se propôs e, finalmente, pelo abandono de vários deles. Nesse sentido a Alalc é considerada uma experiência fracassada de integração. O descumprimento foi um sério revés às ambiciosas propostas que a Cepal e os países latino-americanos haviam endossado no início da década de 1960. Apesar dessa constatação, não há como deixar de reconhecer importantes avanços na construção da identidade e vontade de integração, bem como, também, importantes avanços no comércio regional, especialmente de produtos industriais.

A Alalc propunha liberalizar a maior parte do comércio regional em um período de 12 anos, ao longo de quatro etapas trianuais de redução de barreiras tarifárias e não tarifárias. Inicialmente, não havia problemas, os Acordos eram negociados com base em Acordos bilaterais antigos ou de produtos que não ofereciam concorrência interna e pelos quais não

³¹ Essa proposta mais realista seria formalizada no Tratado de Montevidéu de 1980 que daria origem à Aladi.

existiam políticas protecionistas. Porém, quando a liberalização alcançou os bens que integravam a produção doméstica, surgiram os primeiros sintomas de estancamento³².

Da mesma forma, a Cepal também começaria a aceitar que seria necessária a reestruturação do Acordo. Nesse sentido MAGARIÑOS (2005) afirmava:

[...] A involución conceptual de Prebisch puso manifiesto que ya no había posibilidad alguna de retornar a las ambiciosas ideas originales sobre la integración latinoamericana y que el instrumento principal para este fin, la Alalc, no estaba en condiciones de alcanzar las metas consignadas en el Tratado de Montevideo” (MARGARIÑOS 2005, p. 389).

O cronograma de liberalização da Alalc foi reformulado em 1969, prorrogando-se o prazo estipulado para formar a Área de Livre Comércio até 1980. Contudo, o novo cronograma também resultou descumprido. Nesse sentido, parecia que era necessário repensar a Alalc, de ajustar o discurso político com a realidade e com a real vontade integradora dos países-membros, definindo novas regras mais realistas que relevassem a experiência acumulada nessa primeira experiência de integração regional. Principalmente, era clara a percepção de abandonar a obrigatoriedade de estender a todos os países da América Latina as preferências comerciais negociadas bilateralmente ou por grupos de países.

Dentro de uma análise mais profunda, o fracasso relativo da Alalc pode ser associado a outros fatores. Um deles estaria associado à resistência dos Governos a abandonar políticas unilaterais de substituição de importações, definidas em cada país com base em tarifas exageradamente altas e sem um horizonte temporal definido de diminuição ou extinção. Essas políticas foram apoiadas, internamente, dentro dos países-membros com uma forte dose política. Essa incumbência interna dificultava também a negociação produto a produto

³² A proposta inicial era que até 1964 devia elaborar-se a lista comum, que liberaria as barreiras para 25% do comércio regional de forma definitiva. Somente em dezembro desse ano foram realizadas três negociações que resultaram em uma lista mínima de concessões.

estipulada pela Alalc. Dessa forma, fica clara também a fraqueza dos Estados latino-americanos perante pressões internas de setores afetados em curto prazo pela integração. Outra evidência a ser notada é a relutância dos Estados-nação em ser regidos por instituições regionais. Era evidente o receio de deixar-se comandar por políticas comerciais de cunho supranacional. Essa atitude não seria compatível com o pensamento de ação da maioria de governos militares que comandavam os países latino-americanos nessa época.

Em contrapartida, a expansão do comércio internacional na década de 1960 e a abundância dos créditos externos na década seguinte podem ter diminuído o interesse latino-americano por atuar conjuntamente. Nesse mesmo contexto, essa procura individualista do desenvolvimento foi um fator que fez surgir antigas disputas não resolvidas no plano histórico da América Latina³³.

Apesar dessas conotações, o esforço por manter a Alalc serviu para a constituição da base institucional na região. O período de vigência da Alalc foi considerado uma fase do processo de integração regional que serviu como aferidor para entender até que ponto, o desejo integrador na região seria viável e qual seria o seu grau de comprometimento com o objetivo final de desenvolvimento mancomunado dos seus países-membros.

Nas palavras de MAGARIÑOS (2005):

[...] La Alalc fué una asociación concreta de países latinoamericanos en el terreno económico. Ella y el Mercado Comum Centroamericano, creado em el mismo año de 1960 por el Tratado de integración respectivo, fueron las primeras organizaciones que exhibirían realizaciones tangibles” (MARGARIÑOS 2005, p. 8).

Portanto, pode-se afirmar que a Alalc serviu como alicerce institucional e empírico para o estabelecimento da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) a qual surgiria como

uma proposta integradora, obrigatoriamente mais realista e com poucos compromissos de liberação de mercados.

2.3 A NECESSIDADE DE REVER O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: O SURGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI)

Durante a década de 1980, os países da América Latina sofreram uma severa crise econômica, o que provocaria incerteza sobre o processo de desenvolvimento econômico da região. Ao mesmo tempo, aprofundou-se o processo de internacionalização do capital, o que, de certa forma, induzia os governos a optar por um compromisso integracionista mais flexível.

Ao mesmo tempo, o sentimento generalizado, no seio dos países-membros da Alalc, era de insatisfação, devido às dificuldades práticas para avançar rumo a níveis superiores de interdependência econômica regional.

Estas variáveis interferiram no processo de integração e nas instituições latino-americanas. A partir da década de 1980, um estilo mais pragmático, objetivos de curto prazo e um maior peso para as relações bilaterais caracterizaram as políticas de integração regional.

Ao respeito ARELLANO (1997) afirma:

³³ Estranhamentos a respeito de soberania e disputas históricas territoriais entre o Peru e o Equador, Chile e Bolívia, Argentina e Brasil etc. rebrotaram e passariam a ser fatores negativos contra a integração regional.

[...] El fracaso de la Alalc abrió camino a la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi)...Se planteaban objetivos menos ambiciosos. Ya no se trataba de construir uma zona de libre comércio latinoamericana; el objetivo fundamental se orientaba a concentrar lãs negociaciones em la adopción de Acuerdos bilaterales (ARELLANO 1997, p. 24).

Nesse sentido, os países latino-americanos se esforçavam para abrir seus mercados em um âmbito multilateral. Vários países subscreveram o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt) e apoiaram ativamente, juntamente com os antigos sócios regionais desse organismo, as negociações comerciais da Rodada uruguaia. No plano regional, distingue-se o surgimento de Acordos sub-regionais e a proliferação de Acordos bilaterais de complementação econômica como mostra o gráfico 2.1.

Gráfico 2.1 – Acordos Regionais Reportados à OMC, 1960-2004 e Projeção para 2005-2007
(Total Mundial e Países da América Latina e Caribe^a)

FONTE: ECLAC, Divisão de Comércio Internacional e Integração, baseada na OMC

(a) Inclui Gatt. Art. XXIV (comércio de bens): Gatt, Art. V (comércio de serviços) e Cláusula de Autorização (integração regional entre os países em desenvolvimento).

A explicação para a proliferação dos Acordos bilaterais de complementação econômica subscritos no âmbito da Aladi poderia ser entendida mais pela abertura econômica do que pelo espírito integrador das economias latino-americanas (KUWAYAMA, 2005).

Nesse sentido, a Cepal (1994) trabalharia com a seguinte hipótese:

[...] La hipótesis de que los Acuerdos bilaterales de complementación económica suscritos en el ámbito de la Aladi han surgido motivados más por la apertura de las economías que por un afán integracionista de los países, se refuerza al constatar que tales Acuerdos prescinden, en cierta forma, de la normatividad general de la Aladi. Las áreas donde esto es más evidente son las reglas de origen y las cláusulas de salvaguardia. Otro elemento importante que apunta en el mismo sentido es que la adhesión, mecanismo contemplado en cada uno de los Acuerdos de ese tipo, no ha operado en ninguno de ellos, lo cual señalaría que éstos responderían de manera exclusiva a los intereses específicos de los países que los suscriben (Cepal, 1994, p. 4).

Com respeito à economia mundial, as expectativas eram de crescimento econômico. Os Estados Unidos previam continuação do seu crescimento econômico e os países da América Latina esperavam incrementar suas vendas de produtos primários e de baixo valor agregado para as grandes economias (Estados Unidos e Japão). Ao mesmo tempo, no mercado internacional, temia-se uma disputa comercial entre os Estados Unidos e o Japão.

Em relação à Europa, a maioria de países apresentava baixos níveis de crescimento econômico e investimento e elevadas taxas de desemprego. Nesse sentido, esses países europeus creditaram os Estados Unidos como “motor de crescimento do mundo”. As causas da falta de crescimento econômico da Europa eram o protecionismo crescente, as políticas de subsídios dos investimentos das exportações (especialmente dos produtos agrícolas) e alguns focos de tensão entre a Comunidade Européia e seus países-membros.

As economias do Sudeste da Ásia (Japão, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan), embora não fossem representativas comercialmente para a América Latina (comparando o comércio existente entre os Estados Unidos e a Europa), deram grandes lições de produtividade, aumento das exportações e oportunidade no aproveitamento do dólar desvalorizado. O país mais representativo desse grupo foi o Japão, que aumentou sua pauta de exportações para os Estados Unidos.

A situação na América Latina esteve caracterizada por um período de queda da produção, aumento do nível inflacionário e queda da demanda externa. Além da crise do endividamento externo. Nesse contexto, o processo de integração foi substituído pela tentativa da resolução dos problemas internos dos países da região. Por outro lado, o panorama internacional, especificamente os déficits fiscal e externo dos Estados Unidos, pautava uma postura mais conservadora dos blocos da região.

A Associação Latino-americana de Integração (Aladi) foi criada em 1980 com a finalidade de continuar o processo de integração iniciado em 1960 com a Associação Latino-americana do Livre Comércio (Alalc). As dificuldades em cumprir os acordos pactuados na Alalc obrigaram os países a estabelecerem novos compromissos em um novo acordo, que seria mais adequado à realidade econômica da região e do mundo.

A Aladi foi instituída com a assinatura do Tratado de Montevideu³⁴ em 12 de agosto de 1980 pelos chanceleres da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela e entrou em vigência em 19 de março de 1981 para os países que o ratificaram³⁵.

Os 11 países que constituíam a Alalc são os mesmos que formam a Aladi. As funções básicas da Aladi, estabelecidas no artigo 2º do Tratado, são: promoção e regulação do comércio recíproco, a complementação econômica e o desenvolvimento das ações de cooperação para a ampliação de mercado.

³⁴ Ver o Tratado no Anexo II.

³⁵ Posteriormente, em 6 de novembro de 1998, a República de Cuba foi aceita como país-membro na Décima Reunião do Conselho de Ministros pela Resolução 51(X), passando a ser membro pleno da Aladi em 26 de agosto de 1999, após cumpridas as formalidades pertinentes.

Podem fazer parte da Aladi aqueles países latino-americanos que o solicitem (Artigo 58 do TM80) e sejam aceitos, prévia negociação com os países-membros, conforme o procedimento estabelecido pela Resolução 239 do Comitê de Representantes.

Cumpra ao Conselho de Ministros aceitar a adesão de um país como membro da Aladi, decisão tomada pelo voto afirmativo de dois terços dos países-membros e sem voto negativo.

Para isto, no artigo 4º, o Tratado sinaliza que para o cumprimento das funções básicas estabelecidas pelo artigo 2º os países-membros definiriam uma área de preferências econômicas composta pela preferência tarifária regional, pelos Acordos de Alcance Regional (AAR)³⁶ e por Acordos de Alcance Parcial (AAP)³⁷.

O Tratado estipulava que os países-membros deveriam seguir os seguintes princípios:

- i) *Pluralismo*, sustentado na vontade dos países-membros para promover sua integração, acima da diversidade política ou econômica que pudera existir na região;
- ii) *Convergência*, baseada na multilateralização progressiva dos Acordos de alcance parcial, mediante negociações periódicas entre os países-membros, em função do estabelecimento do mercado comum latino-americano;
- iii) *Flexibilidade*, caracterizada pela capacidade para permitir a concertação de Acordos de Alcance Parcial progressivamente convergentes;
- iv) *Tratamentos diferenciais*, o novo Tratado mantinha o tratamento diferenciado em favor países de menor desenvolvimento relativo. Isto seria possível mediante a abertura dos mercados dos países-membros e de Acordos de Alcance Regional. A Aladi ainda previa a criação de uma unidade de promoção econômica dentro da Secretaria da Associação.
- v) *Multiplicidade*, para possibilitar distintas formas de convenção entre os países-membros, em harmonia com os objetivos e funções do processo de integração, para dinamizar e ampliar os mercados no âmbito regional.

³⁶ São aqueles em que há a participação de todos os países – membros da Aladi. Os principais Acordos enquadrados como AAR são:

- Preferência Tarifária Regional
- Lista de Abertura de Mercado (LAM)
- Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica.

³⁷ Os Acordos de Alcance Parcial – AAP, são aqueles nos quais não existe a participação total dos sócios da Aladi. Portanto, os direitos e deveres que se estipulam nesse sistema regem exclusivamente os países que o compõem.

Sobre esses princípios, o Tratado estabelecia que os países-membros da Aladi poderiam constituir três tipos distintos de mecanismos de integração: uma preferência tarifária regional, Acordos de Alcance Regional e Acordos de Alcance Parcial (os quais são os mais predominantes atualmente na Aladi).

A Aladi foi gerida dentro de uma proposta renovadora de integração regional na América Latina. Nos quatro primeiros anos de funcionamento, notou-se um incremento no comércio intra-regional significativo, assim como também se perceberam esforços dos países-membros por ir além do truncado processo anterior de integração, desemperrando algumas barreiras de cunho institucional, comercial, monetário, financeiro, empresarial e jurídico que impossibilitavam o normal funcionamento da Alalc.

O Tratado de Montevideu de 1980 abandonou definitivamente o objetivo concreto de estabelecer uma Zona de Livre Comércio e eliminou os compromissos que poderiam engessar as metas quantitativas e temporais. Os objetivos imediatos explícitos foram a promoção e regulação do intercâmbio comercial, a complementação econômica e o desenvolvimento de atividades de cooperação que coadjuvem à ampliação de mercados, para isso, usou-se a convergência como princípio orientador, sendo esta definida como “a multilateralização progressiva dos Acordos de Alcance Parcial” (Cepal, 1982).

Com a Aladi, passou-se de um modelo de integração regional e multilateral, a um esquema de cooperação comercial limitado e discriminatório.

Segundo TIZÓN (1998), de alguma forma, regrediu-se às origens do processo de integração. O Tratado de Montevideu de 1980 assumiu a discriminação e o sub-regionalismo como um dado da realidade e procurou manter vínculos de comércio e cooperação entre os países-membros da nova Aladi, porém com modestos objetivos de somente estabelecer uma área de preferências econômicas.

Ao respeito PASCALE (1983) afirma:

[...] “Si la Alalc, a partir de la segunda década de los 60, adoptó una estrategia que aceptaba la sectorización y subregionalización del proceso como elemento coadyuvante del cumplimiento de los objetivos multilaterales, la Aladi, parte de una sectorización y subregionalización como una suma total de las acciones efectivas de integración vigentes y las acepta no como una vía paralela de apoyo a la consecución de objetivos multilaterales, sino como una etapa previa a la implantación y desarrollo de mecanismos multilaterales de efectiva significación económica” (PASCALE, 1983, p. 15).

Nesse contexto, a Cláusula de Nação Mais Favorecida foi omitida no novo Tratado pelos países-membros, assim como também a possibilidade de estabelecer Acordos com outros países latino-americanos não membros, bem como com demais países em desenvolvimento de outras regiões. Este fato seria criticado mais tarde pelo excesso excludente.

Toda essa tentativa de flexibilizar e atenuar obrigações questionou o papel integrador regional da Aladi à medida que esta não oferece uma estabilidade na ampliação dos espaços econômicos. Segundo PASCALE (1983), o principal problema que surge é que a flexibilidade adotada, a ausência de compromissos preestabelecidos e de prazos relaxam o compromisso de tornar o Acordo em um esquema estruturado de integração regional.

Dentre as causas que explicam o fracasso da Aladi, BRAGA (2002) destaca que estas estariam diretamente ligadas às dificuldades em se distribuir os benefícios e custos da integração em um grupo de países com diferentes graus de desenvolvimento industrial e que demandam a difícil tarefa da administração de conflitos entre os estados nacionais. A Aladi foi gerada para enquadrar o ensejo dos países com as reais condições de integração latino-americana. As propostas e prazos foram flexibilizados³⁸ para manter essa idéia; em contrapartida, pouco se fez para reverter o quadro de fracasso que levaria ao surgimento de uma

³⁸ Essas mudanças nas propostas de integração podem ser acompanhadas no Anexo IV que faz um resumo de fatos na Cronologia da ALALAC a Aladi.

nova proposta de integração dentro da Aladi: a Comunidade Andina e, mais tarde, na década de 1990, o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Outro fator que pode ser citado para o fracasso da Aladi foi a perda da capacidade da Cepal em influenciar o pensamento econômico na região. Conforme destaca BIELSCHOWSKY (2000), dentre os fatores que contribuíram para esta perda de influência podem-se citar: i) o fortalecimento da chamada tecnocracia estatal, que passou a influenciar as decisões econômicas tanto em nível setorial como macroeconômico; ii) o aparecimento de centros acadêmicos de excelência no estudo da economia na região e iii) a expansão das ditaduras militares no continente sul americano, cuja ideologia era incompatível com as propostas estruturais sugeridas pela Comissão.

Para complementar esse quadro, a instabilidade nas condições macroeconômicas dos países envolvidos a partir dos anos 1970, condições estas agravadas nos anos 1980, contribuíram, sobremaneira, para desviar as atenções para a resolução de problemas internos, reduzindo ainda mais a disposição em se construir um mercado comum na região, pelo menos até a segunda metade da década de 80.

A respeito, ARELLANO (1997) afirma:

[...] Indiscutiblemente que, ante la apatía e incluso rechazo contra la integración, el esquema planteado por la Aladi resultaba realista. Ha sido una fórmula gradual para abrirse camino a la integración, una vía que ha buscado crear amigos o al menos simpatizantes para el proyecto integracionista. Ahora bien, obviamente que para ser exitoso se requería de un importante apoyo y liderazgo, lo que en varios años no se alcanzó. Tal situación ha motivado que sea común referirse a los años ochenta como “la década perdida de la integración Latinoamericana” (ARELLANO, 1997, p. 24).

A percepção tida ao longo desse segundo processo integrador é de um acomodamento de metas e compromissos por parte dos países-membros. Com os tímidos resultados obtidos

pela Aladi até agora, chega-se à conclusão de que é preciso de mais do que vontade política para estabelecer bem sucedidos processos de integração regional.

CONCLUSÃO

Esse capítulo analisou a gênese do processo de integração regional na América Latina. Esta se inicia nos anseios independentistas das repúblicas libertadas das coroas espanhola e portuguesa, passando pela vontade ufanista dos próceres libertários como Bolívar para o estabelecimento de intermitentes tentativas de junção de economias até chegar à fase madura de integração balizada pela base teórica desenvolvida pela Cepal, na metade do século XX, a qual deu início à formalização do primeiro processo de integração regional na região: a Alalc. A que mais tarde se veria reconfigurada na Aladi dado o não cumprimento de prazos e deveres estipulados nos Acordos iniciais. Esse capítulo também mostrou que a evolução do processo de integração regional acompanha a evolução da conceituação teórica da integração regional analisada no capítulo 1.

No seguinte capítulo, analisa-se a configuração de um novo tipo de Acordo de integração regional: a Comunidade Andina, a qual surge dentro da Alalc e mostra a convivência de mais uma nova estrutura de integração regional na América Latina, com características especiais como a junção de países, de certa forma, homogêneos econômica e culturalmente e que se sentiram, em determinado momento, excluídos dos benefícios inicialmente propostos no projeto de integração maior.

CAPÍTULO 3: O SURGIMENTO DA COMUNIDADE ANDINA COMO FRATURA DO PROCESSO INTEGRADOR

INTRODUÇÃO

A Alalc representou a formalização do primeiro processo de integração regional na América Latina. As diversas motivações de cunho político e, principalmente, econômico fizeram com que se estabeleceria a agrupação de países latino-americanos com diversos graus de desenvolvimento econômico e social os quais, ao mesmo tempo, estariam dispostos a resgatar as motivações integradoras do pan-americanismo bolivariano. Apesar dessa perspectiva, ficaria evidente que essas motivações somente seriam capazes de formalizar a agregação de mercados, dando a conotação eminentemente comercial ao bloco. Essa problemática ficaria mais exposta a partir da constatação de ganhos diferenciados no bloco. Principalmente, os países produtores de manufaturados (Brasil, Argentina e México) seriam os mais beneficiados dessa agregação de economias, relegando o papel de mercado consumidor aos países médios e pequenos.

Tal percepção provocaria uma série de questionamentos dentro do grupo, faria repensar o objetivo inicial da integração regional proposta e, principalmente, questionar os elementos estabelecidos no Tratado de Montevideu de 1960.

A partir dessa problemática surgiria o Pacto Andino, como uma proposta de reformulação do processo integrador com uma característica peculiar: a reunião de países médios e pequenos portadores de uma estrutura sócio-econômica parecida e, principalmente, com anseios de formalizar em maior grau o processo de integração regional.

Este capítulo fará uma análise do surgimento e desenvolvimento da Comunidade Andina³⁹ (CA) como tentativa de integração sub-regional dentro da Alalc. Para isso, parte-se de uma breve análise histórica a qual mostra a formação política e econômica dos países da Comunidade Andina que, de certa forma, influencia o desenvolvimento histórico dessas nações, caracterizadas por processos de instabilidade e de estranhamentos internos, acontecimentos que mais tarde iriam influenciar os resultados integradores do Bloco. Posteriormente, analisam-se as motivações que levaram à formação desse Acordo tendo como pano de fundo um processo de integração maior: a Alalc. Analisa-se, também o desenvolvimento da Comunidade Andina dentro de um marco cronológico pautado pelas mudanças estruturais acontecidas dentro e fora do bloco dos chamados Regionalismos. Finalmente, resgata-se o legado jurídico-normativo-institucional do bloco que serve de referência para atuais e futuros processos de integração na região.

Entende-se o surgimento da Comunidade Andina como uma *fratura* no processo integrador maior, derivado de uma relativa insatisfação dos seus países-membros em relação aos poucos resultados até então obtidos pela Alalc na tentativa de consolidar os desejos políticos integradores manifestados no Tratado de Montevideu de 1960. Este capítulo, também, serve para entender a estrutura do, então, novo processo de integração, tido como mais consolidado jurídica e institucionalmente e que refletiria com melhor perspectiva a experiência bem sucedida de integração européia iniciada a partir do Tratado de Roma.

A análise do bloco sub-regional da Comunidade Andina se faz tendo como referência quatro momentos históricos bem definidos: o primeiro vai da formação (1969), até o fim da pujança econômica inicial (1976). O segundo se caracteriza por um período de crescente questionamento e perda de dinamismo econômico e institucional (de 1976 a 1982). O terceiro

³⁹ Utilizar-se-ia a denominação Comunidade Andina (CA) para definir o bloco que surge a partir da assinatura do Acordo de Cartagena em 1969. Em diversos textos, esse bloco tem denominações tais como Pacto Andino (PA), Grupo Andino (GRAN) e, a partir de 1996, com a assinatura do Protocolo de Trujillo, passa a ser chamado de Comunidade Andina das Nações (CAN).

momento é caracterizado pela profunda crise financeira e regressão do processo integrador (de 1983 a 1988). E, finalmente, o último momento é o de reativação, entendido como o da "integração e a abertura externa", compreendido a partir do ano de 1989 até a atualidade⁴⁰. A partir dessa última etapa, existe a influência de um novo modo de regionalismo, pautado pelo processo de internacionalização do capital e de abertura econômica e considerado pela Cepal como Regionalismo Aberto.

Toda essa análise será importante para, posteriormente, no próximo capítulo, compreender-se o papel da Comunidade Andina dentro do processo de integração regional da América Latina e avaliar seu aporte econômico neste processo.

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS PAÍSES ANDINOS

Alguns historiadores, dentre os quais poderiam ser citados BERMUDEZ (2003), CARDOSO e PÉREZ (1979) e BULMER-THOMAS (1998), explicam que o processo de integração regional também pode ser entendido a partir dos diferentes processos históricos, políticos e sociais desenvolvidos nos países.

No caso dos países andinos, observa-se que os cinco países componentes do bloco: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela sofreram o mesmo processo de conquista e colonização espanhola; esse fato os faria compartilhar de uma mesma identidade e expectativa de integração, apesar de que cada país sempre procurou individualizar a construção da sua identidade.

⁴⁰ A saída da Venezuela da Comunidade Andina em 2006 poderia determinar a inserção de uma quinta etapa que seria caracterizada pela letargia e enfraquecimento atual do bloco. Por considerar que ainda não há elementos plausíveis de análise, esse fato é tido nesta análise como um impasse limitador para a integração da Comunidade Andina.

No processo de colonização espanhola sempre ficou claro o caráter segmentativo na ocupação do território conquistado. Instituíram-se vice-reinados nas capitais desses países e, a partir deles, configurou-se um demarcado sistema de alinhamento hierárquico territorial. Essa divisão provocou uma série de reclamações de direitos por parte dos descendentes de espanhóis e estrangeiros, denominados *criollos* nascidos nos países conquistados. De outro lado, a população indígena ao misturar-se formou outro grupo social denominado de *mestizo* o qual se somaria a outros grupos sociais excluídos: os negros e mulatos. Essa divisão de grupos estabeleceu uma relação de dominância e servilismo que seria aplicada à população nativa. Criou-se, por exemplo, por ordem da coroa, uma expropriação territorial aos nativos em favor dos colonizadores.

Paralelamente, a religião também serviria como meio de penetração dominante. As comunidades religiosas se encarregaram de instaurar a prática do culto e a tentativa de reversão de valores culturais ancestrais da população indígena. Com as prerrogativas dadas pela coroa e a organização estabelecida, impuseram-se o pagamento de impostos como o quinto da produção mineira, os dízimos da agricultura para sustentar a igreja e a própria coroa (KALMANOVITZ, 2002).

Coube à igreja ensinar e disseminar, à população indígena, a religião cristã e seus preceitos. O período de dominação da colônia se estendeu por três séculos. Os sentimentos de opressão e abuso por parte da população nativa, fizeram com que essa comunidade dominada, composta na sua maioria por *mestiços* e índios se sublevasse em todas as colônias iniciando assim, no início do século XIX, um bem sucedido processo de independência⁴¹.

A formação das repúblicas nos países latino-americanos, deu-se levando em consideração as antigas divisões territoriais de vice-reinados e governos; porém, o processo de ajuste e formalização da configuração foi pautado por uma série de guerras civis, tomadas de

⁴¹ Bolívia consegue se independentizar em 6 de agosto de 1825; Colômbia em 7 de agosto de 1819; Equador, em 24 de maio de 1822; Peru, em 28 de julho de 1821 e Venezuela, em 24 de julho de 1823.

poder e inconformismos já que o modelo adotado como referência não atendia mais aos interesses da população (como seria o caso dos impostos e distribuição da propriedade). Nesse contexto, os interesses dos próceres e libertadores evidenciariam uma série de confrontos políticos e enfraqueceriam, de certa forma, o espírito integrador motivador da emancipação das colônias. No final do século XIX, surgiriam também guerras entre países vizinhos, incentivadas por pugnas de limites territoriais e de riqueza⁴². Dessa maneira, o sentimento integrador ficaria relegado por décadas.

A respeito SUNKEL (1998) afirma que os países latino-americanos têm uma tradição histórica de fragmentação interna tanto no campo político, como no social e econômico. Para o autor, essa prática vem desde a época da Coroa Espanhola (aí tendo sua origem) quando esta promoveu, nas suas colônias, a produção de metais preciosos e produtos agrícolas destinados exclusivamente à Metrópole, proibindo o comércio e as comunicações entre as colônias e destas com outros países.

No século XX, a produção em geral dos países andinos se caracterizaria por ser primária e dependente das exportações. Em 1913, o café representava mais de 50% das suas exportações. Os minérios também eram representativos na pauta exportadora. Essa dependência pode ser explicada pelo incentivo para a entrada do capital estrangeiro para a exploração da monocultura nesses países tanto no período da revolução industrial como das guerras mundiais. Esse modo de exploração se dava de tal forma que os países desenvolviam enclaves produtivos vulneráveis e dependentes do mercado externo. Essa dependência causaria a inércia de outros setores produtivos dos países o que mais tarde marcaria o chamado dualismo tecnológico. Outro fator negativo seria a falta de encadeamento entre o setor exportador e o restante da economia, pois não se apresentavam mecanismos de arraste nem a possibilidade de estabelecer setores motrizes capazes de irradiar efeitos positivos na economia.

⁴² A guerra do Pacífico de 1879 (do Chile contra o Peru e a Bolívia) e a guerra do Chaco (1932-1935) entre Bolívia e o Paraguai.

A respeito, BERMUDEZ (2003) afirma:

[...] Talvez uno de los mayores perjuicios causados a estas economías (dos países andinos) es el no haber propiciado una articulación de los sectores exportadores con los sectores productivos domésticos; siempre actuando como enclaves económicos, agudizando la inequitativa distribución del ingreso en la población. (BERMUDEZ, 2003, p. 173)

Enquanto a produção dos países desenvolvidos era pautada pelo desenvolvimento industrial, os países andinos caracterizavam-se por um estancamento tecnológico profundo evidenciado através das suas exportações primárias que sofreriam continuamente choques de preços no mercado internacional⁴³. Essa situação levaria à deterioração dos termos de trocas e com isso, problemas na balança de pagamentos.

Em contrapartida, a prática de não remunerar a mão-de-obra com salários reais justos, permitiu aumentar o processo de concentração de renda nesses países por parte dos grupos exportadores ou dos donos de grandes extensões de terras. Isto provocou a formação de um mercado interno com pouco poder aquisitivo incapaz de dinamizar o consumo interno sendo este restringido, mormente, para a satisfação das necessidades básicas.

No plano político, a região andina sempre foi dependente das políticas externas dos países dominantes. Especificamente, no século XX, a hegemonia americana controlou as ações desse âmbito⁴⁴. A forte dependência econômica possibilitaria essa intromissão. Essa realidade também oferecia pouco nível de liberdade para estabelecer estruturas de integração regional a esses países.

⁴³ A respeito, Celso Furtado, no seu livro Formação Econômica da América Latina (1960) faz uma análise profunda sobre a formação econômica da América Latina.

⁴⁴ Em 1913 o presidente americano Woodrow Wilson promove a Doutrina Wilson, na qual os Estados Unidos somente reconheceriam governos latino-americanos eleitos democraticamente.

Apesar de existirem similitudes geográficas⁴⁵, culturais e históricas entre os países andinos, o desenvolvimento histórico deles provocou notadas diferenciações nas suas características produtivas; estas seriam derivadas do grau de seu desenvolvimento econômico e das suas desiguais inserções econômicas no contexto internacional. Evidencia-se, então, uma série de características palpáveis que constituem fatores de entrave ao processo de integração regional.

Dessa forma, observa-se que o anseio integrador, no que respeita a suas motivações, nem sempre foi imutável. A análise da evolução histórica dos países andinos também permite entender que existe uma heterogeneidade velada de percepções no que se refere à composição de país e de atuação mancomunada a qual sempre foi manifestada nas disputas políticas e nos conflitos territoriais desses.

Essa heterogeneidade faz parte dos chamados limitantes e conflitos da integração regional (analisados no capítulo 1) e coloca sérias restrições ao processo integrador.

3.2 SURGIMENTO DA COMUNIDADE ANDINA DENTRO DA ALALC

Os países que mais tarde iriam formar a Comunidade Andina sempre acompanharam as tendências de integração na América Latina. Antes mesmo da formalização da Alalc estes enxergavam a integração econômica como uma saída para o crescimento econômico. Apesar de estarem entre os países com menor grau de desenvolvimento na região, era inquestionável a

⁴⁵ Essas similitudes geográficas também constituem barreiras ao sistema integrador. Ao mesmo tempo em que existe uma unidade geográfica e contigüidade física dos países, o Continente Americano configura-se um território de difícil comunicação interior, formado pela Cordilheira dos Andes e a Floresta Amazônica, zonas ainda hoje escassamente povoadas. Logo, as áreas de concentração demográfica estão localizadas de forma desconcentrada e distante.

oportunidade que a integração poderia propiciar a suas economias. Principalmente, porque o processo de substituição de importações ainda não tinha se potencializado na maioria deles⁴⁶.

A inserção dos países andinos na Alalc⁴⁷ foi plena, assim como as expectativas depositadas no sucesso do bloco. Inicialmente, essas economias tiveram tratamento preferencial, considerando o estágio de desenvolvimento de cada uma delas⁴⁸.

No final da década de 1960, perante a situação de imobilidade, percepção de fracasso e a aceitação de que não existiria possibilidade alguma de retomar as ambiciosas idéias integradoras do Tratado de Montevidéu, dados os precários resultados econômicos, principalmente, para as economias médias e pequenas, surge a proposta de formar um esquema de integração sub-regional composto por esses países que manifestavam ter ficado marginalizados dos benefícios comerciais iniciais gerados pela Alalc para os grandes países.

Esses entendiam que a simples liberalização do comércio, sem outras medidas de sustentação para o desenvolvimento econômico geral, agravaria as disparidades econômicas em benefício dos considerados grandes (Argentina, Brasil e México).

O Pacto Andino se formou em 26 de maio de 1969⁴⁹, a partir da assinatura do Acordo de Cartagena⁵⁰. Como foi dito, tal Acordo teve como motivação a insatisfação de alguns dos participantes da Alalc, principalmente países médios e pequenos, pela percepção da distribuição desigual dos benefícios do Tratado maior. O principal argumento dessa insatisfação recaía na natureza dos mecanismos reguladores utilizados e a falta de políticas

⁴⁶ O marco político e econômico dos países envolvidos na constituição do Acordo de Cartagena foi pautado pelas políticas de Substituição de Importações desses países. Segundo PEREIRA (2000), naquele período, os acordos regionais eram entendidos como veículos de promoção do desenvolvimento dos países, mediante políticas comuns de incentivos setoriais.

⁴⁷ Primeiro foi Peru e posteriormente Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Venezuela.

⁴⁸ O Capítulo VIII do Tratado de Montevidéu de 1960 dispunha sobre medidas em favor de países de menor desenvolvimento econômico relativo (Ver o Tratado no anexo I).

⁴⁹ O início do processo de integração andina se desenvolveu a partir de 1966 com a subscrição do Acordo de Bogotá e a Declaração dos Presidentes da América em 1967. Ambos Acordos permitiam a realização de Acordos Sub-regionais dentro da Alalc (CARDENAS, 1998).

⁵⁰ Ver o Acordo no Anexo III

compensatórias de perdas para países com infra-estrutura menos desenvolvida, como afirma GONZÁLES:

[...] Los países medianos y pequeños que se encontraban abocados a formar sus propias estructuras continuaron desarrollando principalmente sus políticas de sustitución de importaciones para sus propios mercados, ya que su potencialidad para aprovechar el mercado ampliado requería una acumulación inicial de infraestructura que no poseían. Este elemento creó el descontento de los países medianos y pequeños que en 1969 promovieron el acuerdo sub-regional andino. (GONZALES, 1979, p. 14)

Produto dessa insatisfação, estabeleceu-se, dentro da Alalc, um foco conflitante entre os dois grupos. Os considerados “grandes” (Argentina, Brasil e México) e os médios e pequenos (Bolívia, Equador, Paraguai, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela e Uruguai). Essa posição pode ser entendida nas palavras de MINDLIN (1977):

[...] Se formaron así dos corrientes de pensamiento bien definidas en la Alalc: a) la de los países llamados “grandes” Argentina, Brasil y México, que mantienen la idea original del Tratado de Montevideo como un instrumento comercial con el objetivo inmediato de estimular el intercambio entre las partes contratantes, sin perjuicio de los esfuerzos nacionales de desarrollo autónomo; b) la de los países llamados “chicos (Bolívia, Ecuador y Paraguay) y “medianos” (Chile, Colombia, Perú, Venezuela y Uruguay) que entienden que la simple liberación del comercio, sin otras medidas correlativas tendientes al desarrollo global de la región, agravaría las disparidades económicas en beneficio de los países “grandes”. (MINDLIN, 1977, p. 25)

Essa divisão de modos de ver o processo de integração regional na América Latina estaria também representada pela posição chamada por CARDENAS (1998) de “comercialista” a qual era defendida pelos países de grande porte e comércio fluido e a postura “desenvolvimentista” dos países médios e pequenos que enxergavam na integração um mecanismo de superação do subdesenvolvimento. Nesse sentido, CÁRDENAS afirma: “La posición ‘comercialista’ era orientada a liberar las fuerzas del mercado y la denominada

‘desarrollista’ quería que en la integración subregional se emplearan instrumentos de carácter intervencionista” (CÁRDENAS, 1998, p. 69)

Sob essa percepção, era evidente o estágio de estagnação em que o processo de integração regional na América Latina se encontraria. A partir dessa constatação, o surgimento de um processo sub-regional como alternativa para superar esse impasse, seria uma consequência, solidificado, principalmente pelo ensejo “desenvolvimentista” dos seus países-membros.

O Acordo de Cartagena, que faria surgir a Comunidade Andina ou Pacto Andino, propunha a integração regional entre os países-membros e, ainda mais, a procura harmônica do desenvolvimento destes, como é afirmado nos artigos 1 e 2 do Acordo de Cartagena:

[...] **Artículo 1.-** El presente Acuerdo tiene por objetivos promover el desarrollo equilibrado y armónico de los Países Miembros en condiciones de equidad, mediante la integración y la cooperación económica y social; acelerar su crecimiento y la generación de ocupación; facilitar su participación en el proceso de integración regional, con miras a la formación gradual de un mercado común latinoamericano.

Asimismo, son objetivos de este Acuerdo propender a disminuir la vulnerabilidad externa y mejorar la posición de los Países Miembros en el contexto económico internacional; fortalecer la solidaridad subregional y reducir las diferencias de desarrollo existentes entre los Países Miembros.

Estos objetivos tienen la finalidad de procurar un mejoramiento persistente en el nivel de vida de los habitantes de la Subregión.

Artículo 2.- El desarrollo equilibrado y armónico debe conducir a una distribución equitativa de los beneficios derivados de la integración entre los Países Miembros de modo de reducir las diferencias existentes entre ellos. Los resultados de dicho proceso deberán evaluarse periódicamente tomando en cuenta, entre otros factores, sus efectos sobre la expansión de las exportaciones globales de cada país, el comportamiento de su balanza comercial con la Subregión, la evolución de su producto interno bruto, la generación de nuevos empleos y la formación de capital. (ACORDO DE CARTAGENA 1969).

Para conseguir alcançar esses objetivos, o Acordo propunha uma série de medidas as quais à diferença da Alalc, procuravam aprofundar mais o processo de integração regional.

As medidas podem ser ordenadas da seguinte maneira:

- a) aprofundamento da integração com os demais blocos econômicos regionais e de relacionamento com esquemas extra-regionais nos âmbitos político, social e econômico-comercial;
- b) a harmonização gradual de políticas econômicas e sociais e a aproximação das legislações nacionais;
- c) uma programação conjunta, a intensificação do processo de industrialização regional e a execução de programas industriais e de outras modalidades de integração industrial;
- d) um programa de liberação do intercâmbio comercial mais avançado dos compromissos derivados do Tratado de Montevideú;
- e) uma Tarifa Externa Comum (TEC);
- f) programas para acelerar o desenvolvimento dos setores agropecuário e agroindustrial;
- g) a canalização de recursos internos e externos à Sub-região para promover o financiamento dos investimentos que sejam necessários no processo de integração;
- h) programas para o setor serviços e de liberalização do comércio intra-sub-regional de serviços;
- i) a integração física;
- j) tratamentos preferenciais em favor da Bolívia e do Equador.

Para complementar esses mecanismos, geraram-se programas e ações de cooperação econômica e social, a saber:

- a) programas orientados a impulsar o desenvolvimento científico e tecnológico;
- b) ações de integração fronteiriça;
- c) programas do setor turismo;
- d) ações para o aproveitamento e conservação dos recursos naturais e do meio ambiente;
- e) programas de desenvolvimento social;
- f) ações na área de comunicação social.

O Acordo de Cartagena seria, portanto, uma proposta mais arrojada de integração, com metas mais explícitas e compromissos mais palpáveis.

O surgimento desse bloco sub-regional causaria uma fratura no processo de integração regional na América Latina que pode ser explicado pela busca, dos países andinos, por melhores resultados econômicos a partir de um Acordo mais específico conformado por membros com identidades em comum. A percepção de que o ambicioso e arrojado projeto integrador proposto pela Alalc não seria viável para a região era evidenciado dentro do próprio órgão pelos países-membros. Como afirma MAGARIÑOS (2005):

[...] El Acuerdo de Cartagena contrastaría con la propuesta de integración de la Alalc. Era propuesto un pacto concreto, institucionalizado autónomamente pero ajustado a las disposiciones de la Alalc, en cuyo texto recogía sustancialmente las reformas y ponía en funcionamiento los instrumentos que los países y menores habían propuesto reiteradamente para una transformación estructural de la Asociación[...] No se trataba, pues, de contraponer teorías, sino de confrontar realidades. La creación de la Comunidad Andina planteaba una nueva situación de hecho que debía ser tomada forzosamente en cuenta al reflexionar sobre el futuro de la Alalc y el futuro inmediato de su proceso de integración. (MAGARIÑOS, 2005, p. 392)

O Acordo foi apresentado ao comitê central da Alalc em 10 de junho de 1969 com o objetivo principal de “contribuir à solução dos problemas derivados do desequilíbrio existente

entre os países da Alalc, desde o ponto de vista dos diversos níveis de desenvolvimento”. A intenção também seria a de não formar uma autarquia mas sim, constituir-se em uma etapa intermediária na direção da constituição de um mercado comum na América Latina.

O Acordo de Cartagena estipularia seus elementos de integração dentro das normas do Tratado de Montevideu. Portanto, não se pretendia sair estruturalmente do modelo proposto pela Alalc e sim inserir maiores compromissos integradores os quais eram refletidos na criação de elementos institucionais e jurídicos mais avançados e com prerrogativas supranacionais⁵¹.

A esse respeito, a Cepal (2005) afirmaria que a Comunidade Andina contaria com um ordenamento jurídico baseado na supranacionalidade das instituições comunitárias e na estrutura institucional mais completa dos processos de integração do hemisfério.

A figura No. 1 mostra, resumidamente, alguns dos elementos do sistema de integração andina

⁵¹ O artigo VI do Acordo de Cartagena previa a formação do Sistema Andino de Integração o qual está conformado pelos seguintes órgãos institucionais: i) o Conselho Presidencial Andino; ii) o Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores; iii) a Comissão da Comunidade Andina; iv) a Secretaria Geral da Comunidade Andina; v) o Tribunal de Justiça da Comunidade Andina; vi) o Parlamento Andino; vii) o Conselho Consultivo Empresarial; viii) o Conselho Consultivo Laboral; ix) a Corporação Andina de Fomento; x) o Fundo Latino-americano de Reservas; xi) o Convênio Simón Rodríguez; xii) os Convênios Sociais que se aderem ao Sistema Andino de Integração; xiii) A Universidade Andina Simón Bolívar; xiv) os Conselhos Consultivos e xv) os demais órgãos e instituições que possam ser gerados no marco da integração sub-regional andina.

Figura 3.1 – Elementos do Sistema de Integração Andina.

Fonte: DE MARIA 1980.

O Conselho Presidencial Andino seria o órgão máximo do Sistema Andino de Integração. Os chefes de Estado seriam os membros natos deste conselho; esse órgão emitiria diretrizes sobre os distintos âmbitos de integração sub-regional andina, assim como definiria a política de integração a ser adotada pelo bloco em um processo de contínua avaliação de resultados.

O Parlamento Andino constituiria o órgão deliberante do Sistema; sua natureza comunitária tinha como principal objetivo participar na promoção e orientação do processo de integração com a finalidade de consolidar a integração latino-americana além de promover a harmonização das legislações dos países-membros.

O Tribunal de Justiça seria o órgão jurisdicional da Comunidade Andina e estaria regido pelo próprio Acordo de Cartagena e pelos protocolos modificativos.

Dentre os instrumentos econômicos e financeiros, tanto o Acordo de Cartagena como a Corporação Andina de Fomento (CAF⁵²) e o Fundo Andino de Reserva (FAR) tinham o objetivo de impulsionar e fomentar, através de recursos financeiros, o processo de integração regional. Nesse sentido, cabe destacar que pela primeira vez surgiria a consolidação, dentro de um processo de integração latino-americana, desse tipo de órgãos tidos como fundamentais para viabilizar a integração.

Finalmente, os convênios especiais tinham como escopo desenvolver atividades sócio-culturais nos países-membros no intuito de irradiar o processo de integração a outras esferas além da econômica.

Se, por um lado, a Comunidade Andina não inovava muito com respeito ao ideário e à problemática da integração latino-americana, já propostos pela Alalc, a proposta do Acordo de Cartagena representava a concretização de um tratado orgânico de integração profunda, que inclusive superaria os critérios até então prevalentes, referentes à expansão comercial. Sua proposta era de cimentar instrumentos que levariam a uma ampla cooperação política, social e cultural.

Em 12 de julho de 1969, mediante resolução 179, o Comitê Executivo Permanente da Alalc declarou que o Acordo de Cartagena seria compatível com o Tratado de Montevideu. Dessa forma a Comunidade Andina estaria habilitada, no marco da Alalc, a iniciar seu processo integrador.

⁵² A Corporação Andina de Fomento - CAF, com sede em Caracas, Venezuela, é uma instituição financeira criada em 1970, pela Comunidade Andina, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento dos países-membros e a integração regional. Além dos sócios regionais - Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela - a CAF conta também com a participação acionária de países extra-regionais, em que se enquadram Brasil, Chile, México, Trinidad-Tobago, Paraguai, Panamá e Jamaica, constituindo, estes três últimos, a ampliação da base acionária do organismo, realizada em 1997. O capital autorizado de US\$ 2,5 bilhões está dividido em três classes de ações: as de série "A", destinadas aos países da Comunidade Andina, subscritas por governos e entidades de direito público ou de direito privado com finalidade social; as de série "B", que podem ser subscritas também por entidades privadas da Região, independentemente de seu objetivo social; as ações de série "C", que são subscritas por pessoas jurídicas ou físicas localizadas fora da Comunidade Andina.

Estaria consolidado, portanto, um bloco sub-regional dentro da América Latina composto por países de estrutura sócio-econômica, tida como homogênea e portador de um legado histórico similar. A tabela 5 mostra os principais indicadores desses países em 1970.

Tabela 3.1 - Resumo Estatístico dos países da Comunidade Andina – 1970

Categorias	Comunidade Andina	Bolívia	Chile*	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela**
Extensão Territorial (milhares de km ²)	5.443	1.099	756	1.138	271	1.280	899
População (Milhares de habitantes)	64.190	4.600	9.370	20.530	5.960	13.450	10.280
Densidade (Habitantes/km ²)	11,70	4,19	12,4	18,04	21,99	10,51	11,43
PIB (Milhões de dólares)	36.047	1.041,00	8.725,00	6.955,00	1.401,00	6.172,00	11.753,00
PIB per capita (Dólares)	561,57	226,30	931,16	338,77	235,07	458,88	1.143,29
Taxa de crescimento do PIB ^a (1970 – 2003 em %)	2,85	2,63	-	2,54	4,46	2,46	2,17

FONTE: *ONU - Unstats <<http://unstats.un.org>> e **Global Development Finance & World Development Indicators - apud New York University www.nyu.edu

(a) Dólares constantes de 1990

* O Chile abandonaria o Bloco em 1976

** A Venezuela se inseriria ao Bloco em 1973

Nessa configuração, o ordenamento por extensão territorial (de maior a menor extensão) seria: Peru, Colômbia Bolívia, Venezuela, Chile e Equador. No que respeita a volume do Produto Interno Bruto o ordenamento seria: Venezuela, Chile, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia.

3.3 CRITÉRIOS DE INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE ANDINA

Embora o Acordo de Cartagena tenha sido gerado para ser funcional dentro das normas e preceitos estipulados na Alalc, traria também critérios integradores mais arrojados e com intuito de aprofundar o caráter institucional e industrial do bloco, carência explícita do Tratado de Montevidéu de 1960.

O primeiro critério dessa nova proposta de integração se refere aos objetivos da integração econômica entre os países em desenvolvimento. A Comunidade Andina partia da tese de que o objetivo primordial para atingir o desenvolvimento seria a industrialização perante a ampliação de mercados. Ou seja, seria necessária uma mudança na estrutura industrial que propiciasse o desenvolvimento de indústrias com maiores escalas de produção e com maior desenvolvimento tecnológico que ensejassem maiores elementos de especialização⁵³. Além disso, esperava-se que a mudança fosse capaz de desenvolver atividades de exportação as quais permitiriam uma maior inserção dos países-membros no mercado internacional; Nesse sentido, ao contrário da Alalc, não se propunha somente uma ampliação de mercados e, portanto, uma ampliação do comércio internacional, o Acordo de Cartagena tinha como proposta desenvolver uma política industrial integrada. Como afirma GERMÁNICO (1995):

[...] No se trataba solamente de dar prioridad a la industria de escala, sino de poner en marcha una política industrial conjunta, cuyo instrumento principal eran los llamados Programas Sectoriales de Desarrollo Industrial (PSDI). (GERMÁNICO, 1995, p. 4)

⁵³ Essa lógica coincidiria com a fundamentação teórica clássica sobre integração, elaborada por VINNER (1950), MEADE (1969) e LIPSEY (1960) analisada no capítulo 1.

Os Programas Setoriais de Desenvolvimento Industrial (PSDI) constituíam uma inovação e reforçavam a política de substituição de importações proposta pela Cepal e adotada tardiamente pelos países andinos.

Os PSDI procuravam aproveitar as economias de escala, conseguir um maior grau de competitividade regional, melhor alocação de fatores de produção e uma distribuição equitativa de benefícios.

O segundo critério referia-se à distribuição dos benefícios e custos da integração. Em contraponto com os resultados da Alalc, o Acordo de Cartagena pretendia irradiar de forma uniforme os benefícios e custos do processo de integração. Esses benefícios seriam conseguidos a partir do processo de industrialização conjunto, respeitando a realidade diferenciada da capacidade produtiva dos países-membros. Nesse contexto, o Acordo estabelecia um tratamento preferencial, em quase todos os mecanismos impostos de integração, para o Equador e a Bolívia, por serem consideradas economias com menor desenvolvimento. Sob esse ponto de vista, os mecanismos mais importantes para efetuar essa diferenciação seriam os PSDI os quais tinham como meta conseguir o chamado “desenvolvimento harmônico e equilibrado” do bloco. Assim, o Acordo de Cartagena mostrava maior sensibilidade com a heterogeneidade das estruturas econômicas e sociais dos países-membros.

Um outro critério derivaria dos dois anteriores e estaria ligado ao processo de planejamento econômico estruturado. Havia a percepção de que o livre mercado através do mecanismo de determinação dos preços, não seria o adequado para a eficiente alocação de recursos e, por conseguinte, para a promoção do desenvolvimento de economias com deficiências estruturais e características produtivas diferenciadas.

Nesse contexto, seria necessária uma estruturada política de planejamento fundamentado, principalmente, na percepção de que o livre mercado poderia ser atingido por etapas e em um determinado prazo (10 anos para a liberação de mercadorias e para a obtenção

da Taxa Externa Comum - TEC). Com tratamento diferenciado para as duas economias menos desenvolvidas, as quais possuíam prazos mais dilatados.

Um quarto critério se referia ao investimento estrangeiro, concretamente às empresas multinacionais, que na década de 1960, já manifestavam interesses de inserção maciça na América Latina. A proposta do Acordo era usufruir os benefícios tecnológicos destas e irradiá-los no âmbito das empresas nacionais. Essas foram as razões que induziram os criadores do Acordo a estabelecer, desde o princípio (Declaração de Bogotá, 1966), a necessidade de um regime comum sobre o investimento estrangeiro. No final de 1970, o Acordo adotou a Decisão 24 que cumpriria essa finalidade.

Os pontos mais destacados da Decisão 24, segundo AHO e ARCO (1979), foram os seguintes:

- o mercado ampliado deveria ser fundamentalmente para o capital nacional, através das empresas nacionais e mistas;
- existiria a obrigatoriedade de as empresas estrangeiras se converterem gradualmente em mistas para poderem se beneficiar do mercado ampliado;
- os investidores externos eram proibidos de comprar ações, participações ou direitos de investidores nacionais, com exceção de caso de falência;
- o limite de emissão de lucros seria de 14%;
- estabeleceram-se Normas para os contratos de transferência de tecnologia com a finalidade de evitar limitações de ações e dos direitos do contratante local;
- as empresas estrangeiras estavam proibidas de acesso ao crédito externo.

Desta forma, a idéia central era, através da Decisão, favorecer os capitais nacionais para o aproveitamento de vantagens do mercado ampliado e evitar uma guerra de incentivos entre os países-membros. Nesse sentido, CÁRDENAS (1998) afirma:

[...] El capital extranjero era bienvenido a los países latinoamericanos siempre que contribuyera a los objetivos de desarrollo y no creara obstáculos a la integración regional. Como consecuencia de estas ideas y de los estudios que se realizaron se aprobó la Decisión 24. (CÁRDENAS 1998, p. 77)

Cabe destacar que essa forma de restringir o capital estrangeiro seria depois objetada pelo governo chileno, já que essa contraporaria a política de liberalização econômica desse país depois do Golpe de Estado em 1973 e que propiciaria a sua saída do Acordo de Cartagena.

O quinto critério estava atrelado à necessidade do cumprimento e à irradiação eqüitativa dos efeitos positivos da integração. Partia-se do conceito de que haveria a necessidade de contar com elementos institucionais de ordem supranacional para verificar, normatizar e alocar os resultados do Acordo. Nesse sentido, o Pacto Andino diferencia-se de outros processos de integração na América Latina, por inserir elementos institucionais avançados, inexistentes nesse nível, na Alalc, por exemplo. A Junta do Acordo de Cartagena e a Comissão de Representantes de Governos são dois elementos institucionais com caráter supranacional e importantes para manter os objetivos iniciais do Acordo.

3.4 ETAPAS DA COMUNIDADE ANDINA

Desde sua criação até a atualidade, o acordo passou por uma série de fases derivadas das situações políticas e econômicas experimentadas pelos seus países-membros. Em 1969, o Acordo de Cartagena continha propostas específicas para a implementação de um programa comum de comércio, tratamento de investimentos estrangeiros e uma programação agrícola, dentre outras. Reconhecendo a vulnerabilidade das economias menores (Bolívia e Equador) e a existência de produtos sensíveis, o programa de liberalização intra-regional proposto se

caracterizava por um complexo quadro de isenção tarifária, assim como a adoção de uma Taxa Externa Comum (TEC), sendo sujeita a sua adoção a critérios associados aos programas setoriais de desenvolvimento industrial⁵⁴.

Embora esses critérios tenham pautado as motivações do Acordo de Cartagena, as dificuldades de manter a diferenciação no tratamento dos países-membros e o cumprimento de metas pautadas foi uma característica que por muitas vezes emperrou o normal funcionamento do Acordo e que somada às mudanças da conjuntura internacional e aos problemas estruturais de endividamento dos países latino-americanos afetou diretamente os resultados do bloco.

Assim, a múltipla complexidade da negociação proposta, a situação política dos países e fatores internos podem ser apontados como principais limitantes ao cumprimento das metas do Acordo. Esse cenário marcou a saída do Chile em 1976 (também influenciado pelo golpe de Estado de 1973 o qual mudaria o rumo das políticas comerciais desse país). Essa problemática deflagrou também um processo de crise da integração o qual se alastrou até 1984, quando se iniciou um período de negociações, cujo término deu-se em 1987, com a assinatura do Protocolo de Quito, flexibilizando os acordos não cumpridos.

Dentro de um plano temporal, a vida da Comunidade Andina pode ser dividida em quatro etapas como mostra a figura XX: (i) a primeira vai da formação (1969) até o fim da pujança inicial (1976); (ii) a segunda se caracteriza por um período de crescente questionamento e perda de dinamismo (de 1976 a 1982); (iii) a terceira etapa foi caracterizada pela profunda crise financeira e regressão do processo integrador (de 1983 a 1988); (iv) e finalmente, o período de reativação entendido como o da "integração e a abertura externa", compreendido a partir do ano de 1989 até a atualidade. Esta última etapa caracteriza-se principalmente pela modificação estrutural da modalidade de integração estabelecida inicialmente pelo Acordo de Cartagena.

⁵⁴ A princípio foi acordada uma taxa externa comum, que variava de 0 a 120%

Figura 3.2 – Etapas Cronológicas da Comunidade Andina

Fonte: Elaboração própria

A primeira etapa caracterizou-se pela tentativa de cumprimento das metas fixadas pelo Acordo. Iniciou-se a retirada de restrições e barreiras ao comércio interno dos países e se adotou a Taxa Externa Comum mínima. O efeito sobre o comércio foi evidenciado pelo aumento significativo das exportações intragrupo as quais saltaram de 111 milhões de dólares em 1970 para 613 milhões de dólares em 1976 (INTAL, 1985)⁵⁵. No geral o aumento maior do comércio foi em produtos manufaturados não tradicionais, como estipulado nos objetivos do Acordo. Do total de exportações intra-regionais (excluindo combustíveis) em 1976, 69% provinha de produtos não tradicionais industriais. Uma das características importantes dessa época é que não existiu nenhum tipo de atraso no processo de harmonização das políticas de liberalização impostas para os primeiros anos do Acordo. Em 1972, aprovou-se o primeiro programa setorial (da indústria metal mecânica), porém, com a adesão tardia da Venezuela em 1973 houve a necessidade de reformular e renegociar tal programa. Somente em 1975 aprovou-se um segundo programa (da indústria petroquímica). Isto quer dizer que nesse período quase nenhum programa foi posto em marcha plenamente. Durante esses anos iniciais também se começou a negociar a Taxa Externa Comum do Grupo, a qual esbarrou, de imediato,

⁵⁵ No seguinte capítulo serão analisados com maior especificidade os indicadores econômicos da Comunidade Andina.

nas diferenças explícitas entre a posição do Chile e a dos outros quatro países⁵⁶. Com o golpe militar de 1973 nesse país, as políticas externas foram alteradas fazendo com que o consenso nas negociações do bloco nunca fosse atingido. O Chile abandonou o grupo, marcando definitivamente este período, caracterizado inicialmente pelo dinamismo integrador e encerrando-o com incertezas no que se refere à negociação da TEC e ao cumprimento das metas fixadas pelo Acordo.

Outra característica evidente desse período foi a inconsistência jurídica no que tange ao cumprimento das decisões da Comissão de Representantes do Governo. Embora tenha sido raro no início, este descumprimento foi tornando-se cada vez mais freqüente, evidenciando ser um empecilho para o avanço da integração.

A segunda fase do Acordo foi marcada pela junção de complexos problemas técnicos e políticos a serem resolvidos. As exportações continuaram crescendo, porém a ritmos decrescentes. Em 1979, superaram os 1.050 milhões de dólares e em 1981 chegaram aos 1.238 milhões de dólares. Esta fase caracterizada pela perda de dinamismo na integração encontrava na inércia dos países-membros a principal explicação para o aprofundamento do Acordo. Foi necessário ampliar vários prazos que já tinham expirado e estavam próximos a extinguir-se. Por exemplo, ampliou-se o prazo para a apresentação de Programas Industriais entre 1975 e 1979; assim como também para a adoção da TEC, sendo esta adiada até 1984 para os países maiores e até 1989, para a Bolívia e Equador. Também o programa de liberação, ou seja, a constituição da Zona de Livre Comércio, foi objeto de prorrogação⁵⁷.

Em 1976 e 1978, respectivamente, os Protocolos de Lima e Arequipa foram subscritos com a intenção de modificar o texto do Acordo de Cartagena. Estes ampliaram vários prazos

⁵⁶ Um dos motivos para a saída do Chile da CA se deu pela não aprovação de um regime especial compatível com a sua nova política de abertura econômica, principalmente pela demora dos outros países em liberar suas economias e pela inexistência de uma política que facilitaria o investimento estrangeiro na sub-região.

previstos. Particularmente o Protocolo de Arequipa modificou os Programas Industriais de Desenvolvimento Industrial e mudou-se o prazo para a consolidação do Programa de Liberalização Comercial.

O resultado do processo foi uma resistência, por parte dos países de menor desenvolvimento relativo, para a abertura dos seus mercados e um desrespeito generalizado no cumprimento de prazos originalmente acordados. Tudo isso deteriorou consideravelmente o ambiente de negociação. A Comunidade Andina iniciaria a década de 1980 com um instrumento vital não definido (a TEC) e uma programação industrial desacreditada. Apesar de, nessa mesma época, o Grupo ter inserido iniciativas valiosas como os Programas Andinos de Desenvolvimento Tecnológico (PADT) e o trabalho da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fundo Andino de Reservas, espécies de financiadores de projetos.

A frustração no processo de negociação nos temas considerados prioritários desestabilizou o Acordo. A esta problemática somaram-se ainda, as hostilidades fronteiriças entre o Peru e o Equador⁵⁸ em 1981 e o Golpe de Estado na Bolívia⁵⁹ que excluiu temporariamente a representação desse país no bloco. Tudo isto provocaria um crescente processo de desestabilização política e econômica e um estancamento no processo de integração regional.

Este panorama foi o prelúdio para a regressão definitiva da integração no Pacto Andino na terceira época que vai de 1983 a 1988, período caracterizado pela explosão da dívida externa e pelo desequilíbrio do balanço de pagamentos dos países latino-americanos. As consequências

⁵⁷ Para Colômbia, Peru e Venezuela, a meta foi final de 1983 (antes, tinha sido estipulada para 1980) e 1989 para Bolívia e Equador.

⁵⁸ O conflito territorial entre Equador e Peru inicia-se em 1941, e foi finalizado mediante assinatura do Protocolo do Rio de Janeiro, homologado em 29 de janeiro de 1942, estabelecendo fronteiras provisórias. O estado de guerra perdurou entre os dois países até 26 de outubro de 1998, quando os presidentes Jamil Mahuad (do Equador) e Alberto Fujimori (do Peru) assinaram o acordo denominado Ata de Brasília. Ambos os países assinaram ainda tratados de comércio e acordos de navegação pelos quais o Equador tem o direito de navegação irrestrita pelo Rio Amazonas.

⁵⁹ Esse golpe militar derruba o presidente da Bolívia, general Luis García Meza, que foi substituído por uma Junta Militar presidida pelo general Celso Torrelio.

poderiam ter sido mais severas para a integração se o Protocolo de Quito assinado em 1987 não tivesse flexibilizado, sobremaneira, as propostas originais do Acordo de Cartagena.

O Gráfico 3.1 mostra o incremento significativo da dívida nesse período, com destaque para a economia venezuelana, afetada diretamente pela crise de petróleo.

Gráfico 3.1 - Dívida Externa dos Países da CA - Milhões de Dólares Correntes (1970 - 2003)

Fonte: ONU - Unstats <<http://unstats.un.org>>

Essa etapa é descrita por LOZANO e ZULUAGA (2001) da seguinte forma:

[...] Para los países latinoamericanos, el decenio de 1980 trajo consigo la crisis de la deuda y el virtual cierre de sus economías. En este periodo Venezuela se vio perjudicada por la segunda crisis petrolera mundial y sufrió una profunda devaluación en 1982. Los demás países andinos también afrontaron situaciones de escasez de divisas lo que condujo a la adopción de mecanismos de comercio administrado, dirigidos a minimizar los efectos que podrían tener las preferencias arancelarias sobre la difícil situación de la balanza de pagos. (LOZANO e ZULUAGA, 2001. p. 148)

Em efeito, a crise do endividamento e o desequilíbrio do balanço de pagamentos provocaram uma queda significativa nas exportações. Em 1983, elas caíram 40% em relação ao

ano anterior, passando de 1.183 milhões de dólares em 1982 a 753 milhões em 1983. Nos anos seguintes essa tendência de queda foi mantida.

De fato, a consequência da crise foi a suspensão do programa de liberalização e sua substituição por um sistema de restrições que se denominou "comércio administrado"⁶⁰. A década de 1980, considerada década perdida para os países latino-americanos também se constituiu perdida para a integração andina⁶¹.

Prescindindo totalmente das regras do Acordo de Cartagena, negociaram-se convênios e Acordos bilaterais entre os países-membros. Isto significaria uma redução drástica no âmbito do comércio, especialmente, com respeito às incipientes exportações de produtos manufaturados, consideradas o objetivo mais prezado do Acordo de Cartagena original. Este período foi encerrado com a subscrição do Protocolo de Quito em 1987 que sepultaria definitivamente os preceitos do Acordo de Cartagena original.

O Protocolo de Quito teve a virtude de resgatar a ilegalidade flagrante na qual o Pacto Andino tinha se inserido. Nesse sentido, quiçá tenha evitado a ruptura definitiva do processo integrador já que conseguiu manter latente, de alguma forma, as motivações integradoras dos países-membros.

A reforma instaurada pelo Protocolo de Quito pode ser entendida por quatro elementos, a saber:

- a. a redução das exigências do Acordo de Cartagena. Nesse sentido, a adoção da TEC ficou sem prazo e admitia-se a continuação das restrições para os produtos denominados sensíveis, incorporados ao comércio administrado;

⁶⁰ O comércio administrado consistia no estabelecimento de quotas de importação que inclusive foram aceitas em alguns casos pelo país exportador e que neutralizava o impacto da liberalização tarifária.

⁶¹ É importante apontar que além do virtual estancamento do processo de integração, entre 1980 e 1990, os países andinos invocaram cláusulas de salvaguarda em 33 oportunidades.

- b. pela primeira vez, admitia-se o estabelecimento de Acordos bilaterais e de complementação industrial entre dois ou mais membros. Nesse ponto, o Pacto Andino seguiu a Aladi;
- c. subtraíram-se da programação industrial seus instrumentos mais valiosos como a instauração de projetos permitindo a inserção de vários tipos de programas. Esse fato provocou o enfraquecimento dessa política até chegar a sua inocuidade;
- d. eliminou-se a exclusividade proposta pela Junta de Cartagena e sua capacidade de poder interferir realmente nas negociações.

A quarta e última etapa do Pacto Andino pode ser entendida como a retomada da integração e da abertura externa. A partir de 1989, sob auspícios do chamado regionalismo aberto da Cepal e o intensivo processo de internacionalização do capital, iniciar-se-ia a retomada do processo integrador, facilitado, principalmente, pelo incremento do comércio mundial e pela tendência de abertura de mercados dos países-membros.

O Novo Regionalismo seria frontalmente diferente do antigo. Seu papel instrumental estava orientado a formar parte integral de apoio às reformas estruturais para viabilizar a abertura das economias, baseadas no livre mercado, na competitividade e na democracia. Nesse sentido, os novos Acordos estariam balizados por uma credibilidade maior que os Acordos do regionalismo antigo, nos quais a presença do Estado direcionador era vital e único. Outra característica importante desse Novo Regionalismo era seu poder de atração de investimento estrangeiro; ele não o restringiria como acontecia no Regionalismo anterior.

Nesse sentido, fazer uso da análise teórica tradicional para entender o Novo Regionalismo torna-se limitado. Como afirma ETHIER (1998), a análise estática de VINER, por exemplo, é precária para o entendimento desse novo processo de integração. O entendimento de criação e desvio de comércio assim como a análise dos custos da integração

são restritos perante a necessidade de analisar processos de integração com características mais complexas regidos por motivações que superam unicamente o caráter econômico.

Dentro desse novo marco conceitual, o objetivo da integração regional seria visto como uma estratégia global de inserção mundial mais do que uma proposta desenvolvimentista conjunta, como era em 1969. A respeito, DEVLIN e ESTEVADEORDAL (2001) afirmam:

[...] En esencia, el Nuevo Regionalismo de los años noventa es una parte integral de las amplias reformas estructurales que se han producido en América Latina desde mediados de los años ochenta. Las características centrales de la estrategia actual incluyen la apertura a los mercados mundiales, la promoción de la iniciativa del sector privado y la retirada por parte del Estado de la actividad económica directa. (DEVLIN e ESTEVADEORDAL, 2001. p.6)

Cabe ressaltar que no Novo Regionalismo o processo de bilateralização aumentaria significativamente. Muitos Acordos bilaterais, na América Latina prescindiam da legalidade imposta pela Aladi. Portanto, não havia mais a necessidade de se submeter a uma lógica só de integração regional. O Quadro 3.1 mostra os Acordos de Comércio no hemisfério americano.

Quadro 3.1 - Acordos de Comércio nas Américas na Década de Noventa

Acordos Vigentes	Data da Assinatura	Data de Funcionamento
Comunidade do Caribe (CARICOM) ¹	1973	1973
Chile-México ²	1991	1992
Mercado Comum Centro Americano (MCCA) ³	1960	1961
Chile-Venezuela	1993	1993
Tratado de Livre Comércio de América do Norte (TLCAN)	1992	1994
Colômbia-Chile	1993	1994
Mercado Comum do Sul (Mercosul)	1991	1995
Costa Rica - México	1994	1995
Grupo dos Três (G-3)	1994	1995
Bolívia-México	1994	1995
Chile-Ecuador	1994	1995
Comunidade Andina ⁴	1969	1969
Chile-Mercosul	1996	1996
Canadá-Chile	1996	1997
Bolívia-Mercosul	1996	1997
México-Nicarágua	1997	1998
Chile-Peru	1998	1998
MCCA-República Dominicana	1998	1999
CARICOM-República Dominicana	1998	1999
México - União Européia	1999	2000
México - Triângulo do Norte ⁵	2000	2001

Acordos Seleccionados em Debate

Regionais: Área de Livre Comércio (Alca); CA – Panamá; MCCA-Chile; MCCA-Panamá; Chile – Panamá; México – Equador; México – Panamá; México – Peru.

Extra-Regionais: Mercosul - EU; CA-Mercosul, Chile - EU; Chile - Estados Unidos; Chile – Coréia do Sul; CARICOM –EU; APEC; México – Japão.

Notas: 1. O CARICOM fixou as bases legais para estabelecer um mercado único.

2. Esse Acordo foi melhorado e atualmente existe um novo Acordo que rege a partir de 1999.

3. A MCCA foi reativada em 1990 e em 1993 com o Protocolo de Guatemala cria-se uma União Aduaneira.

4. O Protocolo de Quito de 1988 modificou o Acordo. Em 1966, adota-se o nome de Comunidade Andina das Nações revisando-se sua estrutura institucional (Declaração de Trujillo).

5. O Triângulo do Norte inclui os seguintes países: El Salvador, Guatemala e Honduras.

Fonte: Divisão de Integração, Comércio e Assuntos Hemisféricos do Banco Interamericano de Comércio – BID - 2001

Na Comunidade Andina, a década de 1990 foi caracterizada pela necessidade de fortalecer o Acordo; isto seria elemento fundamental para a inserção definitiva dos países-membros no comércio internacional. Assim, com a diminuição do tamanho do Estado, abandonar-se-ia definitivamente o projeto direcionista de substituição de importações, sendo este substituído pela estratégia de abertura econômica e liberalização de mercados. Nesse sentido, a Cepal renovaria a sua análise de integração na América Latina propondo o Regionalismo Aberto⁶².

Dessa forma, o que se pretendia, a partir dessa nova fase, seria que as políticas explícitas de integração fossem compatíveis e complementares com as propostas de aumento de competitividade via liberação de mercados⁶³.

Em 1990, o governo norte-americano do presidente George Bush apresentaria o programa denominado Iniciativa Para as Américas (IPA). Esta iniciativa tinha três componentes: aumento do comércio, administração da dívida e aumento de investimentos para os países da América. Esse programa de longo prazo para o hemisfério, evidenciava a necessidade de inserção dos países latinos no contexto mundial. Para isso seria necessário reativar as propostas de integração. Com esse objetivo os mandatários andinos sentiram necessidade de retomar o Tratado. Nesse mesmo contexto, no hemisfério sul surgiria o Mercosul como resposta de integração à iniciativa americana.

O projeto não foi levado adiante pelo governo americano, uma vez que a abertura das economias latino-americanas já propiciava um significativo aumento das exportações

⁶² Nesse ponto cabe ressaltar que em visita realizada pelo autor à Cepal, com o propósito de coletar dados e bibliografia para esta tese, ficou clara a percepção que os pesquisadores dessa instituição têm com referência ao malogro do processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) na América Latina. A percepção é que esse fracasso não deriva da ineficiência dessa estratégia de desenvolvimento e sim da maneira como ela mesma foi aplicada nas economias dos países. Dentro de um contexto mais amplo, os pesquisadores acreditam que a ISI seja uma etapa necessária para estabelecer um processo de desenvolvimento bem sucedido.

⁶³ Essa nova orientação do processo andino de integração inicia-se em maio de 1987 com a aprovação do Protocolo de Quito e foi se aprofundando através das seguintes Atas: Galápagos (1989), La Paz (1990), Barahona (1991),

americanas para a região. Isto era particularmente importante para os Estados Unidos, que buscavam reconstruir sua preponderância dentro da "Nova Ordem Internacional" com possibilidades de manter a liderança mundial a um custo mais baixo.

Em 1991, foi assinada a Ata de Barahona, a qual implementou uma Zona de Livre Comércio na região⁶⁴. Em 1992, foi definida uma nova TEC, com a isenção do Peru do Acordo⁶⁵.

A adoção de uma Tarifa Externa Mínima Comum, passo prévio para o estabelecimento de uma União Aduaneira, foi posta em prática parcialmente. Com a diminuição de barreiras comerciais, os países chegaram a tarifas similares. Nesse cenário, e como consequência dos lineamentos determinados na Ata de Barahona, iniciar-se-ia um processo de negociação da TEC que terminou com a sua aplicação parcial em 1995, perante a Decisão 370 que estabelecia quatro níveis tarifários de 5, 10, 15 e 20%⁶⁶. A negociação da TEC foi complexa. Apesar desta ter sido definida novamente em 2002 pela Decisão 535, a sua aplicação na CA está suspensa atualmente (2006) pela Decisão 626. . Essa é a sexta postergação da TEC, como mostra o Quadro N° 3.2 sobre a evolução da TEC na Comunidade Andina.

Quito (1995) e Sucre (1997) as quais se tornaram compromissos jurídicos nos Protocolos de Trujillo (1996) e Sucre (1997).

⁶⁴ A Zona de livre comércio andina funciona desde 1993 entre Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. A esta se incorporou gradualmente Peru desde 1997 até 31 de dezembro de 2005. Seu aperfeiçoamento foi disposto pelos Presidentes na Cumbre de Quito e o Plano de Trabalho para o aprofundamento da Integração comercial contempla uma série de ações, tais como completar o processo de liberação do comércio intracomunitário, eliminar restrições tarifárias, defesa comercial intracomunitaria, dentre outras.

⁶⁵ O então Governo Fujimori estabelece a saída do Peru por motivos políticos e pela não aceitação da TEC proposta. No entanto, esse país manteve Acordos Bilaterais com os países-membros da CAN.

⁶⁶ A Ata de Barahona também determinara que a Bolívia poderia manter níveis de 5% e 10%. Foi estabelecido também um tratamento especial para o setor automotriz outorgando-lhe uma TEC própria. O tratamento tarifário do setor agrícola seria definido no marco da política agrícola comum. Estipulou-se também a necessidade de deferir uma tarifa em um nível de 5% para os produtos não produzidos ou de produção incipiente na sub-região; os países-membros negociariam uma lista reduzida para a qual a TEC se diferiria comunitariamente a um nível de 0%.

Quadro 3.2 – Evolução da Tarifa Externa Comum na Comunidade Andina, 1996-2005

Nº DE DECISÕES	DATA	ASSUNTO	TEC ESTARIA VIGENTE DESDE
321	25-08-1992	Suspende-se o Programa de Liberação e TEC para o Peru	Até 31/12/1993
324	25-08-1992	Determina-se a estrutura da TEC (5, 10, 15 e 20 por 100)	1993
335	4-03-1993	Projeta-se uma TEC única (um corpo só)	31/12/1993
350	17-12-1993	Modificação da Decisão 335	30/04/1994 (Primeira postergação)
353	4-03-1994	Reincorporação parcial do Peru à zona do livre comércio	31/12/1994
357	21-04-1994	Modificação da Decisão 350	30/06/1994 (Segunda postergação)
370	26-11-1994	Define-se a TEC	31/01/1995
377	19-06-1996	Participação plena do Peru na ZLC	31/01/1996
396	17-09-1996	Mudam-se as listas da TEC	Vigente
414, 415	31-07-1997	Aperfeiçoamento da Integração (normas para a inserção do Peru)	Vigente
465	25-05-1999	Nova mudança de listas da TEC	Vigente
535	14-10-2002	Aprovação da nova TEC	1/01/2004
563	01-07-2003	Codificação do Acordo de Cartagena	Autoriza-se a Comissão a fixar prazos para a vigência da TEC
569	12-12-2003	Modificação da Decisão 535	01/04/2004 (Primeira postergação)
577	28-02-2004	Modificação das Decisões 535 e 569	10/03/2004 (Segunda postergação)
580	04-05-2004	Modificação das Decisões 535, 569 e 577	10/05/2005 (Terceira postergação)
612	06-05-2005	Modificação da Decisão 580	20/05/2005 (Quarta postergação)
620	15-07-2005	Modificação das Decisões 535 e 580	2/12/2005 (Quinta postergação)
626	29-11-2005	Modificação das Decisões 535, 580 e 620	31/01/2006 (Sexta postergação)

Fonte: LIMA e MALDONADO (2006)

O Quadro mostra as sucessivas modificações da TEC a partir de 1993, período no qual a cristalização de uma Zona de Livre Comércio (ZLC) dentro da CA tornou-se o objetivo central do Acordo. Apesar desse objetivo traçado, a TEC andina ainda não foi adotada, colocando em evidência a dificuldade de negociação no processo integrador.

A saída do Peru da negociação da Zona de Livre Comércio enfraqueceria de alguma forma o Tratado. Os outros países-membros sabiam disso e atenuaram o impasse não permitindo que esse país abandonasse definitivamente o bloco. Assim, a Decisão 321 da Ata de Barahona, permitiria que o Peru mantivesse sua condição de membro e lhe permitia a suspensão do Programa de Liberalização até 1993.

Em 1996 o Peru voltaria ao bloco, depois de reconsiderar a sua postura de ruptura, mas sem aderir à TEC, pelo menos até 2005 quando foi compelido a aderir.

Nesse mesmo ano foi assinado o Protocolo de Trujillo o qual modificaria o Acordo de Cartagena e criaria a Comunidade Andina das Nações (CAN) e o Sistema Andino de Integração (SAI) estabelecendo, assim, o compromisso de criar um mercado comum.

O Protocolo de Trujillo mudaria estruturalmente a institucionalidade do Tratado. Com a criação da Secretaria Geral que assumiria todas as funções administrativas, dar-se-ia razão jurídica internacional à CAN. O SAI também representaria todo o tecido de instâncias jurídicas do Acordo.

Porém, essa nova configuração jurídica e institucional outorgaria maior flexibilidade ao Acordo e estaria focada mais no crescimento comercial e menos nos objetivos iniciais do Pacto Andino, de desenvolvimento econômico agregado.

Atualmente a CA possui elementos avançados para estabelecer acesso a mercados e aprofundar a integração física⁶⁷ (livre circulação de mercadorias, política de regras de origem, aplicação de salvaguardas e mecanismos de defesa comercial), assim como elementos de coordenação de políticas macroeconômicas via monitoramento de indicadores dos países-membros, harmonização de políticas tributárias⁶⁸ e sociais (destacam-se aquelas

⁶⁷ No que respeita à livre circulação de mercadorias, os países da CA, que dispõem das normas comunitárias e das infra-estruturas técnicas e físicas necessárias para a notificação de conformidade, regulamentação, normatização, credenciamento, certificação e gestão da qualidade, consolidaram essa possibilidade de integração em 2003 (Decisão 562) com a aprovação de Diretrizes para a elaboração, adoção e aplicação de Regulamentos Técnicos nos países-membros. Isso significa que existem políticas de suporte à livre circulação de bens e pessoas.

⁶⁸ Decisões 599 e 600.

relativas a migrações, seguridade social, tráfico de armas, política de segurança externa, proteção do patrimônio cultural, educação, promoção dos direitos humanos, dentre outros).

3.5 PANORAMA ECONÔMICO DA COMUNIDADE ANDINA NA DÉCADA DE 1990

A década de 1990 foi caracterizada também pela adoção de reformas de Estado e recepção de fluxos financeiros que foram fundamentais para segurar os altos índices inflacionários nos quais os países Andinos estavam submersos, como mostra o Gráfico 3.2.

Gráfico 3.2 – Evolução da Inflação Anual na CA e nos seus países 1992-2002 (%)

Fonte: Indicadores de la Comunidad Andina, Mercosur y Chile 1992-2002

Mesmo havendo uma grande variação do índice inflacionário por parte da Venezuela (que chegou a ser de 70,8% em 1994), no início do período, e do Equador (91% em 2000), no

final do período, a média inflacionária da região teve uma redução significativa, produto da aplicação das políticas de estabilidade.

Em contrapartida, as tentativas de inserção das economias do bloco no contexto da internacionalização do capital demandaram a necessidade de modernizar o aparelho produtivo desses países. Nesse contexto, os países realizaram a abertura comercial e políticas de inserção de novas tecnologias para o aumento de competitividade e produtividade. Essas políticas, junto aos processos de privatizações e de restrição macroeconômica, ocasionaram o aumento significativo dos índices de desemprego. Na Comunidade Andina o índice de desemprego urbano variou de 8,5% em 1990 para 12,6% em 2002, configurando-se no principal problema a ser enfrentado pelos Governos eleitos no novo milênio (ver gráfico 3.3).

Gráfico 3.3 – Evolução do Desemprego Urbano Anual na CAN e nos seus Países 1990-2002 (%)

1/ Exclui desemprego oculto até 1999.

2/ Lima

Fonte: Indicadores de la Comunidad Andina, Mercosur y Chile 1992-2002

Por outro lado, analisando a composição da balança comercial do bloco, observa-se que, no período de 1992 a 2005, houve uma notória variação do comércio de bens, isto devido a fatores como vulnerabilidade cambial e crises financeiras mundiais⁶⁹, as quais atingiram as economias periféricas dependentes de capitais de curto prazo. A seguir, o gráfico 3.4 mostra que, no período estipulado, a balança comercial da Comunidade Andina foi deficitária nos anos de 1995 (-421 milhões de dólares) e em 1998 (-6.812 milhões de dólares). Nesse contexto, é importante apontar que Venezuela foi o único país do bloco a não ter déficits, isto devido ao peso que as exportações de petróleo constituem dentro do seu comércio exterior.

Gráfico 3.4 – Evolução da Balança Comercial da CAN e de seus Países 1992-2005 (Milhões de US\$)

Fonte: Indicadores de la Comunidad Andina, Mercosur y Chile 1992-2002

⁶⁹ As crises financeiras iniciaram nos seguintes países: México (1994), Turquia (1994), Venezuela (1994), Argentina (1995), o sudeste asiático (1997), Rússia (1998) e o Brasil (1999).

Outro elemento fundamental a ser analisado é a inserção do volume de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) na América Latina. Segundo a Cepal (2003), a CA absorveu, durante o período de 1990 a 2001, 13% do IDE que foi direcionado para a América Latina e o Caribe (ver gráfico 3.5).

Gráfico 3.5 – Absorção do Investimento Direto Estrangeiro na América Latina e o Caribe 1990-2001 (%)

FONTE: LA INVERSIÓN EXTRANJERA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – Cepal (2003)

Em ordem de importância, o Mercosul foi o bloco regional que mais absorveu IDE (40%), seguido pelo México (20%) e o Caribe e os centros financeiros (17%). Observa-se que, entre 1995 e 2002, a CAN triplicou os investimentos obtidos no período 1900-1995, porém a concentração dos IDE se deu nas atividades vinculadas às privatizações.

Em contrapartida, as manufaturas captaram parcelas mínimas do IDE, sinalizando que as Empresas Multinacionais (EM) não se sentiram atraídas pelos benefícios propostos pela integração regional, sobretudo quando as economias desses países atravessaram graves crises políticas e econômicas. Outros pontos importantes a serem enunciados para explicar o baixo

investimento na região são: o baixo nível de renda da população e o reduzido tamanho dos mercados dos países da Comunidade Andina.

Embora esta última etapa de vigência tenha significado um incremento do comércio intrabloco, este não pode ser creditado ao esforço emanado por parte dos países-membros e sim à influência dos processos de abertura de mercado, de liberalização do comércio exterior, do aumento do fluxo de comércio internacional e da flexibilização de políticas externas dos países no mundo como um todo.

Mesmo que se possa considerar esta última etapa como da retomada da integração é certo também que a estrutura jurídica, normativa e institucional do bloco amparado pelo Acordo de Cartagena de 1969 não existe mais. O que existe sim é a flexibilização (ou afrouxamento) total das metas originais, assim como a inexistência das políticas industriais propostas no Acordo base.

Atualmente, a CA vive o dilema latente entre incentivo à integração regional⁷⁰ e a adoção de Acordos Bilaterais (Tratados de Livre Comércio – TLC) hoje sendo negociados entre Colômbia, Equador e Peru e os Estados Unidos. No Quadro 3.3 podem ser observadas as relações externas da Comunidade Andina.

⁷⁰ Inclusive há a possibilidade de junção de blocos econômicos entre a CAN e o Mercosul para formar a “Comunidade Sul-Americana de Nações”.

Quadro 3.3 - Comunidade Andina: Relações Externas (Até Dezembro de 2005)

Acordos Subscritos preferências de Tarifa concedida ^a percentual de exportações Totais		Negociando Acordo de livre comércio ou de associação (percentual de exportações totais projetadas)		Acordos comerciais parciais (com cobertura reduzido)	Outro tipo de acordo
Venezuela (Rep. Bolivariana de)-CARICOM (1992) Chile - Bolívia (ACE 22-1992) Colômbia - CARICOM (1994) Chile - Colômbia (ACE 24-1992) Bolívia - México (ACE 31-1994) Chile - Equador (ACE 32-1994) Colômbia - Venezuela (Rep. Bolivariana de) - México (G3) (ACE 34-1994) Chile - Peru (ACE 38-1998) Peru - Mercosul (ACE 58-2003) Mercosul - Colômbia, Equador e Venezuela (Rep. Bolivariana de) (ACE 59-2004) Peru - Tailândia (Nov. 2005)	15,8%	CAN-3 ^b - Estados Unidos (Unicamente Colômbia, Equador e Peru) CAN - Guatemala, El Salvador e Honduras (Negociando Secretaria Geral da CAN (SGCAN) Secretaria da Integração Econômica Centro Americana (SIECA) Peru - Cingapura Em análise possível negociação de Acordos de Livre Comércio com Ásia - Pacífico, EFTA, Rússia e Canadá		Todos os países dentro da estrutura possuem Acordos com preferências parciais com Cuba, em razão da associação Latino Americana de Integração (Aladi)	CAN-União Européia-ADPC a partir de dezembro de 2003 - CAN-China - Mecanismo de Consulta política e Cooperação – CA-Mercosul - Comunidade Sul-americana de Nações (Mecanismo de Diálogo Político - 2004)

^a Inclui preferências intra-regionais. ^b Colômbia, Equador e Peru. ^c A UE se dispôs a negociar comercialmente.

Fonte: LIMA e MALDONADO (2005)

Uma vez concluídas todas as negociações acima descritas, espera-se que a CA abra aproximadamente 34% do seu comércio para o mercado internacional com tarifas de negociação sensivelmente baixas (LIMA e MALDONADO, 2005).

Essa partida pela bilateralização, de certa forma, fragiliza o Acordo, desvirtuando os objetivos inicialmente traçados e colocando interesses externos dentro de um confronto comercial e político que passa a ser único e conflitivo já que cria estranhamentos internos no bloco.

Uma das explicações para entender essa procura pela bilateralização é a dependência que o Bloco tem com os grandes mercados. Isto cria mecanismos de barganha muito fortes para o estabelecimento de Acordos Bilaterais.

A dependência comercial da CA com os grandes mercados pode ser vista no Gráfico 3.6. Em 2001, a maior parte das exportações da CA para o mundo foi absorvida pelos países do NAFTA (47%) e da União Européia (12%). Isso demonstra a grande importância para a CA dos mercados externos à América do Sul e, ao mesmo tempo, a pouca representatividade dos mercados internos da região.

Gráfico 3.6 – CA: Destino Das Exportações Em 2001

FONTE: Comunidad Andina, Sistema Integrado de Comércio Exterior (Sicext) 2003. In <http://www.comunidadandina.org>

Assim, é importante ressaltar que União Européia e os Estados Unidos concedem à CA acordos preferenciais decorrentes do Regime de Preferências Tarifárias (RPT), o qual forma parte do Sistema Geral de Preferências (SGP). Esse sistema preferencial é dado para fortalecer a política de luta contra as drogas.

Nesse sentido, os principais produtos que acessam o mercado da União Européia e dos Estados Unidos, exonerados de pagamentos de tarifas, são produtos industriais, têxteis e agrícolas, como café, cacau, frutos do mar e flores.

REINOSO (2000) analisa essa relação contratual da CAN, especialmente com a União Européia. O autor afirma que não deveria estar atrelada unicamente ao Sistema Generalizado de Preferências da Droga. Esta relação cria uma dependência perigosa entre os países envolvidos, já que o benefício é temporário e, uma vez retirado, causaria desequilíbrios nas balanças comerciais⁷¹, além de constituir uma poderosa arma de desestabilização do bloco; assim, seria necessária a “desnarcotização” da relação comercial da CAN e a EU.

3.6 MARCO ATUAL DA COMUNIDADE ANDINA

Dentro de uma análise mais atualizada, pode-se afirmar que os desafios do bloco, dentro da sua proposta desenvolvimentista inicial, tomam conotações mais complexas e desafiadoras, à medida que o processo de bilateralização avança a ritmos acelerados e, na mesma proporção que o poder de barganha (político e, principalmente, econômico) das grandes economias

⁷¹ De acordo com um informe sobre o impacto do Sistema Generalizado de Preferências da Droga, elaborado pelas Representações Diplomáticas Andinas em Bruxelas em 2000, estima-se que a Bolívia realizou 94% das suas exportações para a UE sob esse acordo, assim como 83% das exportações colombianas, 95% das exportações equatorianas, 82% das peruanas e 87% das venezuelanas se deram sob esse benefício (Reinoso, 2000).

mundiais influencia diretamente as motivações integracionistas da região. Talvez o exemplo mais palpável seja que em 2006 o governo da Venezuela, movido por uma motivação política, tenha decidido abandonar a Comunidade Andina das Nações e se inserir no Mercosul em desacordo pela negociação de acordos bilaterais (Tratados de Livre Comércio - TLC) entre seus sócios Colômbia Equador e Peru com os Estados Unidos⁷². A confirmar essa tendência, espera-se uma ruptura da integração dentro do bloco que poderia levar a uma corrida maior pela bilateralização como opção ao complexo processo de integração regional.

3.7 FATORES QUE CARACTERIZAM E DIFERENCIAM A COMUNIDADE ANDINA

A inserção da Comunidade Andina no processo de integração regional se deu mediante uma série de mecanismos que, de alguma forma, diferenciavam-se substancialmente dos da Alalc. Primeiro, por inserir mecanismos de desenvolvimento econômico já que se entendia que o Acordo serviria para potencializar o processo de substituição de importações dos países-membros com vistas a desenvolver suas economias. Segundo, porque existiam elementos e mecanismos determinados a viabilizar, de alguma forma, a inserção do bloco dentro do processo de integração intra e extra-regional.

É nesse ponto que se destaca o surgimento da Comunidade Andina dentro do contexto de integração regional latino-americano. Embora tenham existido diversas modificações no Tratado inicial e os resultados esperados não tenham sido, até então alcançados, cabe destacar elementos que servem como legado ou determinam graus de comparação necessários para

⁷² Em maio de 2004, os Estados Unidos iniciaram negociações de livre comércio com três países: Colômbia, Peru e Equador. As negociações com a Colômbia foram concluídas em 2005, com o Peru em 2006 enquanto prosseguem as negociações com o Equador.

fundamentar futuros processos de integração regional bem sucedidos. Esses elementos podem ser ordenados da seguinte maneira:

3.7.1 Política Industrial Sub-regional e Eliminação de Barreiras Tarifárias

Os países-membros coincidiam em afirmar que o mercado integrado era uma oportunidade para conseguir o desenvolvimento mancomunado. Ao mesmo tempo, coincidiam em que o tamanho reduzido das suas economias impedia-lhes de conseguir um desenvolvimento industrial. Perante essa realidade, haveria a necessidade de se criar uma política industrial comum para alcançar o desenvolvimento. Nesse sentido, o Acordo de Cartagena propunha a total eliminação de tarifas e restrições de bens e serviços dentro do bloco e comprometia os países-membros a realizar políticas de desenvolvimento industrial através dos Programas Setoriais de Desenvolvimento Industrial (PSDI). Esses Programas deveriam conter cláusulas sobre os produtos de seu objeto, a programação conjunta dos novos investimentos em escala sub-regional, a localização das plantas nos países da sub-região, os programas de liberação que poderiam ter tratamentos diferenciais por país e por produto, a tarifa externa comum, assim como a harmonização de políticas que poderiam incidir na respectiva integração industrial.

Os PSDI eram propostos pela Junta à Comissão e executados pelos países. Nesse sentido, existia uma característica institucional muito presente que controlava a aplicação desses Programas; mesmo assim, nos primeiros anos de funcionamento do Acordo, o desenvolvimento industrial no bloco foi escasso.

Em outubro de 1976 o Protocolo de Lima modifica o Acordo de Cartagena e flexibiliza o Programa, permitindo a possibilidade de não adesão de algum país-membro e dando a

prerrogativa, a esse país não participante, de poder incorporar os produtos objeto do Programa na sua lista de exceções.

Em maio de 1987 com a introdução do Protocolo de Quito se flexibilizariam ainda mais os instrumentos da política industrial andina. Surgem os Programas Industriais para os setores petroquímicos, siderúrgico, metal-mecânico e automotriz⁷³. Desses Programas somente os Programas Petroquímico e Metal-mecânico chegaram a estabelecer compromissos no que diz respeito a acesso, produção e tarifa externa comum.

Em 1991 liberaram-se totalmente as tarifas dos produtos pertencentes aos Programas petroquímico, siderúrgico, metal-mecânico e automotriz.⁷⁴

Apesar do ensejo desenvolvimentista dos Programas Setoriais de Desenvolvimento Industrial, pode-se afirmar: à medida que o Acordo original foi sendo mudado e flexibilizado, os Programas também perderam sua importância. Com a consolidação da Zona do Livre Comércio em 1993, esses Programas mantiveram seu caráter formal unicamente já que não se estabeleceram prazos maiores para setores específicos, assim como não se introduziram considerações de caráter setorial na adoção da Tarifa Externa Comum.

Atualmente, somente são tratados como Programas setoriais as políticas da indústria automotriz e do Sistema Andino de Preços para os produtos agrícolas.

⁷³ O Programa Petroquímico se regulamentou com as Decisões 18, 32, 91, 130, 170, 190, e 296. O Programa Metal-mecânico foi regulamentado pelas Decisões 57, 146 e 300. As Decisões 160 e 299 regularam o Programa Siderúrgico. O Programa Automotriz se desenvolveu com as Decisões 120, 131, 132, 142, 149, 152, 158, 159, 181, 212, 223 e 298 (LOZANO e ZULUAGA, 2001).

⁷⁴ É importante ressaltar que o Equador só participa do Programa Setorial Automotriz.

3.7.2 Compromissos em Matéria de Política Comercial

Uma das características importantes do Acordo de Cartagena era a necessidade de consulta que os países-membros deveriam realizar perante a Comissão da Comunidade Andina em caso de negociação com terceiros países.

O Artigo 68 do Acordo estabelecia o compromisso de consulta dos países-membros perante a Comissão antes de assumir compromissos de caráter tarifário com países não pertencentes à sub-região. Assim, a Comissão determinava os termos que deveriam ser seguidos em caso de estabelecimento de Acordos com terceiros.

Essa imposição foi modificada em 1992 perante a impossibilidade de subscrever um Acordo entre a Comunidade Andina e o México. A Decisão 322 da Comissão eliminou o requisito de pronunciamento para cada negociação por parte da Comissão e deu grande autonomia aos países andinos para estabelecerem Acordos Bilaterais. Essa flexibilidade permitiu a esses países a subscrição de Tratados de Livre Comércio (TLC) com terceiros o que depois iria se tornar, de alguma forma, um ponto de desestabilização do Bloco.

Esse tratamento dado às negociações com terceiros países, evidencia, por um lado, a adaptação da integração andina às mudanças do comércio internacional e mostra, por outro, o inevitável estabelecimento de relações bilaterais no mundo.

3.7.3 Especial Proteção à Produção Doméstica

O critério de produção doméstica se utilizou, inicialmente, na negociação andina incluindo somente os bens que eram efetivamente produzidos nos países-membros. Uma vez consolidada a Zona de Livre Comércio, a proteção à produção doméstica é substituída pela

defesa da oferta sub-regional. Dessa forma os países andinos podem não utilizar a Tarifa Externa Comum em caso de não existir produção sub-regional ou quando se apresentem insuficiências transitórias de produção.

3.7.4 Construção do Programa de Liberação

Levando em consideração a proteção da produção doméstica e o tratamento favorável dado à Bolívia e ao Equador, o Programa de Liberação (PL) da Comunidade Andina foi formulado mediante a agrupação dos bens que integram quatro listas:

- i. produtos negociados dentro da Alalc,
- ii. bens não produzidos em nenhum país andino,
- iii. produtos compreendidos nas modalidades de integração industrial⁷⁵,
- iv. demais bens.

Para os produtos da primeira lista, foi acordada a totalidade da isenção tarifária 180 dias depois da entrada em vigência do Acordo de Cartagena. Para os outros produtos se deveria definir o Programa de Liberação antes de 1971. Esse prazo não foi cumprido e com a transformação da Alalc em Aladi desapareceu a chamada lista comum.

Para os bens não produzidos por nenhum país andino e que, além disso, não pertenciam a nenhum Programa Setorial de Desenvolvimento, foi acordada a definição de uma lista correspondente até 1970, e depois, a sua liberação em 1971.

⁷⁵ Dentro das modalidades de integração industrial, encontram-se os Programas de Integração Industrial, os Convênios de Complementação Industrial e os Projetos de Integração Industrial.

Para os bens pertencentes aos Programas Setoriais de desenvolvimento, a liberação se deu à medida que os Programas foram sendo colocados em prática, como foi visto anteriormente.

Na lista dos demais bens se distinguem dois tipos de produtos; aqueles que inicialmente foram reservados para sua inclusão em um Programa Setorial de Desenvolvimento e que, ao serem definidos, não foram incluídos; e em segundo lugar, os bens produzidos por um ou vários países andinos.

Ao longo do período de vigência do Acordo, os prazos de liberação foram adiados e flexibilizados; com a inserção do conceito de comércio administrado⁷⁶, os países-membros tiveram autorização para limitar as quantidades de bens que poderiam ingressar com ou sem preferências. Mesmo assim, ao longo do tratado observa-se uma diminuição significativa da tarifa média simples como pode ser observado no gráfico 3.7:

⁷⁶ Esse conceito foi inserido com a Decisão 145 e tinha como objeto dar certa autonomia de fixar o processo de liberação dos produtos a cada país-membro.

Gráfico 3.7: Comunidade Andina: Tarifa Media Simples

FONTES:1972: Bela Balassa, Tariffs and Trade Policy in the Andean Common Market", International Bank for Reconstruction and Development International Development, Association. Working Paper 150, abril 1973. 1985-1994: Estevadeordal, Antonie. Traditional Market Access Issues in RTA's: Na Unfinished Agenda in the Americas. BID, abril 2002: SGCAN.

Essa flexibilidade permitiu estabelecer com mais permissividade Tratados de Livre Comércio (TLC) entre países-membros e terceiros.

3.7.5 Tratamentos Especiais aos Países de Desenvolvimento Relativo

O tratamento favorável dado à Bolívia e ao Equador se materializou nos seguintes preceitos:

- Colômbia, Peru e Venezuela outorgariam acesso aos produtos desses países em um prazo inferior ao estabelecido para os demais membros.
- Seria permitido a esses países a conformação de listas de exceções superiores em quantidade de itens e em prazos para sua eliminação.
- Esses países estavam isentos da proibição de incrementar tarifas e de introduzir novas restrições.
- Os produtos originários desses dois países que registravam comércio significativo não poderiam ser incluídos nas listas de exceções dos demais países andinos, e
- Algumas das obrigações de acesso para esses países de menor desenvolvimento estariam sujeitas ao aproveitamento do comércio sub-regional.

Em 1979, na aplicação da Decisão 29 da Comissão do Acordo de Cartagena adotou-se a liberação para uma lista de produtos da Bolívia e do Equador para o ingresso nos mercados da Colômbia, Peru e Venezuela. Em 1972 a decisão 63 substituiu as listas adotadas inicialmente e concedeu acesso preferencial à Bolívia a uma lista de produtos agrícolas e agroindustriais e ao Equador essencialmente em produtos da indústria leve. No Protocolo de Lima, com a Decisão 112 modificaram-se as margens de preferência para alguns produtos bolivianos e equatorianos para os quais, também, foi acordado um ingresso pleno sem tarifa a partir de 1984.

Na definição da Tarifa Externa Comum também se levou em consideração o menor grau de desenvolvimento relativo. À Bolívia foi permitido conservar sua estrutura tarifária e ao Equador foi autorizada a aplicação da sua tarifa doméstica para um grupo de produtos cuja quantidade e comércio era consideravelmente superior às exceções permitidas para Colômbia e Venezuela.

Com esse tratamento, a Comunidade Andina diferenciava-se da Alalc e Aladi na perspectiva de integração regional. Estabelecia-se nesse Tratado a possibilidade de

homogeneizar a estrutura econômica dos países levando em consideração processos de nivelamento comercial a partir do tratamento preferencial. Esse foi um dos motivos da formação desse bloco sub-regional.

3.7.6 Supranacionalidade e Institucionalidade

A evolução do ordenamento jurídico andino esteve vinculada ao desenvolvimento institucional e político do processo de integração.

O Tratado de criação do Tribunal de Justiça da Comunidade Andina foi subscrito em 1979 e entrou em vigência em 1984. Com isto foram estabelecidas disposições relativas à natureza do ordenamento jurídico andino e ao regime de solução de controvérsias.

Dessa forma a supranacionalidade implica a sua aplicação em todos os países-membros e a sua supremacia sobre a lei nacional em caso de conflito. A supranacionalidade permite gerar políticas de longo prazo que permaneçam apesar da inevitável mudança de governos, de políticas comerciais e pressões internas de cada um dos países-membros. A existência do Tribunal de Justiça ao qual podem acudir governos e também empresas e particulares⁷⁷ contribui para uma maior segurança.

Em contrapartida, o aparelho institucional (visto anteriormente) apresentado pela Comunidade Andina representa um marco no processo de integração regional da América Latina. Talvez seja o mais elaborado e consolidado juridicamente do hemisfério apesar da sua ociosa funcionalidade no Bloco. Com a criação do Sistema Andino de Integração (SAI) em

⁷⁷ Artigo 25 do Tratado de Criação do Tribunal de Justiça da Comunidade Andina.

1996⁷⁸, melhorou-se consideravelmente o processo de coordenação entre os diferentes órgãos institucionais, vigentes atualmente, de tomada de decisões (Conselho Presidencial, Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores e a Comissão Andina), os Conselhos Consultivos, os Convênios Sociais, o Órgão Executivo (Secretaria Geral), o Tribunal de Justiça, as instituições financeiras (CAF e FLAR) dentre outros.

Apesar da CA ser qualificada como um Tratado burocratizado de poucos resultados pragmáticos no âmbito comercial, a sua estrutura jurídico-institucional é o principal legado que esta apresenta dentro dos processos de integração na região.

CONCLUSÃO

A experiência da integração latino-americana é por demais rica e seu resgate constitui-se numa condição necessária para o entendimento das reais dificuldades na cooperação econômica e política entre os países do continente.

Este capítulo teve como objetivo resgatar parte desta experiência a partir do estudo do contexto e das motivações envolvendo a Comunidade Andina das Nações. Entende-se que o Acordo de Cartagena, que foi proposto a partir de fratura da Alalc na tentativa de articular a integração regional, trouxe uma maneira mais sofisticada e homogênea de estabelecer a integração, pois procurou, a partir da junção de problemáticas (políticas e econômicas) similares, estabelecer esforços conjuntos para superar problemas estruturais dos países-membros que, de alguma forma, acabaram relegando as possibilidades de

⁷⁸ A CAN substitui o Pacto Andino e é criada a Secretaria Geral que assume, dentre outras, funções administrativas da desativada Junta do Acordo de Cartagena (AVENDAÑO, 1999).

desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o Acordo representou uma ruptura à lógica integradora instaurada na América Latina iniciada com a Alalc. O Pacto Andino esboça uma diferenciada maneira de estabelecer integração na região, começando pela junção de economias, de certa forma, similares, compartilhadoras entre si de um processo de desenvolvimento histórico parecido, apesar de conflitivo e de uma mesma raiz sócio-cultural que, ao mesmo tempo, as diferencia-as e propõe elementos de entraves à integração. Esses elementos podem ser entendidos pelos constantes estranhamentos bélicos (guerras) e, principalmente, pelo diferenciado nível de inserção capitalista mundial das suas economias e pela tentativa de formar individualmente suas identidades.

Apesar de ter constituído um processo avançado no que diz respeito à maturidade institucional, de políticas industriais de desenvolvimento, e de contar com certa homogeneidade nas estruturas econômicas dos países-membros, a Comunidade Andina esbarra na falta de resultados positivos (como será observado no capítulo seguinte) dos demais processos de integração regional da América Latina. É inegável o esforço inicial instaurado pelos países-membros os quais foram motivados pela insatisfação de resultados plausíveis de blocos maiores como da Alalc e da atual Aladi. Porém, também é inegável a falta de resultados integradores plausíveis. A falta destes resultados reflete a inoperância das instituições normativas do bloco e a falta de comprometimento dos seus países-membros, assim como, a procura pela bilateralidade econômica com países dominantes.

O desafio do Bloco reside em retomar de maneira consolidada o esforço integrador inicial com anuência e comprometimento das economias envolvidas e a percepção de que a consolidação do bloco pode significar no desenvolvimento dos países-membros.

No seguinte capítulo serão analisados as perspectivas e direcionamentos da Comunidade Andina a partir de uma análise sobre os resultados econômicos conseguidos pelo bloco. Serão analisados também os gargalos e desafios que esse processo integrador enfrenta.

CAPÍTULO 4: BALANÇO ECONÔMICO, PERSPECTIVAS E DIRECIONAMENTOS DA COMUNIDADE ANDINA

INTRODUÇÃO

Os resultados de um processo de integração podem ser mensurados por vários tipos de indicadores. Desde o cumprimento das normas estabelecidas nos Tratados assinados inicialmente até as possibilidades de criação e desvio de comércio ou de atração de investimentos e geração de renda dentro do âmbito integrado.

Na Comunidade Andina, o objetivo inicial do Acordo foi o desenvolvimento econômico, como pode ser visto no Artigo No. 1 do Acordo de Cartagena:

[...] Promover o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos países-membros em condições de equidade, mediante a cooperação econômica e social, acelerar seu crescimento e a geração de ocupação; facilitar sua participação no processo de integração regional com a intenção da formação gradual de um mercado comum latino-americano” (Acordo de Cartagena, Artigo No 1 – 1969).

Embora o Tratado tenha sido modificado ao longo dos seus 37 anos de existência, o teor desenvolvimentista sempre esteve presente no ideário dos países-membros.

Esse capítulo final pretende analisar os indicadores econômicos e de integração da Comunidade Andina. O objetivo dessa parte da tese é realizar um balanço econômico sobre os

resultados obtidos ao longo das três décadas de funcionamento do bloco assim como também vislumbrar as perspectivas e direcionamentos do Acordo.

O ponto de partida desta análise é a verificação da importância de cada economia no total do bloco e o Gráfico 4.1 abaixo procura revelar se houve uma variação da importância relativa de cada economia ao longo das décadas que sucederam a formação da CA.

Gráfico 4.1 - Participação no PIB da CA dos Países Membros - 1970 A 2004 - US\$ de 1990

FONTE: ONU - Unstats <<http://unstats.un.org>>

Ao longo das décadas de 1970, 80 e 90 verifica-se uma modificação na representatividade de cada país para a formação do PIB do bloco, com destaque para Equador e Colômbia que tiveram crescimento de participação. A Colômbia se destaca ao aumentar sua participação em mais de um terço, saindo de 25% para 34% ao final de 2004 e conquistando a liderança econômica regional. Por outro lado, Venezuela e Peru tiveram uma perda relativa de participação no PIB do bloco, enquanto a Bolívia manteve a mesma representatividade.

Embora tenha havido uma mudança na participação relativa de cada país, não ocorreu no período um fenômeno isolado de crescimento econômico acima da média que fizesse com que uma ou outra economia se destacasse das demais e obtivesse uma hegemonia econômica perante seus pares, conferindo a esta um poder econômico desproporcionalmente acima da

média dos demais países⁷⁹. As três maiores economias do bloco continuam sendo Colômbia, Venezuela e Peru.

4.1 FORMAÇÃO E PUJANÇA: O INÍCIO DA CA (1969 A 1976)

A análise da evolução do desempenho comercial da Comunidade Andina (CA) em seu início parece revelar um grande êxito ao intensificar as trocas entre os países-membros, tendo este período inicial e crítico de formação da Comunidade se revelado bem sucedido para impulsionar o comércio entre os 5 países da Comunidade; observa-se através do Gráfico 4.2 que num período de apenas 8 anos houve um crescimento nominal de 540% do comércio intracomunitário, passando de 95 milhões de dólares em 1969 para 613 milhões em 1976.

Tal crescimento é devido em grande parte à entrada da Venezuela no bloco em 1973, quando se percebe claramente um salto nas exportações intracomunitárias e extracomunitárias; sem a Venezuela o desempenho das trocas internas entre os países em 1976 teria sido de 487 milhões de dólares, 161 milhões a menos.

⁷⁹ A partir dessa análise observa-se que a relação denominada colombo-venezuelana é preponderantemente importante para o Bloco, pelo seu peso no nível de produção e pelo tamanho dos seus mercados.

Gráfico 4.2 - Exportação dos Países-Membros da Comunidade Andina - Milhões de Dólares Correntes (1969-2002)

FONTE: COMUNIDAD ANDINA, Secretaria Geral, Sistema Subregional de Informações Estatística.

A participação das exportações entre os países-membros da CA e o resto do mundo se altera consideravelmente, passando de uma participação média de 1,9% em 1969 para 4,28% em 1976, mostrando claramente um avanço no comércio intra-regional no período.

A análise das exportações intracomunitárias na fase inicial da CA e seu relativo sucesso, tende a constatação de que houve uma mudança também na configuração das importações intrabloco, mediante substituição de parte das importações do resto do mundo, por importações entre os países da CA. Entretanto, a análise dos dados sobre as importações revela que essa mudança foi apenas compatível com mudança ocorrida nas exportações.

Gráfico 4.3 – Origem das Importações dos Países-Membros da CA - Milhões de Dólares Correntes (1969-2002)

FONTE: COMUNIDAD ANDINA, Secretaria General. Sistema Subregional de Información Estadística (Decisión 115).

A participação do total das importações entre os países da CA passa de 2,45% em 1969, para 5,31% em 1976. Embora a participação percentual das importações intracomunitárias tenha mais que duplicado neste estágio inicial da formação do bloco, a importância relativa das importações entre os países-membros não se altera significativamente nesta primeira fase. Em contrapartida, há uma tendência de aumento da participação relativa do comércio intrabloco, tanto das importações como das exportações, denotando um relativo sucesso dos acordos comerciais em aumentar o fluxo de comércio entre os países-membros da CA.

Este sucesso na área comercial também esteve associado a uma forte elevação do produto interno dos países: constata-se que no período de 1969 a 1976 houve um crescimento em dólares correntes de 125% do PIB da CA. Esse ritmo forte de crescimento se sustenta por toda a década de 1970 e perde fôlego no início dos anos de 1980 e, partir de 1982, inicia uma trajetória de declínio.

Apesar desse relativo sucesso nas exportações, a pauta de exportação Extra-CA era de produtos primários de baixo valor agregado, com exceção ao petróleo venezuelano, que tinha

uma grande contribuição no valor das exportações. Em compensação, o volume das importações estava concentrada em produtos industrializados de alto valor agregado. Contudo, o saldo da balança comercial extra CA foi superavitária, principalmente pelo aumento dos preços do barril do petróleo nos anos 70.

Gráfico 4.4 - Produto Interno Bruto per Capita da CA – Dólares Correntes (1969-1982)

FONTE: Global Development Finance & World Development Indicators - www.nyu.edu

De 1969 até 1981, o PIB dos países da CA salta de 505 milhões para cerca de 2 bilhões de dólares, um incremento na ordem de 300% ou uma média de 9% ao ano. Apesar desse crescimento do PIB no período, havia uma divergência quanto ao crescimento e participação do PIB da CA, com Bolívia apresentando a menor taxa e Equador a maior participação e taxa de crescimento do PIB nesse período.

4.2 QUESTIONAMENTO E PERDA DE DINAMISMO (1976 a 1982)

Conforme se percebe no Gráfico 4.4 acima, houve no período de 1976 a 1982 um considerável aumento do PIB per capita dos países da CA, entretanto, quando se observa o ritmo do crescimento do PIB a preços constantes, nota-se que a partir de 1976 o ritmo de crescimento é mais lento e, entre 1979 e 1982, o PIB tem um crescimento real de apenas 4,2%. Para o período de 1970 até 1982 o crescimento real do Produto Interno Bruto foi de 61,3%, a maior parte, portanto, ocorreu antes de 1979.

Gráfico 4.5 – CA: Produto Interno Bruto - Milhares de Dólares - US\$ 1990

FONTE: ONU - Unstats <<http://unstats.un.org>>

Embora se observe evolução do PIB real nos anos de 1980, esse crescimento foi na média bem inferior ao ocorrido na década anterior; essa diferença também atingiu os países, que apresentaram crescimentos díspares entre as duas décadas. No Gráfico 4.6 é possível verificar dois casos extremos, o caso do Peru que cresceu quase 40% durante toda a década de 70 e que na década seguinte teve seu PIB real diminuído em 14%. Enquanto a Colômbia e o Equador que são os países que mais cresceram na década de 70, repetem o feito na década

seguinte, e mesmo com queda no ritmo, e com isso, conforme antecipado pelo Gráfico 4.1, melhoram consideravelmente suas participações relativas no PIB da CA.

Gráfico 4.6 – Variação do PIB Real dos Países da CA (1970/79 e 1980/89)

FONTE: Global Development Finance & World Development Indicators - <www.nyu.edu>

O período de 1970 a 1979 também é marcado pelo grande avanço do comércio intrabloco, conforme é possível observar na Tabela 4.1 abaixo; neste íterim, as importações entre os países da CA crescem 27% ante apenas 18% do crescimento das importações do resto do mundo; associando o ritmo do crescimento do PIB real ao crescimento do comércio intracomunitário é possível inferir que grande parte do incremento econômico do bloco na década de 70 foi reforçado pela intensificação das trocas regionais.

4.3 CRISE FINANCEIRA E REGRESSÃO DO PROCESSO INTEGRADOR (1982-1988)

A crise pela qual passou a maioria das economias do bloco na década de 80 afetou sobremaneira o seu desempenho comercial e o ritmo do crescimento do comércio intrabloco sofre forte desaceleração a partir do início dos anos 80. Conforme se verifica na Tabela 4.1, de um crescimento médio de quase 31% no período de 1970/79, as exportações não crescem mais de 1,6% durante a década de 80 e as importações, cerca de 3,6%. Desempenho similar ocorre com o comércio da CA com o resto do mundo, que na década de 80 permanece praticamente estagnado, ante um crescimento da ordem de 20% ocorrido na década de 70.

Tabela 4.1 – Crescimento Anual Médio das Exportações e Importações dos Países Andinos (%)

	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES	
	1970-79	1980-89	1970-79	1980-89
Intracomunitárias	30,8	1,6	27,0	3,6
Resto do Mundo	20,9	1,7	18,5	1,1
Total	21,1	1,7	18,8	1,2

FONTE: SGCAN 2004 - Evaluación de la dimensión económica del proceso de integración andino: Comercio, inversión y cooperación financiera. Secretaria General de Comunidad Andina, Documentos de Trabajo 247, Mayo, 2004

A estagnação observada nas relações comerciais internas da CA na década de 80, resultado da crise financeira que se abateu sobre as economias mundo afora assolou fortemente os países da CA, também afetou fortemente o PIB per capita dos países da CA, PIB per capita que na década de 70 havia crescido substancialmente, passando de cerca de US\$ 500,00 por ano, para mais de 2 Mil dólares correntes em 1981, e no final da década de 80, declina para cerca de US\$ 1.400,00.

Gráfico 4.7 – Produto Interno Bruto Per Capita da CA – Dólares Correntes (1980-1990)

FONTE: Global Development Finance & World Development Indicators - www.nyu.edu

A pujança comercial e econômica da década de 70 não se repete na década de 80 e a crise financeira abala fortemente as relações comerciais entre os países da CA, o fluxo de comércio interno ao bloco cai consideravelmente. A piora no cenário externo perdura por grande parte da década de 80, e a situação dos países se agrava devido ao forte endividamento externos dos países-membros da CA, iniciado a partir de meados da década de 70 e que na década seguinte se torna um agravante para a capacidade de pagamento dos compromissos internacionais.

Gráfico 4.8 – Dívida Externa dos Países da CA (1970 – 1990) em Milhões de Dólares Correntes.

FONTE: ONU - Unstats <<http://unstats.un.org>>

A saída encontrada pela maioria dos países da CA para fazer frente às necessidades de liquidez externa para honrar os compromissos dos serviços da dívida foi fazer caixa através de superávits comerciais; essa estratégia de produzir superávits fica evidente nas trajetórias similares das curvas de importações e exportações extracomunitárias, observadas no Gráfico 4.9 a seguir.

Gráfico 4.9 - Importações CIF e Exportações FOB Extra-CA (Milhões De Dólares Correntes)

FONTE: COMUNIDAD ANDINA, Secretaria General. Sistema Subregional de Información Estadística (Decisión 115).

A geração de superávits comerciais da CA com o resto do mundo na década de 70 esteve associada ao próprio crescimento das economias do bloco, como se nota claramente pela evolução crescente tanto das importações como das exportações. Já na década de 80, os superávits são obtidos mediante redução das importações além da queda nas exportações. Além disso, o crescimento das exportações nesse período estava relacionado com a competitividade espúria baseado em taxa de câmbio desvalorização e implantação de tarifas alfandegárias e não alfandegárias ao similar nacional.

4.4 AVANÇOS DA COMUNIDADE ANDINA NO REGIONALISMO ABERTO

O final da década de 1980 é marcado pelo ritmo do crescimento do comércio intracomunitário e retomada do comércio extracomunitário; a superação ou amenização da crise financeira dos países e a retomada do crescimento da economia mundial tem efeitos positivos nas economias da CA e para a recuperação do ritmo de crescimento do comércio intra e extra bloco.

Embora mais modesto do que fora na década de 70, na década de 90 o ritmo do crescimento tanto das importações como das exportações intracomunitária é largamente superior ao próprio crescimento ocorrido nos anos de 1980. A retomada do comércio interno e externo ao bloco, conforme se verifica na Tabela 4.2 perdura também nos primeiros anos do século XXI.

Tabela 4.2 – Crescimento Anual Médio das Exportações e Importações dos Países Andinos (%)

	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES	
	1990-99	2000-02	1990-99	2000-02
Intracomunitárias	16,3	11,0	18,5	11,5
Resto do Mundo	5,9	7,0	7,6	3,2
Total	6,3	7,3	8,4	4,1

FONTE: SGCAN 2004 - Evaluación de la dimensión económica del proceso de integración andino: Comercio, inversión y cooperación financiera. Secretaria General de Comunidad Andina, Documentos de Trabajo 247, Mayo, 2004

A partir da década de 1990 houve uma intensificação do comércio entre os países da CA, o crescimento da participação do comércio intrabloco perante o resto do mundo se intensifica, bem como o total exportado para o resto do mundo. Entretanto, esse aumento do fluxo de comércio externo não resultou no crescimento da participação das exportações da Comunidade no total das exportações mundiais. Entretanto, percebe-se que durante a década de 90 a participação das manufaturas de alto valor agregado nas exportações para o Resto do Mundo (RM) quase não se alteram e pouca variação ocorre nos comércios destas entre os países da CA.

Tabela 4.3 - Participação Média de Manufaturas de Alto Valor Agregado nas Exportações (%)

	1990-1995		1996-2000		2002	
	INTRA	RM	INTRA	RM	INTRA	RM
Bolívia	8,1	17,6	16,2	30,8	4,7	22,5
Colômbia	70,1	25,0	71,6	22,2	76,4	25,3
Equador	36,3	2,9	43,6	5,2	33,4	5,7
Peru	37,0	16,2	48,1	15,7	59,3	15,5
Venezuela	46,8	6,1	48,7	6,5	54,8	6,6
CAN	51,7	11,6	55,7	11,8	57,9	12,5

Fonte: SICEXT - SGCAN

A década de 90 é marcada por uma retomada forte do crescimento do comércio interno ao bloco andino; esse crescimento resultou numa melhora considerável da intensidade de

comércio entre os países da CA. O Gráfico 4.10 abaixo evidencia, através da evolução do índice de intensidade de comércio (IIC), que a partir do início da década de 90 a intensidade do comércio intracomunitário se amplifica, assim como ocorre um aumento do grau de complementaridade entre as relações de comércio intra CA (ver Gráfico 4.11).

Gráfico 4.10 - Índice de Intensidade de Comércio⁸⁰ – CA

FONTE: SGCAN 2004 - Secretaria General de Comunidad Andina, Documentos de Trabajo 247, Mayo, 2004

⁸⁰ O índice de intensidade do comércio (IIC) se define como:

$$IIC_{ij} = \frac{X_{ij}/X_i}{M_j / \sum_{i=1}^n M_k} = \frac{x_{ij}}{m_j}$$

Onde:

IIC ij = Índice de intensidade das exportações do país i para o país ou região j

Xij = exportações do país i ao país j

Xi = exportações totais de i

Mk = importações totais de um país k

xij = participação do país j nas exportações do país i

mj = participações do país j nas importações mundiais (líquidas das importações de i)

“Este índice mede a existência de “viés geográfico”; ou seja, se IIC é igual a um, não existe viés geográfico e o país i estaria exportando ao país j de acordo com o padrão mundial do comércio (na proporção em que normalmente importa j como porcentagem das importações totais). Se o IIC é maior (menor) que um, o país i exporta a j mais (menos) do que deveria segundo o padrão das importações mundiais.”(SGCA, 2004)

O IIC revela se o país apresenta um viés geográfico de comércio, ou seja, se o comércio externo deste país para com um conjunto de outros países (CA neste caso) é diferente da média de comércio que este país tem com os demais parceiros comerciais. Nota-se claramente que Colômbia, Bolívia e Equador possuem tendência a intensificar as relações comerciais intrabloco, enquanto Peru e Venezuela, embora apresentem um IIC maior que um, não revelam tendência em intensificar seu comércio com os países da CA. Por outro lado, todos os países demonstram alta intensidade de comércio intra CA, sendo que em média o comércio entre eles é 26 vezes superior ao que seria o comércio entre eles sem a presença do bloco.

Gráfico 4.11 – Índice de Complementaridade⁸¹ de Comércio - CA

FONTE: SGCAN 2004 - Secretaria General de Comunidad Andina, Documentos de Trabajo 247, Mayo, 2004

⁸¹ O índice de complementaridade do comércio (IC) se define como:

$$C_{ij} = \frac{\sum_s \frac{x_i \cdot m_j}{t_w}}{\sum_s \frac{x_i \cdot m_j}{t_w}}$$

Onde:

x_i = participação do bem “s” nas exportações do país i

m_j = participação do bem “s” nas importações de país j

t_w = participação do bem “s” nas importações mundiais (líquidas das importações de i).

“Quando o índice é maior que um, implica que existe grande complementaridade entre a oferta exportável do país i e a demanda do país j. Pelo contrário, o índice tende a zero quando o país i não exporta os mesmos bens que j importa.” (SGCA, 2004)

Quando se observa a complementaridade de comércio entre os países da CA, constata-se a princípio que todos os países apresentam índices inferiores à unidade, ou levemente superiores a um, denotando inexistência ou fraca complementaridade do comércio entre os países da CA.

Contudo, Bolívia, Colômbia e Equador novamente apresentam uma tendência a buscar uma complementaridade; nota-se que nos três casos o índice é crescente, enquanto a Venezuela mostra uma tendência à estagnação e o Peru, de queda de complementaridade.

Ao se cruzarem os índices de Intensidade e Complementaridade de Comércio (ver Gráfico 4.12), observa-se que a Bolívia se destaca como o país com mais intensidade e complementaridade de comércio entre os países da CA, enquanto a Venezuela e Equador são os que apresentam menor complementaridade e intensidade.

Gráfico 4.12 – Intensidade e Complementaridade no Comércio da CA

FONTE: SGCAN 2004 - Secretaria General de Comidad Andina, Documentos de Trabajo 247, Mayo, 2004

O comércio interno na Comunidade se intensifica na década de 90 e há uma tendência a se buscar uma maior complementaridade no comércio externo, também há uma intensificação dos investimentos diretos cruzados entre os países andinos; a Tabela 4.5 mostra que os investimentos acumulados no período 1993 a 2002 aumentam em quase dez vezes, e no ranking dos países líderes em investimentos cruzados está a Colômbia com forte presença no Peru e na Venezuela, seguida pela Venezuela que concentra os maiores investimentos na Colômbia.

Este cruzamento de investimentos externos diretos parece evidenciar um reforço mútuo entre Colômbia e Venezuela, os dois países com o maior PIB da região e com o maior nível de comércio intra e extra comunitário.

Tabela 4.4 – Investimento Externo Direto Acumulado por Origem e Destino (1993 – 2002) – Milhões de Dólares Correntes.

		País destino					
		Bolívia	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela	Total
País origem	Bolívia	-	3,1	0,2	1,2	0,0	4,5
	Colômbia	52,1	-	54,5	190,4	146,0	443,0
	Equador	1,0	154,9	-	34,7	70,0	260,6
	Peru	90,0	38,6	1,9	-	0,0	130,5
	Venezuela	7,0	265,8	12,8	1,9	-	287,4
	Total	150,2	462,4	69,3	228,2	216,0	1.126,0

FONTE: Bancos Centrais e organismos nacionais encarregados do registro de investimentos.

Contudo, embora o valor dos investimentos externos diretos totais em nove anos ultrapasse a cifra de 1 bilhão de dólares, essa quantia é desprezível quando se verificam os totais investidos na região, provenientes do resto do mundo. O Gráfico 4.13 destaca, como maiores investidores, outros países do resto do mundo e desvinculados aos blocos econômicos Nafta, Mercosul e União Européia, embora este três blocos tenham fortíssima presença em IED na Comunidade Andina.

Dentre os principais investidores, os Estados Unidos comparecem com 24% do total do IED na CA em 2002, seguidos pela Espanha com 7% e Canadá com 6,5%. Somente a Nafta responde por 31% do total do IED da Comunidade.

Gráfico 4.13 - Fluxo de Investimento Estrangeiro Direto na CA por País de Origem (1993 – 2002) Milhões de Dólares Correntes.

FONTE: Bancos Centrais dos Países

Elaboração: CA - Secretaria Geral. Projeto 4.37.52 Estatística

Os ramos de atividade econômica que mais se destacaram na atração do capital externo direto foram os de exploração mineral e petróleo, transportes e comunicação, e indústria manufatureira, com destaque para o primeiro que, em 2002, representou 36,5% dos investimentos totais. Nota-se que o crescimento do IED em valores nominais cresce apenas até 1998 e, a partir de então, recua de modo acentuado em quase todos os ramos de atividade, exceto no mineral e petróleo. Não fosse o crescimento do IED não registrado que cresce consideravelmente de 1994 a 2002, o valor total dos IED em 2002 seria inferior ao registrado em 1994.

Tabela 4.5 - Fluxo de Investimento Estrangeiro Direto por Ramo de Atividade Econômica nos Países da CA – 1994 a 2002

RAMO ATIVIDADE ECONÔMICA	1994	1996	1998	2000	2002
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	26	55	57	7	14
Mineral e Petróleo	1.218	2.486	3.326	2.537	2.925
Indústria Manufatureira	1.268	1.335	2.322	854	677
Eletricidade, gás e água	475	892	799	45	250
Serviços	48	379	686	429	532
Construção e Habitação	37	47	(10)	48	22
Comércio	190	333	357	438	169
Transporte e Comunicações	2.379	163	411	1.248	607
Turismo	6	10	6	-	-
Finanças	344	1.033	1.297	1.428	623
Investimentos não Registrados	264	2.977	1.551	2.089	2.189
TOTAL DO IED	6.255	9.710	10.802	9.125	8.007

Fonte: Bancos Centrais dos Países da CA

Elaboração: CA - Secretaria Geral. Projeto 4.37.52 Estatística

Através dos dados de IED é possível inferir sobre uma maior abertura da economia a partir da década de 90, pois, com a chegada do capital externo os países da comunidade reforçam sua capacidade produtiva interna e a sua capacidade exportadora, a entrada de capitais também favorece a capacidade de pagamento internacional e o potencial importador dos países.

A vinda dos IED está associada com a privatização das empresas estatais, dado um contexto de reforma e reestruturação do papel do Estado. O Estado não apresentava condições de promover investimentos nas empresas estatais, principalmente na área de energia e telefonia. Por isso, uma parte desses investimentos está relacionada com a aquisição e reestruturação dessas empresas e investimentos complementares em decorrência das alianças estratégicas existentes entre as corporações multinacionais.

Gráfico 4.14 – Variação do Investimento Direto Externo nos Países da CA (1990 = 100: US\$ 1995)

FONTE: BANCO MUNDIAL (World Development Indicators 2001)

O Peru foi a economia que mais se favoreceu com o fluxo de IED nos anos 90, com um crescimento de mais 5 mil por cento em menos de uma década. Apesar de ter havido um grande fluxo de investimento externo direto para a CA, é possível observar através do Gráfico 4.15 que do total de IED mundial, em média, cerca de 2% apenas se destinaram aos países da CA durante a década de 90; embora se observem alguns picos isolados de crescimento do IED nos anos de 1991, 1994 e 1997, o final dos anos 90 é marcado por uma forte queda no percentual total de IED destinado aos membros da CA.

Gráfico 4.15 – Participação do IED Destinado a CA do Total Mundial

FONTE: BANCO MUNDIAL (World Development Indicators 2001)

O caso peruano merece maior consideração, pois a sua representatividade do IED no total, entre os 5 países da CA é destacadamente maior; esse destaque está diretamente associado mais ao intenso processo de privatização promovido pelo Estado Peruano e muito menos pelo dinamismo interno do país, que possa ter influenciado os players internacionais a investir localmente por supostas vantagens comparativas da economia peruana.

Segundo Caro (2002), entre os anos de 1992 e 1996 foram privatizadas 110 empresas estatais, representando um total de 7,2 bilhões de dólares de IED e tais privatizações atrelaram mais 6 bilhões de dólares de investimentos por parte dos compradores nas companhias privatizadas; esse total de 13,2 bilhões de dólares de investimentos resultantes do processo de privatização e a sua concentração em alguns anos da década de 90 foram os responsáveis pelo forte aumento da participação do IED destinado a CA, relativamente ao total de IED mundial e os picos observados nos anos de 1991, 1994 e 1997.

Outro indicador de comércio externo que sofreu uma forte variação na década de 90 e apresentou uma trajetória bem distinta da descrita nos anos 80 foi o grau de abertura comercial. Quando se observa a evolução do grau de abertura comercial constata-se que as economias da CA que possuíam uma relativa abertura comercial, na década de 70, fecham-se muito nos anos

80 e já no início dos anos 90, a abertura comercial do bloco é ampliada consideravelmente, sendo que no final da década de 90, a soma das importações e exportações representam mais de 60% do PIB das economias da CA.

Gráfico 4.16 - Grau de Abertura Comercial⁸² da CA - US\$ 1990

FONTE: ONU - Unstats <<http://unstats.un.org>>

Dos países mais abertos ao comércio externo destacam-se a Venezuela e o Equador, ambos com graus de abertura comercial acima de 75% no final da série; os países mais fechados da CA em 2003 são Peru com 47% e Colômbia com 51%; estes dois últimos também foram os países que mais evoluíram em sua abertura comercial, no início da década de 90 o grau de abertura da Colômbia era de quase 35% e do Peru, menos de 30%; em 2003, a Colômbia ultrapassou os 51% e o Peru os 47%, um aumento de 50% e 60%, respectivamente, nos graus de abertura destes dois países.

⁸² Grau Abertura Comercial = (Exportações FOB + Importações CIF) ÷ PIB

Tabela 4.6 – Grau de Abertura Comercial (Us\$ 1990)

	Bolívia	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela	CAN
1990	46,71	34,60	60,12	29,54	59,63	44,52
1991	48,81	36,63	64,68	33,26	65,00	48,68
1992	50,77	42,76	65,93	35,61	67,38	52,43
1993	49,68	48,90	66,34	35,17	69,21	54,76
1994	50,67	51,31	71,59	38,39	68,29	55,73
1995	52,77	51,64	77,24	41,39	74,14	58,72
1996	53,57	53,10	73,10	41,92	74,30	58,99
1997	54,00	53,93	77,91	44,17	82,65	62,91
1998	59,12	53,78	76,31	46,14	87,73	65,07
1999	49,87	49,15	74,08	43,49	81,84	60,09
2000	53,26	50,64	75,57	44,77	86,88	62,77
2001	53,80	53,58	76,10	46,98	88,12	64,91
2002	57,62	50,07	79,37	46,88	80,72	60,95
2003	58,33	51,81	78,95	47,30	75,36	59,51

FONTE: ONU - Unstats <<http://unstats.un.org>>

No caso do Peru, o fato de ter liderado o fluxo de IED durante a década de 90 foi fundamental para o aumento da abertura externa de sua economia.

4.5 RESULTADOS COMERCIAIS DO PROCESSO INTEGRADOR

Após analisarem-se as variações do comércio e de outros indicadores externos é possível distinguir pelo menos três fases bem distintas da evolução do comércio externo dos países-membros da CA: a primeira fase de intenso crescimento na década de 70 para as exportações extra CA, mas com perda de dinamismo nas exportações intracomunitárias a partir de 1976 culminando com a estagnação no início dos anos 80; a década de 80 que se caracteriza basicamente pela retração do comércio tanto extra como intra CA, e, finalmente, a terceira e última etapa se inicia em 1988, quando as curvas de comércio externo intra e extracomunitário retomam uma trajetória de crescimento.

Gráfico 4.17 - Exportação Intra-CA dos Países-Membros da CA - Milhares de dólares Correntes (1969-2002)

FONTE: COMUNIDAD ANDINA, Secretaria Geral, Sistema Subregional de Informações Estatísticas.

Embora as distintas fases de existência da Comunidade Andina demonstrem um forte crescimento do fluxo de comércio externo (intra e extra CA), nota-se claramente que a participação das exportações entre os países do bloco se altera durante as três décadas de existência da Comunidade Andina.

Em contrapartida, a representatividade das exportações intra-CA no total exportado pela Comunidade (Gráfico 4.18), que inicialmente não passava dos 2%, cresce lentamente nas décadas de 70 e 80 e na década de 90 esta participação ganha relevância, passando de 4% em 1989 para 14% em 1995 e, depois de uma queda, fecha o período de análise em 11% no ano de 2002.

Gráfico 4.18 - Participação das Exportações Intra-CA do Total Exportado - Milhares de Dólares Correntes (1969-2002)

FONTE: COMUNIDAD ANDINA, Secretaria Geral, Sistema Subregional de Informações Estatísticas

O crescimento das exportações internas à comunidade também foi acompanhado pelo aumento das exportações externas à comunidade, conforme visto pelos dados da Tabela 4.2. Contudo, o menor crescimento das exportações extrabloco produziu uma redução da importância das exportações da CA no total das exportações mundiais.

Antes da crise dos anos 80, a representatividade das exportações da Comunidade no total das exportações mundiais era da ordem de 1,5%, enquanto a comunidade importava no período 1,06% do total das importações mundiais; ao longo da década de 80 estas representatividades caem e as exportações da CA fecham a década com uma participação de apenas 0,9%. A partir de então, esta participação se estabiliza neste patamar e em 2005 as exportações da CA representam apenas 1,03% do total das exportações mundiais e as importações, apenas 0,66%.

Gráfico 4.19 - Participação das Importações e Exportações da CA no Total Mundial (1980-2005)

FONTE: OMC (www.stat.wto.org)

Em relação à pauta de exportação e importação dos países da CA, observa-se que ainda nos anos 1990, existe um processo de contínuo de deterioração de termos de troca, pois as exportações estão concentradas em produtos primários de baixo valor agregado e as importações em produtos de alto valor agregado. No momento, os países apresentam um superávit comercial, mas ao longo prazo, essa situação pode-se reverter, pois a sensibilidade aos preços é maior nos produtos primários em relação aos produtos manufaturados.

A política econômica dos países-membros da CA difere entre si, o que dificulta a integração econômica. Equador adota uma política de dolarização de sua economia, o que torna a política monetária totalmente dependente dos Estados Unidos. Mesmo que os outros países-membros apresentam uma independência das políticas monetária e fiscal, a uniformização delas é muito difícil, dadas as disparidades regionais de cada país e o esforço fiscal e monetário para a criação de moeda única como a grande maioria dos países-membros da União Européia. Além disso, os países-membros da CA querem ter autonomia na condução da política econômica, como margem de manobra de realização de políticas nacionais.

Dentro de uma visão prospectiva, em uma situação de total cooperação por parte dos países, o direcionamento da CA seria pela formação do Mercado Comum, pois já apresenta as instituições supranacionais consolidadas, o que de certa forma, intensificaria o intercâmbio dos fatores produtivos. Além disso, os países-membros da CA poderiam promover a formação de moeda única, como os países da União Européia. Para tanto, haveria a necessidade de uniformização das políticas fiscais e monetárias, medidas essas que poderiam acentuar as diferenças entre os países-membros e diminuir a autonomia na condução de suas respectivas políticas internas. Mas, ao mesmo tempo, salienta-se a adoção de políticas econômicas restritivas causaria uma crise social, política e institucional nesses países.

No entanto, como se trata de um bloco econômico com a composição de países em desenvolvimento, o cenário mais realista ao apresentado no parágrafo anterior é o caracterizado pela falta de coordenação macroeconômica dos países-membros, o que prejudica o desenvolvimento do comércio entre os países-membros e a falta de um direcionamento de políticas de desenvolvimento. Essa situação implica que o processo de integração apresente constantes revezes, pois fatos internos e/ou externos a cada país proporcionam fraturas para a evolução das relações comerciais e do aprofundamento de um projeto a longo prazo, conforme amplamente discutido no capítulo anterior.

A visão prospectiva da CAN torna-se difícil, principalmente pelos conflitos institucionais e particulares de cada país. Contudo, a partir da institucionalidade constituída e do avanço do processo de integração, poderia ter a união monetária e econômica a longo prazo.

Contudo, a experiência passada na consolidação do processo de integração na América do Sul pode contribuir no entendimento de que os percalços ainda se encontram presentes na integração. A motivação para tal afirmação está relacionada com as assimetrias das atividades econômicas.

Os países da CA precisam incentivar o aumento de investimentos em P&D para ampliar a competitividade de seus produtos e serviços, bem como agregar valor aos bens e serviços produzidos. Para tanto, existe a necessidade de articulação dos atores para o desenvolvimento de inovação tecnológica e a elevação do nível de competitividade dos bens produzidos nos países da CA (TERUYA, 2004). O investimento em Pesquisa e Desenvolvimento pode permitir aos países da CAN a diversificação da pauta de exportações, principalmente pela inclusão de bens com maior conteúdo tecnológico, e a menor sensibilidade da balança de pagamentos.

Um outro desafio dos países da CA é o aumento do crescimento econômico dos países-membros e a busca de convergência de política econômica. Para tanto, é necessário criar políticas de desenvolvimento regional para cada país para minimizar as assimetrias regionais.

4.6 RESULTADOS SOCIAIS DO PROCESSO INTEGRADOR

É de se esperar que a intensificação do comércio entre os países da CA, desde a criação da Comunidade tenha resultado, também, em impactos positivos nos indicadores sociais básicos dos países da Comunidade Andina. À primeira vista se percebe que o ganho obtido pela Comunidade no cenário comercial durante a década de 70, de alguma forma, teve respaldo no crescimento do produto total e per capita para o conjunto dos países.

No entanto, a crise econômica por que passou a CA nos anos 80 anulou grande parte das conquistas da década anteriores, quando houve uma forte retração do PIB per capita da Comunidade, conforme se verifica no Gráfico 4.20 abaixo; é somente a partir de meados do início da década de 90 que o PIB volta a crescer mais que a população dos países e o PIB *per capita* retoma sua trajetória de elevação interrompida nos anos de crise.

Gráfico 4.20 – Produto Interno Bruto Per-Capita da CA (1969-2002) Dólares Correntes

FONTE: Global Development Finance & World Development Indicators - <www.nyu.edu>

Não obstante tenha havido um interregno de crescimento do produto interno dos países, uma análise mais atenta ao desempenho de outra variável importante para se avaliar os avanços sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), revela que, mesmo durante a década de 80, o ritmo de crescimento do IDH não é interrompido e todos os países-membros da CA melhoram os níveis de IDH no período de 1975 a 2003.

Gráfico 4.21 – Variação do Índice de Desenvolvimento Humano na CA

FONTE: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
<<http://hdr.undp.org/statistics>>

Entretanto, mesmo a Bolívia que apresentou o maior o ritmo do crescimento do IDH, saindo 0,512 em 1975 para 0,687 em 2003, quando comparada com outros países, teve um desempenho irrisório; em 1975, o país ocupava a posição 65 no ranking de IDH mundial; em 2003, caiu para 113. Aliás, como se percebe através da Tabela 4.7, todos os países pioram sua posição relativa no ranking do IDH entre as duas datas, sendo a Venezuela o país que percentualmente mais recuou no ranking, com cerca de 115% de piora.

Tabela 4.7 – Posição no Ranking do IDH (1975 e 2003)

	1975	2003
Bolívia	65	113
Colômbia	44	69
Equador	49	82
Peru	48	79
Venezuela	35	75

FONTE: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
<<http://hdr.undp.org/statistics>>

A evolução dos índices de desenvolvimento humano nos países não foi capaz de melhorar a situação relativa destes, muito pelo contrário, constata-se que ao longo das década de 80 e 90 outros países do mundo obtiveram um progresso maior que os países-membros da Comunidade Andina e ascenderam no ranking, enquanto o desenvolvimento econômico gerado

no interior da CA não foi suficiente para provocar mudanças sociais expressivas que permitissem ao países aproximarem-se das economias mais desenvolvidas.

Conforme se constata nas Tabelas 4.8, 4.9 e 4.10 abaixo, muitas mazelas sociais ainda afetam as economias da CA; em média, cerca de 12% da população dos cinco países tem expectativa de vida inferior a 40 anos, e esse número quase chega a 20% na Bolívia; neste quesito, apenas a Venezuela está acima da média dos demais países Latinos e todos estão muito distantes do percentual de 3% dos países mais ricos, evidenciando sérios problemas ainda de acesso aos serviços essenciais de saúde pública.

Tabela 4.8 – Indicadores Sociais da CA: Expectativa de Vida e Analfabetismo (1998)

	Expectativa de vida abaixo de 40 anos²	Taxa de Analfabetismo de Adulto com 15 anos ou mais²
	(%)	(%)
Venezuela	6,4	8,0
Colômbia	9,8	8,8
Peru	11,3	10,8
Equador	10,9	9,4
Bolívia	18,0	15,6
Países em Desenvolvimento	14,3	27,6
América Latina e Caribe	9,7	12,3
Países de Alta Renda	3,0	..
MUNDO	12,3	24,8

FONTE: (1) Human Development Report Office calculations - <http://staff.bath.ac.uk>

(2) Nações Unidas 1998. World Population Prospects 1950-2050

O analfabetismo existe na região, mas na maioria dos países está abaixo da média latino-americana, com exceção da Bolívia. Esse indicador pode ser facilmente entendido quando se observa a distribuição percentual da renda nos cinco países, e constata-se uma forte concentração da renda: em média menos de 5% da renda dos países da CA estão com os 20% mais pobres, enquanto os 20% mais ricos detêm em média mais da metade, mais de 20% da

população do Equador vivia em 1998 com menos de um dólar por dia, ponderado pela paridade poder de compra. Este valor é menor para os demais países, contudo a média é de quase 15% da população da CA vivendo com menos de US\$ 1,00 por dia.

Tabela 4.9 – Indicadores Sociais da CA: Distribuição de Renda e Desnutrição Infantil (1998)

	Distribuição da Renda (%)		Vive com US\$ 1,00 por dia ou menos (%)	Crianças com 5 anos abaixo do peso (%)
	20 % mais pobres	20 % mais ricos		
Venezuela	3,7	53,1	14,7	5
Colômbia	3,0	60,9	11,0	8
Peru	4,4	51,2	15,5	8
Equador	5,4	49,7	20,2	17
Bolívia	5,6	48,2	11,3	10

FONTE: BANCO MUNDIAL. World Development Indicators 1998- in <http://staff.bath.ac.uk>

A pobreza pronunciada de grande parte da população respinga seus efeitos sobre os índices de desnutrição infantil; o Equador tem quase um quarto das crianças com 5 anos ou menos abaixo do peso e a Bolívia, 10%. Os países também apresentam sérias deficiências ao acesso a utilidades públicas essenciais, como a água tratada e o saneamento básico; embora o Peru e o Equador não figurem como os países mais pobres da região são os que menos proporcionam acesso à água tratada, mas no quesito saneamento a Venezuela é a que apresenta o maior percentual da população desprovida: são 41% de venezuelanos sem acesso.

Tabela 4.10 – Indicadores Sociais da CA: Acesso a Saneamento e Água Tratada (1998)

	População sem acesso	
	Água Tratada (%)	Saneamento (%)
Venezuela	21	41
Colômbia	15	15
Peru	33	28
Equador	32	24
Bolívia	20	35

FONTE: (1) UNICEF (United Nations Children's Fund). 1999 - *in* <http://staff.bath.ac.uk>

(2) BANCO MUNDIAL. World Development Indicators 1998 - *in* <http://staff.bath.ac.uk>

Os indicadores de comércio e o crescimento do Produto Interno Bruto da CA não produziram efeitos fortes sobre a sociedade a ponto de modificar o padrão de bem-estar social na região; como consequência, a maioria dos países se enquadra na média dos indicadores sociais do resto da América Latina e Caribe e todos estão longe dos indicadores das economias mais desenvolvidas; não obstante, tenha havido alguns progressos sociais, estes acompanharam a média do ocorrido na maioria das economias em desenvolvimento.

CONCLUSÃO

O processo de constituição de blocos econômicos com países desenvolvidos apresenta fragilidades no processo de constituição e de consolidação, pois os interesses particulares (políticos, sociais e econômicos) daqueles países sobrepõem ao interesse da integração econômica regional dos países da CA.

A desigualdade da renda em termos globais na CA contribui para o ritmo pouco intenso do crescimento econômico da região. O processo de internacionalização econômica, financeira

e tecnológica contribui para o menor participação no comércio internacional e na difícil inserção dos países-membros da CA no cenário mundial.

A instabilidade macroeconômica nos anos 80 e 90 também contribui para a fratura da integração regional da CA, pois começa-se a adotar políticas não colaborativas entre os países-membros. Como forma de sobreviver, os países-membros da CA buscam novos acordos bilaterais com países desenvolvidos para conseguir penetrar seus produtos nos mercados dos Estados Unidos, União Européia e outros mercados, assim desarticulando as estratégias de integração regional.

Embora o objetivo deste capítulo tenha se detido na análise da economia, com especial ênfase nos indicadores de integração dos países da CA, os dados sobre desenvolvimento social e indicadores de pobreza são explorados de modo a confrontar um suposto desenvolvimento das cinco economias, com ganhos na área social.

A análise dos impactos nos fluxos de comércio intra-CA revelou que desde a criação da Comunidade Andina houve uma intensificação do comércio entre os países-membros, com substancial crescimento dos valores comercializados durante as três décadas em análise, entretanto, quando este volume é confrontado com a participação do bloco no total do comércio mundial, percebe-se que a CA teve uma perda de participação e no início dos anos 2000, as exportações da Comunidade representavam apenas 1% do total mundial.

A intensificação do comércio interno também foi insuficiente para desenvolver a Comunidade e gerar melhorias sociais significativas, considerando-se que a totalidade dos seus países tem índices de desenvolvimento humano melhorado ao longo das três décadas, mas todos caem dezenas de posições no ranking, denotando um desenvolvimento social médio menor que o ocorrido na maioria dos países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese analisou os processos iniciais de integração regional ocorridos na América Latina, com especial ênfase no surgimento da Comunidade Andina.

Na região, os interesses individualistas, as aspirações territoriais e a criação de identidades individualizadas fizeram com que o processo de integração regional adotasse uma série de características que foram variando de acordo com os denominados regionalismos. Nesse sentido, apesar da idéia pan-americana de Bolívar estar presente nas assinaturas dos Tratados latino-americanos, ela não foi nem é a principal motivação de integração regional.

Tais idéias se modificaram à medida que a conjuntura foi se alterando e os atores envolvidos foram adotando posições estratégicas na região. As motivações do primeiro regionalismo, que fizeram surgir a Alalc (1960), a Comunidade Andina (1969) e a Aladi (1980) foram diferentes, por exemplo, das que fizeram surgir o Mercosul ou das que reformulariam completamente o Pacto Andino transformando-o na Comunidade Andina das Nações (CAN).

Nestes dois últimos blocos a idéia do regionalismo aberto influenciaria diretamente a proposta integradora. Nesse caso, os países não procurariam mais a agregação dos seus interesses para desenvolver suas economias com a proposta de industrialização por substituição de importações (ISI), pois agora a reunião de mercados para fortalecer posições em âmbito mundial procurando absorver os benefícios do processo de internacionalização do capital, seria mais importante.

Nesse contexto o mercado ampliado seria concebido como meio para produzir um sólido entrelaçamento entre as economias e seus operadores – sejam públicos ou privados – nos quais o elemento central seria dado pela capacidade de concertação entre os governos para impulsionar diversos esquemas de produção e iniciativas de investimento compartilhadas. Isso

incluiria mecanismos de diminuição tarifária e de outras restrições ao comércio. Por outro lado, o aspecto central da integração se encontraria também na criação de uma sólida e estável interdependência econômica e social entre os países.

Dessa forma, a integração regional pressuporia, nas atuais circunstâncias da economia internacional, o convencimento de que para a região é mais viável aproveitar as potencialidades dos mercados internos agregados, como uma forma de aumentar a autonomia nacional e regional.

A percepção dos benefícios da integração regional estaria presente nos dois regionalismos. No primeiro (de 1960 a 1990), a lógica do mercado ampliado para desenvolver sinergias internas que seriam importantes para expandir um processo de industrialização por substituição de importações (ISI), e assim diminuir a deterioração dos termos de trocas entre centro e periferia, e seria indicada para superar estágios de estagnação das economias latino-americanas. Nesse ponto, o ideal pan-americano bolivariano seria recuperado para incentivar a adoção dessa estratégia. No segundo regionalismo (Regionalismo Aberto, a partir de 1990), a integração seria importante para estabelecer propostas pré-ajustadas de crescimento que possibilitariam o aproveitamento do incremento do comércio internacional.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) foi o principal agente irradiador dessa estratégia de desenvolvimento. Ela esteve presente em todos os movimentos que fizeram surgir processos de integração regional nessa parte do continente.

Na formação da Alalc em 1960, a Cepal cumpriria o papel de sinalizadora do planejamento a ser adotado pelos países envolvidos, sempre colocando a ISI como passo prévio para o desenvolvimento econômico e a integração como estratégia para potencializar essa proposta. No surgimento da Comunidade Andina, a Cepal desenvolveu o papel de vislumbrar que no surgimento desse bloco sub-regional haveria a possibilidade de potencializar o processo de integração regional que já mostrava sinais de desgaste e de resultados desiguais para seus

países-membros. No surgimento da Aladi, em 1980, a participação da Cepal seria decisiva para tentar resgatar as motivações de integração regional que iam se perdendo à medida que os países-membros focalizavam seus esforços para resolver problemas críticos de dívida externa, estabilidade econômica e estagnação produtiva.

No final da década de 1980, com a percepção de que as idéias de integração regional amparadas na ISI já não serviriam para encarar o novo processo de internacionalização do capital e acirramento comercial, a Cepal optaria por se retrair e declarar esgotado o modelo que deu início à formalização da integração regional na América Latina. No início da década de 90, esse órgão apresentaria o conceito de Regionalismo Aberto para os países da região, porém com menos poder influenciador que na década de 60. Cabe ressaltar que, para esse órgão, a ISI continuaria sendo um passo prévio à industrialização dos países latino-americanos, porém, seria inadequado continuar insistindo nesse modelo no cenário atual.

A Alalc foi o primeiro processo formal de integração regional na América Latina que de certa forma, reviveria a influência pan-americana do Bolívar. A Alalc seria a junção de onze países procurando estabelecer uma estratégia acordada de desenvolvimento econômico e social, pelo menos esta seria a proposta inicial. Porém, em uma análise mais ampla, esse bloco estaria restrito somente ao plano econômico e seria marcado pelas limitações que a heterogeneidade produtiva e socioeconômica dos países-membros impunha ao processo integrador.

Os primeiros anos de funcionamento do bloco foram marcados pelo dinamismo comercial, tanto que nos três primeiros anos de funcionamento da Alalc se havia negociado 8.600 reduções de tarifas, das quais 20% significaram liberação total de impostos. Em 1963, o comércio havia aumentado 44% e representava mais de 8% do comércio total da zona. Porém, o desafio desta integração residia no complexo e detalhado processo de negociação produto-a-produto.

O comércio intra-regional na América Latina e o Caribe, medido pelas exportações, cresceu 11 vezes entre os anos 1960 e 1978 (de 800 para 8 400 milhões de dólares). Já as exportações para o resto do mundo aumentaram no mesmo período, quase seis vezes (de 7.800 para 44 600 milhões de dólares). Isto permitiu aos países-membros, incrementar a participação do comércio intra-regional no comércio total de 8,7 para 15,8% no período de dezoito anos. O período de maior dinamismo para as exportações dentro da região foi o entre 1970 a 1975, as quais atingiram 16,8% do comércio total. Outro fator importante foi o incremento significativo das exportações manufaturadas intra e extrabloco. Esta constatação evidenciaria que países com capacidade exportadora mais desenvolvida tenham se beneficiado em maior grau da integração. Esse fato concreto provocaria discordância de percepções por parte dos países-membros em relação aos verdadeiros benefícios e beneficiários do processo integrador. As economias médias e pequenas se sentiriam, a partir disso, relegadas de certa forma dos alcances da integração. Essa seria a principal motivação para que em 1969 surja o Pacto Andino, bloco sub-regional conformado por países de economias “homogêneas” portadoras de uma mesma identidade cultural e com intenções de estabelecer um processo de integração mais arrojado, consolidado por um marco institucional e jurídico, inspirado na União Européia cujo objetivo principal seria o desenvolvimento econômico dos países associados.

Esse marco histórico faria rever os verdadeiros objetivos da Alalc e constituiria uma ruptura no processo integrador da América Latina. Em 1980, dada a impossibilidade de cumprimento dos objetivos da Alalc, formar-se-ia a Aladi, com propostas de integração menos arrojadas, caracterizada por uma ampla flexibilidade para adoção de metas; a Aladi se converteria em um órgão sem muita representatividade para influenciar a integração Latino-americana.

A Aladi abandonaria definitivamente o objetivo concreto de estabelecer uma Zona de Livre Comércio e eliminaria os compromissos que poderiam reduzir o raio de ação das metas

quantitativas e temporais. Os objetivos imediatos e explícitos foram a promoção e regulação do intercâmbio comercial, a complementação econômica e o desenvolvimento de atividades de cooperação que coadjuvem a ampliação de mercados; para isso, usou-se a convergência como princípio orientador, sendo esta definida como “a multilateralização progressiva” que faria surgir um processo de bilateralização. Essa proliferação de Acordos bilaterais subscritos no âmbito da Aladi poderia ser entendida mais pela abertura econômica do que pelo espírito integrador das economias latino-americanas.

Dentro de uma análise mais profunda, o fracasso relativo da Alalc pode ser associado, também, a outros fatores. Um deles estaria associado à resistência dos Governos a abandonar políticas unilaterais de substituição de importações, definidas em cada país com base em tarifas exageradamente altas e sem um horizonte temporal definido de diminuição ou extinção. Essas políticas foram apoiadas, internamente, dentro dos países-membros com uma forte dose política. Essa incumbência interna dificultou também a negociação produto a produto estipulada pela Alalc. Outra evidência a ser notada seria a relutância dos Estados em ser regidos por instituições regionais. Era evidente o receio de deixar-se comandar por políticas comerciais de cunho supranacional. Essa atitude não seria compatível com o pensamento de ação da maioria de governos militares que comandavam os países latino-americanos nessa época.

Soma-se a esse problemática a explosão da crise do endividamento externo, que na década de 80 representaria mais uma condição adversa para o processo de integração. Os países começam a dar prioridades às situações conjunturais e adotam políticas de ajuste recomendadas pelo FMI, o que enfraquece ainda mais os esforços de integração. Porém, essa crise também traria efeitos positivos sobre questões centrais da integração. Uma grande maioria de países comprovaria que não é só problema de servir ou não à dívida, senão que a crise teria rasgos mais amplos. Isso colocaria em evidência as fraquezas dos processos de industrialização e a necessidade de impulsionar um acomodamento geral do setor produtivo.

Além de aprofundar mais a idéia de integração regional entre os países-membros, o Tratado de Cartagena se propunha a desenvolvê-los harmonicamente. A intenção também seria de não formar uma autarquia mas sim, constituir-se em uma etapa intermediária na direção da constituição de um mercado comum na América Latina. Para isto a Comunidade Andina inseriu maiores compromissos integradores os quais eram refletidos na criação de elementos institucionais e jurídicos mais avançados e com prerrogativas supranacionais (Junta do Acordo de Cartagena e a Comissão de Representantes de Governos). Dentre os instrumentos econômicos e financeiros, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Andino de Reserva (FAR) tiveram a função importante de impulsionar e fomentar, através de recursos financeiros, o processo de integração regional.

Na proposta inicial, os Programas Setoriais de Desenvolvimento Industrial (PSDI) também constituíram uma inovação e reforçavam a política de substituição de importações. A proposta é que os PSDI procurariam aproveitar as economias de escala, conseguir um maior grau de competitividade regional, melhor alocação de fatores de produção e uma distribuição equitativa de benefícios.

Os quatro períodos da CA identificados nesta tese constituem o de formação e pujança (1969-1976), de questionamento e perda de dinamismo (1976-1982), de crise financeira e regressão do processo integrador (1982-1988) e de integração e abertura externa (1988 até a atualidade). Esses períodos mostraram que, apesar de ter constituído um processo avançado no que diz respeito à maturidade institucional, de políticas industriais de desenvolvimento, e de contar com certa homogeneidade nas estruturas econômicas dos países-membros, a Comunidade Andina esbarra na falta de resultados positivos dos demais processos de integração regional da América Latina.

No que respeita a indicadores de integração regional, observou-se que até os anos 70, o processo de integração regional estava na pujança, mas a partir dessa década, com a crise do

endividamento externo e problemas macroeconômicos internos, ocorreu a deterioração das relações comerciais entre os países-membros da CA, agravada pela mudança das políticas de governo dos países, nos anos 90. Essa situação tem proporcionado a ruptura do processo de integração, que é comum em países em desenvolvimento, já que a fragilidade macroeconômica leva os países a adotarem políticas individualistas sem preocupar com a integração das políticas fiscais e monetárias.

Na CA, a formação da Zona de Livre Comércio gerou mais benefícios (criação de comércio) que custos (desvio de comércio). Existe uma dificuldade de avançar o processo de integração no âmbito econômico devido às diferentes políticas nacionais.

A crise da integração Andina tem sua origem principalmente no comércio intra-sub regional. O problema surgiu de diversas fontes: bruscas modificações das políticas internas, políticas de ajuste recessivo, a extremada concentração no eixo colombo-venezuelano e a limitação na capacidade importadora de ambos países. Somada a esse panorama, a crise dos anos 80 impacta negativamente o processo de integração.

Os resultados da formação da Comunidade Andina para reforçar o comércio entre os países-membros e consolidar o bloco no cenário comercial regional e mundial não foram alcançados plenamente, mesmo com o franco crescimento das relações comerciais entre os países da CA, revelado tanto pelo aumento nos montantes de importação e exportação, como pelos indicadores de intensificação de comércio dentro da CA. No âmbito do comércio mundial o resultado do bloco para o conjunto dos países foi de retração de importância.

O paradoxo de crescimento do comércio intra-CA e decréscimo da participação no comércio mundial pode ser creditado a um crescimento do comércio de produtos que apenas encontravam preços atrativos no interior do bloco, e que no comércio mundial, sem as proteções tarifárias, perdem em competitividade e não obtêm o mesmo êxito.

Outra constatação relevante é a falta de complementaridade entre o comércio da CA. Esta inexistência de complementaridade não permitiu que se gerassem sinergias entre as matrizes industriais das economias da região, conforme observado no capítulo 4, provocando, apenas, aumento no volume das trocas ao longo de três décadas sem, contudo, mudar a situação da CA. Os dados revelaram que essa Comunidade foi importante para fortalecer o comércio do bloco, mas insuficiente para provocar uma mudança relativa da região no comércio mundial, assim como para alterar significativamente a condição social das populações envolvidas. O crescimento econômico da região repercutiu fracamente para as melhorias dos indicadores sociais, fazendo com que os países da CA, relativamente aos demais países do mundo, retrocedessem em termos de desenvolvimento humano.

É inegável o esforço inicial instaurado pelos países-membros os quais foram motivados pela insatisfação com resultados não plausíveis de blocos maiores como da Alalc e da atual Aladi. Porém, também é inegável a falta de resultados integradores plausíveis. A falta destes resultados reflete a inoperância das instituições normativas do bloco e a falta de comprometimento dos seus países-membros, assim como a procura pela bilateralidade econômica com países dominantes. Nesse sentido, GANA e BERMÚDEZ descrevem bem esse panorama:

[...]Historicamente, los procesos subregionales y de integración en América Latina y El Caribe han nacido como respuesta a los problemas del estrangulamiento externo y a la necesidad de generar las bases para un desarrollo sostenido y eficiente. En los casi tres decenios que llevan estas iniciativas, se ha producido un notable cambio en las estructuras económicas, políticas y sociales de los países de la región, pero muchos de los dilemas que les dieron origen permanecen, e incluso se han agravado” (GANA e BERMÚDEZ ,1989 p. 89).

Em linhas gerais, levando em consideração o processo de integração na América Latina, pode-se concluir que o respaldo político que os governos deram à integração regional na

América Latina foi mais de caráter declaratório do que pragmático e arrojado. ARELLANO (1997) define bem essa situação:

[...]El acervo de la integración latinoamericana se ha caracterizado por ser ampliamente prolijo en doctrina, pero bastante débil en resultados. Un abundante discurso político favorable a la integración se ha acompañado con una práctica, tanto de los sectores público como privado, de carácter localista e en buena medida mercantil, donde la actuación se concentra básicamente en vender y no comprar” (ARELLANO, 1997, p.19).

No processo de integração regional na América latina, faltou um alinhamento dos países maiores em torno da idéia compartilhada, com respeito aos objetivos comuns de longo prazo e aos instrumentos e instituições mais eficazes para consegui-los. O problema é que cada esquema de integração ou de cooperação tendeu a buscar sua própria autonomia. Soma-se a essa problemática a falta de convergência dos esquemas de integração. Normalmente, os primeiros esquemas de integração estabelecidos na América Latina, concentraram seus esforços no intercâmbio comercial, sem procurar com a suficiente intensidade iniciativas diversas de cooperação que tendam a aprofundar o desenvolvimento econômico dos seus países-membros.

Assim como a unidade é um requisito para o desenvolvimento de uma estratégia de modernização e dinamização do sistema produtivo, é igualmente condição necessária para organizar e exercer uma capacidade de negociação no plano internacional que tenha credibilidade e eficácia.

É preciso compreender que integração e cooperação não é somente somar o maior número possível de operações de compra e venda como afirmam GANA e BERMÚDEZ (1989):

[...]Frente a una visión “fenícia”, es deseable anteponer una concepción basada en la interdependencia real y permanente entre países. No es una tarea fácil ni de corto plazo, pero resulta impostergable emprenderla. (GANA e BERMÚDEZ, 1989 p. 95) (ARELLANO, 1997, p.19).

A conclusão que surge da análise geral é que a integração consiste em um processo complexo, de dimensões políticas, econômicas e sociais, e que deve ser funcional nas diferentes visões e variantes do desenvolvimento integral da sociedade. A integração é, portanto, um meio para tornar possível a obtenção dos objetivos da sociedade no plano interno e para viabilizar uma participação mais eqüitativa e dinâmica na economia internacional.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUDELO V., H. **La revolución del desarrollo. Origen y evolución de la Alianza para el Progreso.** Editorial Roble, México D.F. 1966.

AHO, M. e ARCO, J. **Inversión Directa de Estados Unidos en América Latina, 1966-1976: Análisis Empírico de la Decisión 24.** Revista Integración Latinoamericana. Convergencia Alalc – Grupo Andino Año 4. Intal 1979.

ALPERSTEIN, A., **Multilateralismo y Regionalismo en América Latina.** Universidad Autónoma Metropolitana. Xochimilco. México. 2002.

ARAOZ, M., **Integração y Competitividad en un Mundo Globalizado: El Caso de la Comunidad Andina.** In Capítulos – Tendências de la Intgración de América Latina y El Caribe – SELA No 49. 1997.

ARELLANO, G., **La Integración Económica y Los Paradigmas en América Latina.** In Capítulos – Tendências de la Intgración de América Latina y El Caribe – SELA No 49. 1997.

AVENDAÑO, G. **Treinta Años de Integración Andina.** In Revista Nueva Sociedad: Integración Regional: ¿Política Versus Economía? N° 162. 1999.

BALASSA, B. **El desarrollo económico y la integración.** Centro de Estudios Monetários Latinoamericanos. México. 1965.

BALASSA, B. **La teoría de la integración económica.** UTEHA. México. 1964.

BALASSA, B. **The Theory of Economic Integration,** tradução portuguesa, Teoria da Integração Econômica. Lisboa. Livraria Clássica. 1964.

BERMUDEZ, A. **La Heterogeneidad en el Desarrollo Histórico de los Países da la Comunidad Andina de Naciones.** Apuntes del CENES No. 36. Universidad pedagógica y Tecnológica de Colombia. 2003.

BHAGWATI, J. **Regionalism and Multilateralism: an Overview.** In DE MELO JAIME and PANAGARIYA, ARVIND. New Dimensions in Regional Integration. Centre of Economic Policy Research. Ed. Cambridge University Press. Great Britain, 1995.

BHAGWATI, J. **The Pure theory of international trade: a survey**, in **Survey of economic theory**, Vol II. Growth and development, Londres, Macmillan, 1965.

BID, **El Proceso de Integración en América Latina en 1976**, Instituto para la Integración de América Latina. Banco Interamericano de Desarrollo. 1977.

BID, **Factores para la integración latinoamericana**, Fondo de Cultura Económica. México. 1966. P.241.

BID/INTAL, **El margen de preferencia arancelario y sus efectos en el comercio intra-Alal: un estudio empírico**. BID – INTAL. Buenos Aires, 1980

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal. Conselho Federal de Economia** - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000.

BONELLI, R. **Fusões e Aquisições no Mercosul** Textos de Discussão Ipea Rio de Janeiro, 2000.

BRAGA, M. B. **Integração Econômica Regional na América Latina: Uma Interpretação das Contribuições da Cepal**. Cadernos PROLAM/USP - Brazilian Journal of Latin American Studies. Volume 1. São Paulo, 2002.

BULMER-THOMAS, V. **La historia económica de América Latina desde la independencia**. FCE. 1998.

CALLOU, C, **A Associação Latino-Americana de livre comércio: suas origens, significado e principais problemas**. 1965. 150 f. Dissertação (Mestrado de Economia) - Curso Tronco de Direito, Administração e Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 1965.

CÁRDENAS, J. M. **Creación del Grupo Andino y Proyección de la Comunidad Andina**. In **Desafíos y Perspectivas del Proceso de Integración Regional en la Próxima Década Tomo I – Proyecto Aladi/OEA**, 1998.

CARDOSO, C. e PEREZ, B. **Historia Económica de América Latina**. Vol 1 e 2 Editorial Folio. Barcelona. 1979.

CARO, A. R. **El Proceso de Privatizaciones en el Perú Durante el Período 1991-2002**. Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social – ILPES, Santiago de Chile, 2002.

Cepal, **Algumas Lições da União Européia e da Comunidade Andina como Processos de Integração Regional**, Cepal. Brasília 2005

Cepal, **Contribución a la política de integración económica de América Latina**, in El mercado común latinoamericano, Naciones Unidas. Fondo de cultura económica. México, 1965. P. 75.

_____, **Estudio del comércio Inter-latinoamericano**. Rev. I, México, 1956.

_____, **El mercado común latinoamericano**. México, 1959.

_____, **Hacia la integración acelerada de América Latina**. Fondo de Cultura Económica, México, 1965.

_____, **Integración de América Latina y el Caribe: ¿Quo Vadis?** In Perspectivas de la integración en América Latina y el Caribe a comienzos del siglo XXI. Los 40 años de la creación del INTAL. Buenos Aires, 2005.

_____, **Integración y Cooperación Regionales en los Años Ochenta**. Estudios e Informes de la Cepal. Naciones Unidas. Santiago do Chile 1982.

_____, **La Nueva Integración Regional en el Marco de la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi)**. Cepal. Santiago do Chile. 1994.

_____, **O Regionalismo Aberto na América Latina e no Caribe: A Integração Econômica a Serviço da Transformação Produtiva com Equidade**. In Bieslchowsky, Ricardo (org.). Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal. Conselho Federal de Economia – COFECON / Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000.

_____, **Panorama de la Inserción Internacional de América latina y El Caribe. Tendencias 2005**. Santiago do Chile 2005.

_____, **Naciones Unidas. Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2001-2002** . Chile, 2003.

_____, **Naciones Unidas. Panorama Social de América Latina, 1999-2002**. Chile, 2003.COMUNIDAD ANDINA. Indicadores de la Comunidad Andina Mercosur y Chile 1992-2002 Documento Estadístico, 2003.

CEVALLOS, G. **La integración económica de la América Latina**, Fondo de Cultura Económica. México, 1971. P. 360.

CORAZZA, G. ; HERRERA, R. **O regionalismo aberto da Cepal e a inserção da América Latina na Globalização**. In: IV Simpósio Latino-americano de Economistas Políticos, 2004, São Paulo, 2004.

CREAMER, G. **Regionalismo Abierto em la Comunidad Andina: ¿Creación o Desviación de Comércio?** In: Revista Trimestre Económico. Vol. LXXI(1). Fondo de Cultura Económica. México 2004.

DE MELO J., PANAGARIYA, A. **New Dimensions in Regional Integration**. Centre for Economic Policy Research. Ed. Cambridge University Press. Great Britain, 1995.

DE MARIA. **El Proceso de Integración Subregional Andino durante 1979**. Revista Integración Latinoamericana: Aladi y las Acciones Parciales de Integración. Nº 48. Año 5. 1980.

DEVLIN, R. e ESTEVADEORDAL, A. **Que hay de Nuevo en el Nuevo Regionalismo de la Américas?**. INTAL. Documento de Trabalho. Nº 7, Buenos Aires, 2001.

DORNBUSCH, R. **Los Costos e Beneficios de la Integración Regional**. Integración Latinoamericana. Nº 113, Junio de 1986.

ECHEGARAY, A. e SUAREZ, R. **El Proceso de Integración Latinoamericano en 1977 en el Contexto Económico Mundial y Regional**. Alimentos: Avances en la Cooperación Regional. Revista Integración latinoamericana. Ano 3. Intal 1978.

ERBES, R. **L'integration économique internationale**. Presses Universitaires de France. Paris 1966.

FERNÁNDEZ, R. **Returns to Regionalism: an Evaluation of Non-traditional Gains form RTAs**. NBER Working Paper, no. 5970. 1997.

FURTADO, C. **A Economia Latino-americana**. São Paulo, Editora Nacional, 1976.

GAMBLE, A e PAYNE, P. (ed.), **Regionalism and World Order**, Londres: Macmillan, 1996.

GANÁ, E. e. BERMÚDEZ, A. **Opciones para la Integración Regional**, Revista de la Cepal. Nº 37. 1989.

GARAY, L. J., **La Comunidad Andina Frente a las Negociaciones del Área de Libre Comércio de las Américas (Alca)**, Las Américas sin barreras: Negociaciones comerciales de acceso a mercados. Estevadeordal, A. E Robert, C. (Editores). Banco Interamericano de Desarrollo. 2001.

GERMÁNICO, S. P. **El Grupo Andino de Hoy: Eslabón Hacia la Integración de Sudamérica**. Universidad Andina Simón Bolívar del Ecuador. Quito, 1995

GIACALONE, R. **La Integración Regional en la Historia**, Universidad de los Andes, Venezuela. 2002.

GONZALES, A. C. **Reflexiones Sobre el Futuro de la Alalc Integración Latinoamericana: El Futuro de la Alalc**, Revista Mensal do INTAL no. 40. 1979.

HELDT, S. **Integración regional en América Latina: ¿una etapa intermedia en la promoción de exportaciones de manufacturas hacia terceros?** Una mayor viabilidad política. Revista Integración latinoamericana. N° 11 Ano 2. Intal 1977.

HOYOS, S. **Treinta y Cinco Años de Integración Andina: Un Balance de los Cambios Estructurales**. Integración Regional y Cohesión Social. MACHINEA, J. L. e UTHOFF, A. (org.) Secretaria de Relaciones Exteriores. México. 2004.

INTAL e BID. **El proceso de integración en América Latina en 1984**. Buenos Aires, 1985. P. 418.

IZAM, M. **Emisión y Verificación de Origen en Acuerdos de Integración Económica Suscritos entre Países de América Latina: Debilidades y Fortalezas Perspectiva**. Serie Comércio Internacional. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - Cepal. Santiago do Chile, 2006.

KAPLAN, M. **Problemas del Desarrollo y de la Integración en América Latina**. Ed. Monte Avila Editores. Caracas. 1968.

KURGMAN, P.R. e OBSTFELD, M. **Economia Internacional – Teoria e Política**. 5ª Ed. Makron. São Paulo. 2001.

KUWAYAMA, M. **Latin American South-south Integration and Cooperation: From a Regional Public Goods Perspective**. Serie Comércio Internacional. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - Cepal. Santiago do Chile, 2005.

KUWAYAMA, M., LIMA, J. D. e SILVA, V. **Bilateralism and Regionalism: Re-establishing the Primacy of Multilateralism a Latin American and Caribbean Perspective.** Série Comércio Internacional. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - Cepal.. Santiago do Chile, 2005.

IZAM, M. **Emisión y Verificación de Origen en Acuerdos de Integración Económica Suscritos entre Países de América latina: Debilidades y Fortalezas.** Serie Comércio Internacional. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - Cepal.. Santiago do Chile, 2006.

LINDER, B. S. **Teoría del comércio y política comercial para el desarrollo.** CEMLA. México. 1965.

LIMA, J. D. e MALDONADO R., **América Latina y El caribe: La Integración Regional en la hora de las Definiciones,** Série Comércio Internacional. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - Cepal. Santiago do Chile, 2005.

LIPSEY, R. J. **The Theory of Customs Unions: A General Survey.** The Economic Journal. 1960.

LIPSEY, R. J. **The Theory of Customs Unions: trade diversion and welfare.** Economica. Vol. 24. Num. 93. 1957.

LOZANO, O. e ZULUAGA, S., **Del Acuerdo de Cartagena al Establecimiento de la Comunidad Andina,** Las Américas sin barreras: Negociaciones comerciales de acceso a mercados. Estevadeordal, A. E Robert, C. (Editores). Banco Interamericano de Desarrollo. 2001.

MALDONADO, R. **Avance y Vulnerabilidad de la Integración Económica de América Latina y el Caribe.** Série Comércio Internacional. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - Cepal. Santiago do Chile, 2003.

MARGARIÑOS, G. **Integración Económica Latinoamericana: proceso Alalc/Aladi 1950/2000 – Tomo I e II.** Asociación Latinoamericana de Integración. Montevideo, Uruguay 2005.

MARITANO, N. **A latin american economic community.** University of Notre Dame Press. London. 1970, P.265.

- MASSAD, C. **Una Nueva Estrategia para la Integración**, Revista de la Cepal. N° 37. 1989.
- MEADE, J.E. (1969). **Teoria de las Uniones Aduaneiras**. Colección Flores de Lemos. Madrid. 1959.
- MINDLIN, J. **¿Estará Muerta la Alalc?**. Revista de la Integración Latinoamericana: Innovación Tecnológica – INTAL Año 2. 1977.
- NESADURAI, H. **Globalisation and Economic Regionalism: A Survey and Critique of the Literature**. Working Paper No. 108/02. Centre for The Study of Globalisation and Regionalism. The University of Warwick. UK 2002.
- OMC, **La importancia del Comercio Internacional**. Ed. Secretarias de la OMC. Ginebra 1998.
- OMAN, C. **The Policy Challenges os Globalization and Regionalization**. OECD, Development Centree, Policy Brief Number 1. Paris 1996.
- PASCALE, R. **Área de Preferências Económicas**. In Sintesis Aladi, N°2/83 Secretaria de la Aladi, Montevideu 1983.
- PEREIRA, V. L. **Análise do Potencial de Relações Econômicas entre o Mercosul e o Grupo Andino in Mercosul : avanços e desafios da integração**. - Brasília: IPEA; Cepal, 2001.
- PINTO, M. H. E. **A Evolução Da Economia Peruana No Período 1950 - 2000: Meio Século De Transformações E A Procura De Relações Internacionais**, Seminário IPRI. São Paulo, 2003.
- PREBISH, R. **Commercial policy in underdeveloped countries**. American Economics Review, Proccedings. Vol. 49. Nova York. 1959.
- REINOSO, A. F. **Las Relaciones Comunidad Andina – Unión Europea y la Zona de Libre Comércio del Sur**. PUCP Lima, 2000.
- RODRÍGUEZ, O. **La Alalc: Antecedentes, gestación, legados**. Estudio sobre la evolución histórica del proceso de integración regional. Desafíos y perspectivas del proceso de integración regional en la próxima década. Yomo 1 – Proyecto Aladi/OEA. Montevideu 2000.

SANTOS, F. **El problema de la convergencia da las acciones parciales en el marco da la integración latinoamericana.** Revista Integración Latinoamericana: Aladi como un área de preferencias económicas. INTAL, Nº 50. P. 30-58. Noviembre de 1980.

SARAIVA, G. **Dos momentos en la evolución de la integración latinoamericana. La experiencia de la Alalc y la integración con apertura económica.** Procesos de integración y bloques regionales. História, economia y política. Ciclos em la história, la economia y la sociedad. Ano VIII, Número especial 14-15. 1998.

SARTI, F. **Internacionalização Comercial e Produtiva No Mercosul Nos Anos 90.** Tese de Doutoramento em Economia – Unicamp. Campinas 2001.

SOLER, S. **El Grupo Andino y los otros Compromisos Económicos Asumidos por los Países Miembros en América Latina.** Revista Integración Latinoamericana: Innovación Tecnológica. INTAL. Año 2. 1977

SUNKEL, O. Desarrollo e Integración regional: otra oportunidad para una promesa incumplida?. in *Revista de la Cepal*, número extraordinario, Santiago, 1998.

TAVARES, M.C. & G. GOMES (1998). **La Cepal y la Integración de América Latina** in *Revista de la Cepal*, número extraordinario, Santiago, outubro de 1998.

TERUYA, D. **A globalização tecnológica e o sistema de inovação argentino e brasileiro do setor de equipamentos de telecomunicações.** 2004. Tese (Doutorado em Prolam - Pós-graduação em Int. da América Latina) - Pró-Reitoria de Pós-Graduação - USP, 2004.

THORTENSEN et. al. **Brasil frente a um mundo dividido em blocos.** Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais. Livraria Nobel, 1994.

TIZÓN, A. **De la Alalc a la Aladi: del Multilateralismo Regional al Sinceramiento Subregional – Reflexiones Sobre Multilateralismo y Reciprocidad.** In Desafíos y Perspectivas del Proceso de Integración Regional en la Próxima Década Tomo I – Proyecto Aladi/OEA, 1998.

URQUIDI, V. **Teoría, realidad y posibilidad de la Alalc en la integración latinoamericana.** Dos conferencias. El Colégio de Mexico. Guanajuato. 1966. P. 61

VACCHIO, J. **Esquemas Latinoamericanos de Integración: Problemas y Desarrollos.** In: Pensamiento Iberoamericano – Revista de Economía Política N°15 – Nuevos Procesos de Integración Económica. 1989.

VIEIRA, W. & CARVALHO, F. **Mercado Comum do Sul (Mercosul): Fundamentos econômicos, evolução e perspectivas.** In: VIEIRA, W. & CARVALHO, F. Mercosul: agronegócios e desenvolvimento econômico. Viçosa: UFV, 1997. VINER, J. **The customs union issue, carnegie endowment for world peace.** Nova York. 1950.

VINER, J. **International Trade and Economic Development.** Oxford, 1953.

WAQUIL, P.D. **O setor de grãos e de oleaginosas no Mercosul** In: VIEIRA, W. & CARVALHO, F. Mercosul: agronegócios e desenvolvimento econômico. Viçosa: UFV, 1997.

WIONCZECK, M. **Integración de la América Latina: experiencias y perspectivas** UC Faculdade Economia; 1972.

YOSHIDA, M., AKIMUNE, I. NOHARA, M. e SATO, K., **Regional Economic Integration in East Asia: Special Features and Policy Implications**, in CABLE, V. e HENDERSON, D. (ed.), Trade Blocs? The Future of Regional Integration, Londres: Royal Institute of International Affairs.

ANEXOS

ANEXO I - TRATADO DE MONTEVIDEO - 1960

Tratado suscrito el 18 de febrero de 1960, en Montevideo, por los Plenipotenciarios de Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguay, Perú y Uruguay, habiéndose adherido posteriormente Colombia (1961), Ecuador (1962), Venezuela (1966} y Bolivia (1967).

LOS GOBIERNOS representados en la Conferencia Intergubernamental para el establecimiento de una zona de libre comercio entre países de América Latina;

PERSUADIDOS de que la ampliación de las actuales dimensiones de los mercados nacionales, a través de la eliminación gradual de las barreras al comercio intrarregional, constituye condición fundamental para que los países de América Latina puedan acelerar su proceso de desarrollo económico, en forma de asegurar un mejor nivel de vida para sus pueblos;

CONSCIENTES de que el desarrollo económico debe ser alcanzado mediante el máximo aprovechamiento de los factores de producción disponibles y de la mayor coordinación de los planes de desarrollo de los diferentes sectores de la producción, dentro de normas que contemplen debidamente los intereses de todos y cada uno y que compensen convenientemente, a través de medidas adecuadas, la situación especial de los países de menor desarrollo económico relativo;

CONVENCIDOS de que el fortalecimiento de las economías nacionales contribuirá al incremento del comercio de los países latinoamericanos entre sí y con el resto del mundo;

SEGUROS de que mediante adecuadas fórmulas podrán crearse condiciones propicias para que las actividades productivas existentes se adapten gradualmente y sin perturbaciones a nuevas modalidades de comercio recíproco, originando otros estímulos para su mejoramiento y expansión;

CIERTOS de que toda acción destinada a la consecución de tales propósitos debe tomar en cuenta los compromisos derivados de los instrumentos internacionales que rigen su comercio;

DECIDIDOS a preservar en sus esfuerzos tendientes al establecimiento, en forma gradual y progresiva, de un mercado común latinoamericano y, por lo tanto, a seguir colaborando, con el conjunto de los Gobiernos de América Latina, en los trabajos ya emprendidos con tal finalidad; y

ANIMADOS del propósito de aunar esfuerzos en favor de una progresiva complementación e integración de sus economías, basadas en una efectiva reciprocidad de beneficios, deciden establecer una zona de libre comercio y celebrar, a tal efecto, un Tratado que instituye la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio; y a tal efecto, designan sus plenipotenciarios, los cuales convinieron lo siguiente:

CAPITULO I

Nombre y Objeto

ARTICULO 1. Por el presente Tratado las Partes Contratantes establecen una zona de libre comercio e instituyen la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (en adelante denominada "Asociación"), cuya sede es la ciudad de Montevideo (República Oriental del Uruguay).

La expresión "Zona", cuando sea mencionada en el presente Tratado, significa el conjunto de los territorios de las Partes Contratantes.

CAPITULO II

Programa de liberación del intercambio

ARTICULO 2.-La zona de libre comercio, establecida en los términos del presente Tratado, se perfeccionará en un período no superior a doce (12) años, a contar desde la fecha de su entrada en vigor.

ARTICULO 3. Durante el período indicado en el artículo 2, las Partes Contratantes eliminarán gradualmente, para lo esencial de su comercio recíproco, los gravámenes y las restricciones de todo orden que incidan sobre la importación de productos originarios del territorio de cualquier Parte Contratante .

A los fines del presente Tratado se entienden por gravámenes los derechos aduaneros y cualesquier otros recargos de efectos equivalentes - sean de carácter fiscal, monetario o cambiario - que incidan sobre las importaciones.

Lo dispuesto en este artículo no es aplicable a las tasas o recargos análogos, cuando respondan al costo de los servicios prestados.

ARTICULO 4. El objetivo previsto en el artículo 3 será alcanzado por medio de negociaciones periódicas que se realizarán entre las Partes Contratantes y de las cuales deberán resultar:

- a) Listas Nacionales con las reducciones anuales de gravámenes y demás restricciones que cada Parte Contratante conceda a las demás Partes Contratantes, de conformidad con lo dispuesto por el artículo 5; y
- b) Una Lista Común con la relación de los productos cuyos gravámenes y demás restricciones las Partes Contratantes se comprometen por decisión colectiva a eliminar íntegramente para el comercio intrazonal en el periodo referido en el artículo 2, cumpliendo los porcentajes mínimos fijados en el artículo 7 y el proceso de reducción gradual establecido en el artículo 5.

ARTICULO 5.-Para la formación de las Listas Nacionales a que se refiere el inciso a) del artículo 4, cada Parte Contratante deberá conceder anualmente a las demás Partes Contratantes, reducciones de gravámenes equivalentes por lo menos al ocho por ciento (8%) de la media ponderada de los gravámenes vigentes para terceros países, hasta alcanzar su eliminación para lo esencial de sus importaciones de la Zona, de acuerdo con las definiciones, métodos de cálculos, normas y procedimientos que figuran en protocolo.

A tales efectos, se considerarán gravámenes para terceros países los vigentes al día treinta y uno de diciembre precedente a cada negociación.

Cuando el régimen de importación de una Parte Contratante contenga restricciones de naturaleza tal que no permita establecer la debida equivalencia con las reducciones de gravámenes otorgados por otras u otras Partes Contratantes, la contrapartida de tales reducciones se complementará mediante la eliminación o atenuación de aquellas restricciones.

ARTICULO 6. Las Listas Nacionales entrarán en vigor el día primero de enero de cada año, con excepción de las que resulten de las primeras negociaciones las cuales entrarán en vigencia en la fecha que establecerán las Partes Contratantes.

ARTICULO 7.- La Lista Común deberá estar constituida por productos cuya participación en el valor global del comercio entre las Partes Contratantes alcance, por lo menos, los siguientes porcentajes, calculados de conformidad con lo dispuesto en protocolo:

Veinticinco por ciento (25%) en el curso del primer trienio;

Cincuenta por ciento (50%), en el curso del segundo trienio;

Setenta y cinco por ciento (75%), en el curso del tercer trienio; y

Lo esencial de ese comercio, en el curso del cuarto trienio.

ARTICULO 8. La inclusión de productos en la Lista Común es definitiva y las concesiones otorgadas sobre tales productos son irrevocables.

Para los productos que sólo figuren en las Listas Nacionales, el retiro de concesiones podrá ser admitido en negociaciones entre las Partes Contratantes y mediante adecuada compensación.

ARTICULO 9. Para el cálculo de los porcentajes a que se refieren los artículos 5 y 7 se tomará como base el promedio anual del valor del intercambio en el trienio precedente al año en que se realice cada negociación.

ARTICULO 10. Las negociaciones a que se refiere el artículo 4 - sobre la base de reciprocidad de concesiones - tendrán como objetivo expandir y diversificar el intercambio, así como promover la progresiva complementación de las economías de los países de la Zona.

En dichas negociaciones se contemplará con equidad la situación de las Partes Contratantes, cuyos niveles de gravámenes y restricciones sean notablemente diferentes a los de las demás Partes Contratantes.

ARTICULO 11. Si como consecuencia de las concesiones otorgadas se produjeran desventajas acentuadas y persistentes en el comercio de los productos incorporados al programa de liberación, entre una Parte Contratante y el conjunto de las demás, la corrección de dichas desventajas será objeto de examen por las Partes Contratantes, a solicitud de la Parte Contratante afectada, con el fin de adoptar medidas adecuadas de carácter no restrictivo, para impulsar el intercambio comercial a los más altos niveles posibles.

ARTICULO 12. Si como consecuencia de circunstancias distintas de la prevista en el artículo 11 se produjeran desventajas acentuadas y persistentes en el comercio de los productos incorporados en el programa de liberación, las Partes Contratantes, a solicitud de la Parte Contratante interesada, procurarán, en la medida a su alcance, corregir esas desventajas.

ARTICULO 13 -La reciprocidad prevista en el artículo 10 se refiere a la expectativa de corrientes crecientes de comercio entre cada Parte Contratante y el conjunto de las demás, con respecto a los productos que figuren en el programa de liberación y a los que se incorporen posteriormente.

CAPITULO III

EXPANSIÓN DEL INTERCAMBIO Y COMPLEMENTACIÓN ECONÓMICA

ARTICULO 14. A fin de asegurar una continua expansión y diversificación del comercio recíproco, las Partes Contratantes procurarán:

- a) otorgar entre sí, respetando el principio de reciprocidad, concesiones que aseguren en la primera negociación, para las importaciones de los productos procedentes de la Zona, un tratamiento no menos favorable que el existente antes de la entrada en vigor del presente Tratado;
- b) incorporar en las Listas Nacionales el mayor número posible de productos que ya sean objeto de comercio entre las Partes Contratantes; y
- c) agregar a esas Listas un número creciente de productos que aún no formen parte del comercio recíproco

ARTICULO 15. Para asegurar condiciones equitativas de competencia entre las Partes Contratantes y facilitar la creciente integración y complementación de sus economías, especialmente en el campo de la producción industrial, las Partes Contratantes procurarán, en la medida de lo posible armonizar - en el sentido de los objetivos de liberación del presente Tratado - sus regímenes de importación y exportación así como los tratamientos aplicables a los capitales, bienes y servicios procedentes de fuera de la Zona.

ARTICULO 16. Con el objeto de intensificar la integración y complementación a que se refiere el artículo 15, las Partes Contratantes:

- a) realizarán esfuerzos en el sentido de promover una gradual y creciente coordinación de las respectivas políticas de industrialización, patrocinando con este fin entendimientos entre representantes de los sectores económicos interesados; y
- b) podrán celebrar entre sí acuerdos de complementación por sectores industriales.

ARTICULO 17. Los acuerdos de complementación a que se refiere el inciso b) del artículo 16 establecerán el programa de liberación que regirá para los productos del respectivo sector, pudiendo contener entre otras, cláusulas destinadas a armonizar los tratamientos que se aplicarán a las materias primas y a las partes complementarias empleadas en la fabricación de tales productos.

Las negociaciones de esos acuerdos estarán abiertas a la participación de cualquier Parte Contratante interesada en los programas de complementación.

Los resultados de las negociaciones serán objeto, en cada caso, de protocolos que entraran en vigor después de que, por decisión de las Partes Contratantes, se haya admitido su compatibilidad con los principios y objetivos generales del presente Tratado.

CAPITULO IV

TRATAMIENTO DE LA NACION MAS FAVORECIDA

ARTICULO 18. Cualquier ventaja, favor, franquicia, inmunidad o privilegio que se aplique por una Parte Contratante en relación con un producto originario de o destinado a cualquier otro país, será inmediata e incondicionalmente extendido al producto similar originario de o destinado al territorio de las demás Partes Contratantes.

ARTICULO 19. Quedan exceptuados del tratamiento de la nación más favorecida previsto en el artículo 18, las ventajas, favores, franquicias, inmunidades y privilegios ya concedidos o que se concedieren en virtud de convenios entre Partes Contratantes o entre Partes Contratantes y terceros países, a fin de facilitar el tráfico fronterizo.

ARTICULO 20. Los capitales procedentes de la Zona gozarán en el territorio de cada Parte Contratante de tratamiento no menos favorable que aquel que se concede a los capitales provenientes de cualquier otro país.

CAPITULO V TRATAMIENTO EN MATERIA DE TRIBUTOS INTERNOS

ARTICULO 21. En materia de impuestos, tasas y otros gravámenes internos, los productos originarios del territorio de una Parte Contratante gozarán en el territorio de otra Parte Contratante de tratamiento no menos favorable que el que se aplique a productos similares nacionales.

ARTICULO 22. En los casos de los productos incluidos en el programa de liberación que no sean producidos o no se produzcan en cantidades sustanciales en su territorio, cada Parte Contratante tratará de evitar que los tributos u otras medidas internas que se apliquen deriven en la anulación o reducción de cualquier concesión o ventaja obtenida por cualquier Parte Contratante en el curso de las negociaciones.

Si una Parte Contratante se considerase perjudicada por las medidas mencionadas en el párrafo anterior, podrá recurrir a los órganos competentes de la Asociación con el fin de que se examine la situación planteada y se formulen las recomendaciones que correspondan.

CAPITULO VI CLÁUSULAS DE SALVAGUARDIA

ARTICULO 23. Las Partes Contratantes podrán autorizar a cualquier Parte Contratante a imponer con carácter transitorio, en forma no discriminatoria y siempre que no signifiquen una reducción del consumo habitual en el país importador, restricciones a la importación de productos procedentes de la Zona, incorporados al programa de liberación, cuando ocurran importaciones en cantidades o en condiciones tales que causen o amenacen causar perjuicios graves a determinadas actividades productivas de significativa importancia para la economía nacional.

ARTICULO 24. Las Partes Contratantes podrán autorizar igualmente a una Parte Contratante que haya adoptado medidas para corregir el desequilibrio de su balance de pagos global, a que extienda dichas medidas, con carácter transitoria y en forma no discriminatoria al comercio intrazonal de productos incorporados al programa de liberación.

Las Partes Contratantes procurarán que la imposición de restricciones en virtud de la situación del balance de pagos no afecte, dentro de la Zona, al comercio de los productos incorporados al programa de liberación.

ARTICULO 25. Cuando las situaciones contempladas en los artículos 23 y 24 exigieren providencias inmediatas, la Parte Contratante interesada podrá, con carácter de emergencia y "ad referéndum" de las Partes Contratantes, aplicar las medidas en dichos artículos previstas, debiendo en este sentido comunicarlas de inmediato al Comité, a que se refiere el artículo 33, quien, si lo juzgase necesario, convocará a sesiones extraordinarias de la Conferencia.

ARTÍCULO 26. Si la aplicación de las medidas contempladas en este Capítulo se prolongase por más de un año, el Comité propondrá a la Conferencia, a que se refiere el artículo 33, por iniciativa propia o a pedido de cualquier Parte Contratante, la iniciación inmediata de negociaciones, a fin de procurar la eliminación de las restricciones adoptadas.

Lo dispuesto en el presente artículo no afecta la norma prevista en el artículo 8.

CAPITULO VII

DISPOSICIONES ESPECIALES SOBRE AGRICULTURA

ARTICULO 27. Las Partes Contratantes procurarán coordinar sus políticas de desarrollo agrícola y de intercambios de productos agropecuarios, con objeto de lograr el mejor aprovechamiento de sus recursos naturales, elevar el nivel de vida de la población rural y garantizar el abastecimiento normal en beneficio de los consumidores, sin desarticular las producciones habituales de cada Parte Contratante

ARTICULO 28. Dentro del período a que se refiere el artículo 2, cualquier Parte Contratante podrá aplicar, en forma no discriminatoria, al comercio de productos agropecuarios de considerable importancia para su economía, incorporados al programa de liberación y siempre que no signifique disminución de su consumo habitual ni incremento de producciones antieconómicas, medidas adecuadas destinadas a:

- a) limitar las importaciones a lo necesario para cubrir los déficit de producción interna; y
- b) nivelar los precios del producto importado a los del producto nacional.

La Parte Contratante que decida adoptar tales medidas deberá llevarlas a conocimiento de las otras Partes Contratantes, antes de su aplicación

ARTICULO 29. Durante el período fijado en el artículo 2 se procurará lograr la expansión del comercio de productos agropecuarios de la Zona, entre otros medios, por acuerdos entre las Partes Contratantes, destinados a cubrir los déficit de las producciones nacionales.

Para ese fin, las Partes Contratantes darán prioridad a los productos originarios de los territorios de otras Partes Contratantes en condiciones normales de competencia, tomando siempre en consideración las corrientes tradicionales del comercio intrazonal.

Cuando esos acuerdos se realizaren entre dos o más Partes Contratantes, las demás Partes Contratantes deberán ser informadas antes de la entrada en vigor de esos acuerdos.

ARTICULO 30. Las medidas previstas en este Capítulo no deberán ser utilizadas para obtener la incorporación a la Producción agropecuaria de recursos que signifiquen una disminución del nivel medio de productividad preexistente, en la fecha de entrada en vigor del presente Tratado.

ARTICULO 31. En caso de que una Parte Contratante se considere perjudicada por disminución de sus exportaciones como consecuencia de la reducción del consumo habitual del país importador resultante de las medidas indicadas en el artículo 28 y/o de incremento antieconómico de las producciones a que se refiere el artículo anterior, podrá recurrir a los órganos competentes de la Asociación a efectos de que estos examinen la situación presentada y, si fuera del caso, formulen las recomendaciones para que se adopten las medidas adecuadas, las que serán aplicadas en conformidad con lo dispuesto en el artículo 12.

CAPITULO VIII

MEDIDAS EN FAVOR DE PAÍSES DE MENOR DESARROLLO ECONÓMICO RELATIVO

ARTICULO 32. Las Partes Contratantes, reconociendo que la consecución de los objetivos del presente Tratado será facilitada por el crecimiento de las economías de los países de menor desarrollo económico relativo dentro de la Zona, realizarán esfuerzos en el sentido de crear condiciones favorables a ese crecimiento.

Para este fin, las Partes Contratantes podrán:

- a) autorizar a una Parte Contratante a conceder a otra Parte Contratante de menor desarrollo económico relativo dentro de la Zona, mientras sea necesario y con carácter transitorio, a los fines previstos en el presente artículo, ventajas no extensivas a las demás Partes Contratantes, con el fin de estimular la instalación o la expansión de determinadas actividades productivas;

- b) autorizar a una Parte Contratante de menor desarrollo económico relativo dentro de la Zona a cumplir el programa de reducción de gravámenes y otras restricciones en condiciones más favorables, especialmente convenidas;
- c) autorizar a una Parte Contratante de menor desarrollo económico relativo dentro de la Zona a adoptar medidas adecuadas a fin de corregir eventuales desequilibrios en su balance de pagos;
- d) autorizar a una Parte Contratante de menor desarrollo económico relativo dentro de la Zona a que aplique, cuando sea necesario y con carácter transitorio, en forma no discriminatoria: y mientras no signifique una reducción de su consumo habitual, medidas adecuadas con el objeto de proteger, la producción nacional de productos incorporados al programa de liberación que sean de importancia básica para su desarrollo económico;
- e) realizar gestiones colectivas en favor de una Parte Contratante de menor desarrollo económico relativo dentro de la Zona, en eses sentido de apoyar y promover, dentro y fuera de la Zona, medidas de carácter financiero o técnico destinadas a lograr la expansión de las actividades productivas ya existentes o a fomentar nuevas actividades, especialmente las que tengan por objeto la industrialización de sus materias primas; y
- f) promover o apoyar, según sea el caso, programas especiales de asistencia técnica de una o más Partes Contratantes destinados a elevar, en países de menor desarrollo económico relativo dentro de la Zona, los niveles de productividad de determinados sectores de producción.

CAPITULO IX

ÓRGANOS DE LA ASOCIACIÓN

ARTICULO 33. Son órganos de la Asociación la Conferencia de las Partes Contratantes (denominada en este Tratado "la Conferencia") y el Comité Ejecutivo Permanente (denominado en este Tratado "el Comité").

ARTICULO 34. La Conferencia es el órgano máximo de la Asociación. Tomará todas las decisiones sobre los asuntos que exijan resolución conjunta de las Partes Contratantes y tendrá, entre otras, las siguientes atribuciones:

- a) adoptar las providencias necesarias para la ejecución del presente Tratado y examinar los resultados de la aplicación del mismo;
- b) promover la realización de las negociaciones previstas en el artículo 4 y apreciar sus resultados;
- c) aprobar el presupuesto anual de gastos del Comité y fijar las contribuciones de cada Parte Contratante;
- d) establecer su reglamento y aprobar el reglamento del Comité;
- e) elegir un presidente y dos vicepresidentes para cada período de sesiones;
- f) designar el secretario ejecutivo del Comité; y
- g) entender en los demás asuntos de interés común.

ARTICULO 36. La Conferencia se reunirá: a) en sesiones ordinarias, una vez por año y b) en sesiones extraordinarias, cuando fuere convocada por el Comité.

En cada período de sesiones la Conferencia fijará la sede y la fecha del siguiente período de sesiones ordinarias.

ARTICULO 37. La Conferencia sólo podrá tomar decisiones con la presencia, de por lo menos, dos tercios (2/3) de las Partes Contratantes.

ARTICULO 38. Durante los dos primeros años de vigencia del presente Tratado, las decisiones de la Conferencia serán tomadas con el voto afirmativo de, por lo menos, dos tercios (2/3) de las Partes Contratantes y siempre que no haya voto negativo.

Las Partes Contratantes establecerán en la misma forma, el sistema de votación que se adoptará después de este período.

Con el voto afirmativo de dos tercios (2/3) de las Partes Contratantes:

- a) se aprobará el presupuesto anual de gastos del Comité;
- b) se elegirá el presidente y dos vicepresidentes de la Conferencia, así como el secretario ejecutivo; y
- c) se fijarán la fecha y la sede de los períodos de sesiones de la Conferencia.

ARTICULO 39. El Comité es el órgano permanente de la Asociación encargado de velar por la aplicación de las disposiciones del presente Tratado y tendrá, entre otras, las siguientes atribuciones y obligaciones:

- a) Convocar la Conferencia;
- b) someter a la aprobación de la Conferencia un programa anual de trabajos así como un proyecto de presupuesto anual de gastos de Comité;
- c) representar a la Asociación ante terceros países y organismos o entidades internacionales, con el objeto de tratar asuntos de interés común. Asimismo, la representará en los contratos y demás actos de derecho público y privado;
- d) realizar los estudios, sugerir las providencias y formular a la Conferencia las recomendaciones que considere conveniente para el mejor cumplimiento del Tratado;
- e) someter a las sesiones ordinarias de la Conferencia un informe anual sobre sus actividades y sobre los resultados de la aplicación del presente Tratado;
- f) solicitar el asesoramiento técnico así como la colaboración de personas y de organismos nacionales e internacionales;

ARTICULO 43. A fin de facilitar el estudio de problemas específicos, el Comité podrá establecer comisiones consultivas integradas por representantes de los diversos sectores de las actividades económicas de cada una de las Partes Contratantes.

ARTICULO 44. El Comité solicitará para los órganos de la Asociación, el asesoramiento técnico de la Secretaría Ejecutiva de la Comisión Económica para América Latina de las Naciones Unidas (Cepal) y de la Secretaría Ejecutiva del Consejo Interamericano Económico y Social de la Organización de los Estados Americanos (CIES).

ARTICULO 45. El Comité se constituirá a los sesenta días de la entrada en vigencia del presente Tratado y tendrá su sede en la ciudad de Montevideo.

CAPITULO X

PERSONALIDAD JURÍDICA - INMUNIDADES Y PRIVILEGIOS

ARTICULO 46. La Asociación Latinoamericana de Libre Comercio gozará de completa personalidad jurídica y especialmente de capacidad para:

- a) contratar;
- b) adquirir los bienes muebles e inmuebles indispensables para la realización de sus objetivos y disponer de ellos;
- c) demandar en juicio; y
- d) conservar fondos en cualquier moneda y hacer las transferencias necesarias.

ARTICULO 47. Los representantes de las Partes Contratantes, así como los funcionarios y asesores internacionales de la Asociación gozarán en la Zona de las inmunidades y privilegios diplomáticos y demás necesarios para el ejercicio de sus funciones.

Las Partes Contratantes se comprometen a celebrar en el plazo más breve posible un acuerdo destinado a reglamentar lo dispuesto en el párrafo anterior, en el cual se definirán dichos privilegios e inmunidades.

La Asociación celebrará un acuerdo con el Gobierno de la República Oriental del Uruguay a efectos de precisar los privilegios e inmunidades de que gozarán dicha Asociación, sus órganos y sus funcionarios y asesores internacionales.

CAPITULO XI

DISPOSICIONES DIVERSAS

ARTICULO 48. Ninguna modificación introducida por una Parte Contratante en el régimen de imposición de gravámenes a la importación podrá significar un nivel de gravámenes menos favorable que el vigente antes de la modificación, para cada uno de los productos que fueren objeto de concesiones a las demás Partes Contratantes.

Se exceptúa del cumplimiento de la exigencia establecida en el párrafo anterior la actualización del aforo ("pauta del valor mínimo") para la aplicación de gravámenes aduaneros, siempre que esta actualización responda, exclusivamente al valor real de la mercadería. En este caso el valor no incluye los gravámenes aduaneros aplicados a la mercadería.

ARTICULO 49.-Para la mejor ejecución de las disposiciones del presente Tratado, las Partes Contratantes procurarán, en el más breve plazo posible:

- a) Fijar los criterios que serán adoptados para la determinación del origen de las mercaderías, así como su condición de materias primas, productos semielaborados o productos elaborados;
- b) Simplificar y uniformar los trámites y formalidades relativas al comercio recíproco;
- c) Establecer una nomenclatura tarifaria que sirva de base común para la presentación de las estadísticas y la realización de las negociaciones previstas en el presente Tratado;
- d) Determinar lo que se considera tráfico fronterizo para los efectos del artículo 19; y
- e) Establecer los criterios para la caracterización del "dumping" y otras prácticas desleales de comercio y los procedimientos al respecto.

ARTICULO 50. Los productos importados desde la Zona por una Parte Contratante no podrán ser reexportados, salvo cuando para ello hubiere acuerdo entre las Partes Contratantes interesadas.

No se considerará reexportación, si el producto fuere sometido en el país importador a un proceso de industrialización o elaboración cuyo grado será calificado por el Comité.

ARTICULO 51. Los productos importados o exportados por una Parte Contratante gozarán de libertad de tránsito dentro de la Zona y estarán sujetos, exclusivamente, al pago de las tasas normalmente aplicables a la prestación de servicios.

ARTICULO 52. Ninguna Parte Contratante podrá favorecer sus exportaciones mediante subsidios u otras medidas que pueden perturbar las condiciones normales de competencia dentro de la Zona.

No se considera subsidio la exoneración en favor de un producto exportado, de los derechos o impuestos que graven el producto o sus componentes cuando se destine al consumo interno, ni la devolución de esos derechos e impuestos ("draw back").

ARTICULO 53. Ninguna disposición del presente Tratado será interpretada como impedimento para la adopción y el cumplimiento de medidas destinadas a la:

- a) Protección de la moralidad pública;
- b) Aplicación de leyes y reglamentos de seguridad;
- c) Regulación de las importaciones o exportaciones de armas, municiones y otros materiales de guerra y, en circunstancias excepcionales, de todos los demás artículos militares, siempre que no interfieran con lo dispuesto en el artículo 51 y en los Tratados sobre libre tránsito irrestricto vigentes en las Partes Contratantes;
- d) Protección de la vida y salud de las personas, los animales y los vegetales;
- e) Importación y exportación de oro y plata metálicos;
- f) Protección del patrimonio nacional de valor artístico, histórico o arqueológico; y

g) Exportación, utilización y consumo de materiales nucleares, productos radiactivos o cualquier otro material utilizable en el desarrollo o aprovechamiento de la energía nuclear.

ARTICULO 54. Las Partes Contratantes empeñarán sus máximos esfuerzos en orientar sus políticas hacia la creación de condiciones favorables al establecimiento de un mercado común latinoamericano. A tal efecto, el Comité procederá a realizar estudios y a considerar proyectos y planes tendientes a la consecución de dicho objetivo, procurando coordinar sus trabajos con los que realizan otros organismos internacionales.

CAPITULO XII

CLÁUSULAS FINALES

ARTICULO 55. El presente Tratado no podrá ser firmado con reservas, ni podrán éstas ser recibidas en ocasión de su ratificación o adhesión.

ARTICULO 56. El presente Tratado será ratificado por los Estados Signatarios en el más breve plazo posible

Los Instrumentos de Ratificación serán depositados ante el Gobierno de la República Oriental del Uruguay, el cual comunicará la fecha de depósito a los Gobiernos de los Estados que hayan firmado el presente Tratado y a los que en su caso hayan adherido.

ARTICULO 57. El presente Tratado entrará en vigor treinta días después del depósito del tercer Instrumento de Ratificación, con relación a los tres primeros países que lo ratifiquen; y, para los demás signatarios, el trigésimo día posterior al depósito del respectivo Instrumento de Ratificación, y en el orden en que fueren depositadas las ratificaciones.

El Gobierno de la República Oriental del Uruguay notificará al Gobierno de cada uno de los Estados Signatarios la fecha de la entrada en vigor del presente Tratado.

ARTICULO 58. Después de su entrada en vigor, el presente Tratado quedará abierto a la adhesión de los demás Estados Latinoamericanos, que deberán depositar, a tal efecto, ante el Gobierno de la República Oriental del Uruguay el correspondiente Instrumento de Adhesión. El Tratado entrará en vigor para el Estado adherente treinta días después del depósito del respectivo Instrumento.

Los Estados adherentes efectuarán las negociaciones a que se refiere el artículo 4, en la sesión de la Conferencia inmediatamente posterior a la fecha de depósito del Instrumento de Adhesión.

ARTICULO 59. Cada Parte Contratante comenzará a beneficiarse de las concesiones ya otorgadas entre sí por las demás Partes Contratantes, a partir de la fecha en que entren en vigor las reducciones de gravámenes y demás restricciones negociadas por ellas sobre la base de reciprocidad y cumplidos los compromisos mínimos a que se refiere el artículo 5, acumulados durante el período transcurrido desde la entrada en vigor del presente Tratado.

ARTICULO 60. Las Partes Contratantes podrán introducir enmiendas al presente Tratado, las cuales serán formalizadas en protocolos que entrarán en vigor una vez que hayan sido ratificados por todas las Partes Contratantes y depositados los respectivos Instrumentos.

ARTICULO 61. Expirado el plazo de doce (12) años, a contar desde la fecha de entrada en vigor del presente Tratado, las Partes Contratantes procederán a examinar los resultados obtenidos en virtud de su aplicación, e iniciarán las negociaciones colectivas necesarias para la mejor consecución de los objetivos del Tratado y, si fuere oportuno, para adaptarlo a una nueva etapa de integración económica.

ARTICULO 62. Las disposiciones del presente Tratado no afectarán los derechos y obligaciones resultantes de convenios suscritos por cualquiera de las Partes Contratantes con anterioridad a la entrada en vigor del presente Tratado.

Cada Parte Contratante tomará, sin embargo, las providencias necesarias para armonizar las disposiciones de los convenios vigentes con los objetivos del presente Tratado.

ARTICULO 63. El presente Tratado tendrá duración ilimitada.

ARTICULO 64. La Parte Contratante que desee desligarse del presente Tratado deberá comunicar esa intención a las demás Partes Contratantes en una de las sesiones ordinarias de la Conferencia, efectuando la entrega formal del documento de denuncia en la sesión ordinaria siguiente.

Formalizada la denuncia, cesarán automáticamente para el Gobierno denunciante los derechos y obligaciones que corresponden a su condición de Parte Contratante, exceptuando los referentes a las reducciones de gravámenes y demás restricciones recibidas u otorgadas en cumplimiento del programa de liberación, las cuales continuarán en vigor por un período de cinco años, a partir de la fecha de la formalización de la denuncia.

El plazo indicado en el párrafo anterior podrá ser disminuido, en casos debidamente fundados, por acuerdo de la Conferencia y a petición de Parte Contratante interesada.

ARTICULO 65. El presente Tratado se denominará Tratado de Montevideo.

EN FE DE LO CUAL, los Plenipotenciarios que suscriben, habiendo depositado sus Plenos Poderes, hallados en buena y debida forma, firman el presente Tratado en nombre de sus respectivos Gobiernos.

HECHO en la ciudad de Montevideo, a los dieciocho días del mes de febrero del año mil novecientos sesenta, en un original en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente válidos. El Gobierno de la República Oriental del Uruguay será el depositario del presente Tratado y enviará copias debidamente autenticadas del mismo a los Gobiernos de los demás países signatarios y adherentes.

Disponível em <http://www2.uol.com.br/actasoft/actamercosul/espanhol/tratado_de_montevideo.htm>, 02/09/006, 12h18

ANEXO II - TRATADO DE MONTEVIDÉU - 1980

Montevidéu, agosto de 1980

Os GOVERNOS da República Argentina, da República da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Chile, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai, da República do Peru, da República Oriental do Uruguai e da República da Venezuela.

ANIMADOS do propósito de fortalecer os laços de amizade e solidariedade entre seus povos.

PERSUADIDOS de que a integração econômica regional constitui um dos principais meios para que os países da América Latina possam acelerar seu processo de desenvolvimento econômico e social, de forma a assegurar um melhor nível de vida para seus povos.

DECIDIDOS a renovar o processo de integração latino-americano e a estabelecer objetivos e mecanismos compatíveis com a realidade da região.

SEGUROS de que a continuação desse processo requer o aproveitamento da experiência positiva, colhida na aplicação do Tratado de Montevidéu, de 18 de fevereiro de 1960.

CONSCIENTES de que é necessário assegurar um tratamento especial para os países de menor desenvolvimento econômico relativo.

DISPOSTOS a impulsar o desenvolvimento de vínculos de solidariedade e cooperação com outros países e áreas de integração da América Latina, com o propósito de promover um processo convergente que conduza ao estabelecimento de um mercado comum regional.

CONVENCIDOS da necessidade de contribuir para a obtenção de um novo esquema de cooperação horizontal entre países em desenvolvimento e suas áreas de integração, inspirado nos princípios do direito internacional em matéria de desenvolvimento.

CONSIDERANDO a decisão adotada pelas Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, que permite a celebração de acordos regionais ou gerais entre países em desenvolvimento, com a finalidade de reduzir ou eliminar mutuamente os entraves a seu comércio recíproco.

CONVÊM EM subscrever o presente Tratado, o qual substituirá, de acordo com as disposições nele contidas, o Tratado que institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

CAPÍTULO I

Objetivos, funções e princípios

Artigo 1º

Pelo presente Tratado, as Partes Contratantes dão prosseguimento ao processo de integração encaminhado a promover o desenvolvimento econômico-social, harmônico e equilibrado, da região e, para esse efeito, instituem a Associação Latino-Americana de Integração (doravante denominada "Associação"), cuja sede é a cidade de Montevidéu, República Oriental do Uruguai.

Esse processo terá como objetivo a longo prazo o estabelecimento, em forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano.

Artigo 2º

As normas e mecanismos do presente Tratado, bem como aqueles que em seu âmbito estabeleçam os países-membros, terão por objetivo o desenvolvimento das seguintes funções básicas da Associação: a promoção e

regulação do comércio recíproco, a complementação econômica e o desenvolvimento das ações de cooperação econômica que coadjuvem a ampliação dos mercados.

Artigo 3º

Na aplicação do presente Tratado e na evolução para seu objetivo final, os países-membros levarão em conta os seguintes princípios:

- a) Pluralismo, sustentado na vontade dos países-membros para sua integração, acima da diversidade que em matéria política e econômica possa existir na região;
- b) Convergência, que se traduz na multilateralização progressiva dos acordos de alcance parcial, através de negociações periódicas entre os países-membros, em função do estabelecimento do mercado comum latino-americano;
- c) Flexibilidade, caracterizada pela capacidade para permitir a celebração de acordos de alcance parcial, regulada de forma compatível com a consecução progressiva de sua convergência e pelo fortalecimento dos vínculos de integração;
- d) Tratamentos diferenciais, estabelecidos na forma que em cada caso se determine, tanto nos mecanismos de alcance regional como nos de alcance parcial, com base em três categorias de países, que se integrarão levando em conta suas características econômico-estruturais. Esses tratamentos serão aplicados em determinada magnitude aos países de desenvolvimento médio e de maneira mais favorável aos países de menor desenvolvimento econômico relativo; e
- e) Múltiplo, para possibilitar distintas formas de ajustes entre os países-membros, em harmonia com os objetivos e funções do processo de integração, utilizando todos os instrumentos capazes de dinamizar e ampliar os mercados a nível regional.

CAPÍTULO II

Mecanismos

Artigo 4º

Para o cumprimento das funções básicas da Associação, estabelecidas pelo artigo 2º do presente Tratado, os países-membros estabelecem uma área de preferências econômicas, composta por uma preferência tarifária regional, por acordos de alcance regional e por acordos de alcance parcial.

Seção primeira - Preferência tarifária regional

Artigo 5º

Os países-membros outorgar-se-ão reciprocamente uma preferência tarifária regional que será aplicada com referência ao nível que vigore para terceiros países e se sujeitará à regulamentação correspondente.

Seção segunda - Acordos de alcance regional

Artigo 6º

Os acordos de alcance regional são aqueles dos quais participam todos os países-membros.

Celebrar-se-ão no âmbito dos objetivos e disposições do presente Tratado e poderão referir-se às matérias e compreender os instrumentos previstos para os acordos de alcance parcial estabelecidos na seção terceira do presente capítulo.

Seção terceira - Acordos de alcance parcial

Artigo 7º

Os acordos de alcance parcial são aqueles de cuja celebração não participa a totalidade dos países-membros e propenderão a criar as condições necessárias para aprofundar o processo de integração regional, através de sua progressiva multilateralização.

Os direitos e obrigações que forem estabelecidos nos acordos de alcance parcial regerão exclusivamente para os países-membros que os subscrevam ou que a eles adiram.

Artigo 8º

Os acordos de alcance parcial poderão ser comerciais, de complementação econômica, agropecuários, de promoção do comércio ou adotar outras modalidades, em conformidade com o artigo 14 do presente Tratado.

Artigo 9º

Os acordos de alcance parcial reger-se-ão pelas seguintes normas gerais:

- a) Deverão estar abertos à adesão, prévia negociação, dos demais países-membros;
- b) Deverão conter cláusulas que propiciem a convergência, a fim de que seus benefícios alcancem a todos os países-membros;
- c) Poderão conter cláusulas que propiciem a convergência com outros países latino-americanos, em conformidade com os mecanismos estabelecidos no presente Tratado;
- d) Conterão tratamentos diferenciais em função das três categorias de países reconhecidas pelo presente Tratado, cujas formas de aplicação serão determinadas em cada acordo, bem como procedimentos de negociação para sua revisão periódica, a pedido de qualquer país-membro que se considere prejudicado;
- e) A desgravação poderá realizar-se para os mesmos produtos ou subposições tarifárias e com base em uma redução percentual referente aos gravames aplicados à importação originária dos países não participantes;
- f) Deverão ter um prazo mínimo de um ano de duração; e
- g) Poderão conter, entre outras, normas específicas em matéria de origem, cláusulas de salvaguarda, restrições não-tarifárias, retirada de concessões, renegociação de concessões, denúncia, coordenação e harmonização de políticas. No caso de que essas normas específicas não tenham sido adotadas, serão levadas em conta as disposições de alcance geral que os países-membros estabeleçam sobre as respectivas matérias.

Artigo 10

Os acordos comerciais têm por finalidade exclusiva a promoção do comércio entre os países-membros, e estarão sujeitos às normas específicas que forem estabelecidas para esse efeito.

Artigo 11

Os ajustes de complementação econômica têm por finalidade, entre outras, promover o máximo aproveitamento dos fatores da produção, estimular a complementação econômica, assegurar condições equitativas de concorrência, facilitar o acesso dos produtos ao mercado internacional e impulsionar o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos países-membros.

Estes ajustes estarão sujeitos às normas específicas que forem estabelecidas para esses efeitos.

Artigo 12

Os acordos agropecuários têm por finalidade fomentar e regular o comércio agropecuário intra-regional. Devem contemplar elementos de flexibilidade que levem em conta as características socioeconômicas da produção dos países participantes. Estes acordos poderão referir-se a produtos específicos ou a grupos de produtos e poderão basear-se em concessões temporárias, estacionais, por quotas ou mistas ou em contratos entre organismos estatais ou paraestatais. Estarão sujeitos às normas específicas que forem estabelecidas para esses efeitos.

Artigo 13

Os acordos de promoção do comércio referir-se-ão a matérias não-tarifárias e tenderão a promover as correntes intra-regionais de comércio. Estarão sujeitos às normas específicas que forem estabelecidas para esses efeitos.

Artigo 14

Os países-membros poderão estabelecer, através das regulamentações correspondentes, normas específicas para a celebração de outras modalidades de acordos de alcance parcial.

Para esse efeito, levarão em conta, entre outras matérias, a cooperação científica e tecnológica, a promoção do turismo e a preservação do meio ambiente.

CAPÍTULO III

Sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo

Artigo 15

Os países-membros estabelecerão condições favoráveis para a participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo no processo de integração econômica, baseando-se nos princípios da não reciprocidade e da cooperação comunitária.

Artigo 16

Com o propósito de assegurar-lhes um tratamento preferencial efetivo, os países-membros estabelecerão a abertura dos mercados, bem como concertarão programas e outras modalidades específicas de cooperação.

Artigo 17

As ações em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo serão concretizadas através de acordos de alcance regional e acordos de alcance parcial.

A fim de assegurar a eficácia de tais acordos, os países-membros deverão formalizar normas negociadas, vinculadas à preservação das preferências, à eliminação das restrições não-tarifárias e à aplicação de cláusulas de salvaguarda em casos justificados.

Seção primeira - Acordos de alcance regional

Artigo 18

Os países-membros aprovarão para cada país de menor desenvolvimento econômico relativo listas negociadas de produtos, preferentemente industriais, originários de cada país de menor desenvolvimento econômico relativo, para os quais será acordada, sem reciprocidade, a eliminação total de gravames aduaneiros e demais restrições por parte de todos os demais países da Associação.

Os países-membros estabelecerão os procedimentos necessários para alcançar a ampliação progressiva das respectivas listas de abertura, podendo realizar as negociações correspondentes quando o julguem conveniente.

Procurarão, outrossim, estabelecer mecanismos eficazes de compensação para os efeitos negativos que incidam sobre o comércio intra-regional dos países mediterrâneos de menor desenvolvimento econômico relativo.

Seção segunda - Acordos de alcance parcial

Artigo 19

Os acordos de alcance parcial que os países de menor desenvolvimento econômico relativo negociem com os demais países-membros ajustar-se-ão, no que for pertinente, às disposições previstas nos artigos 8º e 9º do presente Tratado.

Artigo 20

A fim de promover uma efetiva cooperação coletiva em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, os países-membros negociarão, com cada um deles, Programas Especiais de Cooperação.

Artigo 21

Os países-membros poderão estabelecer programas e ações de cooperação nas áreas de pré-inversão, financiamento e tecnologia, destinados fundamentalmente a prestar apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo e, entre eles, especialmente aos países mediterrâneos, para facilitar o aproveitamento das desgravações tarifárias.

Artigo 22

Sem prejuízo do disposto nos artigos precedentes, poderão ser estabelecidos, no âmbito dos tratamentos em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, ações de cooperação coletiva e parcial que contemplem mecanismos eficazes, destinados a compensar a situação desvantajosa com que a Bolívia e o Paraguai se defrontam em virtude de sua mediterraneidade.

Sempre que, na preferência tarifária regional, a que se refere o artigo 5º do presente Tratado, sejam adotados critérios de gradualidade no tempo, procurar-se-á preservar as margens outorgadas em favor dos países mediterrâneos, através de desgravações acumulativas.

Procurar-se-á, outrossim, estabelecer fórmulas de compensação, tanto na preferência tarifária regional, quando esta seja aprofundada, como nos acordos de alcance regional e parcial.

Artigo 23

Os países-membros procurarão outorgar facilidades para o estabelecimento, em seus territórios, de zonas, depósitos ou portos francos e outras facilidades administrativas do trânsito internacional, em favor dos países mediterrâneos.

CAPÍTULO IV

Convergência e cooperação com outros países e áreas de integração econômica da América Latina

Artigo 24

Os países-membros poderão estabelecer regimes de associação ou de vinculação multilateral que propiciem a convergência com outros países e áreas de integração econômica da América Latina, incluindo a possibilidade de acordar com esses países ou áreas o estabelecimento de uma preferência tarifária latino-americana. Os países-membros regulamentarão oportunamente as características que esses regimes deverão ter.

Artigo 25

Os países-membros poderão, outrossim, celebrar acordos de alcance parcial com outros países e áreas de integração econômica da América Latina, de acordo com as diversas modalidades previstas na seção terceira do capítulo II do presente Tratado e nos termos das respectivas disposições regulamentares.

Sem prejuízo do que precede, estes acordos estarão sujeitos às seguintes normas:

- a) As concessões que os países-membros participantes outorguem não serão extensivas aos demais países-membros, salvo aos países de menor desenvolvimento econômico relativo;
- b) Quando um país-membro inclua produtos já negociados em acordos parciais com outros países-membros, as concessões que outorgue poderão ser superiores às acordadas com aqueles, caso em que serão realizadas consultas com os países-membros afetados, a fim de que sejam encontradas soluções mutuamente satisfatórias, salvo se, nos respectivos acordos parciais, tenham sido pactuadas cláusulas de extensão automática ou de renúncia às preferências incluídas nos acordos parciais a que se refere o presente artigo; e
- c) Deverão ser apreciados multilateralmente pelos países-membros, no Comitê de Representantes, a fim de que o alcance dos acordos pactuados seja conhecido e a participação de outros países-membros nos mesmos seja facilitada.

CAPÍTULO V

Cooperação com outras áreas de integração econômica

Artigo 26

Os países-membros realizarão as ações necessárias para estabelecer e desenvolver vínculos de solidariedade e cooperação com outras áreas de integração fora da América Latina, através da participação da Associação nos programas que forem realizados a nível internacional em matéria de cooperação horizontal, em execução dos princípios normativos e compromissos assumidos no contexto da Declaração e Plano de Ação para a obtenção de uma Nova Ordem Econômica Internacional e da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.

O Comitê adotará as medidas adequadas para facilitar o cumprimento dos objetivos assinalados.

Artigo 27

Os países-membros poderão, outrossim, celebrar acordos de alcance parcial com outros países em desenvolvimento ou respectivas áreas de integração econômica fora da América Latina, de acordo com as diversas modalidades previstas na seção terceira do capítulo II do presente Tratado e nos termos das respectivas disposições regulamentares.

Sem prejuízo do que precede, estes acordos estarão sujeitos às seguintes normas:

- a) As concessões que outorguem os países-membros que deles participem não serão extensivas aos demais países-membros, salvo aos países de menor desenvolvimento econômico relativo;
- b) Quando forem incluídos produtos já negociados com outros países-membros em acordos de alcance parcial, as concessões que se outorguem não poderão ser superiores às acordadas com aqueles e, se o forem, serão estendidas automaticamente a esses países; e
- c) Deverá ser declarada sua compatibilidade com os compromissos contraídos pelos países-membros no âmbito do presente Tratado e de acordo com os incisos a) e b) do presente artigo.

CAPÍTULO VI

Organização institucional

Artigo 28

São órgãos políticos da Associação:

- a) O Conselho de Ministros das Relações Exteriores (denominado, neste Tratado, "Conselho");
- b) A Conferência de Avaliação e Convergência (denominada, neste Tratado, "Conferência"); e
- c) O Comitê de Representantes (denominado, neste Tratado, "Comitê").

Artigo 29

O órgão técnico da Associação é a Secretaria-Geral (denominada, neste Tratado, "Secretaria").

Artigo 30

O Conselho é o órgão supremo da Associação e adotará as decisões que correspondam à condução política superior do processo de integração econômica.

O Conselho terá as seguintes atribuições:

- a) Ditar normas gerais tendentes ao melhor cumprimento dos objetivos da Associação, bem como ao desenvolvimento harmônico do processo de integração;
- b) Examinar o resultado das tarefas realizadas pela Associação;
- c) Adotar medidas corretivas de alcance multilateral, de acordo com as recomendações adotadas pela Conferência nos termos do artigo 33, inciso a), do presente Tratado;
- d) Estabelecer as diretrizes às quais os demais órgãos da Associação deverão ajustar seus trabalhos;
- e) Fixar as normas básicas que regulem as relações da Associação com outras associações regionais, organismos ou entidades internacionais;
- f) Revisar e atualizar as normas básicas que regulem os acordos de convergência e cooperação com outros países em desenvolvimento e as respectivas áreas de integração econômica;
- g) Tomar conhecimento dos assuntos que lhe tenham sido elevados pelos outros órgãos políticos e resolvê-los;
- h) Delegar aos demais órgãos políticos a faculdade de tomar decisões em matérias específicas, destinadas a permitir o melhor cumprimento dos objetivos da Associação;
- i) Aceitar a adesão de novos países-membros;
- j) Acordar emendas e acréscimos ao Tratado, nos termos do artigo 61;
- k) Designar o Secretário-Geral; e
- l) Estabelecer seu próprio Regulamento.

Artigo 31

O Conselho será constituído pelos Ministros das Relações Exteriores dos países-membros. Não obstante, quando, em algum país-membro, a competência dos assuntos de integração estiver atribuída a um Ministro ou Secretário de Estado distinto do Ministro das Relações Exteriores, o país-membro poderá estar representado no Conselho, com plenos poderes, pelo Ministro ou pelo Secretário respectivo.

Artigo 32

O Conselho celebrará sessões e tomará decisões com a presença da totalidade dos países-membros.

O Conselho celebrará reuniões por convocação do Comitê.

Artigo 33

A Conferência terá as seguintes atribuições:

- a) Examinar o funcionamento do processo de integração em todos os seus aspectos e a convergência dos acordos de alcance parcial, através de sua multilateralização progressiva, bem como recomendar ao Conselho a adoção de medidas corretivas de alcance multilateral;
- b) Promover ações de maior alcance em matéria de integração econômica;
- c) Efetuar revisões periódicas da aplicação dos tratamentos diferenciais, que levem em consideração não somente a evolução da estrutura econômica dos países e, por conseguinte, seu grau de desenvolvimento, mas também o aproveitamento efetivo, pelos países beneficiários, do tratamento diferencial aplicado, bem como dos procedimentos que procurem o aperfeiçoamento na aplicação desses tratamentos;
- d) Avaliar os resultados do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo e adotar medidas para sua aplicação mais efetiva;
- e) Realizar as negociações multilaterais para o estabelecimento e aprofundamento da preferência tarifária regional;
- f) Propiciar a negociação e celebração de acordos de alcance regional dos quais participem todos os países-membros e que se refiram a qualquer matéria objeto do presente Tratado, conforme ao disposto no artigo 6º;
- g) Cumprir com as tarefas que lhe encomende o Conselho;
- h) Encarregar à Secretaria os estudos que estime convenientes; e
- i) Aprovar seu próprio Regulamento.

Artigo 34

A Conferência será integrada por Plenipotenciários dos países-membros.

A Conferência reunir-se-á cada três anos em sessão ordinária, por convocação do Comitê, e em forma extraordinária, nas demais oportunidades em que este a convoque, a fim de tratar assuntos específicos de sua competência.

A Conferência realizará sessões e tomará decisões com a presença de todos os países-membros.

Artigo 35

O Comitê é o órgão permanente da Associação e terá as seguintes atribuições e obrigações:

- a) Promover a celebração de acordos de alcance regional, nos termos do artigo 6º do presente Tratado e, com essa finalidade, convocar reuniões governamentais, pelo menos uma vez por ano, com o propósito de:
 - i) Dar continuidade às atividades do novo processo de integração;
 - ii) Avaliar e orientar o funcionamento do processo;
 - iii) Analisar e promover medidas para a obtenção de mecanismos mais avançados de integração; e
 - iv) Empreender negociações setoriais ou multissetoriais com a participação de todos os países-membros, para a celebração de acordos de alcance regional que se refiram basicamente a desgravações tarifárias.
- b) Adotar as medidas necessárias para a execução do presente Tratado e de todas as suas normas complementares;
- c) Regulamentar o presente Tratado;
- d) Cumprir com as tarefas que o Conselho e a Conferência lhe encomendem;
- e) Aprovar o programa anual de trabalhos da Associação e seu orçamento anual;
- f) Fixar as contribuições dos países-membros ao orçamento da Associação;
- g) Aprovar, por proposta do Secretário-Geral, a estrutura da Secretaria;
- h) Convocar o Conselho e a Conferência;
- i) Representar a Associação ante terceiros países;
- j) Encomendar estudos à Secretaria;
- k) Formular recomendações ao Conselho e à Conferência;
- l) Apresentar relatórios ao Conselho sobre suas atividades;
- m) Propor fórmulas para resolver as questões apresentadas pelos países-membros, quando for alegada a inobservância de algumas das normas ou princípios do presente Tratado;
- n) Apreciar multilateralmente os acordos parciais que celebrem os países nos termos do artigo 25 do presente Tratado;
- ñ) Declarar a compatibilidade dos acordos parciais que forem celebrados pelos países-membros nos termos do artigo 27 do presente Tratado;
- o) Criar órgãos auxiliares;
- p) Aprovar seu próprio Regulamento; e
- q) Atender aos assuntos de interesse comum que não sejam da competência dos outros órgãos da Associação.

Artigo 36

O Comitê será constituído por um Representante Permanente de cada país-membro com direito a um voto.

Cada Representante Permanente terá um Suplente.

Artigo 37

O Comitê realizará sessões e adotará resoluções com a presença de Representantes de dois terços dos países-membros.

Artigo 38

A Secretaria será dirigida por um Secretário-Geral e será composta por pessoal técnico e administrativo. O Secretário-Geral exercerá seu cargo por um período de três anos e poderá ser reeleito por outro período igual. O Secretário-Geral exercerá suas funções junto a todos os órgãos políticos da Associação.

A Secretaria terá as seguintes funções e atribuições:

- a) Formular, através do Comitê, propostas aos órgãos competentes da Associação, orientadas à melhor consecução dos objetivos e ao cumprimento das funções da Associação;
- b) Realizar os estudos necessários para o cumprimento de suas funções técnicas e os que lhe forem encomendados pelo Conselho, pela Conferência e pelo Comitê, bem como desenvolver as demais atividades previstas no programa anual de trabalhos;
- c) Realizar estudos e gestões destinadas a propor aos países-membros, através de suas Representações Permanentes, a celebração de acordos previstos pelo presente Tratado, em conformidade com as orientações fixadas pelo Conselho e pela Conferência;
- d) Representar a Associação ante organismos e entidades internacionais de caráter econômico, com o propósito de tratar assuntos de interesse comum;
- e) Administrar o patrimônio da Associação e representá-la, para esse efeito, em atos e contratos de direito público e privado;
- f) Solicitar o assessoramento técnico e a colaboração de pessoas e de organismos nacionais e internacionais;
- g) Propor ao Comitê a criação de órgãos auxiliares;
- h) Processar e fornecer aos países-membros, em forma sistemática e atualizada, as informações estatísticas e sobre regimes de regulação do comércio exterior dos países-membros, que facilitem a preparação e realização de negociações no âmbito dos diversos mecanismos da Associação e o posterior aproveitamento das respectivas concessões;
- i) Analisar, por iniciativa própria, para todos países, ou a pedido do Comitê, o cumprimento dos compromissos acordados e avaliar as disposições legais dos países-membros que alterem, direta ou indiretamente, as concessões pactuadas;
- j) Convocar as reuniões dos órgãos auxiliares não governamentais e coordenar seu funcionamento;
- k) Realizar avaliações periódicas do andamento do processo de integração e acompanhar permanentemente as atividades empreendidas pela Associação, bem como os compromissos dos acordos alcançados em seu âmbito;
- l) Organizar e colocar em funcionamento uma Unidade de Promoção Econômica para os países de menor desenvolvimento econômico relativo e realizar gestões para a obtenção de recursos técnicos e financeiros, bem como estudos e projetos para o cumprimento do programa de promoção. Elaborar, outrossim, um relatório anual sobre o aproveitamento do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo;
- m) Preparar o orçamento de despesas da Associação, para sua aprovação pelo Comitê, bem como as ulteriores reformas necessárias;
- n) Preparar e apresentar ao Comitê os projetos de programas anuais de trabalho;
- n') Contratar, admitir e prescindir do pessoal técnico e administrativo, de acordo com as normas que regulamentem sua estrutura;
- o) Cumprir com o solicitado por qualquer órgão político da Associação; e
- p) Apresentar anualmente ao Comitê um relatório sobre os resultados da aplicação do presente Tratado e das disposições jurídicas que dele derivem.

Artigo 39

O Secretário-Geral será eleito pelo Conselho.

Artigo 40

No desempenho de suas funções, o titular do órgão técnico e o pessoal técnico e administrativo não solicitarão nem receberão instruções de nenhum Governo nem de entidades nacionais ou internacionais. Abster-se-ão de qualquer atitude incompatível com sua qualidade de funcionários internacionais.

Artigo 41

Os países-membros comprometem-se a respeitar o caráter internacional das funções do Secretário-Geral e do pessoal da Secretaria ou de seus peritos e consultores contratados, e a abster-se de exercer sobre eles qualquer influência no desempenho de suas funções.

Artigo 42

Serão estabelecidos órgãos auxiliares de consulta, assessoramento e apoio técnico. Um dos referidos órgãos será integrado por funcionários responsáveis pela política de integração dos países-membros.

Serão estabelecidos, outrossim, órgãos auxiliares de caráter consultivo, integrados por representantes dos diversos setores da atividade econômica de cada país-membro.

Artigo 43

O Conselho, a Conferência e o Comitê adotarão suas decisões com o voto afirmativo de dois terços dos países-membros.

Excetua-se desta norma geral as decisões sobre as seguintes matérias, que serão aprovadas com os dois terços de votos afirmativos e sem que haja voto negativo:

- a) Emendas ou acréscimos ao presente Tratado;
- b) Adoção das decisões que correspondam à condução política superior do processo de integração;
- c) Adoção das decisões que formalizem o resultado das negociações multilaterais para o estabelecimento e o aprofundamento da preferência tarifária regional;
- d) Adoção das decisões encaminhadas à multilateralização, a nível regional, dos acordos de alcance parcial;
- e) Aceitação de adesão de novos países-membros;
- f) Regulamentação das normas do Tratado;
- g) Determinação das percentagens de contribuições dos países-membros ao orçamento da Associação;
- h) Adoção de medidas corretivas que surjam das avaliações do andamento do processo de integração;
- i) Autorização de um prazo menor de cinco anos, no que diz respeito a obrigações em caso de denúncia do Tratado;
- j) Adoção das diretrizes às quais os órgãos da Associação deverão ajustar seus trabalhos; e
- k) Fixação das normas básicas que regulem as relações da Associação com outras associações regionais, organismos, ou entidades internacionais.

A abstenção não significará voto negativo. A ausência, no momento da votação, será interpretada como abstenção.

O Conselho poderá eliminar temas desta lista de exceções, com a aprovação de dois terços de votos afirmativos e sem que haja voto negativo.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais

Artigo 44

As vantagens, favores, franquias, imunidades e privilégios que os países-membros apliquem a produtos originários de ou destinados a qualquer outro país-membro ou não, por decisões ou acordos que não estejam previstos no presente Tratado ou no Acordo de Cartagena, serão imediata e incondicionalmente estendidas aos demais países-membros.

Artigo 45

As vantagens, favores, franquias, imunidades e privilégios já concedidos ou que forem concedidos em virtude de convênios entre países-membros ou entre estes e terceiros países, a fim de facilitar o tráfico fronteiriço, regerão exclusivamente para os países que o subscrevam ou os tenham subscrito.

Artigo 46

Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um país-membro gozarão no território dos demais países-membros de um tratamento não menos favorável do que o instrumento que se aplique a produtos similares nacionais.

Os países-membros adotarão as providências que, em conformidade com suas respectivas Constituições Nacionais, forem necessárias para dar cumprimento à disposição precedente.

Artigo 47

No caso de produtos incluídos na preferência tarifária regional ou em acordos de alcance regional ou parcial, que não forem produzidos ou não se produzam em quantidades substanciais em seu território, cada país-membro tratará de evitar que os tributos ou outras medidas internas, que se apliquem, acarretem a anulação ou redução de qualquer concessão ou vantagem obtida por qualquer país-membro, como resultado das negociações respectivas.

Se um país-membro se considerar prejudicado pelas medidas mencionadas no parágrafo anterior, poderá recorrer ao Comitê com o propósito de que seja examinada a situação apresentada e sejam formuladas as recomendações que correspondam.

Artigo 48

Os capitais procedentes dos países-membros da Associação gozarão no território dos outros países-membros de um tratamento não menos favorável do que o tratamento que se concede aos capitais provenientes de qualquer outro país não membro, sem prejuízo do previsto nos acordos que os países-membros possam celebrar nesta matéria, nos termos do presente Tratado.

Artigo 49

Os países-membros poderão estabelecer normas complementares de política comercial que regulem, entre outras matérias, a aplicação de restrições não-tarifárias, o regime de origem, a adoção de cláusulas de salvaguarda, os regimes de fomento às exportações e o tráfico fronteiriço.

Artigo 50

Nenhuma disposição do presente Tratado será interpretada como impedimento à adoção e ao cumprimento de medidas destinadas à:

- a) Proteção da moral pública;
- b) Aplicação de leis e regulamentos de segurança;
- c) Regulação das importações ou exportações de armas, munições e outros materiais de guerra e, em circunstâncias excepcionais, de todos os demais artigos militares;
- d) Proteção da vida e saúde das pessoas, dos animais e dos vegetais;
- e) Importação e exportação de ouro e prata metálicos;
- f) Proteção do patrimônio nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico; e
- g) Exportação, utilização e consumo de materiais nucleares, produtos radioativos ou qualquer outro material utilizável no desenvolvimento ou aproveitamento da energia nuclear.

Artigo 51

Os produtos importados ou exportados por um país-membro gozarão de liberdade de trânsito dentro do território dos demais países-membros e estarão sujeitos exclusivamente ao pagamento das taxas normalmente aplicáveis à prestação de serviços.

CAPÍTULO VIII

Personalidade jurídica, imunidades e privilégios

Artigo 52

A Associação gozará de completa personalidade jurídica e, em especial, de capacidade para:

- a) Contratar;
- b) Adquirir os bens móveis e imóveis indispensáveis à realização de seus objetivos e dispor dos mesmos;
- c) Demandar em juízo; e
- d) Conservar fundos em qualquer moeda e fazer as transferências necessárias.

Artigo 53

Os Representantes e demais funcionários diplomáticos dos países-membros, acreditados junto à Associação, bem como os funcionários e assessores internacionais da Associação, gozarão, no território dos países-membros, das imunidades e privilégios diplomáticos e outros, necessários ao exercício de suas funções. Os países-membros se comprometem a celebrar, no mais breve prazo possível, um acordo destinado a regulamentar o disposto no parágrafo anterior, no qual serão definidos esses privilégios e imunidades. A Associação celebrará um acordo com o Governo da República Oriental do Uruguai, a fim de precisar os privilégios e imunidades de que gozarão a Associação, seus órgãos e seus funcionários e assessores internacionais.

Artigo 54

A personalidade jurídica da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, estabelecida pelo Tratado de Montevideu, subscrito em 18 de fevereiro de 1960, continuará, para todos os efeitos, na Associação Latino-Americana de Integração. A partir, portanto, do momento em que entre em vigor o presente Tratado, caberão à Associação Latino-Americana de Integração os direitos e obrigações da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

CAPÍTULO IX

Disposições finais

Artigo 55

O presente Tratado não poderá ser assinado com reservas, nem estas poderão ser feitas por ocasião de sua ratificação ou de adesão ao mesmo.

Artigo 56

O presente Tratado será ratificado pelos países signatários no mais curto prazo possível.

Artigo 57

O presente Tratado entrará em vigor trinta dias depois do depósito do terceiro instrumento de ratificação, relativamente aos três primeiros países que o ratifiquem. Para os demais signatários, entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito do respectivo instrumento de ratificação e na ordem em que forem depositadas as ratificações.

Os instrumentos de ratificação serão depositados junto Governo da República Oriental do Uruguai, o qual comunicará a data de depósito aos Governos dos Estados que tenham assinado o presente Tratado e dos que a ele tenham aderido.

O Governo da República Oriental do Uruguai notificará ao Governo de cada um dos Estados signatários a data da entrada em vigor do presente Tratado.

Artigo 58

Depois de sua entrada em vigor, o presente Tratado ficará aberto à adesão dos países latino-americanos que assim o solicitem. A adesão será aceita pelo Conselho.

O Tratado entrará em vigor para o país aderente trinta dias após a data de sua admissão.

Os países aderentes deverão colocar em vigor, nessa data, os compromissos derivados da preferência tarifária regional e dos acordos de alcance regional que tenham sido celebrados até a data da adesão.

Artigo 59

As disposições do presente Tratado não afetarão os direitos e obrigações resultantes de convênios subscritos por qualquer país signatário anteriormente à entrada em vigor deste Tratado.

Artigo 60

As disposições do presente Tratado não afetarão os direitos e obrigações resultantes de convênios subscritos por qualquer país signatário no período compreendido entre a sua assinatura e o momento da sua ratificação. Para os países que aderirem posteriormente como membros da Associação, as disposições deste artigo se referem aos convênios subscritos anteriormente à sua incorporação.

Cada país-membro tomará, não obstante, as providências necessárias para harmonizar as disposições dos convênios vigentes com os objetivos do presente Tratado.

Artigo 61

Os países-membros poderão introduzir emendas ou adições ao presente Tratado, as quais deverão ser formalizadas em protocolos que entrarão em vigor uma vez ratificados por todos os países-membros e depositados os respectivos instrumentos, salvo se neles for estabelecido outro critério.

Artigo 62

O presente Tratado terá duração indefinida.

Artigo 63

O país-membro que desejar desligar-se do presente Tratado deve comunicar essa intenção aos demais países-membros em uma das sessões do Comitê, efetuando a entrega formal do documento de denúncia junto ao referido órgão, um ano após a realização da comunicação. Formalizada a denúncia, cessarão automaticamente, para o Governo denunciante, os direitos e obrigações correspondentes à sua condição de país-membro.

Sem prejuízo do que precede, os direitos e obrigações emergentes da preferência tarifária regional manterão sua vigência por mais 5 anos, salvo se na ocasião da denúncia os países-membros acordarem o contrário. Este prazo

será contado a partir da data da formalização da denúncia.

No que se refere aos direitos e obrigações emergentes de acordos de alcance regional e parcial, a situação do país-membro denunciante deverá ajustar-se às normas específicas que tenham sido fixadas em cada acordo. Caso não existam essas disposições, será aplicada a norma geral do parágrafo anterior do presente artigo.

Artigo 64

O presente Tratado se denominará Tratado de Montevideu 1980.

CAPÍTULO X Disposições transitórias

Artigo 65

Até que todos os países signatários tenham ratificado o presente Tratado, a partir de sua entrada em vigor pela ratificação dos três primeiros, serão aplicadas aos países signatários que ainda não o tenham feito, tanto em suas relações recíprocas como nas relações com os países signatários ratificantes, as disposições da estrutura jurídica do Tratado de Montevideu, de 18 de fevereiro de 1960, no que corresponder, e, em particular, as Resoluções adotadas na Reunião do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, celebrada em 12 de agosto de 1980.

Estas disposições não continuarão sendo aplicadas às relações entre os países signatários que tenham ratificado o presente Tratado e aqueles que ainda não o tenham feito, a partir de um ano de sua entrada em vigor.

Artigo 66

Os órgãos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, estabelecidos pelo Tratado de Montevideu, de 18 de fevereiro de 1960, deixarão de existir a partir da entrada em vigor do presente Tratado.

Artigo 67

Os países signatários não ratificantes poderão participar nos órgãos da Associação com voz e voto, se lhes for possível ou de seu interesse, até a ratificação ou vencimento do prazo estabelecido pelo segundo parágrafo do artigo 65.

Artigo 68

Serão aplicáveis aos países signatários que ratifiquem o presente Tratado após a sua entrada em vigor, todas as disposições que tenham sido aprovadas pelos órgãos da Associação, até o momento da referida ratificação.

Artigo 69

As resoluções aprovadas pelo Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, em sua Reunião de 12 de agosto de 1980, serão incorporadas ao ordenamento jurídico do presente Tratado, uma vez que este entre em vigor.

FEITO na cidade de Montevideu, aos doze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República Oriental do Uruguai será o depositário do presente Tratado e enviará cópia devidamente autenticada do mesmo aos Governos dos demais países signatários e aderentes.

Pelo Governo da República Argentina:

Carlos Washington Pastor

Pelo Governo da República da Bolívia:

Javier Cerruto Calderón

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

Ramiro Saraiva Guerreiro

Pelo Governo da República da Colômbia:

Diego Uribe Vargas

Pelo Governo da República do Chile:

René Rojas Galdames

Pelo Governo da República do Equador:

Germánico Salgado

Pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos:

Jorge de la Vega Dominguez

Pelo Governo da República do Paraguai:

Alberto Nogués

Pelo Governo da República do Peru:

Javier Arias Stella

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai:

Adolfo Folle Martínez

Pelo Governo da República da Venezuela:

Oswaldo Páez Pumar

ANEXO III – ACORDO DE CARTAGENA

ACUERDO DE INTEGRACION SUBREGIONAL ANDINO "ACUERDO DE CARTAGENA"

LOS GOBIERNOS de Bolivia, Colombia, el Ecuador, el Perú y Venezuela,

INSPIRADOS en la Declaración de Bogotá y en la Declaración de los Presidentes de América;

RESUELTOS a fortalecer la unión de sus pueblos y sentar las bases para avanzar hacia la formación de una comunidad subregional andina;

CONSCIENTES que la integración constituye un mandato histórico, político, económico, social y cultural de sus países a fin de preservar su soberanía e independencia;

FUNDADOS en los principios de igualdad, justicia, paz, solidaridad y democracia;

DECIDIDOS a alcanzar tales fines mediante la conformación de un sistema de integración y cooperación que propenda al desarrollo económico, equilibrado, armónico y compartido de sus países;

CONVIENEN, por medio de sus representantes plenipotenciarios debidamente autorizados, celebrar el siguiente ACUERDO DE INTEGRACION SUBREGIONAL:

CAPÍTULO I OBJETIVOS Y MECANISMOS

Artículo 1.- El presente Acuerdo tiene por objetivos promover el desarrollo equilibrado y armónico de los Países Miembros en condiciones de equidad, mediante la integración y la cooperación económica y social; acelerar su crecimiento y la generación de ocupación; facilitar su participación en el proceso de integración regional, con miras a la formación gradual de un mercado común latinoamericano.

Asimismo, son objetivos de este Acuerdo propender a disminuir la vulnerabilidad externa y mejorar la posición de los Países Miembros en el contexto económico internacional; fortalecer la solidaridad subregional y reducir las diferencias de desarrollo existentes entre los Países Miembros.

Estos objetivos tienen la finalidad de procurar un mejoramiento persistente en el nivel de vida de los habitantes de la Subregión.

Artículo 2.- El desarrollo equilibrado y armónico debe conducir a una distribución equitativa de los beneficios derivados de la integración entre los Países Miembros de modo de reducir las diferencias existentes entre ellos. Los resultados de dicho proceso deberán evaluarse periódicamente tomando en cuenta, entre otros factores, sus efectos sobre la expansión de las exportaciones globales de cada país, el comportamiento de su balanza comercial con la Subregión, la evolución de su producto interno bruto, la generación de nuevos empleos y la formación de capital.

Artículo 3.- Para alcanzar los objetivos del presente Acuerdo se emplearán, entre otros, los mecanismos y medidas siguientes:

- a) Profundización de la integración con los demás bloques económicos regionales y de relacionamiento con esquemas extrarregionales en los ámbitos político, social y económico-comercial;
- b) La armonización gradual de políticas económicas y sociales y la aproximación de las legislaciones nacionales en las materias pertinentes;
- c) La programación conjunta, la intensificación del proceso de industrialización subregional y la ejecución de programas industriales y de otras modalidades de integración industrial;
- d) Un Programa de Liberación del intercambio comercial más avanzado que los compromisos derivados del Tratado de Montevideo 1980;
- e) Un Arancel Externo Común;
- f) Programas para acelerar el desarrollo de los sectores agropecuario y agroindustrial;

g) La canalización de recursos internos y externos a la Subregión para proveer el financiamiento de las inversiones que sean necesarias en el proceso de integración;

h) Programas en el campo de los servicios y la liberación del comercio intrasubregional de servicios;

i) La integración física; y

j) Tratamientos preferenciales a favor de Bolivia y el Ecuador.

Complementariamente a los mecanismos antes enunciados, se adelantarán, en forma concertada, los siguientes programas y acciones de cooperación económica y social:

a) Programas orientados a impulsar el desarrollo científico y tecnológico;

b) Acciones en el campo de la integración fronteriza;

c) Programas en el área del turismo;

d) Acciones para el aprovechamiento y conservación de los recursos naturales y del medio ambiente;

e) Programas de desarrollo social; y,

f) Acciones en el campo de la comunicación social.

Artículo 4.- Para la mejor ejecución del presente Acuerdo, los Países Miembros realizarán los esfuerzos necesarios para procurar soluciones adecuadas que permitan resolver los problemas derivados del enclaustramiento geográfico de Bolivia.

CAPÍTULO II

DE LA COMUNIDAD ANDINA Y EL SISTEMA ANDINO DE INTEGRACION

Artículo 5.- Se crea la “Comunidad Andina”, integrada por los Estados soberanos de Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela, y por los órganos e instituciones del Sistema Andino de Integración, que se establece por el presente Acuerdo.

Artículo 6.- El Sistema Andino de Integración está conformado por los siguientes órganos e instituciones:

- El Consejo Presidencial Andino;
- El Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores;
- La Comisión de la Comunidad Andina;
- La Secretaría General de la Comunidad Andina;
- El Tribunal de Justicia de la Comunidad Andina;
- El Parlamento Andino;
- El Consejo Consultivo Empresarial;
- El Consejo Consultivo Laboral;
- La Corporación Andina de Fomento;
- El Fondo Latinoamericano de Reservas;
- El Convenio Simón Rodríguez, los Convenios Sociales que se adscriban al Sistema Andino de Integración y los demás que se creen en el marco del mismo;
- La Universidad Andina Simón Bolívar;
- Los Consejos Consultivos que establezca la Comisión; y,
- Los demás órganos e instituciones que se creen en el marco de la integración subregional andina.

Artículo 7.- El Sistema tiene como finalidad permitir una coordinación efectiva de los órganos e instituciones que lo conforman, para profundizar la integración subregional andina, promover su proyección externa y consolidar y robustecer las acciones relacionadas con el proceso de integración.

Artículo 8.- Los órganos e instituciones del Sistema Andino de Integración se rigen por el presente Acuerdo, sus respectivos tratados constitutivos y sus protocolos modificatorios.

Artículo 9.- Con el fin de lograr la mejor coordinación del Sistema Andino de Integración, el Presidente del Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores convocará y presidirá la Reunión de Representantes de las instituciones que conforman el Sistema.

La Reunión tendrá como principales cometidos:

- a) Intercambiar información sobre las acciones desarrolladas por las respectivas instituciones para dar cumplimiento a las Directrices emitidas por el Consejo Presidencial Andino;
- b) Examinar la posibilidad y conveniencia de acordar, entre todas las instituciones o entre algunas de ellas, la realización de acciones coordinadas, con el propósito de coadyuvar al logro de los objetivos del Sistema Andino de Integración; y,
- c) Elevar al Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores en reunión ampliada, informes sobre las acciones desarrolladas en cumplimiento de las Directrices recibidas.

Artículo 10.- Las Reuniones de Representantes de las instituciones que conforman el Sistema Andino de Integración se celebrarán de manera ordinaria al menos una vez al año y, en forma extraordinaria, cada vez que lo solicite cualquiera de sus instituciones integrantes, en el lugar que se acuerde antes de su convocatoria.

La Secretaría General de la Comunidad Andina actuará como Secretaría de la Reunión.

Sección A - Del Consejo Presidencial Andino

Artículo 11.- El Consejo Presidencial Andino es el máximo órgano del Sistema Andino de Integración y está conformado por los Jefes de Estado de los Países Miembros del Acuerdo de Cartagena. Emite Directrices sobre los distintos ámbitos de la integración subregional andina, las cuales son instrumentadas por los órganos e instituciones del Sistema que éste determine, conforme a las competencias y mecanismos establecidos en sus respectivos Tratados o Instrumentos Constitutivos.

Los órganos e instituciones del Sistema ejecutarán las orientaciones políticas contenidas en las Directrices emanadas del Consejo Presidencial Andino.

Artículo 12.- Corresponde al Consejo Presidencial Andino:

- a) Definir la política de integración subregional andina;
- b) Orientar e impulsar las acciones en asuntos de interés de la Subregión en su conjunto, así como las relativas a la coordinación entre los órganos e instituciones del Sistema Andino de Integración;
- c) Evaluar el desarrollo y los resultados del proceso de la integración subregional andina;
- d) Considerar y emitir pronunciamientos sobre los informes, iniciativas y recomendaciones presentados por los órganos e instituciones del Sistema Andino de Integración; y,
- e) Examinar todas las cuestiones y asuntos relativos al desarrollo del proceso de la integración subregional andina y su proyección externa.

Artículo 13.- El Consejo Presidencial Andino se reunirá en forma ordinaria una vez al año, de preferencia en el país que ejerce la Presidencia del mismo. En dicha reunión tomará conocimiento de las acciones realizadas por los órganos e instituciones del Sistema Andino de Integración, así como de sus planes, programas y sugerencias. Los integrantes del Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, de la Comisión y los representantes de los órganos e instituciones del Sistema podrán asistir, en calidad de observadores, a las reuniones del Consejo Presidencial Andino.

El Consejo Presidencial Andino podrá reunirse de manera extraordinaria, cada vez que lo estime conveniente, en el lugar que se acuerde antes de su convocatoria.

Artículo 14.- El Consejo Presidencial Andino tendrá un Presidente que ejercerá la máxima representación política de la Comunidad Andina y permanecerá un año calendario en su función, la que será ejercida sucesivamente y en orden alfabético por cada uno de los Países Miembros.

Corresponde al Presidente del Consejo Presidencial Andino:

- a) Convocar y presidir las reuniones ordinarias y extraordinarias del Consejo;
- b) Ejercer la representación del Consejo y de la Comunidad Andina;
- c) Supervisar el cumplimiento por parte de los otros órganos e instituciones del Sistema Andino de Integración de las Directrices emanadas del Consejo; y,
- d) Llevar a cabo las gestiones que le sean solicitadas por el Consejo.

Sección B - Del Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores

Artículo 15.- El Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores está conformado por los Ministros de Relaciones Exteriores de los Países Miembros del Acuerdo de Cartagena.

Artículo 16.- Corresponde al Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores:

- a) Formular la política exterior de los Países Miembros en los asuntos que sean de interés subregional, así como orientar y coordinar la acción externa de los diversos órganos e instituciones del Sistema Andino de Integración;
- b) Formular, ejecutar y evaluar, en coordinación con la Comisión, la política general del proceso de la integración subregional andina;
- c) Dar cumplimiento a las Directrices que le imparte el Consejo Presidencial Andino y velar por la ejecución de aquellas que estén dirigidas a los otros órganos e instituciones del Sistema Andino de Integración;
- d) Suscribir Convenios y Acuerdos con terceros países o grupos de países o con organismos internacionales sobre temas globales de política exterior y de cooperación;
- e) Coordinar la posición conjunta de los Países Miembros en foros y negociaciones internacionales, en los ámbitos de su competencia;
- f) Representar a la Comunidad Andina en los asuntos y actos de interés común, dentro del marco de su competencia, de conformidad con las normas y objetivos del Acuerdo;
- g) Recomendar o adoptar las medidas que aseguren la consecución de los fines y objetivos del Acuerdo de Cartagena, en el ámbito de su competencia;
- h) Velar por el cumplimiento armónico de las obligaciones derivadas del presente Acuerdo y del Tratado de Montevideo de 1980;
- i) Aprobar y modificar su propio reglamento;
- j) Aprobar el Reglamento de la Secretaría General y sus modificaciones, a propuesta de la Comisión; y,
- k) Conocer y resolver todos los demás asuntos de interés común, en el ámbito de su competencia.

Artículo 17.- El Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores se expresará mediante Declaraciones y Decisiones, adoptadas por consenso. Estas últimas forman parte del ordenamiento jurídico de la Comunidad Andina.

Artículo 18.- El Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores se reunirá en forma ordinaria dos veces al año, de preferencia, en el país que ejerce la presidencia del mismo. Igualmente podrá reunirse de manera extraordinaria, cada vez que lo estime conveniente, a petición de cualquiera de sus miembros, en el lugar que se acuerde antes de su convocatoria.

Artículo 19.- El Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores estará presidido por el Ministro de Relaciones Exteriores del país que está a cargo de la presidencia del Consejo Presidencial Andino, quien permanecerá un año calendario en su función.

La labor de coordinación que corresponda al Presidente de este Consejo será desempeñada por el Ministerio de Relaciones Exteriores del país cuyo Jefe de Estado ocupe la presidencia del Consejo Presidencial Andino, en calidad de Secretaría Pro Témpore de ambos órganos y con el apoyo técnico de la Secretaría General de la Comunidad Andina.

Artículo 20.- El Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores se reunirá en forma ampliada con los representantes titulares ante la Comisión, por lo menos una vez al año y, a nivel de alternos, cada vez que lo considere necesario, a fin de tratar asuntos relativos al Acuerdo de Cartagena que sean de interés de ambos órganos, tales como:

- a) Preparar las reuniones del Consejo Presidencial Andino;
- b) Elegir y, cuando corresponda, remover al Secretario General de la Comunidad Andina;
- c) Proponer al Consejo Presidencial Andino las modificaciones al presente Acuerdo;
- d) Evaluar la gestión de la Secretaría General;
- e) Considerar las iniciativas y propuestas que los Países Miembros o la Secretaría General sometan a su consideración; y,
- f) Los demás temas que ambos órganos consideren tratar de común acuerdo.

Sección C - De la Comisión de la Comunidad Andina

Artículo 21.- La Comisión de la Comunidad Andina está constituida por un representante plenipotenciario de cada uno de los Gobiernos de los Países Miembros. Cada Gobierno acreditará un representante titular y un alterno.

La Comisión expresará su voluntad mediante Decisiones.

Artículo 22.- Corresponde a la Comisión de la Comunidad Andina:

- a) Formular, ejecutar y evaluar la política de integración subregional andina en materia de comercio e inversiones y, cuando corresponda, en coordinación con el Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores;
- b) Adoptar las medidas que sean necesarias para el logro de los objetivos del Acuerdo de Cartagena, así como para el cumplimiento de las Directrices del Consejo Presidencial Andino;
- c) Coordinar la posición conjunta de los Países Miembros en foros y negociaciones internacionales, en el ámbito de su competencia;
- d) Velar por el cumplimiento armónico de las obligaciones derivadas del presente Acuerdo y del Tratado de Montevideo de 1980;
- e) Aprobar y modificar su propio reglamento;
- f) Aprobar, no aprobar o enmendar las propuestas que los Países Miembros, individual o colectivamente, o la Secretaría General sometan a su consideración;
- g) Mantener una vinculación permanente con los órganos e instituciones que conforman el Sistema Andino de Integración, con miras a propiciar la coordinación de programas y acciones encaminadas al logro de sus objetivos comunes;
- h) Representar a la Comunidad Andina en los asuntos y actos de interés común, dentro del marco de su competencia, de conformidad con las normas y objetivos del Acuerdo;
- i) Aprobar los presupuestos anuales y evaluar la ejecución presupuestal de la Secretaría General y del Tribunal de Justicia de la Comunidad Andina, así como fijar la contribución de cada uno de los Países Miembros; y,
- j) Someter a consideración del Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores la propuesta de Reglamento de la Secretaría General.

En el cumplimiento de sus funciones, la Comisión considerará de manera especial la situación de Bolivia y Ecuador en función de los objetivos de este Acuerdo, de los tratamientos preferenciales previstos en su favor y del enclaustramiento geográfico del primero.

Artículo 23.- La Comisión tendrá un Presidente que permanecerá un año calendario en su cargo. Dicha función será ejercida por el representante del país que ocupe la presidencia del Consejo Presidencial Andino.

Artículo 24.- La Comisión se reunirá ordinariamente tres veces al año y en forma extraordinaria cuando sea convocada por su Presidente a petición de cualquiera de los Países Miembros o de la Secretaría General.

Sus sesiones se celebrarán en la sede de la Secretaría General, pero podrán llevarse a cabo fuera de ésta. La Comisión deberá sesionar con la presencia de la mayoría absoluta de los Países Miembros.

La asistencia a las reuniones de la Comisión será obligatoria y la no asistencia se considerará abstención.

Artículo 25.- El Presidente de la Comisión, a solicitud de uno o más de los Países Miembros o de la Secretaría General, convocará a la Comisión para que se reúna como Comisión Ampliada, con el fin de tratar asuntos de carácter sectorial, considerar normas para hacer posible la coordinación de los planes de desarrollo y la armonización de las políticas económicas de los Países Miembros, así como para conocer y resolver todos los demás asuntos de interés común.

Dichas reuniones serán presididas por el Presidente de la Comisión y estarán conformadas conjuntamente por los representantes titulares ante ésta y los Ministros o Secretarios de Estado del área respectiva. Se ejercerá un voto por país para aprobar sus Decisiones, las que formarán parte del ordenamiento jurídico de la Comunidad Andina.

Artículo 26.- La Comisión adoptará sus Decisiones con el voto favorable de la mayoría absoluta de los Países Miembros. Se exceptúan de esta norma general:

a) Las materias incluidas en el Anexo I del presente Acuerdo, en las cuales la Comisión adoptará sus Decisiones con el voto favorable de la mayoría absoluta de los Países Miembros y sin que haya voto negativo.

La Comisión podrá incorporar nuevas materias en dicho Anexo con el voto favorable de la mayoría absoluta de los Países Miembros;

b) En los casos que se enumeran en el Anexo II las propuestas de la Secretaría General deberán ser aprobadas con el voto favorable de la mayoría absoluta de los Países Miembros y siempre que no haya voto negativo. Las propuestas que contaren con el voto favorable de la mayoría absoluta de los Países Miembros pero que fueren objeto de algún voto negativo deberán ser devueltas a la Secretaría General para la consideración de los antecedentes que hayan dado origen a dicho voto negativo. En un plazo no menor de dos meses ni mayor de seis, la Secretaría General elevará nuevamente la propuesta a la consideración de la Comisión con las modificaciones que estime oportunas y, en tal caso, la propuesta así modificada se estimará aprobada si cuenta con el voto favorable de la mayoría absoluta de los Países Miembros, sin que haya voto negativo, pero no se computará como tal el del país que hubiere votado negativamente en oportunidad anterior; y,

c) Los Programas y los Proyectos de Desarrollo Industrial deberán ser aprobados con el voto favorable de la mayoría absoluta de los Países Miembros y siempre que no haya voto negativo.

Artículo 27.- La Secretaría General o los Países Miembros deberán presentar sus propuestas con por lo menos quince días de antelación a la fecha de reunión del Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores o de la Comisión, según corresponda. Únicamente en casos excepcionales debidamente justificados y conforme al ordenamiento jurídico de la Comunidad Andina, podrá prescindirse de la antelación requerida, siempre que el proponente y los demás Países Miembros estuvieren de acuerdo.

Las propuestas que contaren con el voto favorable de la mayoría absoluta de los Países Miembros pero que fueren objeto de algún voto negativo deberán ser devueltas al proponente para la consideración de los antecedentes que hubieren dado origen a ese voto negativo.

En un plazo no menor de un mes ni mayor de tres, el proponente elevará nuevamente la propuesta a la consideración del órgano que corresponda con las modificaciones que estime oportunas y, en tal caso, la propuesta así modificada se entenderá aprobada si cuenta con el voto favorable de la mayoría absoluta de los Países Miembros.

Artículo 28.- El País Miembro que incurriere en un retraso mayor a cuatro trimestres en el pago de sus contribuciones corrientes a la Secretaría General o al Tribunal de Justicia de la Comunidad Andina, no podrá ejercer el derecho a voto en la Comisión hasta tanto regularice su situación.

En tal caso el quórum de asistencia y votación se computará conforme al número de países aportantes.

Sección D - De la Secretaría General de la Comunidad Andina

Artículo 29.- La Secretaría General es el órgano ejecutivo de la Comunidad Andina y en tal carácter actúa únicamente en función de los intereses de la Subregión. La Secretaría General otorgará apoyo técnico, cuando corresponda, a los demás órganos e instituciones del Sistema Andino de Integración.

La Secretaría General estará dirigida por el Secretario General. Para el desempeño de sus funciones se apoyará en los Directores Generales, según el reglamento respectivo. Dispondrá además del personal técnico y administrativo necesario para el cumplimiento de sus funciones. La Secretaría General se expresará mediante Resoluciones.

Artículo 30.- Son funciones de la Secretaría General de la Comunidad Andina:

- a) Velar por la aplicación de este Acuerdo y por el cumplimiento de las normas que conforman el ordenamiento jurídico de la Comunidad Andina;
- b) Atender los encargos del Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores y de la Comisión;
- c) Formular al Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores y a la Comisión propuestas de Decisión, de conformidad con sus respectivas competencias, así como iniciativas y sugerencias a la reunión ampliada del Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, destinadas a facilitar o acelerar el cumplimiento de este Acuerdo, con la finalidad de alcanzar sus objetivos en el término más breve posible;
- d) Efectuar los estudios y proponer las medidas necesarias para la aplicación de los tratamientos especiales en favor de Bolivia y Ecuador y, en general, las concernientes a la participación de los dos países en este Acuerdo;
- e) Evaluar e informar anualmente al Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores y a la Comisión sobre los resultados de la aplicación de este Acuerdo y el logro de sus objetivos, prestando especial atención al cumplimiento del principio de distribución equitativa de los beneficios de la integración, y proponer las medidas correctivas pertinentes;
- f) Efectuar los estudios técnicos y las coordinaciones que le encomienden los otros órganos del Sistema Andino de Integración y otros que a su juicio sean necesarios;
- g) Mantener vínculos permanentes de trabajo con los Países Miembros, coordinando con el organismo nacional de integración que cada país señale para tal efecto;
- h) Elaborar su programa anual de labores, en el cual incluirá preferentemente los trabajos que le encomienden los otros órganos del Sistema;
- i) Promover reuniones periódicas de los organismos nacionales encargados de la formulación o ejecución de la política económica y, especialmente, de los que tengan a su cargo la planificación;
- j) Mantener vínculos de trabajo con los órganos ejecutivos de las demás organizaciones regionales de integración y cooperación con la finalidad de intensificar sus relaciones y cooperación recíproca;
- k) Llevar las actas de las reuniones ampliadas del Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores y las de la Comisión, y elaborar la agenda tentativa de sus reuniones, en coordinación con los presidentes de dichos órganos;
- l) Ser depositaria de las actas de las reuniones y demás documentos de los órganos del Sistema Andino de Integración y dar fe de la autenticidad de los mismos;
- m) Editar la Gaceta Oficial del Acuerdo de Cartagena;
- n) Ejercer la Secretaría de la Reunión de Representantes de las instituciones que conforman el Sistema Andino de Integración; y,
- ñ) Ejercer las demás atribuciones que expresamente le confiere el ordenamiento jurídico de la Comunidad Andina.

Artículo 31.- La Secretaría General funcionará en forma permanente y su sede será la ciudad de Lima, Perú.

Artículo 32.- La Secretaría General estará a cargo de un Secretario General que será elegido por consenso por el Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores en reunión ampliada, por un período de cinco años, pudiendo ser reelegido por una sola vez.

El Secretario General deberá ser una personalidad de alta representatividad, reconocido prestigio y nacional de uno de los Países Miembros. Actuará únicamente en función de los intereses de la Subregión en su conjunto.

Durante su período, el Secretario General no podrá desempeñar ninguna otra actividad; ni solicitará o aceptará instrucciones de ningún gobierno, entidad nacional o internacional.

En caso de vacancia, el Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores en reunión ampliada procederá de inmediato a designar por consenso al nuevo titular. Hasta tanto se proceda a tal designación, asumirá interinamente la Secretaría General el Director General de mayor antigüedad en el cargo.

Artículo 33.- El Secretario General podrá ser removido, por consenso, a requerimiento de un País Miembro, únicamente cuando en el ejercicio de sus funciones hubiere incurrido en falta grave prevista en el Reglamento de la Secretaría General.

Artículo 34.- Son atribuciones del Secretario General de la Comunidad Andina:

- a) Ejercer la representación jurídica de la Secretaría General;
- b) Proponer a la Comisión o al Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores iniciativas relativas al Reglamento de la Secretaría General;
- c) Contratar y remover, conforme al Reglamento de la Secretaría General, al personal técnico y administrativo;
- d) Participar con derecho a voz en las sesiones del Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, de la Comisión y de sus respectivas reuniones ampliadas y, cuando sea invitado, en las de los demás órganos del Sistema;
- e) Presentar a la Comisión el proyecto de presupuesto anual, para su aprobación; y,
- f) Presentar un informe anual de las actividades de la Secretaría General al Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores en reunión ampliada.

Artículo 35.- El Secretario General designará los Directores Generales, en consulta con los Países Miembros y de conformidad con la estructura orgánico-funcional de la Secretaría General. Los Directores Generales serán profesionales de alto nivel, designados estrictamente en función de su formación académica, idoneidad, honorabilidad y experiencia, siendo responsables de un área técnica determinada.

Los Directores Generales deberán ser nacionales de alguno de los Países Miembros y en su designación el Secretario General procurará que exista una distribución geográfica subregional equilibrada. El nombramiento y remoción de los Directores Generales se regirá por lo que disponga el Reglamento de la Secretaría General.

Artículo 36.- En la ejecución de los procedimientos en los que se controviertan los intereses de dos o más Países Miembros, el Secretario General contará con el concurso técnico de expertos especiales, cuya designación y forma de participación se hará conforme al Reglamento de la Secretaría General.

Artículo 37.- El Secretario General, en la contratación del personal técnico y administrativo, que podrá ser de cualquier nacionalidad, tendrá en cuenta estrictamente la idoneidad, competencia y honorabilidad de los candidatos y procurará, en cuanto ello no sea incompatible con los criterios anteriores, que haya una distribución geográfica subregional equilibrada.

El nombramiento y remoción del personal se ejercerá de conformidad con los criterios y causales que se establezcan en el Reglamento de la Secretaría General, sin perjuicio de lo que disponga a tal efecto el Tratado de Creación del Tribunal de Justicia y sus protocolos modificatorios.

Artículo 38.- El personal de la Secretaría General se abstendrá de cualquier acción incompatible con el carácter de sus funciones y no solicitará ni aceptará instrucciones de Gobierno, entidad nacional o internacional algunos.

Artículo 39.- En el caso de procedimientos que deban culminar en la adopción de una Resolución o Dictamen, las personas naturales o jurídicas, públicas o privadas de los Países Miembros, deberán colaborar con las investigaciones que realice la Secretaría General en el desarrollo de sus funciones y en tal sentido deberán suministrar la información que al efecto ésta les solicite.

La Secretaría General guardará la confidencialidad de los documentos e informaciones que le sean suministrados, de conformidad con las normas que al respecto se establezcan.

Sección E - Del Tribunal de Justicia de la Comunidad Andina

Artículo 40.- El Tribunal de Justicia es el órgano jurisdiccional de la Comunidad Andina.

Artículo 41.- El Tribunal de Justicia de la Comunidad Andina se rige por el Tratado de su creación, sus protocolos modificatorios y el presente Acuerdo.

El Tribunal tiene su sede en la ciudad de Quito, Ecuador.

Sección F - Del Parlamento Andino

Artículo 42.- El Parlamento Andino es el órgano deliberante del Sistema, su naturaleza es comunitaria, representa a los pueblos de la Comunidad Andina y estará constituido por representantes elegidos por sufragio universal y directo, según procedimiento que se adoptará mediante Protocolo Adicional que incluirá los adecuados criterios de representación nacional.

En tanto se suscriba el Protocolo Adicional que instituya la elección directa, el Parlamento Andino estará conformado por representantes de los Congresos Nacionales, de conformidad a sus reglamentaciones internas y al Reglamento General del Parlamento Andino.

La sede permanente del Parlamento Andino estará en la ciudad de Santafé de Bogotá, Colombia.

Artículo 43.- Son atribuciones del Parlamento Andino:

- a) Participar en la promoción y orientación del proceso de la integración subregional andina, con miras a la consolidación de la integración latinoamericana;
- b) Examinar la marcha del proceso de la integración subregional andina y el cumplimiento de sus objetivos, requiriendo para ello información periódica a los órganos e instituciones del Sistema;
- c) Formular recomendaciones sobre los proyectos de presupuesto anual de los órganos e instituciones del Sistema que se constituyen con las contribuciones directas de los Países Miembros;
- d) Sugerir a los órganos e instituciones del Sistema las acciones o decisiones que tengan por objeto o efecto la adopción de modificaciones, ajustes o nuevos lineamientos generales con relación a los objetivos programáticos y a la estructura institucional del Sistema;
- e) Participar en la generación normativa del proceso mediante sugerencias a los órganos del Sistema de proyectos de normas sobre temas de interés común, para su incorporación en el ordenamiento jurídico de la Comunidad Andina;
- f) Promover la armonización de las legislaciones de los Países Miembros; y,
- g) Promover relaciones de cooperación y coordinación con los Parlamentos de los Países Miembros, los órganos e instituciones del Sistema, así como con los órganos parlamentarios de integración o cooperación de terceros países.

Sección G - De las Instituciones Consultivas

Artículo 44.- El Consejo Consultivo Empresarial y el Consejo Consultivo Laboral son instituciones consultivas del Sistema Andino de Integración. Están conformados por delegados del más alto nivel, los cuales serán elegidos directamente por las organizaciones representativas de los sectores empresarial y laboral de cada uno de los Países Miembros, de conformidad con sus respectivos reglamentos, y acreditados oficialmente por aquellos.

Corresponderá a estos Consejos Consultivos emitir opinión ante el Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, la Comisión o la Secretaría General, a solicitud de éstos o por propia iniciativa, sobre los programas o actividades del proceso de la integración subregional andina que fueran de interés para sus respectivos sectores. También podrán ser convocados a las reuniones de los grupos de trabajo y de expertos gubernamentales, vinculadas a la elaboración de proyectos de Decisión, y podrán participar con derecho a voz en las reuniones de la Comisión.

Sección H - De las Instituciones Financieras

Artículo 45.- La Corporación Andina de Fomento y el Fondo Latinoamericano de Reservas son instituciones financieras del Sistema que tienen por objeto impulsar el proceso de la integración subregional andina.

Artículo 46.- La Secretaría General y los órganos ejecutivos de la Corporación Andina de Fomento y del Fondo Latinoamericano de Reservas deberán mantener vínculos de trabajo, con el fin de establecer una adecuada coordinación de actividades y facilitar, de esa manera, el logro de los objetivos del presente Acuerdo.

Sección I - De la Solución de Controversias

Artículo 47.- La solución de controversias que surjan con motivo de la aplicación del ordenamiento jurídico de la Comunidad Andina se sujetará a las normas del Tratado que crea el Tribunal de Justicia.

Sección J - De la Personería Jurídica Internacional y de los Privilegios e Inmunidades

Artículo 48.- La Comunidad Andina es una organización subregional con personería o personalidad jurídica internacional.

Artículo 49.- La Secretaría General, el Tribunal de Justicia, el Parlamento Andino, la Corporación Andina de Fomento, el Fondo Latinoamericano de Reservas y los Convenios Sociales que son parte del Sistema gozarán, en el territorio de cada uno de los Países Miembros, de los privilegios e inmunidades necesarios para la realización de sus propósitos. Sus representantes y funcionarios internacionales gozarán, asimismo, de los privilegios e inmunidades necesarios para desempeñar con independencia sus funciones, en relación con este Acuerdo. Sus locales son inviolables y sus bienes y haberes gozan de inmunidad contra todo procedimiento judicial, salvo que renuncie expresamente a ésta. No obstante, tal renuncia no se aplicará a ninguna medida judicial ejecutoria.

CAPÍTULO III RELACIONES EXTERNAS

Artículo 50.- El Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores formulará la Política Exterior Común, para los asuntos que sean de interés subregional. A tal efecto, concertará posiciones políticas conjuntas que permitan una participación comunitaria efectiva en foros y organizaciones políticas internacionales.

Artículo 51.- El Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores y la Comisión de la Comunidad Andina definirán y emprenderán una estrategia comunitaria orientada a la profundización de la integración con los demás bloques económicos regionales y de relacionamiento con esquemas extrarregionales, en los ámbitos político, social y económico-comercial.

Artículo 52.- Para el logro del objetivo enunciado en el presente Capítulo, el Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores y la Comisión de la Comunidad Andina emplearán, entre otras, las medidas siguientes:

- a) Fortalecer la participación comunitaria en foros económicos y comerciales, internacionales, multilaterales, hemisféricos y regionales;
- b) Coordinar negociaciones conjuntas de la Comunidad Andina con otros procesos de integración o con terceros países o grupos de países; y,
- c) Encomendar investigaciones, estudios y acciones a la Secretaría General que permitan alcanzar el objetivo y las medidas previstos en el presente Capítulo.

CAPÍTULO IV ARMONIZACION DE LAS POLITICAS ECONOMICAS Y COORDINACION DE LOS PLANES DE DESARROLLO

Artículo 53.- Los Países Miembros adoptarán progresivamente una estrategia para el logro de los objetivos del desarrollo de la Subregión previstos en el presente Acuerdo.

Artículo 54.- Los Países Miembros coordinarán sus planes de desarrollo en sectores específicos y armonizarán gradualmente sus políticas económicas y sociales, con la mira de llegar al desarrollo integrado del área, mediante acciones planificadas.

Este proceso se cumplirá paralela y coordinadamente con el de formación del mercado subregional mediante los siguientes mecanismos, entre otros:

- a) Programas de Desarrollo Industrial;

- b) Programas de Desarrollo Agropecuario y Agroindustrial;
- c) Programas de Desarrollo de la Infraestructura Física;
- d) Programas de Liberación Intrasubregional de los Servicios;
- e) La armonización de las políticas cambiaria, monetaria, financiera y fiscal, incluyendo el tratamiento a los capitales de la Subregión o de fuera de ella;
- f) Una política comercial común frente a terceros países; y
- g) La armonización de métodos y técnicas de planificación.

Artículo 55.- La Comunidad Andina contará con un régimen común sobre tratamiento a los capitales extranjeros y, entre otros, sobre marcas, patentes, licencias y regalías.

Artículo 56.- La Comunidad Andina contará con un régimen uniforme al que deberán sujetarse las empresas multinacionales andinas.

Artículo 57.- La Comisión, a propuesta de la Secretaría General, establecerá los procedimientos y mecanismos de carácter permanente que sean necesarios para lograr la coordinación y armonización de que trata el Artículo 54.

Artículo 58.- La Comisión, a propuesta de la Secretaría General y tomando en cuenta los avances y requerimientos del proceso de integración subregional, así como el cumplimiento equilibrado de los mecanismos del Acuerdo, aprobará normas y definirá plazos para la armonización gradual de las legislaciones económicas y los instrumentos y mecanismos de regulación y fomento del comercio exterior de los Países Miembros que incidan sobre los mecanismos previstos en el presente Acuerdo para la formación del mercado subregional.

Artículo 59.- En sus planes nacionales de desarrollo y en la formulación de sus políticas económicas, los Países Miembros incluirán las medidas necesarias para asegurar el cumplimiento de los artículos precedentes.

CAPÍTULO V PROGRAMAS DE DESARROLLO INDUSTRIAL

Artículo 60.- Los Países Miembros se obligan a promover un proceso de desarrollo industrial conjunto, para alcanzar, entre otros, los siguientes objetivos:

- a) La expansión, especialización, diversificación y promoción de la actividad industrial;
- b) El aprovechamiento de las economías de escala;
- c) La óptima utilización de los recursos disponibles en el área, especialmente a través de la industrialización de los recursos naturales;
- d) El mejoramiento de la productividad;
- e) Un mayor grado de relación, vinculación y complementación entre las empresas industriales de la Subregión;
- f) La distribución equitativa de beneficios; y
- g) Una mejor participación de la industria subregional en el contexto internacional.

Artículo 61.- Para los efectos indicados en el artículo anterior, constituyen modalidades de integración industrial las siguientes:

- a) Programas de Integración Industrial;
- b) Convenios de Complementación Industrial; y
- c) Proyectos de Integración Industrial.

Sección A - De los Programas de Integración Industrial

Artículo 62.- La Comisión, a propuesta de la Secretaría General, adoptará Programas de Integración Industrial, preferentemente para promover nuevas producciones industriales en ámbitos sectoriales o intersectoriales, que contarán con la participación de, por lo menos, cuatro Países Miembros.

Los programas deberán contener cláusulas sobre:

- a) Objetivos específicos;
- b) Determinación de los productos objeto del Programa;
- c) Localización de plantas en los países de la Subregión cuando las características del sector o sectores materia de los mismos así lo requieran, en cuyo caso deberán incluir normas sobre el compromiso de no alentar producciones en los países no favorecidos con la asignación;
- d) Programa de Liberación que podrá contener ritmos diferentes por país y por producto;
- e) Arancel Externo Común;
- f) Coordinación de las nuevas inversiones a escala subregional y medidas para asegurar su financiación;
- g) Armonización de políticas en los aspectos que incidan directamente en el Programa;
- h) Medidas complementarias que propicien mayores vinculaciones industriales y faciliten el cumplimiento de los objetivos del Programa; e
- i) Los plazos durante los cuales deberán mantenerse los derechos y obligaciones que emanen del Programa en el caso de denuncia del Acuerdo.

Artículo 63.- El país no participante en un Programa de Integración Industrial podrá plantear su incorporación en cualquier momento, para cuyo efecto la Comisión aprobará las condiciones de dicha incorporación, mediante el sistema de votación previsto en el literal b) del Artículo 26. En las propuestas respectivas se deberán considerar los resultados de las negociaciones que hubieren celebrado al efecto los países participantes con el no participante.

Sección B - De los Convenios de Complementación Industrial

Artículo 64.- Los Convenios de Complementación Industrial tendrán por objeto promover la especialización industrial entre los Países Miembros y podrán ser celebrados y ejecutados por dos o más de ellos. Dichos Convenios deberán ser aprobados por la Comisión.

Para los efectos indicados en el inciso anterior, los Convenios podrán comprender medidas tales como distribución de producciones, coproducción, subcontratación de capacidades de producción, acuerdos de mercado y operaciones conjuntas de comercio exterior, y otras que faciliten una mayor articulación de los procesos productivos y de la actividad empresarial.

Los Convenios de Complementación Industrial tendrán carácter temporal y a más de la determinación de los productos objeto de los mismos y del plazo de vigencia de los derechos y obligaciones de los Países Miembros participantes, podrán contener medidas especiales en materia de tratamientos arancelarios, de regulación del comercio y de establecimiento de márgenes de preferencia, no extensivas a los países no participantes y siempre que dichas medidas representen iguales o mejores condiciones que las existentes para el intercambio recíproco. En este caso, se determinarán los gravámenes aplicables a terceros países.

Artículo 65.- Los países no participantes en los Convenios de Complementación podrán plantear su incorporación en cualquier momento, para cuyo efecto los países participantes aprobarán las condiciones de dicha incorporación, las cuales deberán ser puestas en conocimiento de la Comisión.

Sección C - De los Proyectos de Integración Industrial

Artículo 66.- La Comisión, a propuesta de la Secretaría General, aprobará Proyectos de Integración Industrial, los cuales se ejecutarán respecto de productos específicos o familias de productos, preferentemente nuevos, mediante acciones de cooperación colectiva y con la participación de todos los Países Miembros.

Para la ejecución de estos Proyectos se adelantarán, entre otras, las siguientes acciones:

- a) Realización de estudios de factibilidad y diseño;
- b) Suministro de equipos, asistencia técnica, tecnología y demás bienes y servicios, preferentemente de origen subregional;

- c) Apoyo de la Corporación Andina de Fomento mediante el financiamiento o la participación accionaria; y
- d) Gestiones y negociaciones conjuntas con empresarios y agencias gubernamentales internacionales para la captación de recursos externos o transferencia de tecnologías.

Los Proyectos de Integración Industrial incluirán cláusulas sobre localización de plantas en los Países Miembros cuando las características del sector o sectores correspondientes así lo requieran y podrán comprender cláusulas que faciliten el acceso de las producciones al mercado subregional.

En el caso de proyectos específicos que se localicen en Bolivia o el Ecuador, la Comisión establecerá tratamientos arancelarios temporales y no extensivos, que mejoren las condiciones de acceso de dichos productos al mercado subregional. Respecto de productos no producidos, si éstos se incluyeren en esta modalidad, contemplarán excepciones al principio de irrevocabilidad del inciso primero del Artículo 76.

Sección D - Otras Disposiciones

Artículo 67.- En la aplicación de las modalidades de integración industrial, la Comisión y la Secretaría General tendrán en cuenta la situación y requerimientos de la pequeña y mediana industria, particularmente aquellos referidos a los siguientes aspectos:

- a) Las capacidades instaladas de las empresas existentes;
- b) Las necesidades de asistencia financiera y técnica para la instalación, ampliación, modernización o conversión de plantas;
- c) Las perspectivas de establecer sistemas conjuntos de comercialización, de investigación tecnológica y de otras formas de cooperación entre empresas afines; y
- d) Los requerimientos de capacitación de mano de obra.

Artículo 68.- Las modalidades de integración industrial podrán prever acciones de racionalización industrial con miras a lograr un óptimo aprovechamiento de los factores productivos y a alcanzar mayores niveles de productividad y eficiencia.

Artículo 69.- La Secretaría General podrá realizar o promover acciones de cooperación, incluyendo las de racionalización y modernización industrial, en favor de cualquier actividad del sector y, en especial, de la pequeña y mediana industria de la Subregión, con el fin de coadyuvar al desarrollo industrial de los Países Miembros. Estas acciones se llevarán a cabo prioritariamente en Bolivia y el Ecuador.

Artículo 70.- Cuando se estime conveniente y, en todo caso, en oportunidad de las evaluaciones periódicas de la Secretaría General, ésta propondrá a la Comisión las medidas que considere indispensables para asegurar la participación equitativa de los Países Miembros en las modalidades de integración industrial de que trata el presente Capítulo, en su ejecución y en el cumplimiento de sus objetivos.

Artículo 71.- Corresponderá a la Comisión y a la Secretaría General mantener una adecuada coordinación con la Corporación Andina de Fomento y gestionar la colaboración de cualesquiera otras instituciones nacionales e internacionales cuya contribución técnica y financiera estimen conveniente para:

- a) Facilitar la coordinación de políticas y la programación conjunta de las inversiones;
- b) Encauzar un volumen creciente de recursos financieros hacia la solución de los problemas que el proceso de integración industrial plantee a los Países Miembros;
- c) Promover la financiación de los proyectos de inversión que se generen de la ejecución de las modalidades de integración industrial; y
- d) Ampliar, modernizar o convertir plantas industriales que pudieran resultar afectadas por la liberación del intercambio.

CAPÍTULO VI PROGRAMA DE LIBERACION

Artículo 72.- El Programa de Liberación de bienes tiene por objeto eliminar los gravámenes y las restricciones de todo orden que incidan sobre la importación de productos originarios del territorio de cualquier País Miembro.

Artículo 73.- Se entenderá por “gravámenes” los derechos aduaneros y cualesquier otros recargos de efectos equivalentes, sean de carácter fiscal, monetario o cambiario, que incidan sobre las importaciones. No quedarán comprendidos en este concepto las tasas y recargos análogos cuando correspondan al costo aproximado de los servicios prestados.

Se entenderá por “restricciones de todo orden” cualquier medida de carácter administrativo, financiero o cambiario, mediante la cual un País Miembro impida o dificulte las importaciones, por decisión unilateral. No quedarán comprendidas en este concepto la adopción y el cumplimiento de medidas destinadas a la:

- a) Protección de la moralidad pública;
- b) Aplicación de leyes y reglamentos de seguridad;
- c) Regulación de las importaciones o exportaciones de armas, municiones y otros materiales de guerra y, en circunstancias excepcionales, de todos los demás artículos militares, siempre que no interfieran con lo dispuesto en tratados sobre libre tránsito irrestricto vigentes entre los Países Miembros;
- d) Protección de la vida y salud de las personas, los animales y los vegetales;
- e) Importación y exportación de oro y plata metálicos;
- f) Protección del patrimonio nacional de valor artístico, histórico o arqueológico; y
- g) Exportación, utilización y consumo de materiales nucleares, productos radiactivos o cualquier otro material utilizable en el desarrollo o aprovechamiento de la energía nuclear.

Artículo 74.- Para los efectos de los artículos anteriores, la Secretaría General, de oficio o a petición de parte, determinará, en los casos en que sea necesario, si una medida adoptada unilateralmente por un País Miembro constituye “gravamen” o “restricción”.

Artículo 75.- En materia de impuestos, tasas y otros gravámenes internos, los productos originarios de un País Miembro gozarán en el territorio de otro País Miembro de tratamiento no menos favorable que el que se aplica a productos similares nacionales.

Artículo 76.- El Programa de Liberación será automático e irrevocable y comprenderá la universalidad de los productos, salvo las disposiciones de excepción establecidas en el presente Acuerdo, para llegar a su liberación total en los plazos y modalidades que señala este Acuerdo.

Este Programa se aplicará, en sus diferentes modalidades:

- a) A los productos que sean objeto de Programas de Integración Industrial;
- b) A los productos incluidos en la Lista Común señalada en el Artículo 4 del Tratado de Montevideo de 1960;
- c) A los productos que no se producen en ningún país de la Subregión, incluidos en la nómina correspondiente; y
- d) A los productos no comprendidos en los literales anteriores.

Artículo 77.- Los Países Miembros se abstendrán de aplicar gravámenes y de introducir restricciones de todo orden a las importaciones de bienes originarios de la Subregión.

Artículo 78.- Los Países Miembros procurarán concertar conjuntamente acuerdos de alcance parcial comerciales, de complementación económica, agropecuarios y de promoción del comercio con los demás países de América Latina en los sectores de producción que sean susceptibles de ello, de conformidad con lo dispuesto en el Artículo 86 de este Acuerdo y en el Tratado de Montevideo de 1980.

CAPÍTULO VII COMERCIO INTRASUBREGIONAL DE SERVICIOS

Artículo 79.- La Comisión de la Comunidad Andina, a propuesta de la Secretaría General, aprobará un marco general de principios y normas para lograr la liberación del comercio intrasubregional de los servicios.

Artículo 80.- El marco general previsto en el artículo anterior se aplicará al comercio de servicios suministrado a través de los siguientes modos de prestación:

- a) Desde el territorio de un País Miembro al territorio de otro País Miembro;
- b) En el territorio de un País Miembro a un consumidor de otro País Miembro;
- c) Por conducto de la presencia comercial de empresas prestadoras de servicios de un País Miembro en el territorio de otro País Miembro; y,
- d) Por personas naturales de un País Miembro en el territorio de otro País Miembro.

CAPÍTULO VIII

ARANCEL EXTERNO COMUN

Artículo 81.- Los Países Miembros se comprometen a poner en aplicación un Arancel Externo Común en los plazos y modalidades que establezca la Comisión.

Artículo 82.- La Comisión, a propuesta de la Secretaría General, aprobará el Arancel Externo Común que deberá contemplar niveles adecuados de protección en favor de la producción subregional, teniendo en cuenta el objetivo del Acuerdo de armonizar gradualmente las diversas políticas económicas de los Países Miembros.

En la fecha que señale la Comisión, Colombia, Perú y Venezuela comenzarán el proceso de aproximación al Arancel Externo Común de los gravámenes aplicables en sus aranceles nacionales a las importaciones de productos no originarios de la Subregión, en forma anual, automática y lineal.

Artículo 83.- No obstante lo dispuesto en el Artículo 82 se aplicarán las siguientes reglas:

a) Respecto de los productos que sean objeto de Programas de Integración Industrial regirán las normas que sobre el Arancel Externo Común establezcan dichos Programas; y respecto a los productos que sean objeto de Proyectos de Integración Industrial, la Comisión, cuando fuere el caso, podrá determinar, al aprobar la Decisión respectiva, los niveles de gravámenes aplicables a terceros países y las condiciones correspondientes; y

b) En cualquier momento en que, en cumplimiento del Programa de Liberación, un producto quede liberado de gravámenes y otras restricciones, le serán plena y simultáneamente aplicados los gravámenes establecidos en el Arancel Externo Mínimo Común o en el Arancel Externo Común, según el caso.

Si se tratare de productos que no se producen en la Subregión, cada país podrá diferir la aplicación de los gravámenes comunes hasta el momento en que la Secretaría General verifique que se ha iniciado su producción en la Subregión. Con todo, si a juicio de la Secretaría General la nueva producción es insuficiente para satisfacer normalmente el abastecimiento de la Subregión, propondrá a la Comisión las medidas necesarias para conciliar la necesidad de proteger la producción subregional con la de asegurar un abastecimiento normal.

Artículo 84.- La Comisión, a propuesta de la Secretaría General, podrá modificar los niveles arancelarios comunes en la medida y en la oportunidad que considere conveniente para:

a) Adecuarlos a las necesidades de la Subregión; y

b) Contemplar la situación especial de Bolivia y el Ecuador.

Artículo 85.- La Secretaría General podrá proponer a la Comisión las medidas que considere indispensables para procurar condiciones normales de abastecimiento subregional.

Para atender insuficiencias transitorias de la oferta que afecten a cualquier País Miembro, éste podrá plantear el problema a la Secretaría General, la cual verificará la situación en un plazo compatible con la urgencia del caso. Una vez que la Secretaría General compruebe que existe el problema planteado y lo comunique al país afectado, éste podrá tomar medidas tales como la reducción o suspensión transitoria de los gravámenes del Arancel Externo dentro de los límites indispensables para corregir la perturbación.

En los casos a que se refiere el inciso anterior, la Secretaría General solicitará una reunión extraordinaria de la Comisión, si fuere el caso, o le informará sobre lo actuado en su próxima reunión ordinaria.

Artículo 86.- Los Países Miembros se comprometen a no alterar unilateralmente los gravámenes del Arancel Externo Común. Igualmente, se comprometen a celebrar las consultas necesarias en el seno de la Comisión antes de adquirir compromisos de carácter arancelario con países ajenos a la Subregión. La Comisión, previa propuesta de la Secretaría General y mediante Decisión, se pronunciará sobre dichas consultas y fijará los términos a los que deberán sujetarse los compromisos de carácter arancelario.

CAPÍTULO IX

PROGRAMAS DE DESARROLLO AGROPECUARIO

Artículo 87.- Con el propósito de impulsar el desarrollo agropecuario y agroindustrial conjunto y alcanzar un mayor grado de seguridad alimentaria subregional, los Países Miembros ejecutarán un Programa de Desarrollo Agropecuario y Agroindustrial, armonizarán sus políticas y coordinarán sus planes nacionales del sector, tomando en cuenta, entre otros, los siguientes objetivos:

- a) El mejoramiento del nivel de vida de la población rural;
- b) La atención de los requerimientos alimentarios y nutricionales de la población en términos satisfactorios en procura de la menor dependencia posible de los abastecimientos procedentes de fuera de la Subregión;
- c) El abastecimiento oportuno y adecuado del mercado subregional y la protección contra los riesgos del desabastecimiento de alimentos;
- d) El incremento de la producción de los alimentos básicos y de los niveles de productividad;
- e) La complementación y la especialización subregional de la producción con miras al mejor uso de sus factores y al incremento del intercambio de productos agropecuarios y agroindustriales; y
- f) La sustitución subregional de las importaciones y la diversificación y aumento de las exportaciones.

Artículo 88.- Para el logro de los objetivos enunciados en el artículo anterior, la Comisión, a propuesta de la Secretaría General, tomará, entre otras, las medidas siguientes:

- a) Formación de un Sistema Andino y de Sistemas Nacionales de Seguridad Alimentaria;
- b) Programas conjuntos de desarrollo agropecuario y agroindustrial por productos o grupos de productos;
- c) Programas conjuntos de desarrollo tecnológico agropecuario y agroindustrial, comprendiendo acciones de investigación, capacitación y transferencia de tecnología;
- d) Promoción del comercio agropecuario y agroindustrial intrasubregional y celebración de convenios de abastecimiento de productos agropecuarios;
- e) Programas y acciones conjuntas en relación al comercio agropecuario y agroindustrial con terceros países;
- f) Normas y programas comunes sobre sanidad vegetal y animal;
- g) Creación de mecanismos subregionales de financiamiento para el sector agropecuario y agroindustrial;
- h) Programas conjuntos para el aprovechamiento y conservación de los recursos naturales del sector; e
- i) Programas conjuntos de cooperación en el campo de la investigación y transferencia de tecnología en áreas de interés común para los Países Miembros tales como genética, floricultura, pesca, silvicultura y aquellos que la Comisión determine en el futuro.

Artículo 89.- La Comisión y la Secretaría General adoptarán las medidas necesarias para acelerar el desarrollo agropecuario y agroindustrial de Bolivia y el Ecuador y su participación en el mercado ampliado.

Artículo 90.- Cualquier País Miembro podrá aplicar, en forma no discriminatoria, al comercio de productos incorporados a la lista a que se refiere el Artículo 92, medidas destinadas a:

- a) Limitar las importaciones a lo necesario para cubrir los déficit de producción interna; y
- b) Nivelar los precios del producto importado a los del producto nacional.

Para la aplicación de dichas medidas, cuando sea del caso, los Países Miembros ejecutarán acciones por intermedio de agencias nacionales existentes, destinadas al suministro de productos alimenticios agropecuarios y agroindustriales.

Artículo 91.- El país que imponga las medidas de que trata el artículo anterior dará cuenta inmediata a la Secretaría General, acompañando un informe sobre las razones en que se ha fundado para aplicarlas.

A Bolivia y Ecuador sólo podrá aplicarlas en casos debidamente calificados y previa comprobación por la Secretaría General de que los perjuicios provienen sustancialmente de sus importaciones. La Secretaría General deberá pronunciarse obligatoriamente dentro de los quince días siguientes a la fecha de recepción del informe y podrá autorizar su aplicación.

Cualquier País Miembro que se considere perjudicado por dichas medidas podrá presentar sus observaciones a la Secretaría General.

La Secretaría General analizará el caso y propondrá a la Comisión las medidas de carácter positivo que juzgue convenientes a la luz de los objetivos señalados en el Artículo 87.

La Comisión decidirá sobre las restricciones aplicadas y sobre las medidas propuestas por la Secretaría General.

Artículo 92.- Antes del 31 de diciembre de 1970, la Comisión, a propuesta de la Secretaría General, determinará la lista de productos agropecuarios para los efectos de la aplicación de los Artículos 90 y 91. Dicha lista podrá ser modificada por la Comisión, a propuesta de la Secretaría General.

CAPÍTULO X COMPETENCIA COMERCIAL

Artículo 93.- Antes del 31 de diciembre de 1971 la Comisión adoptará, a propuesta de la Secretaría General, las normas indispensables para prevenir o corregir las prácticas que puedan distorsionar la competencia dentro de la Subregión, tales como “dumping”, manipulaciones indebidas de los precios, maniobras destinadas a perturbar el abastecimiento normal de materias primas y otras de efecto equivalente. En este orden de ideas, la Comisión contemplará los problemas que puedan derivarse de la aplicación de los gravámenes y otras restricciones a las exportaciones.

Corresponderá a la Secretaría General velar por la aplicación de dichas normas en los casos particulares que se denuncien.

Artículo 94.- Los Países Miembros no podrán adoptar medidas correctivas sin ser autorizados previamente por la Secretaría General. La Comisión reglamentará los procedimientos para la aplicación de las normas del presente Capítulo.

CAPÍTULO XI CLAUSULAS DE SALVAGUARDIA

Artículo 95.- Un País Miembro que haya adoptado medidas para corregir el desequilibrio de su balanza de pagos global, podrá extender dichas medidas, previa autorización de la Secretaría General, con carácter transitorio y en forma no discriminatoria, al comercio intrasubregional de productos incorporados al Programa de Liberación.

Los Países Miembros procurarán que la imposición de restricciones en virtud de la situación del balance de pagos no afecte, dentro de la Subregión, al comercio de los productos incorporados al Programa de Liberación.

Cuando la situación contemplada en el presente artículo exigiere providencias inmediatas, el País Miembro interesado podrá, con carácter de emergencia, aplicar las medidas previstas, debiendo en este sentido comunicarlas de inmediato a la Secretaría General, la que se pronunciará dentro de los treinta días siguientes, ya sea para autorizarlas, modificarlas o suspenderlas.

Si la aplicación de las medidas contempladas en este artículo se prolongase por más de un año, la Secretaría General propondrá a la Comisión, por iniciativa propia o a pedido de cualquier País Miembro, la iniciación inmediata de negociaciones a fin de procurar la eliminación de las restricciones adoptadas.

Artículo 96.- Si el cumplimiento del Programa de Liberación del Acuerdo causa o amenaza causar perjuicios graves a la economía de un País Miembro o a un sector significativo de su actividad económica, dicho país podrá, previa autorización de la Secretaría General, aplicar medidas correctivas de carácter transitorio y en forma no discriminatoria. Cuando fuere necesario, la Secretaría General deberá proponer a la Comisión medidas de cooperación colectiva destinadas a superar los inconvenientes surgidos.

La Secretaría General deberá analizar periódicamente la evolución de la situación con el objeto de evitar que las medidas restrictivas se prolonguen más allá de lo estrictamente necesario o considerar nuevas fórmulas de cooperación si fuere procedente.

Cuando los perjuicios de que trata este artículo sean tan graves que exijan providencias inmediatas, el País Miembro afectado podrá aplicar medidas correctivas provisionalmente y con carácter de emergencia, sujetas al posterior pronunciamiento de la Secretaría General.

Dichas medidas deberán causar el menor perjuicio posible al Programa de Liberación y, mientras se apliquen en forma unilateral, no podrán significar una disminución de las importaciones del producto o productos de que se trate, con respecto al promedio de los doce meses anteriores.

El País Miembro que adopte las medidas deberá comunicarlas inmediatamente a la Secretaría General y ésta se pronunciará sobre ellas dentro de los treinta días siguientes, ya sea para autorizarlas, modificarlas o suspenderlas.

Artículo 97.- Cuando ocurran importaciones de productos originarios de la Subregión, en cantidades o en condiciones tales que causen perturbaciones en la producción nacional de productos específicos de un País Miembro, éste podrá aplicar medidas correctivas, no discriminatorias, de carácter provisional, sujetas al posterior pronunciamiento de la Secretaría General.

El País Miembro que aplique las medidas correctivas, en un plazo no mayor de sesenta días, deberá comunicarlas a la Secretaría General y presentar un informe sobre los motivos en que fundamenta su aplicación. La Secretaría General, dentro de un plazo de sesenta días siguientes a la fecha de recepción del mencionado informe, verificará la perturbación y el origen de las importaciones causantes de la misma y emitirá su pronunciamiento, ya sea para suspender, modificar o autorizar dichas medidas, las que solamente podrán aplicarse a los productos del País Miembro donde se hubiere originado la perturbación. Las medidas correctivas que se apliquen deberán garantizar el acceso de un volumen de comercio no inferior al promedio de los tres últimos años.

Artículo 98.- Si una devaluación monetaria efectuada por uno de los Países Miembros altera las condiciones normales de competencia, el país que se considere perjudicado podrá plantear el caso a la Secretaría General, la que deberá pronunciarse breve y sumariamente. Verificada la perturbación por la Secretaría General, el país perjudicado podrá adoptar medidas correctivas de carácter transitorio y mientras subsista la alteración, dentro de las recomendaciones de la Secretaría General. En todo caso, dichas medidas no podrán significar una disminución de los niveles de importación existentes antes de la devaluación.

Sin perjuicio de la aplicación de las medidas transitorias aludidas, cualquiera de los Países Miembros podrá pedir a la Comisión una decisión definitiva del asunto.

El País Miembro que devaluó podrá pedir a la Secretaría General, en cualquier tiempo, que revise la situación, a fin de atenuar o suprimir las mencionadas medidas correctivas. El dictamen de la Secretaría General podrá ser enmendado por la Comisión.

En las situaciones de que trata este artículo, el país que se considere perjudicado, al presentar el caso a la Secretaría General podrá proponer las medidas de protección adecuadas a la magnitud de la alteración planteada, acompañando los elementos técnicos que fundamenten su planteamiento. La Secretaría General podrá solicitar la información complementaria que estime conveniente.

El pronunciamiento breve y sumario de la Secretaría General deberá producirse dentro del plazo de un mes, contado a partir de la fecha de recepción de la solicitud. Si la Secretaría General no se pronunciare en dicho plazo y el país solicitante considera que la demora en el pronunciamiento puede acarrearle perjuicios, podrá adoptar las medidas iniciales por él propuestas, comunicando de inmediato este hecho a la Secretaría General, la cual, en su pronunciamiento posterior, deberá decidir sobre el mantenimiento, modificación o suspensión de las medidas aplicadas.

En su pronunciamiento la Secretaría General tendrá en cuenta, entre otros elementos de juicio, los indicadores económicos relativos a las condiciones de competencia comercial en la Subregión que la Comisión haya adoptado con carácter general, a propuesta de la Secretaría General, las características propias de los sistemas cambiarios de los Países Miembros y los estudios que al respecto realice el Consejo Monetario y Cambiario.

Mientras no se haya adoptado el sistema de indicadores económicos por la Comisión, la Secretaría General procederá con sus propios elementos de juicio.

No obstante lo dispuesto en los incisos anteriores, si durante el lapso que media entre la presentación referida y el pronunciamiento de la Secretaría General, a juicio del País Miembro solicitante existen antecedentes que hagan temer fundadamente que, como consecuencia de la devaluación, se producirán perjuicios inmediatos que revistan señalada gravedad para su economía, que requieran con carácter de emergencia la adopción de medidas de

protección, podrá plantear la situación a la Secretaría General, la cual, si considera fundada la petición, podrá autorizar la aplicación de medidas adecuadas, para lo cual dispondrá de un plazo de siete días continuos. El pronunciamiento definitivo de la Secretaría General sobre la alteración de las condiciones normales de competencia determinará, en todo caso, el mantenimiento, modificación o suspensión de las medidas de emergencia autorizadas.

Las medidas que se adopten de conformidad con este artículo no podrán significar una disminución de las corrientes de comercio existentes antes de la devaluación.

Con relación a todas estas medidas serán plenamente aplicables los incisos segundo y tercero de este artículo.

Artículo 99.- No se aplicarán cláusulas de salvaguardia de ningún tipo a las importaciones de productos originarios de la Subregión incluidos en Programas y Proyectos de Integración Industrial.

CAPÍTULO XII ORIGEN

Artículo 100.- La Comisión, a propuesta de la Secretaría General, adoptará las normas especiales que sean necesarias para la calificación del origen de las mercaderías. Dichas normas deberán constituir un instrumento dinámico para el desarrollo de la Subregión y ser adecuadas para facilitar la consecución de los objetivos del Acuerdo.

Artículo 101.- Corresponderá a la Secretaría General fijar requisitos específicos de origen para los productos que así lo requieran. Cuando en un Programa de Integración Industrial sea necesaria la fijación de requisitos específicos, la Secretaría General deberá establecerlos simultáneamente con la aprobación del programa correspondiente.

Dentro del año siguiente a la fijación de un requisito específico, los Países Miembros podrán solicitar su revisión a la Secretaría General, que deberá pronunciarse sumariamente.

Si un País Miembro lo solicita, la Comisión deberá examinar dichos requisitos y adoptar una decisión definitiva, dentro de un plazo comprendido entre los seis y los doce meses, contados desde la fecha de su fijación por la Secretaría General.

Sin perjuicio de lo señalado en el inciso primero del presente artículo, la Secretaría General podrá, en cualquier momento, de oficio o a petición de parte, fijar y modificar dichos requisitos a fin de adaptarlos al avance económico y tecnológico de la Subregión.

Artículo 102.- La Comisión y la Secretaría General, al adoptar y fijar las normas especiales o los requisitos específicos de origen, según sea el caso, procurarán que no constituyan obstáculos para que Bolivia y el Ecuador aprovechen las ventajas derivadas de la aplicación del Acuerdo.

Artículo 103.- La Secretaría General velará por el cumplimiento de las normas y requisitos de origen dentro del comercio subregional. Asimismo deberá proponer las medidas que sean necesarias para solucionar los problemas de origen que perturben la consecución de los objetivos de este Acuerdo.

CAPÍTULO XIII INTEGRACION FISICA

Artículo 104.- Los Países Miembros desarrollarán una acción conjunta para lograr un mejor aprovechamiento del espacio físico, fortalecer la infraestructura y los servicios necesarios para el avance del proceso de integración económica de la Subregión. Esta acción se ejercerá principalmente en los campos de la energía, los transportes y las comunicaciones, y comprenderá las medidas necesarias a fin de facilitar el tráfico fronterizo entre los Países Miembros.

Para tal efecto, los Países Miembros propenderán al establecimiento de entidades o empresas de carácter multinacional, cuando ello sea posible y conveniente para facilitar la ejecución y administración de dichos proyectos.

Artículo 105.- La Comisión, a propuesta de la Secretaría General, adoptará programas en los campos señalados en el artículo anterior con el fin de impulsar un proceso continuo destinado a ampliar y modernizar la infraestructura

física y los servicios de transportes y comunicaciones de la Subregión. Estos programas comprenderán, en lo posible:

- a) La identificación de proyectos específicos para su incorporación en los planes nacionales de desarrollo y el orden de prioridad en que deben ejecutarse;
- b) Las medidas indispensables para financiar los estudios de preinversión que sean necesarios;
- c) Las necesidades de asistencia técnica y financiera para asegurar la ejecución de los proyectos; y
- d) Las modalidades de acción conjunta ante la Corporación Andina de Fomento y los organismos internacionales de crédito para asegurar la provisión de los recursos financieros que se requieran.

Artículo 106.- Los programas de que trata el artículo anterior, así como los Programas y Proyectos de Integración Industrial, deberán comprender medidas de cooperación colectiva para satisfacer adecuadamente los requerimientos de infraestructura indispensables para su ejecución y contemplarán de manera especial la situación del Ecuador y las características territoriales y el enclaustramiento geográfico de Bolivia.

CAPÍTULO XIV ASUNTOS FINANCIEROS

Artículo 107.- Los Países Miembros ejecutarán acciones y coordinarán sus políticas en materias financieras y de pagos, en la medida necesaria para facilitar la consecución de los objetivos del Acuerdo.

Para tales efectos, la Comisión, a propuesta de la Secretaría General, adoptará las siguientes acciones:

- a) Recomendaciones para la canalización de recursos financieros a través de los organismos pertinentes, para los requerimientos del desarrollo de la Subregión;
- b) Promoción de inversiones para los programas de la integración andina;
- c) Financiación del comercio entre los Países Miembros y con los de fuera de la Subregión;
- d) Medidas que faciliten la circulación de capitales dentro de la Subregión y en especial la promoción de empresas multinacionales andinas;
- e) Coordinación de posiciones para el fortalecimiento de los mecanismos de pagos y créditos recíprocos en el marco de la Aladi;
- f) Establecimiento de un sistema andino de financiamiento y pagos que comprenda el Fondo Latinoamericano de Reservas, una unidad de cuenta común, líneas del financiamiento del comercio, una cámara subregional de compensación y un sistema de créditos recíprocos;
- g) Cooperación y coordinación de posiciones frente a los problemas de financiamiento externo de los Países Miembros; y
- h) Coordinación con la Corporación Andina de Fomento y el Fondo Latinoamericano de Reservas para los propósitos previstos en los literales anteriores.

Artículo 108.- Si como consecuencia del cumplimiento del Programa de Liberación del Acuerdo un País Miembro sufre dificultades relacionadas con sus ingresos fiscales, la Secretaría General podrá proponer a la Comisión, a petición del país afectado, medidas para resolver tales problemas. En sus propuestas, la Secretaría General tendrá en cuenta los grados de desarrollo económico relativo de los Países Miembros.

CAPÍTULO XV REGIMEN ESPECIAL PARA BOLIVIA Y EL ECUADOR

Artículo 109.- Con el fin de disminuir gradualmente las diferencias de desarrollo actualmente existentes en la Subregión, Bolivia y el Ecuador gozarán de un régimen especial que les permita alcanzar un ritmo más acelerado de desarrollo económico, mediante su participación efectiva e inmediata en los beneficios de la industrialización del área y de la liberación del comercio.

Para lograr el propósito enunciado en este artículo, los órganos del Acuerdo propondrán y adoptarán las medidas necesarias, de conformidad con las reglas del mismo.

Sección A - De la Armonización de Políticas Económicas y de la Coordinación de Planes de Desarrollo

Artículo 110.- En la armonización de políticas económicas y sociales y en la coordinación de los planes de que trata el Capítulo IV, deberán establecerse tratamientos diferenciales e incentivos suficientes que compensen las deficiencias estructurales de Bolivia y el Ecuador y aseguren la movilización y asignación de los recursos indispensables para el cumplimiento de los objetivos que a su favor contempla el Acuerdo.

Sección B - De la Política Industrial

Artículo 111.- La ejecución de los Programas de Desarrollo Industrial considerará de manera especial la situación de Bolivia y el Ecuador para la asignación prioritaria de producciones a su favor y la localización consiguiente de plantas en sus territorios, especialmente a través de su participación en las modalidades de integración industrial previstas en el Artículo 61. Asimismo, contemplará el desarrollo de un programa para la industrialización integral de los recursos naturales de Bolivia y el Ecuador.

Artículo 112.- Los Programas y Proyectos de Integración Industrial contemplarán ventajas exclusivas y tratamientos preferenciales eficaces en favor de Bolivia y el Ecuador, de manera de facilitarles el efectivo aprovechamiento del mercado subregional.

Artículo 113.- La Secretaría General, al proponer a la Comisión las medidas complementarias previstas en el Artículo 70, deberá contemplar ventajas exclusivas y tratamientos preferenciales en favor de Bolivia y el Ecuador, en los casos en que ello sea necesario.

La Comisión, a propuesta de la Secretaría General, deberá adoptar las medidas que sean necesarias para asegurar la eficacia y el aprovechamiento de las asignaciones que fueren otorgadas a Bolivia y el Ecuador, en especial las destinadas al reforzamiento de los compromisos relativos al respeto de las asignaciones otorgadas a esos países, a la extensión de los plazos para el mantenimiento de las asignaciones y a la ejecución de los proyectos que les fueren asignados dentro de los Programas de Desarrollo Industrial.

Sección C - De la Política Comercial

Artículo 114.- Las medidas correctivas a que se refieren los Artículos 90 y 96 se extenderán a las importaciones procedentes de Bolivia y el Ecuador sólo en casos debidamente calificados y previa comprobación, por la Secretaría General, de que los perjuicios graves provienen sustancialmente de dichas importaciones. La Secretaría General observará, en esta materia, los procedimientos de los Artículos 91 y 96 y los reglamentos que adopte la Comisión, a propuesta de la Secretaría General, respecto a las normas de salvaguardia correspondientes.

Artículo 115.- En las acciones de cooperación a que se refiere el Artículo 69, la Secretaría General dará atención especial y prioritaria a las industrias de Bolivia y el Ecuador cuyos productos sean exceptuados por dichos países del Programa de Liberación, con el fin de contribuir a habilitarlas lo más pronto posible para participar en el mercado subregional.

Sección D - Del Arancel Externo Común

Artículo 116.- Bolivia y el Ecuador iniciarán el proceso de adopción del Arancel Externo Común en forma anual, automática y lineal, en la fecha que establezca la Comisión.

Bolivia y el Ecuador estarán obligados a adoptar el Arancel Externo Mínimo Común respecto de los productos que no se producen en la Subregión, de que trata el Artículo 80¹. Con relación a dichos productos adoptarán los gravámenes mínimos mediante un proceso lineal y automático que se cumplirá en tres años contados a partir de la fecha en que se inicie su producción en la Subregión.

Sin perjuicio de lo dispuesto en el inciso primero de este artículo, la Comisión, a propuesta de la Secretaría General, podrá determinar que Bolivia y el Ecuador adopten los niveles arancelarios mínimos con respecto a productos que sean de interés para los restantes Países Miembros y siempre que la aplicación de dichos niveles no cause perturbaciones a Bolivia o el Ecuador.

La Comisión, con base en las evaluaciones de que trata el Artículo 131², determinará el procedimiento y plazo para la adopción del Arancel Externo Mínimo Común por parte de Bolivia y el Ecuador. En todo caso, la Comisión tendrá en cuenta los problemas derivados del enclaustramiento geográfico de Bolivia de que trata el Artículo 4 del Acuerdo.

También podrá la Comisión, a propuesta de la Secretaría General, determinar la adopción de los niveles arancelarios mínimos por parte de Bolivia y el Ecuador con respecto a productos cuya importación desde fuera de la Subregión pueda causar perturbaciones graves a ésta.

En la elaboración de sus propuestas sobre Arancel Externo Común, la Secretaría General tendrá en cuenta lo dispuesto en el Artículo 4 en favor de Bolivia.

Artículo 117.- Bolivia y el Ecuador podrán establecer las excepciones que les sean autorizadas por la Comisión, a propuesta de la Secretaría General, al proceso de aproximación de sus aranceles nacionales al Arancel Externo Común que les permitan aplicar sus leyes vigentes de fomento industrial, principalmente en lo relacionado con la importación de bienes de capital, productos intermedios y materias primas necesarias para su desarrollo.

Dichas excepciones no podrán aplicarse en ningún caso más allá de dos años antes de la plena aplicación del Arancel Externo Común.

Sección E - De la Cooperación Financiera y la Asistencia Técnica

Artículo 118.- Los Países Miembros se comprometen a actuar conjuntamente ante la Corporación Andina de Fomento y cualesquiera otros organismos subregionales, nacionales o internacionales, con el fin de conseguir asistencia técnica y financiación para los requerimientos del desarrollo de Bolivia y el Ecuador y en especial para proyectos vinculados con el proceso de integración.

La asignación de los recursos destinados a tales proyectos deberá hacerse en función del objetivo básico de reducir las diferencias de desarrollo existentes entre los países, procurando favorecer acentuadamente a Bolivia y el Ecuador.

Además, los Países Miembros actuarán conjuntamente ante la Corporación Andina de Fomento para que asigne sus recursos ordinarios y extraordinarios en forma tal que Bolivia y el Ecuador reciban una proporción sustancialmente superior a la que resultaría de una distribución de dichos recursos proporcional a sus aportes al capital de la Corporación.

Sección F - Disposiciones Generales

Artículo 119.- En sus evaluaciones periódicas e informes, la Secretaría General considerará, de manera especial y separadamente, la situación de Bolivia y el Ecuador dentro del proceso de integración subregional y propondrá a la Comisión las medidas que juzgue adecuadas para mejorar sustancialmente sus posibilidades de desarrollo y activar cada vez más su participación en la industrialización del área.

Artículo 120.- La Comisión podrá establecer, en favor de cualquiera de los países de menor desarrollo económico relativo, condiciones y modalidades más favorables que las contempladas en el presente Capítulo, teniendo en cuenta el grado de desarrollo alcanzado y las condiciones de aprovechamiento de los beneficios de la integración.

CAPÍTULO XVI

COOPERACION ECONOMICA Y SOCIAL

Artículo 121.- Los Países Miembros podrán emprender programas y acciones en el área de cooperación económica y social, que deberán ser concertados en el seno de la Comisión y se circunscribirán a las competencias que establece el presente Acuerdo.

Artículo 122.- Los Países Miembros emprenderán acciones en el ámbito externo, en materias de interés común, con el propósito de mejorar su participación en la economía internacional.

Artículo 123.- A efectos de lo previsto en el artículo anterior, el Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores y la Comisión, según sus respectivas competencias, adoptarán programas para orientar las acciones externas conjuntas de los Países Miembros, especialmente en lo relativo a las negociaciones con terceros países y grupos de países, en los ámbitos políticos, social y económico-comercial, así como para la participación en foros y organismos especializados en materias vinculadas a la economía internacional.

Artículo 124.- Los Países Miembros promoverán un proceso de desarrollo científico y tecnológico conjunto para alcanzar los siguientes objetivos:

a) La creación de capacidades de respuesta subregional a los desafíos de la revolución científico-tecnológica en curso;

b) La contribución de la ciencia y la tecnología a la concepción y ejecución de estrategias y programas de desarrollo andino; y

c) El aprovechamiento de los mecanismos de la integración económica para incentivar la innovación tecnológica y la modernización productiva.

Artículo 125.- Para los efectos indicados en el artículo anterior, los Países Miembros adoptarán en los campos de interés comunitario:

a) Programas de cooperación y concertación de esfuerzos de desarrollo en ciencia y tecnología en los que la escala subregional sea más eficaz para capacitar recursos humanos y obtener resultados de la investigación;

b) Programas de desarrollo tecnológico que contribuyan a obtener soluciones a problemas comunes de los sectores productivos, en particular aquellas conducentes a mejorar la competitividad de los diferentes sectores productivos; y

c) Programas de aprovechamiento del mercado ampliado y de las capacidades conjuntas, físicas, humanas y financieras, para inducir el desarrollo tecnológico en sectores de interés comunitario.

Artículo 126.- Los Países Miembros emprenderán acciones para impulsar el desarrollo integral de las regiones de frontera e incorporarlas efectivamente a las economías nacionales y subregionales andinas.

Artículo 127.- En el campo del turismo, los Países Miembros desarrollarán programas conjuntos tendientes a lograr un mejor conocimiento de la Subregión y a estimular las actividades económicas vinculadas con este sector.

Artículo 128.- Los Países Miembros emprenderán acciones conjuntas que permitan un mayor aprovechamiento de sus recursos naturales renovables y no renovables y la conservación y mejoramiento del medio ambiente.

Artículo 129.- Los Países Miembros emprenderán acciones de cooperación conjunta destinadas a contribuir al logro de los siguientes objetivos de desarrollo social de la población andina:

a) Eliminación de la pobreza de las clases marginadas, para lograr la justicia social;

b) Afirmación de la identidad cultural y de formación de valores ciudadanos para la integración del área andina;

c) Participación plena del habitante de la Subregión en el proceso de integración; y

d) Atención de las necesidades de las áreas deprimidas predominantemente rurales.

Para la consecución de tales objetivos se desarrollarán programas y proyectos en los campos de la salud, la seguridad social, la vivienda de interés social y la educación y cultura.

La realización de las acciones que se desarrollen en el marco del presente artículo serán coordinadas con los distintos organismos del sistema andino.

Artículo 130.- Para los efectos indicados en el artículo anterior, los Ministros respectivos del área social, bajo la modalidad de Comisión Ampliada, adoptarán en los campos de interés comunitario:

a) Programas educativos dirigidos a renovar y mejorar la calidad de la educación básica;

b) Programas que persigan diversificar y elevar el nivel técnico y la cobertura de los sistemas de formación profesional y capacitación para el trabajo;

c) Programas para el reconocimiento de títulos de educación superior a nivel andino, con el fin de facilitar la prestación de servicios profesionales en la Subregión;

d) Programas de participación popular, orientados a la incorporación plena de las áreas rurales y semirurales en el proceso de desarrollo;

e) Programas para el fomento de sistemas y proyectos de apoyo social, orientados a promover la participación de las pequeñas empresas y de circuitos de microempresas y empresas asociativas, asociadas en el espacio económico ampliado;

f) Programas de promoción de iniciativas dirigidas a la protección y el bienestar de la población trabajadora; y

g) Programas de armonización de políticas en los campos de la participación de la mujer en la actividad económica; de apoyo y protección a la infancia y a la familia; y, de atención a las etnias y a las comunidades locales.

Artículo 131.- Los Países Miembros emprenderán acciones en el campo de la comunicación social y acciones orientadas a difundir un mayor conocimiento del patrimonio cultural, histórico y geográfico de la Subregión, de su realidad económica y social y del proceso de integración andino.

Artículo 132.- Los proyectos, acciones y programas a que se refiere el presente Capítulo se desarrollarán paralela y coordinadamente con el perfeccionamiento de los otros mecanismos del proceso de integración subregional.

CAPÍTULO XVII ADHESION, VIGENCIA Y DENUNCIA

Artículo 133.- El presente Acuerdo no podrá ser suscrito con reserva y quedará abierto a la adhesión de los demás países latinoamericanos. Los países de menor desarrollo económico relativo que se adhieran a él tendrán derecho a un tratamiento similar al que se conviene en el Capítulo XV para Bolivia y el Ecuador.

Las condiciones de la adhesión serán definidas por la Comisión, para lo cual tendrá en cuenta que la incorporación de nuevos miembros debe ajustarse a los objetivos del Acuerdo.

Artículo 134.- El presente Acuerdo entrará en vigencia cuando todos los Países Miembros que lo suscriben hayan depositado el respectivo instrumento de ratificación en la Secretaría General de la Comunidad Andina.

Este Acuerdo no podrá ser suscrito con reservas y permanecerá en vigencia por tiempo indefinido.

Artículo 135.- El País Miembro que desee denunciar este Acuerdo deberá comunicarlo a la Comisión. Desde ese momento cesarán para él los derechos y obligaciones derivados de su condición de Miembro, con excepción de las ventajas recibidas y otorgadas de conformidad con el Programa de Liberación de la Subregión, las cuales permanecerán en vigencia por un plazo de cinco años a partir de la denuncia.

El plazo indicado en el párrafo anterior podrá ser disminuido en casos debidamente fundados, por decisión de la Comisión y a petición del País Miembro interesado.

En relación con los Programas de Integración Industrial se aplicará lo dispuesto en el literal i) del Artículo 62.

CAPÍTULO XVIII MIEMBROS ASOCIADOS

Artículo 136.- A propuesta de la Comisión de la Comunidad Andina, y previa manifestación de voluntad del país interesado, el Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores, en reunión ampliada, podrá otorgar la condición de Miembro Asociado en favor de un país que haya acordado con los Países Miembros de la Comunidad Andina un tratado de libre comercio.

Artículo 137.- Al momento de otorgar la condición de Miembro Asociado en favor de un país, el Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores y la Comisión de la Comunidad Andina, según sus respectivas competencias, definirán mediante Decisión y oída la opinión de la Secretaría General:

- a) Los órganos e instituciones del Sistema Andino de Integración de los que el País Miembro Asociado formará parte, así como las condiciones de su participación;
- b) Los mecanismos y medidas del Acuerdo de Cartagena en los que participará el País Miembro Asociado; y
- c) La normativa que se aplicará en las relaciones entre el País Miembro Asociado y los demás Países Miembros, así como la forma en que se administrarán dichas relaciones.

Los aspectos previstos en el presente artículo podrán ser revisados en cualquier momento, conforme a los procedimientos y competencias aquí contenidos.

CAPÍTULO XIX DISPOSICIONES FINALES

Artículo 138.- La Comisión, a propuesta de la Secretaría General, y sobre la base de los informes y evaluaciones periódicas de ésta, adoptará los mecanismos necesarios para asegurar la consecución de los objetivos del Acuerdo

una vez que haya concluido el proceso de liberación del intercambio y de establecimiento del Arancel Externo Común. Dichos mecanismos deberán contemplar tratamientos especiales en favor de Bolivia y el Ecuador mientras subsistan las diferencias actualmente existentes en el grado de desarrollo.

Artículo 139.- Cualquier ventaja, favor, franquicia, inmunidad o privilegio que se aplique por un País Miembro en relación con un producto originario de o destinado a cualquier otro país, será inmediata e incondicionalmente extendido al producto similar originario de o destinado al territorio de los demás Países Miembros.

Quedan exceptuados del tratamiento a que se refiere el inciso precedente, las ventajas, favores, franquicias, inmunidades y privilegios ya concedidos o que se concedieran en virtud de convenios entre Países Miembros o entre Países Miembros y terceros países, a fin de facilitar el tráfico fronterizo.

CAPÍTULO XX DISPOSICIONES TRANSITORIAS

Primera.- No obstante lo previsto en el Artículo 76 del Acuerdo de Cartagena, la Comisión de la Comunidad Andina definirá los términos del Programa de Liberación que será aplicado al comercio entre el Perú y los demás Países Miembros, a fin de lograr el pleno funcionamiento de la Zona Andina de Libre Comercio a más tardar el 31 de diciembre del año 2005. El Perú no estará obligado a aplicar el Arancel Externo Común, hasta tanto la Comisión no decida los plazos y modalidades para la incorporación del Perú a este mecanismo.

Segunda.- El Capítulo sobre Miembros Asociados y la Disposición Transitoria Primera serán aplicados en forma provisional por los Países Miembros, mientras se llevan a cabo los trámites de ratificación requeridos por los ordenamientos nacionales respectivos.

Tercera.- La Comisión de la Comunidad Andina podrá establecer un mecanismo arbitral para la solución de controversias entre los Países Miembros que persistan al pronunciamiento de la Secretaría General.

Cuarta.- Se exceptúan de lo previsto en el Artículo 77, las alteraciones de nivel que resulten de la conversión que haga el Ecuador en su Arancel Nacional de Aduanas como consecuencia de la adopción de la Nomenclatura Arancelaria de Bruselas.

Quinta.- La Comisión podrá ubicar los productos de la Decisión 120, una vez que sea derogada, en cualesquiera de las modalidades del Programa de Liberación; asimismo, podrá incorporarlos a la nueva nómina de reserva a la que se refiere la Disposición Transitoria Segunda.

ANEXO I

1. Delegar en la Secretaría General aquellas atribuciones que estime conveniente.
2. Aprobar las propuestas de modificación al presente Acuerdo.
3. Enmendar las proposiciones de la Secretaría General.
4. Aprobar las normas que sean necesarias para hacer posible la coordinación de los planes de desarrollo y la armonización de las políticas económicas de los Países Miembros.
5. Aprobar las normas y definir los plazos para la armonización gradual de los instrumentos de regulación del comercio exterior de los Países Miembros.
6. Aprobar los programas de integración física.
7. Acelerar el Programa de Liberación, por productos o grupos de productos.
8. Aprobar los programas conjuntos de desarrollo agropecuario y agroindustrial por productos o grupos de productos.
9. Aprobar y modificar la lista de productos agropecuarios de que trata el Artículo 92.
10. Aprobar las medidas de cooperación conjunta establecidas en el Artículo 96.
11. Aprobar, no aprobar o enmendar las proposiciones de los Países Miembros.

12. Reducir el número de materias incluidas en el presente Anexo.
13. Establecer las condiciones de adhesión al presente Acuerdo.
14. Aprobar el Arancel Externo Común de acuerdo a las modalidades previstas en el Capítulo VIII, establecer las condiciones de su aplicación y modificar los niveles arancelarios comunes.
15. Aprobar las medidas a que se refiere el último inciso del Artículo 91.

ANEXO II

1. Aprobar las condiciones de incorporación de un País Miembro no participante en Programas de Integración Industrial.
2. Aprobar la nómina de productos que no se producen en ningún país de la Subregión.
3. Aprobar las normas especiales de origen.

¹ Corresponde al texto anterior del Acuerdo. Ha sido eliminado.

² Corresponde al texto anterior del Acuerdo. Ha sido eliminado.

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI

Ano	Tema	Alalc	
1960	Formação	Tratado de Montevidéo	Em 18 de fevereiro de 1960, é assinado o Tratado de Montevidéo (TM 60) que cria a Associação Latinoamericana de Livre Comércio (Alalc). O objetivo foi estabelecer, num prazo de 12 anos, uma zona de livre comércio entre os países participantes, em Conformidade com as regras do Gatt. Originariamente participavam 7 países (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai). A Alalc teve como princípios diretores do processo de integração a negociação multilateral e a aplicação da cláusula da nação mais favorecida (NMF) em sua forma incondicional, para chegar à liberação dos intercâmbios recíprocos.
1961	Formação		Adesão de Peru e Equador
1960 - 1964	Abertura de Mercado	Listas nacionais, comuns e outras	Negociação multilateral, na Alalc, de "listas comuns" e "listas nacionais", produto a produto, de reduções tarifárias e eliminação de restrições não-tarifárias, para a ampliação dos mercados, a liberalização do intercâmbio e o desmantelamento das medidas protecionistas vigentes no intercâmbio regional.
1962	Formação		Cuba solicita sem sucesso seu ingresso na Alalc. Sob pressão dos EUA, a Conferência de Punta del Este, a despeito da oposição de diversos países da região, decide por sua exclusão do sistema interamericano
1964		Resolução 99 (IV)	Aprobada en la Cuarta Conferencia delas Partes Contratantes - que la extensión de las preferencias de los acuerdos de complementación a otros Miembros, quedaba sujeta al otorgamiento de “adecuadacompensación”, es decir, que los países que desearan participar de un acuerdo de complementación ofrecieran también preferencias (reciprocidad), previa negociación. Esto marcó el comienzo de una aplicación condicional de la NMF en la Alalc, y de un bilateralismo que luego se consagró jurídicamente en la Aladi

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
			Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e reforma do Gatt, com a introdução de uma Parte IV, especificamente sobre Comércio e Desenvolvimento, abrindo caminho para o estabelecimento de um sistema de preferências em favor dos países em desenvolvimento sem obrigação de reciprocidade.
1964 - 1969			Paralisação do processo negociador multilateral para a definição de "listas comuns" na Alalc; políticas fortemente protecionistas (tarifas altas e restrições não-tarifárias) e desentendimentos políticos entre os países-membros. No plano do sistema comercial multilateral se avança no sentido de reconhecer a especificidade dos países em desenvolvimento (Parte IV do Gatt e Sistema Geral de Preferências, com tratamento concessional e não recíproco).
1964 - 1980			Onda de regimes militares na América Latina e tendências substitutivas nas políticas econômicas (de industrialização e de comércio exterior) dos países da região afetam negativamente o processo integracionista. Enquanto os países asiáticos começam uma lenta inserção na economia internacional, os países latino-americanos recuam relativamente em sua participação no comércio internacional.
1965		Resolução 100	Incluía elementos de política de desarrollo que complementaban los compromisos comerciales. Respecto al sector agrícola, con dicho instrumento se buscaba coordinar y armonizar las políticas agropecuarias nacionales, establecer normas para la organización de los mercados de bienes agrícolas y definir orientaciones para mejorar la productividad. Sin embargo, la mencionada Resolución no se plasmó en la realidad. En suma, los resultados en materia de integración agrícola fueron más bien magros debido básicamente a la insuficiencia instrumental.

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
		Documento de los Cuatro	Sua elaboração foi proposta pelo então Presidente do Chile Eduardo Frei e realizada por Raúl Prebisch (secretário Executivo da Cepal), José Antonio Mayobre, Carlos Sanz de Santamaría e Felipe Herrera. Este documento propôs reformular a política comercial do sistema adotando um mecanismo gradual e automático para a redução dos impostos que eliminaria gradualmente as restrições no tarifárias; estabelecer uma tarifa externa comum, desenhar uma política regional de investimentos ativa, planejando o desenvolvimento de grandes indústrias e a escala zonal com base em acordos setoriais; executar um programa de desenvolvimento da produção e do intercâmbio agrícola; pôr em marcha um regime de pagamentos e créditos recíprocos; reforçar a assistência técnica e financeira aos países de menor desenvolvimento econômico relativo e dar a estes, atenção preferencial nos programas de investimentos regionais; e criar uma sólida estrutura institucional consistente em um Conselho de Ministros como órgão político superior, uma Junta Executiva Comunitária independente e com faculdades de proposição, um Parlamento Latinoamericano composto por representantes dos Poderes Legislativos, um instrumento de promoção de investimentos regionais e um mecanismo
			jurisdicional de solução de controvérsias como passo prévio à criação de uma Corte de Justiça.
		Convênio sobre Créditos e Pagamentos Recíprocos (CCP)	Assinatura do Convênio sobre Créditos e Pagamentos Recíprocos (CCPR), criando um sistema de compensação de pagamentos entre os países-membros da Alalc, instrumento extremamente útil para a poupança de divisas. Foi substituído pelo Convênio celebrado em 25 de agosto de 1982.
1966	Formação		Adesão da Venezuela
1967	Formação		Adesão da Bolívia
		Declaração dos Presidentes da América	Conferência de chefes de Estado e de governos americanos em Punta del Este proclama o objetivo de se constituir um "mercado comum latino-americano" num prazo máximo de 15 anos, a partir de 1970.

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
		Resolução 202 (VI)	aprobada en la VI Conferencia de las Partes Contratantes, dispuso que se establecieran normas sobre acuerdos subregionales, indicando algunas pautas para ello;
		Resolução 203 (VI)	aprobada en la VI Conferencia de las Partes Contratantes, en la misma fecha que la anterior, autorizó las bases para un acuerdo subregional presentadas por Colombia, Chile, Ecuador, Perú y Venezuela, delegando en el Comité Ejecutivo Permanente de la Alalc, comprobar su compatibilidad con las pautas de la Resolución 202(VI);
		Resolução 222 (VII)	aprobada en la VII Conferencia de las Partes Contratantes, estableció las normas sobre acuerdos subregionales, dentro de las pautas de la Resolución 202(VI)
1969			As diferenças entre países "comercialistas" (Argentina, Brasil e México) e "desenvolvimentistas" (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) faz com que estes últimos, sem abandonar formalmente a Alalc, decidam criar o Grupo Andino, através do Acordo de Cartagena, baseado no modelo do direito comunitário. A Venezuela adere em 1973 e o Chile, vivendo sob um regime militar de orientação econômica liberal, abandona o Grupo Andino em 1976.
		Acordo de Santo Domingo	Acuerdo Multilateral de Apoyo Financiero Recíproco entre los Bancos Centrales de los países de la Aladi y de la República Dominicana, para hacer frente a deficiencias transitorias de liquidez que afecten a los países miembros. El Acuerdo de Santo Domingo, como una extensión del mecanismo de pagos y créditos recíprocos de México de 1965, se denominó "Acuerdo Multilateral de Apoyo para Atenuar Deficiencias de Liquidez", y fue suscrito en la quinta reunión del Consejo de Política Financiera y Monetaria en la ciudad de Santo Domingo, República Dominicana, en setiembre de 1969.
		Protocolo de Caracas	Protocolo de Caracas: instrumento modificadorio del Tratado de Montevideo 1960 que instituyó a la Alalc. Este Protocolo entró en vigor el 1 de enero de 1974. De acuerdo a sus previsiones, fue prorrogado el período de perfeccionamiento de la zona de libre comercio establecida por el Tratado de Montevideo, de modo que debía expirar inexorablemente el 31 de diciembre de 1980.

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA Alalc / Aladi (Continuação)

Ano	Tema	Alalc	
-----	------	-------	--

1970			Revisão necessária do programa de liberalização no âmbito da Alalc, com prorrogação até 1980 do período previsto para a implementação de uma zona de livre comércio.
1970 - 1980			A necessidade de expansão das exportações para zonas de moedas fortes e as restrições às importações provocam grande queda nos fluxos de comércio intrarregional e a exacerbação do modelo de substituição das importações. A Alalc é utilizada como alavanca dos processos de industrialização nacional. O pensamento geopolítico, então em voga na região, descartava a idéia de qualquer cessão de soberania em favor de um projeto integracionista, visto como manobra da esquerda latino-americana para enfraquecer o "poder nacional" ou a "solidariedade americana".
1972		Acordo sobre Transporte Marítimo	Argentina e Peru
1973		Acuerdo de Garantías Uniformes de Disponibilidad y Transferibilidad para la Aceptación Bancaria Latinoamericana	
1974		Acordo sobre Transporte Marítimo	Chile e Brasil
1975			Entra em vigor o Protocolo que cria o Conselho de Ministros da Alalc. Este Consejo es el órgano supremo de la Asociación y por lo tanto adopta las decisiones correspondientes a su conducción política superior.
		Aladi	

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
1980		Tratado de Montevideo	Assinatura do Tratado de Montevideo que institui a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), no quadro de amplo processo de reestruturação dos objetivos, compromissos e modalidades da integração econômica na região. Eliminou-se a obrigação de elaboração de listas comuns, abandonou-se a fixação de prazos para o cumprimento das metas integracionistas (zona de livre comércio ou mercado comum) e passou-se a mecanismos mais flexíveis, de caráter bilateralista, para a conformação de uma "área de preferências tarifárias".
		Resolução 1	Revisão dos compromissos derivados do Programa de Liberação do Tratado de Montevideo
		Resolução 2	Acordos de alcance parcial
		Resolução 3	Abertura de mercados em favor de países de menor desenvolvimento econômico relativo
		Resolução 4	Programas especiais de cooperação em favor de países de menor desenvolvimento econômico relativo e unidade de promoção econômica
		Resolução 5	Normas básicas sobre a preferência tarifária regional
		Resolução 6	Categoria de países
		Resolução 7	Situação jurídico-institucional derivada da entrada em vigência do novo tratado
1981		Acordo de Santo Domingo	Modificação do Acordo de Santo Domingo: os Bancos Centrais incorporam novos mecanismos de financiamento para atender deficiências transitórias de liquidez.

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
1982		Convenio de Transporte Terrestre Fronterizo de Carga	Brasil e Venezuela
		Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos	Substitui-se o Convênio de Pagamentos e Créditos recíprocos celebrado no México em 1965. El nuevo Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos, fue suscrito en la ciudad de Montego Bay, Jamaica, por el Consejo para Asuntos Financieros y Monetarios de Aladi, en sustitución del llamado "Acuerdo de México" de 1965. Participan los bancos centrales de Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, México, Paraguay, Perú, Uruguay, Venezuela y República Dominicana. Este último es el único país del Convenio que no es miembro de Aladi. Se trata de un mecanismo de compensación multilateral de los saldos de los pagos que se cursen entre los bancos centrales, derivados de las operaciones directas de cualquier naturaleza efectuadas entre personas residentes en sus respectivos países.
1982 - 1985			Crise da dívida externa na maior parte dos países latino-americanos e prosseguimento das políticas protecionistas. A Preferência Tarifária Regional, instituída em 1984 na Aladi, tem níveis meramente simbólicos, produzindo reduzido efeito comercial. O comércio regional que, a despeito das dificuldades existentes, havia alcançado o nível mais elevado de sua história em 1981 (24 bilhões de dólares), enfrenta forte queda e apenas voltaria a se recuperar em princípios da década seguinte.
1983	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1	Aprueba las nóminas de productos para los cuales los países miembros conceden, sin reciprocidad, la eliminación total de gravámenes y demás restricciones, cuando sean originarios de Bolivia (Artículo 18 del Tratado de Montevideo 1980).
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2	Aprueba las nóminas de productos para los cuales los países miembros conceden, sin reciprocidad, la eliminación total de gravámenes y demás restricciones, cuando sean originarios del Ecuador (Artículo 18 del Tratado de Montevideo 1980).

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 3	Aprueba las nóminas de productos para los cuales los países miembros conceden, sin reciprocidad, la eliminación total de gravámenes y demás restricciones, cuando sean originarios del Paraguay (Artículo 18 del Tratado de Montevideo 1980).
1984		Resolução 36	Criação de um órgão auxiliar em matéria aduaneira
	Preferência Tarifária Regional (PAR)	AR PAR 4	Instituye la Preferencia Arancelaria Regional de conformidad con lo previsto en el Artículo 5 del Tratado de Montevideo 1980 y en la Resolución 5 del Consejo de Ministros de la Alalc. Establece en 5% la tasa básica de la PAR.
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - I Protocolo Adicional	Amplia la nómina de apertura de mercados otorgada en favor de Bolivia
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - I Protocolo Adicional	Amplia las listas de productos negociados por la Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguay y Uruguay
		Protocolo para la Solución de Controversias entre Bancos Centrales Participantes del Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos de la Aladi	
		Resolução 5 (II)	Ditada com o objetivo de reduzir as restrições não tarifárias. A fin de hacer efectiva la preferencia arancelaria regional, la Resolución consagra un compromiso de "stand still" en la aplicación de restricciones no arancelarias y estipula que las vigentes deberán ser eliminadas mediante negociaciones en un plazo máximo de tres años. El objetivo no pudo ser cumplido.
1985		Acordo sobre Transporte Marítimo	Argentina e Brasil

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
1986	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - II Protocolo Adicional	Modifica el artículo 12 del Acuerdo, relativo a la formalización de las modificaciones que resulten de la ampliación de las nóminas de productos
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - II Protocolo Adicional	Modifica el artículo 12 del Acuerdo, relativo a la formalización de las modificaciones que resulten de la ampliación de las nóminas de productos
1987	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - III Protocolo Adicional	Registra los productos que la República Federativa del Brasil otorga a la República de Bolivia con la finalidad de ampliar su respectiva nómina de productos
	Preferência Tarifária Regional (PAR)	AR PAR 4 - I Protocolo Adicional	Profundiza a 10% la preferencia básica; establece una categoría especial a favor de los países de menor desarrollo económico relativo mediterráneos; limita la extensión de las listas de excepciones.
		Resolução 70	Régimen Regional de Salvaguardia
		Convenio sobre Mutuo Reconocimiento de Exámenes y de Profesionales	Chile y Ecuador
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - IV Protocolo Adicional	Amplía la Nómina de Apertura
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - V Protocolo Adicional	Amplía la Nómina de Apertura
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - VI Protocolo Adicional	Amplía la Nómina de Apertura
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - III Protocolo Adicional	Amplia la lista de productos negociados por Brasil
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - IV Protocolo Adicional	Amplia la lista de productos negociados por México
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - V Protocolo Adicional	Amplia la lista de productos negociados por Chile

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - VI Protocolo Adicional	Amplia la lista de productos negociados por Argentina
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - VII Protocolo Adicional	Amplia la lista de productos negociados por Paraguay
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - VIII Protocolo Adicional	Amplia la lista de productos negociados por Uruguay
		Resolução 78	Establecimiento del Régimen General de Origen
1988		Programa de Recuperação e Expansão do Comércio	Acordo de Alcance Regional para a recuperação e expansão do Comércio Intrarregional. El Programa contenido en el acuerdo contempla el otorgamiento multilateral de una preferencia arancelaria básica de sesenta por ciento sobre una lista de productos representativa del treinta por ciento de las importaciones realizadas desde terceros países. Con este Programa se pretendió estimular el desvío de las importaciones en beneficio del comercio entre los países de Aladi. Esta iniciativa, si bien formalmente se puso en ejecución a partir del 1 de enero de 1989, no llegó a funcionar a nivel regional y en todo caso sus efectos son muy limitados debido a que las preferencias negociadas resultan inferiores a las acordadas bilateralmente en acuerdos de alcance parcial.
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - IX Protocolo Adicional	Amplia la lista de productos negociados por Brasil
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - VII Protocolo Adicional	Mejora las condiciones especiales pactadas para la importación de diversos productos, incluir nuevas mercaderías y dar otras providencias para regular la importación de los productos registrados en dicha nómina
1989	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - VIII Protocolo Adicional	Incorpora productos nuevos
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - X Protocolo Adicional	Amplia la lista de productos negociados por Brasil
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - XI - Protocolo Adicional	Brasil otorgará un incremento anual automático del 5% sobre los cupos fijados para los productos que se encuentran sujetos a contingentes de volumen físico o de valor

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
1990		Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre	Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay
		Resolução 114	Procedimiento destinado a preservar el cumplimiento de los compromisos contraidos en los Acuerdos concertados por los países miembros y en las Resoluciones dictadas por la Asociación
	Preferência Tarifária Regional (PAR)	AR PAR 4 - II Protocolo Adicional	Profundiza a 20% la preferencia básica y reduce la extensión de las listas de excepciones
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - XII Protocolo Adicional	Amplia la lista de productos negociados por México
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - IX Protocolo Adicional	Brasil otorgará un incremento anual automático de 5% de los cupos otorgados por Brasil para determinados productos, a partir del 01/01/1990, renovable anualmente
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - XIV Protocolo Adicional	Amplia la lista de productos negociados por Chile
	Complementação Econômica (CE)	AAP CE 2	Brasil e Uruguai
1991		G3	Chile e México firmam na Aladi um acordo de liberalização do comércio; o Grupo dos Três (G3) começa negociações para a liberalização do intercâmbio entre Colômbia, Venezuela e México. Diversas outras iniciativas, na região andina, na América Central e no Caribe, relançam a integração continental, em bases sub-regionais.
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - X Protocolo Adicional	Se elimina el cupo fijado por el Gobierno del Uruguay para la importación del producto denominado "Alcohol etílico sin desnaturalizar, de graduación igual o superior a 80°" (ítem 22.08.0.01 de la NALADI), originario de la República de Bolivia

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - XV Protocolo Adicional	Amplia los cupos otorgados por Brasil para la importación de un producto
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - XI Protocolo Adicional	Brasil otorga a Bolivia un incremento del 5 % de los cupos registrados en la Nómina de Apertura de Mercados concedida a dicho país, para la importación de los productos sujetos a contingentes, sea de volumen físico o de valor, que se consignan en el presente Protocolo, sin perjuicio de las negociaciones sobre productos específicos.
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - XVI Protocolo Adicional	Amplía la lista de productos negociados por Chile
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - XVII Protocolo Adicional	Amplia la lista de productos negociados por Brasil
	Complementação Econômica (CE)	ACE	Chile e México
1992	Complementação Econômica (CE)	ACE 16 - II Protocolo Adicional	Argentina e Chile
		Acuerdo de Transporte Fluvial por la Hidrovía Paraguay-Paraná (Puerto de Cáceres - Puerto de Nueva Palmira)	Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - XVIII Protocolo Adicional	Amplia la lista de productos negociados por Argentina
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - XII Protocolo Adicional	Brasil otorga a Bolivia un incremento del 5% de los cupos registrados en la Nómina de Apertura de Mercados concedida a dicho país, para la importación de los productos sujetos a contingentes, sea de volumen físico o de valor, que se consignan en el presente Protocolo, sin perjuicio de las negociaciones sobre productos específicos.

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
1993	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - I Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Argentina
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - I Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Argentina
	Complementação Econômica (CE)	ACE 23	Chile e Venezuela
	Complementação Econômica (CE)	AAP CE 22	Bolívia e Chile
	Complementação Econômica (CE)	ACE 21	Argentina e Equador
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - II Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Brasil.
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - II Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Brasil
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - III Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por México
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - XIII Protocolo Adicional	Aumento del cinco por ciento de los cupos otorgados por la República Federativa del Brasil para la importación de los productos sujetos a contingente, sea de volumen físico o de valor, sin perjuicio de los incrementos que se acuerden en negociaciones sobre productos específicos.
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - III Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Ecuador
		Resolução 107	Adopción de la Nomenclatura de la Asociación basada en el Sistema Armonizado de Designación y Codificación de Mercancías
		Resolução 174	Creación de la Comisión Asesora en Valoración Aduanera como Órgano Técnico de apoyo en la materia

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - IV Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Bolivia
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - IV Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Paraguay
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - V Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Bolivia
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - V Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Colombia
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - VI Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Colombia
	Cooperación Científica e Tecnológica (CYT)	AR CYT 6	Promueve la cooperación regional orientada tanto a la creación y desarrollo del conocimiento como a la adquisición y difusión de la tecnología y su aplicación. El texto del Acuerdo y de sus Protocolos puede ser consultado en la Secretaría General de la Aladi. Al amparo del Artículo 4° de este Acuerdo se suscribió el A14TM N° 13
	Complementação Econômica (CE)	ACE 24	Chile e Colômbia
	Complementação Econômica (CE)	ACE 24 - I Protocolo Adicional	Chile e Colômbia
1994	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - VII Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Chile
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - VIII Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Uruguay
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - VI Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Paraguay

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - VII Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Uruguay
	Complementação Econômica (CE)	ACE 28	Uruguai e Equador
		Tratado de Livre Comércio	México, Colômbia e Venezuela
		Protocolo Interpretativo del artículo 44 del Tratado de Montevideo 1980	Suspensão Temporal da Cláusula da Nação Mais Favorecida. Este Protocolo Interpretativo está anexo al Acta Final de la Primera Reunión Extraordinaria del Consejo de Ministros de Relaciones Exteriores. Prevé que los países miembros que otorguen preferencias por decisiones o acuerdos no previstos en el Tratado o en el Acuerdo de Cartagena, puedan solicitar al Comité de Representantes la suspensión de las obligaciones establecidas en el artículo 44, bajo el compromiso de celebrar negociaciones con los países miembros que se sientan afectados y requieran compensaciones. En la misma fecha los Ministros dictaron la Resolución 43 (I-E), que establece normas de procedimiento para regular el proceso de transición entre la solicitud temporal de la obligación impuesta por el artículo 44 del Tratado de Montevideo 1980 y la entrada en vigencia del Protocolo. El mencionado Protocolo requiere, para su entrada en vigor, el depósito de ocho instrumentos de ratificación. Al mes de abril de 2000 lo habían ratificado sólo siete países miembros: Argentina, Colombia, Chile, Ecuador, México, Paraguay y Venezuela.
		Tratado de Livre Comércio	Bolívia e México
	Complementação Econômica (CE)	ACE 30	Equador e Paraguai

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
		Convenio de Transporte por Agua	Argentina y Uruguay
	Complatação Econômica (CE)	ACE 24 - II Protocolo Adicional	Chile e Colômbia
	Complatação Econômica (CE)	ACE 23 - I Protocolo Adicional	Chile e Venezuela
	Complatação Econômica (CE)	ACE 28 - I Protocolo Adicional	Uruguai e Equador
	Complatação Econômica (CE)	ACE 30 - I Protocolo Adicional	Equador e Paraguai
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - VIII Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Chile
	Complatação Econômica (CE)	ACE 32	Chile e Equador
1995	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - IX Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Perú
	Complatação Econômica (CE)	ACE 32 - I Protocolo Adicional	Chile e Equador
	Complatação Econômica (CE)	ACE 30 - II Protocolo Adicional	Equador e Paraguai

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
	Complementação Econômica (CE)	ACE 24 - III Protocolo Adicional	Chile e Colômbia
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - IX Protocolo de Adequação	Adecúa a la NALADISA la clasificación de los productos negociados por Perú
	Complementação Econômica (CE)	ACE 28 - II Protocolo Adicional	Uruguai e Equador
		Acuerdo sobre Transporte Internacional por Carreteras de Pasajeros y Carga	Brasil e Venezuela
	Complementação Econômica (CE)	ACE 23 - II Protocolo Adicional	Chile e Venezuela
	Complementação Econômica (CE)	ACE 28 - III Protocolo Adicional	Equador e Uruguai
1996	Complementação Econômica (CE)	ACE 24 - IV Protocolo Adicional	Chile e Colômbia
	Complementação Econômica (CE)	ACE 24 - V Protocolo Adicional	Chile e Colômbia
	Complementação Econômica (CE)	ACE 28 - IV Protocolo Adicional	Equador e Uruguai
1997		Resolução 226	Normas sobre Valorización en Aduana

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
		ACE 28 - V Protocolo Adicional	Equador e Uruguai
	Obstáculos Técnicos ao Comércio (OTC)	AR OTC 8	Acuerdo marco sobre superación de obstáculos técnicos al comercio.
	Complatação Econômica (CE)	ACE 28 - VI Protocolo Adicional	Equador e Uruguai
1998		Resolução 238	Creación del Consejo Asesor de Asuntos Aduaneros
	Complatação Econômica (CE)	ACE	Chile e Peru
	Complatação Econômica (CE)	ACE 28 - VII Protocolo Adicional	Equador e Uruguai
	Complatação Econômica (CE)	ACE 23 - III Protocolo Adicional	Chile e Venezuela
	Complatação Econômica (CE)	ACE 28 - VIII Protocolo Adicional	Equador e Uruguai
		Convênio de Pagamento de Créditos Recíprocos	Substitui-se o Convênio de Pagamentos e Créditos recíprocos celebrado em Montego Bay, Jamaica, em 25 de agosto de 1982
		Tratado de Livre Comércio	Chile e México
		Resolução 51 (X)	Adesão da República de Cuba ao Tratado de Montevidéo 1980

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
		Resolução 52 (X)	Fortalecimento do Sistema de apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDER)
1999	Complementação Econômica (CE)	ACE 28 - IX Protocolo Adicional	Equador e Uruguai
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 1 - XIV Protocolo Adicional	Incorpora los productos negociados por Cuba en virtud de su adhesión al Tratado de Montevideo 1980
	Abertura de Mercado (AM)	AR AM 2 - XIX Protocolo Adicional	Incorpora los productos negociados por Cuba en virtud de su adhesión al Tratado de Montevideo 1980
		Adesão de Cuba	La República de Cuba formaliza el depósito de su instrumento de adhesión. La República de Cuba quedó constituida en el doceavo miembro pleno del esquema el 26 de agosto de 1999
	Preferência Tarifária Regional (PAR)	AR PAR 4 - III Protocolo Adicional	Cuba asume todos los derechos y obligaciones emanados del Acuerdo e incorpora su lista de excepciones de aplicación de la PAR
		Resolução 252	Texto Consolidado y Ordenado del Régimen General de Origen de la Aladi
	Complementação Econômica (CE)	ACE 28 - X Protocolo Adicional	Equador e Uruguai
	Complementação Econômica (CE)	AAP CE 5 - XV Protocolo Modificatório	México e Uruguai
2000	Complementação Econômica (CE)	ACE 16 - XXV Protocolo Adicional	Argentina e Chile
	Complementação Econômica (CE)	ACE 28 - XI Protocolo Adicional	Equador e Uruguai

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
	Complementação Econômica (CE)	ACE 32 - II Protocolo Adicional	Chile e Equador
2001	Complementação Econômica (CE)	ACE 32 - III Protocolo Adicional	Chile e Equador
		Resolução 262	Reglamento para la creación y funcionamiento de los grupos de trabajo del comete de representantes
		Resolução 268	Actualización de la nomenclatura de la Asociación (NALADISA)
2002		Resolução 55 (XII)	Medidas para fortalecer o papel da Aladi como principal marco institucional da integração regional. Se requiere al Comité de Representantes la adopción de las medidas necesarias para facilitar e impulsar las negociaciones comerciales entre los países miembros, y que presente un informe al próximo Consejo de Ministros que contenga las bases de un Programa para la conformación progresiva de un espacio de libre comércio al interior de la Aladi, en la perspectiva de alcanzar el objetivo previsto en el Tratado. Al efecto, el Comité ha de tener en cuenta los avances y compromisos que los países miembros convengan a través de los acuerdos de alcance parcial y esquemas subregionales en los que participen
		Resolução 56 (XII)	Participação dos países de menor desenvolvimento relativo no processo de integração
	Complementação Econômica (CE)	ACE 53	Brasil e México
	Complementação Econômica (CE)	ACE 53 - I Protocolo Adicional	Brasil e México

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Ano	Tema	Alalc	
2003	Complementação Econômica (CE)	AAP CE 57	Argentina e Uruguai
	Complementação Econômica (CE)	ACE 53 - II Protocolo Adicional	Brasil e México
	Complementação Econômica (CE)	AAP CE 57 - I Protocolo Adicional	Argentina e Uruguai
		Tratado de Livre Comércio	México e Uruguai
2004		AAP PC 17	Argentina e Bolívia
	Complementação Econômica (CE)	ACE 32 - IV Protocolo Adicional	Chile e Equador

ANEXO IV – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, NORMAS E TRATADO DA ALALC / ALADI (CONTINUAÇÃO)

Resoluções do Conselho de Ministros da Aladi		Bases para a conformação de um Espaço de Livre Comércio (ELC). El Consejo de Ministros de Relaciones Exteriores, en ocasión de su Décimotercera Reunión, el 18 de octubre de 2004, formalizó el programa destinado a conformar de manera progresiva un “espacio de libre comercio” (ELC) al interior de la Asociación. Al haberse presentado el documento requerido al Comité de Representantes en virtud de la Resolución 55 (XII), tal como había sido solicitado, el Consejo pasó a disponer de los antecedentes requeridos para pronunciarse sobre la materia. En consecuencia, la Resolución 59 de la XIII Reunión aprobó las “Bases de un programa para la conformación progresiva de un espacio de libre comercio en la Aladi”. Seguidamente, encomendó al Comité de Representantes la adopción de medidas destinadas a su implementación. En el texto de las “Bases...”, se destacan dos aspectos esenciales: el apartado que hace referencia al “Camino a seguir para el desarrollo y consolidación del espacio de libre comercio (ELC)”; y el apartado relativo a los “componentes” del ELC en el ámbito de la Aladi. Acerca del camino a seguir, la Resolución indica que “se debe continuar con la actual estrategia negociadora, profundizando los Acuerdos de Libre Comercio (ALC) ya suscritos y promoviendo las negociaciones en curso o las que se emprendan para suscribir ALC entre los países que aún tienen acuerdos de preferencias fijas”. Y respecto de los componentes del ELC, señala que “el desarrollo progresivo del ELC en la Aladi respetará los cronogramas de liberación, los marcos normativos pactados en los distintos acuerdos y los principios de pluralismo, convergencia, flexibilidad y tratamientos diferenciales, así como la compatibilidad con los acuerdos vigentes, la instrumentación a través de mecanismos del TM80 y la coexistencia con negociaciones extrarregionales de los países miembros”.	
		Resolução 59 (XIII)	Bases de um programa para a conformação de um espaço de livre comércio na Aladi na perspectiva de alcançar o objetivo previsto no Tratado de Montevideo - 1980
		Resolução 60(XIII)	A atuação da Aladi e seu funcionamento para o desenvolvimento e consolidação para o processo de integração regional
		Resolução 61 (XIII)	Participação dos países de menor desenvolvimento relativo no processo de integração
	Complementação Econômica (CE)	AAP CE 61	Colômbia, México e Venezuela
2006	Complementação Econômica (CE)	ACE 38	Chile e Peru

Legenda

AR AM	Acordo Regional - Abertura de Mercado
AR PAR	Acordo Regional - Preferência Tarifária Regional
AAP	Acordo de Alcance Parcial
PC	Promoção Comercial

ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).

1966	Declaração de Bogotá	Instituiu as bases preliminares do pacto sub-regional (Acordo de Cartagena).
1967	Declaração dos Presidentes da América	Propiciou acordos sub-regionais que fossem compatíveis com o objetivo da integração subregional
1967	Resolução 202	Consagrou os princípios que devem ajustar as normas que regerão os acordos subregionais
1967	Resolução 203	Contém as bases do acordo sub-regional entre Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela.
1968	Criação da Corporação Andina de Fomento	Mecanismos e procedimentos para a harmonização de políticas e coordenação de planos de desenvolvimento dos países-membros
1969	Acordo de Cartagena	Acordo de Integração Sub-regional, declarado compatível com o Tratado de Montevideu e com as Resoluções 203 e 202
1969	Decisão 24	Este Regime Comum de Tratamento aos Capitais Estrangeiros e sobre Marcas, Patentes, Licenças e Regalias, continha previsões como: limites para as remessas ao exterior; obrigações para as empresas estrangeiras de se transformar em nacionais ou mistas, para poder ter acesso ao mercado ampliado; autorização prévia e controle dos investimentos por organismos nacionais competentes; regulação do crédito interno e da reinversão automática de utilidades.
1971	Decisão 40	Aprovação do Convênio para evitar a dupla tributação entre os países-membros e do Convênio Tipo para a celebração de Acordos sobre dupla tributação entre os países-membros e outros Estados alheios à sub-região.
1972	Decisão 53	Modificação ao Artigo 5 da Decisão nº 22
1973	Decisão 70	Condições para a adesão da Venezuela ao Acordo
		Instrumento Adicional do Acordo de Cartagena: adesão da Venezuela
1974	Decisão 84	Bases para uma política tecnológica sub-regional

ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).

1976	Protocolo Adicional ao Acordo de Cartagena: saída do Chile	As resistências que geraram este marco jurídico deram lugar à sanção de decisões que foram flexibilizando o regime: Decisões 37, 37a, 47, 48, 70. O regime deixou de ser estritamente "comum" ao ditar-se a Decisão 220 em 1987, pois cada país-membro estava autorizado a tomar posição unilateral assim como escolher setores econômicos determinados para a constituição de empresas nacionais ou mistas. Finalmente em 21/03/1991 foi sancionada a Decisão da Comissão 291, que criou um novo Regime Comum de Tratamento para o Investimento Estrangeiro caracterizado pela eliminação de impedimentos para a nacionalização de capitais na sub-região.
1976	Tratado da criação do Fundo Andino de Reservas, com sede em Bogotá.	O principal objetivo do Fundo é o de apoiar o sistema de pagamentos dos países-membros mediante créditos ou garantias na defesa dos balanços de pagamentos.
1977	Decisão 114	Programa de harmonização das Contas Nacionais.
1979	Decisão 141	Medidas Coletivas de Apoio à Bolívia (Artigo 4 do Acordo de Cartagena)
1983	Decisão 183	Programa de Caracas para a Cooperação em Pesquisa e Formação Científica e Tecnológica dos Países-Membros.
1983	Decisão 185	Plano Andino de Ação Conjunta para auxiliar na solução dos problemas de transporte e comunicação derivados da mediterraneidade da Bolívia
1983	Decisão 198	Acordo de Cooperação Econômica com a República do Panamá
1986	Decisão 209	Criação do Sistema Sub-regional de Coordenação da Pequena e Média Indústria.
1987	Protocolo Modificatório de Quito	Entrou em vigor em 25/05/1988, e flexibilizou o cumprimento dos prazos referidos ao programa de liberação comercial e a Tarifa Externa Comum, introduziu modificações no regime de programação industrial e consolidou inovações ao sistema institucional da integração andina.
1987	Decisão 222	Substituição da Decisão 119 sobre o Programa Especial de Apoio à Bolívia
1987	Decisão 224	Plano Andino de Ação Conjunta para auxiliar na solução dos problemas de transporte e comunicação derivados da mediterraneidade da Bolívia e modificação da Decisão 185.
1989	Cúpula de Galápagos	Presidentes dos países andinos decidiram adotar um modelo aberto de integração e centraram suas ações na liberalização do comércio, deixando de lado a agenda de desenvolvimento.

ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).

1990	Aprovação da Lei de Preferências Comerciais Andinas (ATPA) pelo Congresso dos EUA para apoiar a luta contra as drogas e beneficiar a maioria das importações provenientes da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.	
	Estabelecimento pela EU de um Regime Especial de Preferências Andinas.	
1991	Decisão 282	Harmonização de Franquias de Tarifas
1991	Decisão 283	Norma para prevenir e corrigir distorções na competência
1991	Decisão 284	Idem ao anterior
1991	Decisão 285	Idem ao anterior
1991	Decisão 288	Liberdade de acesso à Carga Originada e Destinada, por Via Marítma, dentro da Subregião.
1991	Decisão 291	Continua Continuação Regime Comum de Tratamento aos Capitais Estrangeiros sobre Marcas, Patentes, Licensas e Regalias.
1991	Decisão 292	Adoção de um Regime Uniforme para empresas Multinacionais Andinas
1991	Decisão 295	Inclusão da Corporação Financeira Holandesa (FMO) no conjunto de entidades com opções ao Tratamento de capital neutro para seus investimentos
1991	Decisão 297	Integração do transporte aéreo na Subregião Andina
1991	Decisão 397	Estabelece uma política de céus abertos na subregião
1992	Decisão 314	Liberdade de acesso às cargas transportadas por via marítma e políticas para o desenvolvimento da Marinha Mercante do Grupo Andino
1992	Decisão 321	Esta decisão suspende as obrigações do Peru tanto em matéria do programa de liberação como da Tarifa Externa Comum
1992	Decisão 322	Relações comerciais com países da Aladi, Centroamérica e o Caribe.
1992	Decisão 327	Trânsito Aduaneiro Internacional
1992	Decisão 329	Subscrição do Acordo Marco de Cooperação CAN-EU.
1992	Decisão 330	Eliminação de Subsídios e harmonização de incentivos para as exportações Intra-sub-regionais

ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).

1993	Decisão 341	Redução de Dívidas Pendentes dos países-membros ao Tribunal de Justiça do Acordo de Cartagena aos 31/12/1992 e Cronograma de Pagamentos.
1993	Decisão 344	Adoção de Regime Comum sobre Propriedade Industrial
1993		Formação de uma zona de livre comércio entre Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela, concluindo o processo de eliminação de barreiras ao comércio de bens.
1993	Decisão 351	Adoção de Regime Comum sobre Direitos Autorais e Direitos Conexos.
1994	Decisão 370	Adotou-se uma Tarifa Externa Comum
1994	Decisão 371	Fixa um Sistema Andino de bandas de Preços Agropecuários
1995		Liberalizou-se também o serviço de transporte em suas diferentes modalidades.
1995	Decisão 375	Aplicação de Preços de Referência
1995	Decisão 378	Avaliação Aduaneira
1995	Decisão 379	Declaração Andina de Valor
1995	Decisão 380	Aprofundamento das relações do Grupo Andino com a União Européia
1996	Protocolo de Trujillo	Reforma institucional do Acordo: substituição da Junta por uma Secretaria Geral, incorporando-o ao Conselho Presidencial Andino e ao Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores.
1996	Decisão 388	Harmonização dos impostos indiretos como incentivos para as exportações de bens
1996	Decisão 389	Regulamento para a aplicação da cláusula de salvaguarda prevista no Artigo 78 do Acordo de Cartagena
1996	Decisão 396	Modificação e Atualização dos Anexos 1, 2, 3 e 4 da Decisão 370, correspondentes à Tarifa Externa Comum.
1996		Subscrição em Roma de uma Declaração Conjunta sobre o Diálogo Político pela CAN e a UE.
1997	Decisão 399	Substitui a Decisão 257, e diz respeito ao Transporte Internacional de mercadorias por caminhões.
1997	Decisão 403	Aperfeiçoamento do Sistema Andino de Bandas de Preços (Modificação dos Anexos 4 e 5 da Decisão 371)
1997	Protocolo de Sucre	Reforma programática: permitiu incorporar 3 novos capítulos no Acordo de Cartagena: Relações Externas, Comércio de Serviços e Membros Associados.

ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).

1997	Decisão 406	Codificação do Acordo de Integração Sub-regional Andino (Acordo de Cartagena)
1997	Decisão 414	Incorporação plena do Peru à zona de livre comércio e aprovação de um cronograma de redução gradual de tarifas
1997	Decisão 415	Medidas corretivas por diferenças das Tarifas entre Peru e os demais países-membros
1997	Decisão 416	Normas especiais para a qualificação e certificação de origem das mercadorias
1997	Decisão 417	Critérios e procedimentos para a fixação de requisitos específicos de origem.
1997	Decisão 420	Harmonização de mecanismos de financiamento e seguro de crédito para as exportações intra-sub-regionais
1997	Resolução 3	Parecer 15-97 de cumprimento por parte do Governo do Equador na aplicação da Decisão 370 da Comissão sobre a Tarifa Externa Comum
1997	Resolução 5	Preços de referência do sistema Andino de bandas de preços para a primeira quinzena de setembro de 1997, correspondentes para a Circular nº 59 de 18/08/1997
1997	Resolução 7	Solicitação do Governo da Colômbia para o diferimento da Tarifa Externa Comum, destinada a atender uma situação de emergência nacional.
1997	Resolução 12	Solicitação do Governo do Equador para o diferimento da Tarifa Externa Comum destinada a atender uma situação de emergência nacional
1997	Resolução 16	Solicitação do Governo da Venezuela para o diferimento da Tarifa Externa Comum por razões de emergência nacional
1997	Resolução 19	Qualificação das medidas impostas pelo Governo da Colômbia para as importações procedentes da Venezuela, como restrição ao comércio, aos efeitos do Artigo 73 do Acordo de Cartagena
1997	Resolução 22	Solicitação do Governo do Equador para o diferimento da Tarifa Externa Comum por razões de emergência nacional.
1997	Resolução 30	Parecer 16-97 de não cumprimento por parte do Governo do Peru na aplicação da Decisão 344, regime Comum sobre propriedade Industrial.
1997	Resolução 35	Publicação de acordos subscritos no desenvolvimento do convênio de complementação no setor automotivo.
1997	Resolução 40	Solicitação do Governo do Equador de prorrogar a Resolução 12

ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).

1997	Resolução 43	Parecer 17-97 de descumprimento por parte do Governo do Peru na aplicação das Decisões 399 e 358 da Comissão sobre Transporte Internacional de Mercadorias por Caminhões.
1997	Decisão 425	Regulamentação de procedimentos administrativos da Secretaria Geral da CAN
1997		Constituição do Conselho Assessor de Ministros de Economia, Presidentes ou Gerentes dos Bancos Centrais e os responsáveis pelo planejamento econômico.
1998	Acordo Marco para a criação de uma zona de livre comércio CAN-Mercosul	O acordo Marco não pôde dar lugar imediatamente para a negociação ali prevista. Conseqüentemente, Brasil por uma parte, e Colômbia, Equador, Peru e Venezuela pela outra parte, concordaram mediante o acordo de complementação Econômica nº 39 da Aladi, em estabelecer margens de preferência fixas, como um primeiro passo para a criação de uma zona de livre comércio entre a CAN e o Mercosul. Em 31/03/2000 fechou-se uma segunda negociação entre os países da CAN e a Argentina. Deve-se recordar, com respeito à Bolívia, que o acordo de complementação Econômica da Aladi nº36, de 17/12/1996, fixou um programa de liberação destinado a aperfeiçoar uma zona de livre comércio entre este país e o Mercosul.
1998	Resolução 45	Solicitação de reconsideração apresentada pelo Governo da Venezuela, contra as Resoluções 498 e 499 da Junta do Acordo de Cartagena.
1998	Resolução 47	Recurso de reconsideração apresentado pelo Governo da Colômbia contra a Resolução 19 da Secretaria Geral da CAN
1998	Resolução 48	Solicitação de reconsideração da Resolução 22 da Secretaria Ger al por parte do Governo do Equador.
1988	Resolução 49	Solicitação do Governo da Colômbia para o diferimento da Tarifa Externa Comum das bandas de aço laminado em calor, classificadas na subpartida 7208.39.00
1998	Resolução 50	Solicitação do Governo da Colômbia para o diferimento da Tarifa Externa Comum do cloroetilemo, classificado na subpartida 2903.21.00
1998	Resolução 51	Solicitação do Governo de Equador para o diferimento da Tarifa Externa Comum do arroz em casca, classificado na subpartida 1006.10.90, por razões de emergência nacional
1998	Resolução 55	Solicitação do Governo da Colômbia para o diferimento da Tarifa Externa Comum do algodão, classificado na subpartida 5201.00.00 por insuficiência transitória de oferta
1998	Resolução 56	Solicitação do Governo da Bolívia para o diferimento da Tarifa Externa Comum do diesel, classificado na subpartida 2710.00.60, por razões de emergência nacional

ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).

1998	Resolução 60	Crerios e procedimentos para os diferimentos da Tarifa Externa Comum destinada a atender situaes de Emergncia Nacional
1998	Resolução 62	Solicitaao do Governo do Equador de prorrogar a Resoluo 22
1998	Deciso 430	Modificao do Numeral 1 do Anexo 5 da Deciso 371: Sistema Andino de Faixas de Preos
1998	Resoluo 64	Solicitaao do Governo da Venezuela para o diferimento da Tarifa Externa Comum do Milho Branco da subpartida 1005.90.12, por razes de emergncia nacional
1998	Resoluo 68	Solicitaao de reconsiderao da Resoluo 55 por parte do Governo da Colmbia, para o diferimento da Tarifa Externa Comum do algodao da subpartida 5201.00.00, por insuficiencia transitria de oferta
1998	Resoluo 69	Solicitaao de declarao como restrio a aplicao de vistos bons por parte de Colmbia as importaes de arroz originrias e procedentes do Peru
1998	Deciso 431	Incorporao da CAN na qualidade de observador a Assemblia Geral da Organizao das Naes Unidas
1998	Resoluo 71	Solicitaao do Governo da Colmbia para o diferimento da Tarifa Externa Comum do algodao em rama, classificado na subpartida 5201.00.00, por razes de emergncia nacional
1998	Resoluo 72	Parecer 001-98 de No Cumprimento por parte do Governo da Venezuela na Implementao da II Disposio Transitria de a Deciso 345, Regime Comum de Proteao aos direitos dos Obtentores de Variedades Vegetais
1998	Resoluo 74	Parecer 02-98 de No Cumprimento por parte do Governo da Bolvia da Deciso 340 (pagamento da divida pendente at o ano 1992)
1998	Resoluo 75	Parecer 03-98 de No Cumprimento por parte do Governo do Equador da Deciso 340 (pagamento da divida pendente at o ano 1992)
1998	Resoluo 76	Parecer 04-98 de No Cumprimento por parte do Governo do Peru da Deciso 340 (pagamento da divida pendente at o ano 1992)
1998	Resoluo 77	Parecer 05-98 de No Cumprimento por parte do Governo da Colmbia na aplicao das Decises 371 e 393 da Comisso sobre o Sistema Andino de Faixas de Preos
1998	Resoluo 79	Parecer 06-98 de No Cumprimento por parte do Governo do Peru na aplicao da Deciso 344, Regime Comum sobre Propriedade Industrial

ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).

1998	Resolução 80	Parecer 07-98 de Não Cumprimento por parte da República da Colômbia na aplicação de medidas previstas no artigo 102 do Acordo de Cartagena
1998	Decisão 434	Comitê Andino de Autoridades de Transporte Terrestre (CAATT)
1998		Subscrição de um acordo para a criação do Conselho de Comércio e Investimento entre a CAN e os EUA.
1998		Subscrição de um Acordo Padrão para a criação de uma Zona de Livre Comércio entre a CAN e o Mercosul.
1998	Decisão 439	Aprovação do marco geral dos Princípios e Normas para a liberação do comércio de serviços na Can
1998	Decisão 445	Submissão do Convênio Hipólito Unanue ao Sistema Andino de Integração
1999	Decisão 449	Término da Submissão ao Sistema Andino de Integração e Regulação da Organização e Funções do Convênio Hipólito Unanue
1998	Decisão 451	Apoio ao Convênio de Acoeración e aprofundamento do Livre Comércio subscrito entre Peru e Equador e Acoeración do Programa de Liberação previsto na Decisão 414 entre esses países-membros
1998	Decisão 452	Normas para a adoção de medidas de salvaguarda às importações provenientes dos países não membros da CAN
1998	Decisão 453	Procedimento para a aplicação de Preferências Tarifárias aos produtos incluídos no Sistema Andino de Faixas de Preços
1998	Decisão 454	Alinhamento para a negociação multilateral sobre a agricultura na OMC, a harmonização de direitos consolidados e contingentes Tarifários, e a coordenação ante a Organização em matéria de produtos agropecuários entre os países-membros
1998	Decisão 456	Normas para prevenir ou corrigir as distorções na competência geradas por práticas de <i>dumping</i> em importações de produtos originários de países-membros da CAN
1998	Decisão 457	Normas para prevenir ou corrigir as distorções na competência geradas por práticas de subvenções em importações de produtos originários de países-membros da CAN
1998	Decisão 458	Alinhamento da Política Externa Comum
1998	Decisão 459	Política Comunitária para a Integração e o Desenvolvimento Fronteiriço

ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).

1998	Decisão 465	Modificação e Atualização dos Anexos 1, 2, 3 e 4 da Decisão 370, correspondente à Tarifa Externa Comum
1998	Decisão 471	Regulação da Comissão da CAN
1998		Subscrição de um Entendimento de Cooperação em Comércio e Investimentos entre a CAN e o governo do Canadá.
1998		Estabelecimento de mecanismos de diálogo político com a China
2000	Decisão 475	Diretiva nº 1 sobre a Política Externa Comum
2000	Decisão 476	Seguimento da Política Externa Comum
2000	Decisão 477	Trânsito Aduaneiro Internacional, substituto da Decisão 327
2000	Decisão 478	Assistência Mútua e Cooperação entre as Administrações Aduaneiras dos Países-Membros da CAN
2000	Decisão 486	Cria um novo Regime Comum sobre Propriedade Industrial. Substitui a Decisão 344 (1993). O novo Regime contém previsões que o inserem inequivocamente dentro dos compromissos multilaterais. Incorpora o tratamento dos circuitos integrados e as medidas de controle na fronteira contra a pirataria. Desenvolve, em detalhe, todo o procedimento de registro, licença, cancoación e nulidade de direitos a fim de garantir que o mesmo seja idêntico nos cinco países andinos. À vez, procura assegurar a Proteção do patrimônio biológico e genético, assim como os conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas, afroamericanas e locais.
2000	Decisão 488	Programa Estatístico Comunitário 2000-2004
2000		Estabelecimento de mecanismos de diálogo político com a Rússia.
2001	Decisão 499	Modifica a Diretiva nº 1 e faculta à Secretaria Geral para elaborar um texto unificado
2001	Decisão 503	Reconhecimento de documentos nacionais de identificação
2001	Decisão 510	Adoção do Inventário de Medidas Restritivas do Comércio de Serviços
2001		Inicia-se o Diálogo de Acordo Político entre a CAN, Mercosul e Chile.
2001		Primeira Reunião Conjunta dos Conselhos Consultivos Empresarial e do Trabalho Andinos e do Foro Consultivo Ecomômico Social do Mercosul.
2002	Decisão 535	Aprovação de uma nova Tarifa Externa Comum

ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).

2002	Decisão 536	Aprovação do Marco Geral para a Interconexão sub-regional de sistemas elétricos e troca intracomunitária de eletricidade.
2002		A Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação da Droga (ATPDEA) renova e amplia os benefícios da ATPA.
2003	Decisão 543	Aprovação do Formato dos Programas de Ações de Convergência (PAC), que os países-membros utilizarão como guia na elaboração de seus respectivos programas anuais.
2003		Subscrição do Acordo de Diálogo Político e Cooperação entre a CAN e a EU.
2003		Subscrição do Acordo de Complementação entre Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Equador e Venezuela para a formação de uma zona de livre comércio (Bolívia e Peru têm acordos de livre comércio com o Mercosul desde 1996 e 2003, respectivamente).
2003		Estabelecimento de mecanismos de diálogo político com a Índia.
2003	Decisão 553	Alinhamento para a Formulação do Pan Integrado de Desenvolvimento Social
2003	Decisão 554	Criação do Comitê Andino de titulares de Organismos de Cooperação Internacional da CAN
2003	Decisão 555	Convênio de Financiamento entre a UE e a CAN para o Projeto de Cooperação ASR.B7.3100.99.313, “Apoio à Preparação e Prevenção de Desastres na CAN”
2003	Decisão 556	Convênio de Financiamento entre a Comissão Européia e a CAN para o Projeto de Cooperação UE-CAN em Matéria Estatística
2003	Decisão 557	Criação do Conselho de Ministros de Energia, Eletricidade, Hidrocarbonetos e Minas da CAN.
2003	Decisão 563	Codificação do Acordo de Integração Sub-regional Andino (Acordo de Cartagena)
2003	Decisão 566	Criação do Comitê Andino de Autoridades de Promoção de Exportações
2003	Decisão 569	Modificação da Decisão 535
2003	Decisão 571	Valor na aduana das Mercadorias Importadas
2003	Decisão 572	Tarifa Integrada Andina (ARIAN)
2003	Decisão 573	Programa Comum de Formação Aduaneira Andina
2003	Decisão 574	Regime Andino sobre Controle Aduaneiro
2003	Decisão 577	Modificação das Decisões 535 e 569
2003		Inicia-se a interconexão elétrica entre Colômbia e Equador.

ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).

2004	Decisão 578	Adoção de Regime para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal.
2004	Decisão 587	Alinhamento da política de segurança externa comum Andina
2004	Decisão 589	Incorporação do Instrumento Andino de Cooperação entre os Fiscais Gerais da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela ao Sistema Andino de Integração
2004	Decisão 595	Acordo de Diálogo Político e Cooperação entre a Comunidade Européia e a CAN
2004	Decisão 598	Relações comerciais com terceiros países
2004	Decisão 599	Harmonização de aspectos substanciais e procedimentais dos impostos tipo valor agregado.
2004	Decisão 600	Harmonização dos impostos tipo seletivo ao consumo.
2004	Decisão 601	Pan Integrado de Desenvolvimento Social
2004	Decisão 603	Participação da República Bolivariana da Venezuelana Decisão 503
2004		<u>Adoção da Decisão 598 sobre Relações comerciais com terceiros países.</u>
2005	Decisão 608	Normas para a Proteção e promoção da Livre competência na CAN
2005		Aprovação de um Pan de Trabalho para o aprofundamento da Integração comercial em cinco áreas: Livre circulação de bens e serviços, união aduaneira, fortalecimento do sistema jurídico-institucional, Pan conjunto de investimento e desenvolvimento produtivo e Programas de Apoio à Bolívia e de colaboração com o Equador.
2005		Criação do Comitê Andino de Autoridades de Mercados de Valores.
2005		Processo de avaliação conjunta CAN-EU da integração regional, com vistas à negociação de um acordo de Associação entre ambos os blocos, que inclua um acordo de livre comércio.
2005	Decisão 613	O Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores em reunião ampliada com a Comissão da CAN outorga a condição de Membro Associado da CAN à Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.
2005	Decisão 614	Estratégia Andina de Desenvolvimento Alternativo Integral e Sustentável
2005	Decisão 616	Entrada em vigência da Decisão 608 para a República do Equador

ANEXO V – CRONOLOGIA DOS ACORDOS, TRATADOS E NORMAS DA COMUNIDADE ANDINA (CAN).

2005	Decisão 617	Trânsito Aduaneiro Comunitário
2005	Decisão 618	Incorporação progressiva do Anexo Geral e referência dos Anexos Específicos do Convênio Internacional para a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convênio de Kioto)
2005	Decisão 624	Criação do Comitê Andino de Autoridades Reguladoras do Mercado de Valores
2006		A CAN e a EU decidem em Viena (12/05) tabular um processo que conduza à negociação de um Acordo de Associação que inclua o diálogo político, programas de cooperação e um acordo comercial.
2006	Decisão 639	Incorporação da Bolívia ao Marco Geral para a Interconexão Sub-regional de Sistemas Elétricos e Intercâmbio Intracomunitário de Eletricidade
2006	Decisão 641	Aprovação do Memorando de Entendimento assinado entre os Países-Membros da CAN e a República Bolivariana da Venezuela